



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco  
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

- 1.1 - 45ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 46ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.3 - 27ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.4 - 28ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.5 - 29ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.6 - 30ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.7 - 17ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa
- 1.8 - Reunião de Comissões

### 2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 3 - MANIFESTAÇÕES

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 -ERRATA



## ATAS

### ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/12/2011

#### Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, Inácio Franco e Dilzon Melo

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.445/2011; aprovação; declaração de voto - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento da Deputada Luzia Ferreira; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.571/2011; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem; encerramento da discussão; votação do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno; declaração de voto - Registro de presença - Suspensão e reabertura da reunião - Questões de ordem - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.695/2011; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.696/2011; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.697/2011; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.726/2011; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.079/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.229/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Registro de presença - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.391/2011; não recebimento da Emenda nº 1; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.709/2011; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 327/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; prejudicialidade da Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.353/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; prejudicialidade da Emenda nº 1 - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.520/2011; discursos dos Deputados André Quintão e Doutor Viana; prorrogação da reunião; discurso do Deputado Célio Moreira; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas e subemendas; aprovação; votação das emendas com parecer pela aprovação; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 3 a 5, 8, 20, 22, 25, 34, 39, 41, 42, 44, 108 a 111, 113, 116, 118, 120, 121, 123, 124, 129, 131, 133 a 136, 139, 140, 143, 144, 153, 162, 178, 182, 187, 193, 194, 200, 201, 203, 204, 211, 223, 228 e 231; votação das emendas com parecer pela rejeição; rejeição - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.521/2011; discurso do Deputado Sargento Rodrigues - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos



Henrique - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

### **Abertura**

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### **1ª Parte**

#### **Ata**

- O Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

#### **1ª Fase**

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e a votação de pareceres e de requerimentos.

### **Discussão e Votação de Pareceres**

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.445/2011, do Governador do Estado, que institui a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM -, e o Cadastro Estadual de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – CERM. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

### **Declaração de Voto**

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, votei favoravelmente, mas gostaria de continuar fazendo fazendo alerta aos meus amigos, Deputadas e Deputados, a respeito do cartão American Express. Aliás, até já requisitei a palavra pelo art. 70, porque aí terei uma hora para relatar tudo o que ocorreu, de fato, para que tomem conhecimento sobre esse cartão American Express. Passarei todas as informações a respeito da American Express, cuidadosamente, para que vocês fiquem atentos a respeito dessa empresa. Já solicitei a palavra pelo art. 70 e estou pegando todo o processo para poder levar ao conhecimento dos Deputados e das Deputadas, assim como aos telespectadores que acompanham a TV Assembleia, que hoje chega a aproximadamente 300 cidades de Minas Gerais. Contamos com um grande sindicalista, o Deputado Celinho do Sinttrocel, a quem a American Express propôs que 25 mil ou 30 mil trabalhadores adquirissem o cartão. O grande sindicalista, atento à reivindicação, recusou a proposta. Transmitirei aos Deputados e às Deputadas, assim como aos telespectadores, todas as informações de que disponho.

#### **2ª Fase**

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

### **Discussão e Votação de Proposições**

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento da Deputada Luzia Ferreira em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que os Projetos de Lei nºs 2.520 e 2.521/2011 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.571/2011, do Governador do Estado, que estabelece diretrizes e parâmetros para a política remuneratória dos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, fixa data anual para sua aplicação e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido no 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia\* - Sr. Presidente, solicitei a palavra para discutir esse projeto, mas não pretendo fazê-lo pelos 30 minutos a que tenho direito no regime de urgência, mas gostaria de pontuar algumas questões em relação à política remuneratória, porque no 1º turno não consegui expor com clareza a opinião da Bancadas do PT e do PCdoB. Votamos favoravelmente no 1º turno e manteremos a votação favoravelmente no 2º turno, mas é necessário fazer algumas observações relacionadas a essa política remuneratória. Embora a política apresentada tenha tido nosso voto favorável, temos muitas ressalvas quanto a ela. O voto favorável deveu-se a avanços que conseguimos aqui dentro da Assembleia Legislativa, como disse ontem, como o avanço em relação às 30 horas para trabalhadores da saúde, não de forma absoluta, mas pelo menos na Fhemig, onde a Astemg e o SINDSAÚDE conseguem uma vitória importante que aqui consigo relatar, estabelecendo, portanto, que os servidores passam a ter uma jornada não mais de 40, mas de 30 horas semanais, que é uma luta antiga. Apresentei projeto de lei para esse fim, mas a Comissão de Constituição e Justiça o considerou inconstitucional. Agora, no momento em que se discutia a política remuneratória, conseguimos emplacar esta emenda, a partir da negociação dos sindicatos com o governo. Isso representou um avanço importante.

Também por iniciativa do SINDPÚBLICOS, alcançamos outro avanço fundamental, que foi o estabelecimento do salário mínimo, como o menor salário de vencimento básico dos servidores públicos. Ontem, disse que parecia e parece estranho ao nosso telespectador saber que alguns servidores do Estado de Minas Gerais ainda recebem vencimento-base menor que o salário mínimo. Mas agora,



felizmente, Apolônio, conseguimos estabelecer isso por meio dos sindicatos, de uma pressão importante da Intersindical para que o salário mínimo fosse estabelecido como o mínimo do vencimento-base. Não é uma vitória completa, porque isso não ficou estabelecido na tabela, o que significa que os outros servidores não terão o mesmo reajuste que tiveram aqueles que recebem o salário mínimo, mas significa também um avanço. Apontei como outro avanço importante que conseguimos a retirada do projeto daquele limite que a Secretária Renata Vilhena teimava em manter, tornando a Lei de Responsabilidade Fiscal ainda mais rigorosa. De 46,5%, que é o limite prudencial, ela estipulava em torno de 44%, Deputado Sargento Rodrigues, o que causaria um arrocho maior ainda ao servidor público. Retiramos isso, como exigência da Assembleia Legislativa, em especial, da bancada da Oposição, que recebeu também o importante apoio do Deputado Sargento Rodrigues. Foi outro avanço que conseguimos nesse procedimento.

Ainda há o estabelecimento da data-base dos servidores, incluindo-se a obrigatoriedade de negociação nessa data-base. Queria apontar esses avanços que obtivemos nesta reta final. Ainda se percebe neste projeto que a intenção do governo é de não conceder reajustes aos servidores. O correto seria que o governo estabelecesse, como parâmetro para a concessão de reajustes salariais, a inflação, e que isso fosse obrigatório. Desde o início, a sugestão proposta pelos sindicatos foi estabelecer o processo inflacionário como o mínimo necessário e obrigatório, a cada ano, para concessão de reajustes dos servidores. A inflação seria utilizada na política remuneratória do servidor público, mas o governo não aceitou, não garante a recomposição inflacionária. O servidor não tem garantia de que receberá um reajuste que recomponha a inflação, nem que haverá reajuste, porque isso depende do crescimento da receita.

Deputada Maria Tereza Lara, em breve lhe concederei aparte. Pedi para discutir o assunto em 2º turno, para alertar o povo de Minas Gerais, em especial nossos servidores públicos, que teremos de empreender muitas lutas ano que vem, porque não há intenção do governo em conceder reajuste a seus servidores. Hoje, saiu uma notícia sobre a expectativa da indústria mineira com o impacto da crise, e que o crescimento em Minas Gerais será menor que o Brasil, repetindo o cenário de 2011. Escutamos propagandas e mais propagandas dizendo que Minas crescia mais que o Brasil. No cômputo geral, não é verdade. Minas, no balanço de oito anos do Governo Aécio, cresceu menos que o Brasil. Ano passado, novamente, cresceu menos que o Brasil. Segundo os industriários mineiros, em 2012 o cenário de crescimento se repetirá aquém do crescimento brasileiro. O PIB mineiro será menor, exatamente porque, com a crise internacional, a exportação também entrará em crise. Aliás, Deputada Maria Tereza Lara, Minas Gerais vive basicamente – 65% - de “commodities”, de exportação especialmente de minério. Se houver uma crise, Minas, que não tem planejamento de crescimento econômico vigoroso e sustentável – sempre denunciemos isso, mas darei maiores detalhes quando da discussão do Orçamento -, em razão dessa política de oito anos do governo tucano, ficará mais acessível aos reflexos da crise internacional que o Brasil, por falta exatamente desse planejamento estratégico para o desenvolvimento industrial mineiro. O desenvolvimento esperado é sempre o da exportação de minério, o que faz com que o crescimento econômico do País, em época de crise internacional, seja mais sentido em Minas que no restante do Brasil, e isso foi o que aconteceu em 2011.

Vou conceder aparte à Deputada Maria Tereza Lara, mas, antes, farei a leitura de alguns números. Para o próximo ano, a expectativa de crescimento de 3,4% para Minas está baixando para 2,8%, e, este ano, não deverá passar de 2,6%, contra 4,1% do crescimento brasileiro. Há um decréscimo na expectativa de crescimento em Minas Gerais.

Assim sendo, desde já é importante alertar os servidores de que essa política remuneratória da Secretária Renata Vilhena e do Governador Anastasia provavelmente significará reajuste zero para os servidores. Daqui a pouco pretendo discutir o Orçamento, mas adianto que nele também a previsão de reajuste para os servidores públicos é zero. A política remuneratória que estamos aprovando não significa necessariamente algum tipo de reajuste para os servidores, mas ela também não impede que ele aconteça. É importante ressaltar isso. Novamente, a nossa luta terá de trazer o governo de volta às negociações para que se decida a data-base do reajuste dos servidores públicos. Faço esse alerta para explicar a posição da nossa bancada. Trata-se de uma política remuneratória tímida, cujos avanços foram obtidos graças a muito esforço do sindicato. Entretanto, o que se manteve foi a política do choque de gestão e do endividamento do Estado, este último recém-autorizado pela Assembleia Legislativa, em mais R\$7.000.000.000,00, o que só vai aumentar os encargos e o pagamento dos juros, diminuindo ainda mais a possibilidade de reajuste para o servidor. Essa é a política de arrocho salarial do chamado choque de gestão do governo do Estado. Esse é o alerta que gostaria de fazer. Concedo aparte à Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)\* - Deputado Rogério Correia, nosso Líder, em momento de crise mundial é muito importante conhecer a verdade, os fatos verídicos, então esperamos que a imprensa registre exatamente o que acontece de fato em Minas e no Brasil, para que possamos fazer essa discussão com base num diagnóstico real. Não adianta divulgar inverdades ou outras realidades que não contribuirão para passarmos por este momento de crise da melhor maneira possível. Não podemos pensar que estamos numa ilha, porque Minas Gerais não é uma ilha. Estamos inseridos num contexto nacional e mundial. Além do mais, nosso Estado tem apresentado muitas dificuldades, por isso devemos sempre dizer a verdade para que todos os órgãos públicos, até mesmo a Assembleia Legislativa, conheçam os dados reais dessa crise. Deputado Rogério Correia, quero ainda ressaltar a importância desta Casa, neste ano, em abrir espaço - esse é o seu papel e a sua obrigação – para os movimentos sociais e sindicais. Chegamos a mais um final de ano e, como V. Exas. podem ver, hoje contamos com a presença do SindPúblicos, que aqui está para pedir a aprovação do PL nº 2.571. Todo processo de melhora dos projetos que vieram do Executivo aconteceram nesta Casa, principalmente em razão do esforço de muitos parlamentares da Situação e da Oposição, mas sobretudo da Oposição. V. Exa., como Líder da Oposição, Líder da nossa bancada e inicialmente do Bloco Minas sem Censura, criou condições que propiciaram o diálogo entre o Executivo, os movimentos sociais e os sindicatos, em prol dos avanços que desejamos. Esse deve ser o verdadeiro papel da Assembleia.

Não há conquista de graça. A luta dos trabalhadores, de fato, propicia avanços. Quero parabenizá-los, bem como todos que puderam contribuir para os avanços desse projeto. Certamente, votamos nesse projeto, no 1º e no 2º turnos, exatamente porque houve um processo de discussão. Não foi possível avançar para o ideal, mas, pelo menos, conseguimos reduzir os prejuízos e os problemas, principalmente no índice menor da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que seria um horror se não acontecesse. A lei já é muito rigorosa, impossibilita reajustes dos servidores. Não podemos radicalizar mais ainda.



Gostaria de cumprimentá-lo pelo seu papel. V. Exa. representa muito bem a nossa bancada, bem como todos os parlamentares, que, durante este ano, puderam contribuir para o Parlamento mineiro cumprir o seu verdadeiro papel, qual seja, fiscalizar e abrir espaço para que os movimentos sociais e os sindicatos pudessem ter voz nesta Casa. Muito obrigada.

O Deputado Rogério Correia\* - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Quero ressaltar, na fala de V. Exa., que o limite providencial da Lei de Responsabilidade Fiscal já é 46,5%, o que já causa arrocho aos servidores públicos. Não se permite haver um reajuste, uma cobertura inflacionária, se ultrapassarmos esse limite de custeio com os servidores públicos, o que é equivocado, porque joga, em suas costas, o problema da falência do Estado e da ausência de recursos, como se estes fossem os responsáveis por tudo. Já é uma lei draconiana, resquício do neoliberalismo. O serviço público tem de ser arrojado no neoliberalismo. A Lei de Responsabilidade Fiscal já tem essa visão equivocada e é advinda dos tempos em que o neoliberalismo era tão hegemônico que nada se podia dizer contra ele. Então essa lei já tem esse problema.

Em Minas, ainda se vive na égide desse modelo neoliberal. Não fosse a emenda que conseguimos aprovar na Comissão de Administração Pública, partindo de uma negociação que fizemos com a Oposição e os sindicatos, não votaríamos o projeto, e esse limite prudencial voltaria para 44%. Mas o Geraldo fez uma conta e me afirmou que poderia ser em torno de 41,5%. Há de se perguntar à Secretária Renata Vilhena se queria o limite abaixo do limite providencial. Isso é imenso. Imaginem o arrocho que fariam em cima do servidor público. Seria até perigoso começarem a diminuir salário, porque, se ultrapassassem esse limite providencial, como a Secretária agiria? Seria perigoso, e poderiam diminuir salários, o que não é estranho, porque, na história dos subsídios, aconteceu um pouco disso com os professores. Tiraram deles o direito do vencimento básico do piso nacional e jogaram a política de subsídios em cima, evitando o reajuste da carreira. Isso diminuiu e achatou a carreira.

Tudo é possível neste governo. Foi uma conquista importante. O povo brasileiro deve escutar-nos. Em Minas Gerais, lutamos para garantir que o governo não arroche mais que a Lei de Responsabilidade Fiscal. Fica o exemplo para o Brasil e os sindicatos nacionais. Estes devem saber que o choque de gestão é um exemplo disso. Os companheiros do Sindipúblicos devem mostrar isso ao Brasil. O choque de gestão coloca o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal não em 46,5%, mas em torno de 41%, 42%, 43%, arrojando ainda mais o serviço público e diminuindo as verbas do serviço público. Tivemos de lutar para manter o arrocho nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso é impressionante. Em vez de andarmos para a frente, estamos esforçando-nos para o governo não frear ainda mais os avanços que estamos obtendo com muita luta. Isso é oriundo dessa política de choque de gestão.

Sr. Presidente, volto a chamar atenção dizendo que todos os projetos que, nestes últimos dias, votamos, mas que nós, da Oposição, fomos derrotados, têm o eixo de tentar recuperar para o Estado alguma capacidade de pagamento a partir da falência do Estado – a propósito, faliu em razão desse projeto econômico e social equivocado estabelecido pelo governo. Ficou demonstrado que o déficit zero era apenas uma falácia, uma mentira. Descobrimos que o Estado de Minas Gerais tem uma dívida com a União de 70 bilhões e que está pegando dinheiro emprestado para pagar dívida com a Cemig. É assim que Minas Gerais está vivendo: almoça e pega dinheiro emprestado para pagar a janta. Do contrário, não sabe como viverá nem o dia seguinte. Durante o dia, não sabe como se alimentará e, à noite, já tem de contrair empréstimo para pagar a dívida que fez no almoço. Então o negócio não está bom. Esse é o Estado de Minas Gerais. Ai, haja taxa, assim como taxa para mineração, que é o que, na exportação, tem salvado o PIB mineiro. Como mostrei a V. Exas., com a quebra da exportação, o PIB mineiro está em queda. Assim, o governo taxará exatamente o setor que começa a ter queda num momento errado. Vê-se que não há planejamento nem desenvolvimento econômico. Relerei alguns dados. (- Lê:) “Enquanto as projeções para o PIB do Brasil no próximo ano se mantêm em 3,4%, a soma das riquezas de Minas deve cair de 4% previsto para 2,8%”. Então aquela história de que Minas cresce mais do que o Brasil não é verdade, nem para o ano que vem será. “Neste ano, não deve passar de 2,6% contra 4,1% das projeções que seriam divulgadas”. Portanto este ano também já houve uma queda do PIB em Minas Gerais.

Como a política remuneratória - repito - não garante o índice inflacionário, os servidores não têm garantia alguma de que obterão reajuste no ano que vem, e o Orçamento não faz previsão de reajuste. Então a política remuneratória que o governo manda continua sendo de arrocho salarial. Poderia ter seguido, por exemplo, como fizemos, apresentamos emenda e fomos derrotados, que se estabelecesse a inflação e a política do salário mínimo. A inflação como obrigação e faz o crescimento do salário a partir do crescimento da receita como faz com o salário mínimo. Essa política do salário mínimo tem sido vitoriosa para o crescimento do Brasil porque melhora as condições econômicas da maioria do povo. Isso fortalece o mercado interno evitando recessão econômica e nos livrando do processo externo de crise econômica mundial que assola o modelo neoliberal. Então a receita seria essa.

Já existiriam também outras possibilidades impostas para esse nível de desenvolvimento em Minas Gerais. Por exemplo, é o projeto de lei do Deputado Celinho do Sinttrocel, do qual sou coautor e que tem o apoio de todas as centrais sindicais para um salário mínimo regional superior ao salário mínimo nacional. Justifica-se porque Minas Gerais é um Estado mais rico, e a média do salário mínimo não precisaria ser a média do salário mínimo de Estados mais pobres, especialmente do Nordeste. Isso já acontece no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em São Paulo, no Rio de Janeiro. Dos Estados do Sul e do Sudeste, apenas Minas Gerais - aliás, se não me falha a memória, o Espírito Santo - não tem o salário mínimo regional, mas os outros têm superior ao salário mínimo nacional, que foi estabelecido porque há Estados mais pobres. Portanto é o salário mínimo para os Estados mais pobres. Pode-se ter um salário mínimo regional num Estado superior, mas não há.

Aproveitando que o Deputado Sávio Souza Cruz está concentrado na reunião, quero mencionar uma notícia que eu trouxe. V. Exa. já vinha alertando que o crescimento de Minas Gerais, na média dos oito anos do governo Aécio, foi aquém da média nacional. Neste ano que se encerra, as projeções do PIB brasileiro para 2012 se mantêm em 3,4%; em Minas Gerais a previsão baixou de 4% para 2,8%. Aquela média que o Deputado Sávio tem mencionado, de que o PIB mineiro cresceu menos, será afetada para menos. Em 2011 o crescimento em Minas também foi inferior ao crescimento nacional. Estou repetindo esse ponto porque o Deputado Sávio tem feito essa denúncia. Foi assim em 2011 e a projeção para o próximo ano é a mesma, graças à menor exportação do minério, que agora será taxado, na contramão de um modelo econômico mais vigoroso para a indústria mineira. Não há planejamento por parte do governo.



Não se planeja esse crescimento. O planejamento é de arrocho, Deputado Paulo Guedes - como arrochar o servidor público. Enfim, é o que tem acontecido.

Sr. Presidente, não estou em processo de obstrução, vim aqui realmente para discutir a política remuneratória e para alertar os servidores públicos a manterem o espírito de luta que sempre tiveram. Mobilizem os trabalhadores, unifiquem as lutas, porque a projeção do governo é de arrocho salarial. Não há previsão orçamentária para nenhum tipo de reajuste, e a política remuneratória com que a Secretária Renata Vilhena trabalha é sempre de arrocho salarial. Fica o alerta aos nossos servidores públicos. Aproveito o momento para congratular-me com o povo de Belo Horizonte, que ontem, em razão da chuva intensa, sofreu com a enchente. Houve manifestações na Cristiano Machado, com queima de pneus. Não se justifica o que aconteceu apenas em razão da intensidade da chuva. Evidentemente, choveu muito, mas a inundação vem se repetindo naquela região a partir da construção da Linha Verde. Também se deve à falta de planejamento de construção. Após o término das obras, todo ano a população da região está sendo afetada. Foram obras malfeitas, o governo do Estado não planejou, e não há solução para o problema. Foi impressionante, Deputado Paulo Lamac, o ocorrido na Cristiano Machado. E não é a primeira, a segunda nem a terceira vez que acontece, mas não se fala em resolver a questão. As pessoas sempre doam cestas básicas, como aconteceu ontem. Foi um sofrimento para o povo, que chegou a manifestar-se queimando pneus. É claro que a chuva foi mais intensa, são fenômenos meteorológicos que, às vezes, assustam. Por outro lado, o aumento do asfalto na cidade vai dificultando cada vez mais a situação. Mas há de se procurar uma solução. A Linha Verde foi construída sem prever esse problema. Concedo aparte ao Deputado Lamac.

O Deputado Paulo Lamac (em aparte) - É verdade, Deputado Rogério Correia. Eu queria saudá-lo por suas palavras desta manhã e pela felicidade da referência aos belo-horizontinos que ontem enfrentaram um dia muito complicado. As condições climáticas não ajudaram e, de fato, a região da Cristiano Machado - todos os que residem ou trabalham ali sabem disso - piorou imensamente porque o planejamento da Linha Verde não levou em consideração as questões relativas ao volume de água que passa por ali. Ainda há pouco ouvíamos que, em chuvas de grande porte, o nível da água costumava subir 30cm, mas ontem chegou a 1,5m. Houve inundações desde a primeira chuva, após a finalização da Linha Verde. O projeto, nobre Deputado Rogério Correia, não previa a saída da Vila Carioca, próxima ao Minas Shopping. Teve de ser retirada porque, em função do não cálculo do aumento do volume de água, ela vinha sendo inundada sistematicamente, mesmo com baixos volumes de chuva. Dois viadutos que estavam planejados e anunciados não foram feitos. De fato, temos problemas graves de projeto. Estamos preocupados com o planejamento urbano. Recursos formidáveis são mal-investidos. Lamentamos muito. A Linha Verde, dos acessos à Brasilinha ao Centro Administrativo, é um caos. Nem sequer acesso aos servidores houve ontem. V. Exa. foi muito feliz na lembrança de hoje sobre o sofrimento dos belo-horizontinos, especialmente os que dependem da chamada Linha Verde para chegarem a suas residências e local de trabalho.

O Deputado Rogério Correia\* - Deputado, as obras do governo do Estado são feitas sem pensar no povo. A Brasilinha é algo impressionante. Os servidores estão penando. Foi construída para parecer bonita, mas é um transtorno para o servidor público chegar, estacionar e almoçar. Quando chove, não há guarita, não há absolutamente nada. As obras são feitas sem pensar no povo. E o custo? Faz-se um orçamento, e, depois, o custo é duas, três vezes mais alto. Brasilinha, Independência, cujo custo foi três vezes maior, ou seja, o planejamento realmente não tem sido o forte do governo do Estado. Quase rebaixamos os três times mineiros. O América não se safou, e o Atlético e o Cruzeiro se salvaram por pouco, porque nem estádio tivemos. Nem planejamento para o futebol, que é paixão popular. Dois estádios em construção na mesma época. Ausência completa de planejamento. Agora, estão dizendo que a Secretária Renata Vilhena é candidata. Isso eles planejam...

O Deputado Paulo Lamac (em aparte) - Planejar eles planejam, mas não dão conta de cumprir. Não era para haver aquele investimento em Sete Lagoas. Tiveram de colocar mais alguns milhões em Sete Lagoas porque não deram conta de entregar o Independência na época certa.

O Deputado Rogério Correia\* - Concedo aparte ao Deputado Elismar Prado e depois ao Deputado Valadares.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)\* - Agradeço ao Deputado Rogério Correia e parabeno-o pelas considerações. Agradeço também pela aprovação, ontem, de projeto de minha autoria que oferece melhores condições aos Municípios e aos órgãos da administração indireta a fim de que possam saldar suas dívidas com o Ipsemg, que está tão sucateado e não atende nossos servidores. Essa lei, na verdade, consolida a legislação anterior e atualiza algumas questões como, por exemplo, um índice que a lei traz e sequer existe mais: a extinta Ufir, que passamos para o INPC. A ideia é melhorar as condições dos Municípios para que saldem suas dívidas, pois eles enfrentam muitas dificuldades, arcando com prerrogativas da União, do Estado, colocam gasolina na viatura da polícia, pagam o aluguel da delegacia, ou seja, enfrentam dificuldades enormes. Espero que em 2012 a Cemig invista na manutenção das linhas melhorando a qualidade do serviço prestado. A população paga uma das tarifas mais caras do mundo, enquanto recebe um serviço de péssima qualidade. O Estado autorizou a distribuição dos dividendos aos acionistas de maneira agressiva, ao mesmo tempo em que demitiu milhares de trabalhadores do sistema, precarizando ainda mais o atendimento à população. A Copasa vai na mesma direção.

Aos servidores, lembro que a luta continua. Permaneceremos batalhando em defesa da melhora da qualidade da educação e principalmente da valorização dos nossos profissionais. Parabeno V. Exa. e desejo um bom trabalho. A luta continua. Nosso trabalho não está confinado ao Parlamento. Entraremos em recesso, mas continuaremos trabalhando no interior do Estado, prestando conta de nossa atuação aos movimentos sociais, à população. Durante esse recesso, daremos continuidade à nossa luta e ao nosso trabalho. No próximo ano, retornaremos a este Plenário, para discutir os projetos e fiscalizar os atos do Poder Executivo, que precisa ter mais sensibilidade com a população mineira, principalmente com os mais carentes, que sofrem tanto em função, especialmente, da mais alta carga de impostos do Brasil. Continuaremos na luta em defesa das tarifas mais baixas da Copasa e da Cemig, dos trabalhadores da educação e da segurança pública, dos nossos consumidores e da juventude. Daremos continuidade ao nosso trabalho e à nossa luta. Parabéns, Deputado Rogério Correia e toda nossa bancada. Desejo um bom ano, muitas conquistas, muita luta e saúde para todos. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia\* - Sr. Presidente, se V. Exa. permitir, gostaria de conceder um aparte ao Deputado Gustavo Valadares. V. Exa. está mais permissivo hoje.

O Sr. Presidente - Não estou tão permissivo como ontem. De qualquer maneira, o Deputado Gustavo Valadares terá 30 segundos para se manifestar.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Como o Deputado Sebastião Costa disse, pedi a palavra não para defender, mas para esclarecer. No caso do Estádio Independência, não faltou planejamento do governo do Estado. Este tinha firmado um acordo com o governo federal para investir R\$30.000.000,00 ou R\$40.000.000,00 no estádio, e o governo federal, R\$15.000.000,00. O que são R\$15.000.000,00 para o governo federal? Mas nem um tostão furado saiu desse governo. O dinheiro está preso na Caixa Econômica Federal. Lanço um desafio: para quem conseguir liberar um centavo que seja da CEF para investimento no Estádio Independência darei um carro. Não faltou planejamento. Caso tenha faltado, foi por parte da CEF, que não libera o dinheiro.

O governo do Estado resolveu fazer um “upgrade”. No final do ano que vem, teremos dois estádios em nível de jogos internacionais em Belo Horizonte. Do excepcional Estádio Independência, todo bancado pelo governo do Estado, passaremos a usufruir em fevereiro. A partir de dezembro de 2012, teremos o nosso Mineirão.

O Deputado Rogério Correia\* - Agradeço o esclarecimento do Deputado Gustavo Valadares. A polêmica não era em torno disso, mas agradeço as suas palavras.

### **Questão de Ordem**

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, não sei se seria pedir muito, mas temos um projeto importante, e ficamos de fazer a análise de uma leitura. Gostaria de solicitar a suspensão dos trabalhos, em consenso entre os líderes, após a votação deste projeto. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.571/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

### **Declaração de Voto**

O Deputado Arlen Santiago - Caro Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, estamos vendo que o Governador do Estado acabou de trazer uma série de melhorias para o funcionalismo público. Como, provavelmente, este é o último dia de sessão, gostaria de agradecer muito aos funcionários públicos de Minas Gerais o trabalho profícuo em prol da população. Gostaria também de agradecer a maneira inteligente e correta com que V. Exa. conduziu os trabalhos desta Assembleia Legislativa no primeiro ano da sua Presidência. Realmente, V. Exa. nos orgulha muito. Em relação ao projeto do funcionalismo, ontem realizamos alguns debates, e hoje ele foi aprovado. Gostaria de dizer que, ontem, para não criar polêmica, no momento em que tratávamos da questão do projeto dos militares, o Deputado Sargento Rodrigues veio ao microfone e disse que, como era da caserna, entendia disso. Com certeza, isso não é verdade. Há grandes lideranças que, às vezes, não são da caserna e defendem uma categoria. A categoria da Polícia Militar é muito cara para mim. Ontem mesmo, na parte da manhã, recebi o Subten. Gonzaga, da Aspra, em meu gabinete, e o Cel. Zeder, que, como sempre, nos dava subsídios para uma luta em prol dos militares. O grande constitucionalista, Deputado Sebastião Costa, quando expôs a sua posição, nos convenceu de que a emenda era realmente constitucional. Votamos a favor por uma questão política dos militares. Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Como, provavelmente, não voltarei a falar mais nesta sessão, desejo um feliz Natal a todos os Deputados e Deputadas e a todos os mineiros. Muito obrigado pela condução dos trabalhos.

### **Registro de Presença**

O Sr. Presidente - A Presidência aproveita o ensejo para agradecer o carinho dos servidores públicos da 2ª Instância de Oficiais da Justiça. Sejam bem-vindos, tenham sucesso e êxito e continuem prestando esse belíssimo trabalho ao Estado de Minas Gerais.

### **Suspensão da Reunião**

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1 minuto para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

### **Reabertura da Reunião**

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

### **Questões de Ordem**

O Deputado Paulo Guedes - Quero aproveitar para agradecer a esta Casa, aos nossos colegas, aos companheiros da Mesa e a V. Exa. pela votação da Emenda nº 2, que retirou da área mineira da Sudene a cobrança da taxa da mineração. Para nós essa é uma notícia muito importante porque todos nós sabemos que o subsolo do Norte de Minas é rico em minério, mas que o nosso minério é de baixo teor. A cobrança dessa taxa tornava inviável a exploração do minério em nossa região. Por isso, quero fazer este agradecimento aos Deputados, ao Colégio de Líderes, que subscreveu a emenda que apresentei. Hoje, o Norte de Minas amanhece livre dessa taxa, tornando viável o investimento das empresas. Quem investir na região do Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri terá esse incentivo. Agradeço aos parlamentares que, por unanimidade, votaram essa emenda. A região amanhece aliviada, sabendo que, em breve, poderá receber mais investimentos. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia e público que nos assiste nas galerias. Sr. Presidente, ficamos felizes quando vemos uma faixa dos servidores da Justiça, dos dois sindicatos, agradecendo os trabalhos desta Casa. Mas nós também temos que agradecer a maneira disciplinada, ética e correta com que esse grupo de funcionários da Justiça, durante vários dias, acompanhou os nossos trabalhos, reivindicando os seus direitos. Nós, com muita paciência, encaminhamos as reivindicações para as pessoas competentes e eles conseguiram avanços em seus direitos. E o reconhecimento é um sentimento muito importante. Mas não estamos cobrando o reconhecimento de alguém, porque nosso papel é elaborar a melhor lei pelo ordenamento jurídico e pelo bem do povo de Minas Gerais. Ao receber uma manifestação de reconhecimento, lembramos uma passagem bíblica em



que o próprio Jesus Cristo valorizou o reconhecimento. Ao curar 10 leprosos, somente um deles lhe agradeceu. Então, Jesus Cristo cobrou o não reconhecimento dos demais. Manifesto, em nome da Assembleia Legislativa, os nossos agradecimentos a esse grupo que, por meio de uma faixa, manifesta gratidão por nossos trabalhos, que foram exercidos no cumprimento do nosso dever, sem qualquer privilégio. Ficamos muito animados ao ler, hoje, nos noticiários políticos do Estado um editorial do jornal “Estado de Minas”, que manifestou reconhecimento aos trabalhos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Também estávamos cumprindo o nosso dever sem querer nenhum privilégio, porque fomos eleitos e somos pagos pelo povo para exercer o papel de legisladores e fiscalizadores do Executivo de Minas Gerais. O “Estado de Minas”, de uma forma extremamente ética, manifestou seu reconhecimento aos trabalhos desta Casa, dos parlamentares, dos nossos Consultores, dos nossos assessores. O trabalho do parlamentar não é apenas dele, mas é fruto de todo o grupo da Assembleia Legislativa, do mais simples funcionário ao mais graduado. Todos são muito importantes para que alcancemos sucesso no desenvolvimento dos nossos trabalhos. Se nós, Deputados, fôssemos exercer as funções desempenhadas por Consultores, assessores, demais funcionários da Casa e funcionários de nossos gabinetes, não conseguiríamos executar nem a metade desses trabalhos. Agradecemos à comunidade jornalística, por meio do “Estado de Minas”, que também nos faz críticas. Às vezes são necessárias para despertar nos Deputados a necessidade de algum posicionamento. Também nos fazem críticas incompreendidas e outras bem-fundamentadas, que são necessárias. A crítica, quando bem direcionada, é importante para que busquemos novos caminhos, novos rumos em alguma situação. Deixo essa manifestação de alegria por ver estampado no editorial do “Estado de Minas” de hoje o reconhecimento ao trabalho que estamos realizando em cumprimento do nosso dever, sem nenhum privilégio, digo mais uma vez, no exercício do nosso mandato parlamentar. Para terminar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, manifesto mais uma vez a minha alegria pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2011, do Deputado Ulysses Gomes. Durante as férias, atuei como Presidente desta Casa. Na época, não tive como justificar à imprensa e à sociedade mineira por que a Assembleia teria de pagar aos Deputados suplentes que assumiriam o mandato por apenas um mês, justamente no período de férias, quando não havia atividade parlamentar nesta Casa. Além disso, a Assembleia teria também de pagar aos funcionários desses Deputados suplentes, os quais não tinham sequer lugar para exercer algum trabalho nesta Casa. Isso nos tirou um peso dos ombros, ficamos mais tranquilos. Foi uma grande conquista para Minas Gerais a aprovação, na noite de ontem, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8/2011. Eram as minhas manifestações, Sr. Presidente. Obrigado.

O Sr. Presidente - Gostaria de informar às Deputadas, aos Deputados e aos servidores da Casa que as dependências contíguas ao Plenário, conforme estabelecido pelo Regimento Interno, são reservadas à imprensa e aos servidores designados pelos partidos e pelas bancadas. É imprescindível que haja respeito e que preservemos a ordem nesta Casa. Solicito ao Deputado Alencar da Silveira Jr., assim como a todos os Deputados, que tenham compreensão para que os trabalhos funcionem no estado de normalidade. Conto com a colaboração de todos. Com a palavra, o Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para fazer minhas as palavras do Deputado Doutor Viana, e até me arriscaria a dizer do Pastor Viana, quando ele cita um texto bíblico que foi uma experiência muito bonita, mas, ao mesmo tempo, mostrou também que o ser humano pode, sim, ao receber um benefício, se mostrar ingrato. O episódio bem lembrado pelo Deputado Doutor Viana é o da cura dos 10 portadores do mal de Hansen; apenas um deles retorna para agradecer. Jesus perguntou onde estavam os outros nove. Concordo com o Doutor Viana, não estamos aqui buscando glória nem reconhecimento. Mas, quando vemos servidores nesta galeria, colocando as faixas que estão aqui, creio que o sentimento de todos os parlamentares é o mesmo: o sentimento de dever cumprido. É o sentimento de termos feito alguma coisa boa e produtiva em favor de uma categoria que, de forma ordeira, educada e responsável, veio a esta Casa, trouxe as suas reivindicações, fez suas manifestações e recebeu uma resposta positiva desta Casa. Mais uma vez concordo com o Deputado Doutor Viana: não foi nenhum favor da nossa parte. Não é necessário nos agradecer por fazermos aquilo que é a nossa obrigação. Mas, ao vermos essas faixas, ficamos muito felizes por esse reconhecimento, diante de tantas situações e manifestações agressivas ocorridas neste Plenário neste ano, que foi muito difícil. Vai chegando ao seu final um ano de muitas vitórias para várias categorias, muitas vitórias para este Parlamento e muitas vitórias para o povo mineiro. Por isso, Sr. Presidente, aproveitando esta oportunidade, desejo aos meus colegas Deputados e Deputadas, aos que estão nos assistindo pela TV Assembleia, espalhados pelo grande Estado de Minas Gerais, boas-festas. Que tenham um final de ano de paz, comunhão na família e muita alegria! Que seja um final de ano em que cada família de nosso Estado possa, de fato, entender o propósito do aniversariante do mês! Espero, sinceramente, que a figura lúdica de Papai Noel não se sobreponha à importância daquele a quem, de fato, devemos honrar no mês de dezembro. Sabemos que não é este o mês do seu nascimento, mas assim se convencionou, não é, Deputado Bispo Gilberto Abramo? Vamos aceitar que o nascimento de Jesus ocorreu no mês de dezembro, o que seria impossível pelas condições climáticas da Palestina, que, nessa época, é muito fria, gelada, com muita neve. Seria impossível, dentro do contexto do relato bíblico, que o nascimento de Jesus ocorresse em dezembro. Mas, entendendo que, se assim se convencionou, a figura de Cristo Jesus deve ter, de fato, o lugar de destaque nas celebrações neste final de ano. Ao Sr. Presidente quero agradecer a forma como conduziu o Parlamento neste ano: equilibrada, sensata, ponderada, educada, paciente, atenciosa. Que Deus o abençoe, à sua família, ao seu mandato, à grande responsabilidade que V. Exa. tem como o terceiro homem mais importante da hierarquia deste Estado, pois bem sabemos que, na ordem hierárquica, temos o Governador, o Vice-Governador e o Presidente da Assembleia, no que tange à condução dos destinos do Estado! Uma grande responsabilidade foi colocada em suas mãos, mas, ao mesmo tempo, a Bíblia diz que “a quem muito foi dado muito lhe será exigido”. Portanto, não é de estranhar que neste ano V. Exa. tenha sido tão exigido, tamanha a responsabilidade que Deus lhe confiou. Fico muito feliz por poder compartilhar este Parlamento com V. Exa. e com os demais colegas parlamentares. Muito obrigado.

O Deputado Leonardo Moreira - Questão de ordem pelo art. 94, Sr. Presidente, que dispõe: (-Lê:)

“Durante as reuniões, somente serão admitidos no Plenário os Deputados e os funcionários da Secretaria da Assembleia em serviço no apoio ao processo legislativo, não sendo permitidos no recinto o fumo, as conversações que perturbem os trabalhos ou as atitudes que comprometam a solenidade, a ordem e o respeito. § 1º - Poderão permanecer nas dependências contíguas ao Plenário um



funcionário por bancada e jornalistas credenciados. § 2º - As Lideranças da Maioria e da Minoria terão, no recinto do Plenário, durante as reuniões, assessoramento técnico-legislativo de um servidor, exceto no decurso do processo de votação.”

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, minhas considerações vão justamente no sentido do que está previsto no Regimento Interno desta Casa. Desde já parabeno V. Exa., Deputado Dinis Pinheiro, pela comunicação que nos foi feita nesta manhã. Concordo em que o Regimento Interno tem de ser cumprido e em que as dependências da Casa devem ser preservadas para um melhor trabalho. Gostaria também de parabenizar a nossa Polícia Legislativa, que, com toda a cordialidade, sempre recebe a todos os que se dirigem às dependências desta Casa. Entretanto, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ressalva alusiva à Secretaria-Geral da Mesa: não pode haver lista de exceção. Agradeço a V. Exa. o comunicado muito pertinente que foi feito, cobrando, com veemência, o cumprimento do Regimento Interno, ou seja, que as dependências sejam ocupadas por pessoas credenciadas e autorizadas pelo Regimento Interno. Há poucos minutos, passei por um constrangimento nessas mesmas dependências, mas concordo com o que foi feito, pois, se está previsto no Regimento Interno, é para ser cumprido. Desde já parabeno os que são responsáveis por manter a integridade física dos que circulam na Casa: a Polícia Legislativa, que é constituída por pessoas realmente muito bem-preparadas e educadas; entretanto, solicito a V. Exa. que não seja feita lista de exceção: alguns podem; outros, menos. Desde já aproveito para agradecer a todos os meus colegas o bom convívio e desejar a todos um Ano-Novo repleto de saúde, paz e felicidade. Quero parabenizar nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, que, durante todo o ano de 2011 conduziu os trabalhos desta Casa com muita seriedade, afino e dedicação. É um Presidente de Legislativo que com certeza engrandece o parlamento do nosso país. Parabéns, Deputado Dinis Pinheiro! Que V. Exa. tenha um feliz Natal e um Ano-Novo repleto de saúde, felicidade e paz a todos! Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Deputado Leonardo Moreira, V. Exa. está coberto de razão quando cita o artigo que se refere às pessoas que podem adentrar as dependências contíguas ao Plenário. A Presidência reafirma mais uma vez que o Regimento Interno é válido para todos, sem exceção. Com a palavra, pela ordem, o Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, hoje os Deputados recebem os Prefeitos aqui. Como não podem subir, pedem aos Prefeitos que desçam. Então, vou fazer uma sugestão para tentarmos resolver o problema. Sugiro recebermos os Prefeitos na salinha que está vazia. Acho que deveria haver um acordo entre nós. Mas estou aqui, Sr. Presidente, para elogiar o trabalho dos servidores da Justiça. Quero parabenizar o Deputado Zé Maia que atendeu à solicitação desses servidores, porque ela não teria sido atendida, se dependesse da direção. A força dos servidores da 2ª instância deu solução ao problema. Os servidores aqui estiveram para solicitar a inclusão no Orçamento da revisão geral anual. Os servidores solicitaram que fizéssemos uma reunião e os acompanhássemos com o objetivo de que o Presidente do tribunal ouvisse as suas reivindicações. Quero agradecer a atenção do Presidente e do seu Chefe de Gabinete, Gutemberg, que me disse que ele não poderia atender nem o Deputado Alencar nem o Deputado Ulysses, mas já tínhamos marcado. Então, muito obrigado ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Costa, que não pôde nos receber. Mas tinha a certeza de que ele amenizaria. A greve parou, mas ficaram algumas pendências na reivindicação dos servidores. Essa inclusão no Orçamento é única e exclusivamente conquista desses servidores, porque a própria direção da Casa não quis fazê-la nem se manifestar. Muito obrigado ao Deputado Zé Maia por atender a essa reivindicação. Na oportunidade, Sr. Presidente, desejo a todos um bom Natal, com muita paz, saúde e um Ano-Novo com muito trabalho e bons resultados para Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.695/2011, da Mesa da Assembleia, que altera os incisos I e II do "caput" do art. 5º da Resolução nº 5.214, de 23/12/2003, que altera o Sistema de Carreira dos Servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa, e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

## EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.695/2011

Acrescente-se onde convier:

“Art. ... - Fica assegurado ao servidor exonerado ou aposentado nos últimos cinco anos anteriores à data de publicação desta resolução, que conte com mais de cento e vinte dias de efetivo exercício, o direito às férias regulamentares na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de trabalho, ainda que tenha sido exonerado e nomeado para outro cargo em prazo não superior a sessenta dias.

Parágrafo único - Para os efeitos deste artigo, computa-se como mês integral a fração igual ou superior a quinze dias de efetivo exercício no mês.”

Sala das Reuniões, 16 de dezembro de 2011.

João Leite

Justificação: O servidor aposentado da Casa não possui as mesmas garantias reservadas aos servidores exonerados, já que o direito ao pagamento das férias proporcionais aos servidores exonerados, a qualquer título, não se estende aos aposentados.

A emenda em tela visa a corrigir o problema, restaurando critério justo e igualitário para os servidores desta Casa Legislativa.

Assim, justifica-se o acolhimento desta emenda.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do Deputado João Leite, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida a votação independentemente de parecer. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Resolução nº 2.695/2011 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.



Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.696/2011, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a prestação de contas da Assembleia Legislativa e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.697/2011, da Mesa da Assembleia, que institui o diário oficial eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.726/2011, da Mesa da Assembleia, que institui a Política de Acessibilidade para a Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida no Âmbito da Assembleia Legislativa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.079/2011, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos escolares disponibilizarem cadeiras específicas para alunos portadores de deficiência. A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.079/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.229/2011, do Deputado Ivair Nogueira, que dispõe sobre condições de sepultamento no Estado, em atendimento às diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama -, e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.229/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

### Registro de Presença

O Sr. Presidente - Quero registrar e agradecer ao ilustre Deputado Federal Weliton Prado a presença.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.391/2011, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a concessão do adicional de insalubridade e periculosidade aos ocupantes dos cargos que menciona dos Quadros de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar e das Secretarias de Juízo Militar. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- A Mesa, nos termos do § 3º do art. 189 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte emenda:

### EMENDA ... AO PROJETO DE LEI Nº 2.391/2011

Acrescente-se, onde convier, o seguinte artigo:

“Art. ... - Fica revogado o § 3º do art. 319 da Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001.”.

Sala das Reuniões, 16 de dezembro de 2011.

Délio Malheiros

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, nos termos do § 3º do art. 189 do Regimento Interno, deixa de receber uma emenda do Deputado Délio Malheiros, por conter matéria nova e não vir acompanhada de Acordo de Líderes. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.391/2011 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.709/2011, do Deputado Sebastião Costa, que define os limites e as confrontações do Parque Estadual do Sumidouro, localizado nos Municípios de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo, e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.709/2011 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 327/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta artigo à Lei nº 16.299, de 3/8/2006, que estabelece normas para a comercialização de vestuário próprio da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar e dos demais órgãos de segurança pública do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 327/2011 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Segurança Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.353/2011, do Deputado Durval Ângelo, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência aos policiais e bombeiros militares, policiais civis e agentes penitenciários do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública, e pela rejeição da



Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.353/2011 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Segurança Pública.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.520/2011, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período 2012-2015. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 2, 47, 112 apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 151, 152, 154 a 161, 163 a 177, 179 a 181, 183 a 186, 188 a 192, 195 a 199, 202, 205 a 210, 212 a 222, 224 a 227, 229 e 230 apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 232 a 335 e as Subemendas nº 1 às Emendas 42, 110, 113, 120, 121, 140, 144, 153, 162, 178, 182, 187, 193, 194, 200, 201, 203, 204, 211, 223, 228 e 231 apresentadas ao final deste parecer, e pela rejeição das Emendas nºs 6, 7, 9 a 19, 21, 23, 24, 26 a 33, 35 a 38, 40, 43, 45, 46, 48 a 107, 114, 115, 117, 119, 122, 125 a 128, 130, 132, 137, 138, 141, 142, 145 a 150. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores do Judiciário aqui presentes, telespectadores, iniciarei a discussão do Projeto de Lei nº 2.520, que trata do Plano Plurianual de Ação Governamental para o período de 2012 a 2015 – PPAG. Acho fundamental fazê-lo porque, em nossa 1ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura, considero que esse seja o projeto de lei mais importante que a Assembleia aprovará.

Infelizmente, no Brasil, pouca gente, poucos conhecem, poucos valorizam a importância das leis que tratam do planejamento público, particularmente as leis orçamentárias. Mesmo no ciclo orçamentário, todos focam muito a questão do orçamento, mas, de algum tempo para cá, os chamados mecanismos de planejamento de médio e longo prazos têm sido valorizados. E aqui, em Minas, principalmente depois de 2003, o Plano Plurianual foi revalorizado no sentido de apontar prioridades e ter mecanismos mais frequentes de revisão. E é por isso que hoje quero encaminhar a aprovação do Plano Plurianual, fazer uma análise mais global daquilo que a Assembleia, particularmente a Comissão de Participação Popular, conseguiu incorporar de avanços nesse instrumento de planejamento.

Em primeiro lugar, queria dizer que este Plano Plurianual estabelece, por meio de suas redes de desenvolvimento, de seus programas estruturadores, associados, especiais, os objetivos e metas prioritários para 2012, 2013, 2014 e 2015. O montante de recursos significa muito para a vida dos mineiros e das mineiras. Temos, no conjunto do Plano Plurianual de Ação Governamental, as prioridades para a saúde, para a educação, para a defesa social, para as políticas de assistência e de apoio à agricultura, de logística, de desenvolvimento econômico. No PPAG estão organizadas as prioridades estratégicas do governo.

Queria, Sr. Presidente, dizer que a Assembleia Legislativa, neste ano, teve o cuidado de realizar eventos institucionais que formularam propostas para esse documento legislativo da mais alta relevância. Já no início do ano, a Assembleia realizou um importante evento aqui na Casa e estabeleceu as suas prioridades. Foi um evento importante, integrante do planejamento estratégico da própria Assembleia, e cada área estabeleceu as suas prioridades. A partir disso, as comissões e também a direção da Casa realizaram eventos institucionais: audiências públicas, ciclos de debate, fóruns técnicos e também o seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”. E, ao final, realizamos, já desde 2003, as audiências referentes à discussão do PPAG, que são feitas em conjunto com o próprio governo.

Queria chamar a atenção dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas para o fato de que estive no Congresso Nacional a convite, no mês de agosto, para relatar as experiências dessas audiências que a Casa mineira realiza. E lá foi constatado que a Assembleia de Minas Gerais é a única do País que permite à sociedade civil organizada apresentar emendas que tenham impacto financeiro e impacto no ciclo orçamentário. Muitas vezes, nós, mineiros, talvez por estarmos incrustados nas montanhas, temos certa timidez para revelar os avanços de daqui emanam. Nesse caso especificamente, quero relatar que o papel que a Assembleia de Minas cumpre, desde 2003, na discussão do Plano Plurianual, é absolutamente inédito, quando convida a sociedade para discutir estratégias de médio prazo. Este ano, inovamos. Na discussão do PPAG, buscamos resgatar propostas que, ao longo do ano, foram discutidas nos vários eventos institucionais. Isso possibilitou que, na sua análise, muitas propostas fossem transformadas em emendas. Venho aqui exatamente fazer uma espécie de prestação de contas daquilo que a Assembleia está apresentando de inovação no PPAG. Começo pelas conquistas do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade” e peço licença ao Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, que foi o artífice maior desse seminário. Ontem, quando a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária votava as emendas populares, percorri novamente aquelas audiências que realizamos com a presença de V. Exa. e de tantos Deputados. Em algumas audiências, V. Exa. chegou de cadeira de rodas, de muleta ou até carregado, em função do incidente futebolístico que o acometeu logo no início do seminário. Lembro-me da etapa final do seminário, que teve a participação de centenas de pessoas. Algumas delas abraçaram-no e choraram, confiando que as propostas discutidas por mais de 5 mil pessoas e centenas de entidades não ficariam só no papel. E não ficaram. Quero fazer essa prestação de contas para que as Deputadas e os Deputados tenham a dimensão da importância desse evento e também dos servidores da Assembleia. Os servidores da Assembleia tiveram papel fundamental no encaminhamento desse seminário. Foram 8.720km percorridos, 12 audiências regionais, todas as macrorregiões visitadas, 70 entidades organizadoras, mais de 5 mil participantes e 84 propostas priorizadas para buscar a superação da pobreza extrema em Minas Gerais. Neste dia em que encerramos a 1ª Sessão Legislativa, nada melhor que apresentar para a sociedade esse resultado.

Muitas vezes, o trabalho da Assembleia é incompreendido. Reitero as palavras dos Deputados que me antecederam, porque nos lembramos muito dessa incompreensão, mas também temos de elogiar quem reconhece o trabalho da Casa. Hoje, o editorial do jornal “Estado de Minas”, “Assembleia orgulha Minas”, mostra que, quando acertamos mais, somos mais reconhecidos. E, quando erramos, o papel democrático da imprensa é exercitado. Então, cabe a nós não julgar a imprensa, cabe a nós fazer o melhor para que melhor sejamos julgados. No caso do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, fizemos um esforço imenso na discussão do PPAG, para traduzir as propostas do seminário em emendas.



Aproveito a presença do Secretário-Geral da Mesa, José Geraldo Prado, cujo papel foi fundamental na orientação das equipes técnicas da Assembleia para que pudessem, num trabalho inovador envolvendo as comissões permanentes da Assembleia, transformar esse PPAG em uma inovação também institucional. Este ano, a discussão do PPAG não ficou restrita à Comissão de Participação Popular, foi uma questão coletiva, que buscou os eventos de cada Comissão; que contou, na análise técnica, com representantes de Deputados de várias comissões permanentes; que buscou resgatar cada proposta de cada evento importante da Assembleia. No caso do seminário “Pobreza e desigualdade”, sob a coordenação da Regina Magalhães, cada proposta aprovada foi transformada em uma emenda ao PPAG. Ao analisar as propostas nas audiências do PPAG, percebemos que muitas delas, além da presença direta nas audiências de participação, vieram de outros eventos, vieram, por exemplo, do “fórum técnico “Violência nas escolas: por uma cultura da paz”. Muitas propostas vieram daquele evento. Muitas propostas vieram do acúmulo da Comissão de Agropecuária, presidida pelo Deputado Antônio Carlos Arantes, uma das áreas mais contempladas do PPAG, a partir do trabalho da Assembleia. Com a presença e com a assessoria do Deputado Carlos Mosconi, a Comissão de Saúde participou das discussões pertinentes a todas as propostas da área da saúde.

Nesses 45 minutos que restam, gostaria de prestar contas dessas propostas, já que falei do processo. Comunidades tradicionais. Sabemos que infelizmente a pobreza em Minas está historicamente presente nos povos indígenas, localizada nos quilombolas, localizada na chamada pobreza rural. Nossa escravidão terminou com os donos de escravos reivindicando direitos adquiridos e indenização. Hoje, em Minas, há poucos e maltratados povos indígenas.

No PPAG, conseguimos aprovar ações de atenção à saúde quilombola, apoio à regularização fundiária de áreas ocupadas por comunidades indígenas e quilombolas. Houve ações na área da cultura e esporte indígena. Deputado Dinis Pinheiro, pela primeira vez, há ação de construção, reforma e melhoria habitacional nas comunidades indígenas. Quem visita as comunidades indígenas conhece as precárias condições em que eles moram. São áreas doadas, desapropriadas, e eles se aproveitam de construções antigas, que não servem nem para reforma mais, como é o caso dos pataxós, em Carmésia.

Na alimentação escolar, houve um “plus”, um recurso a mais para as escolas indígenas e a implementação de projetos de organização dessas comunidades. Isso é muito importante, porque muitos consideram que a questão indígena é de competência da Funai. Mas a Funai é um órgão de Brasília, que tem representação em Minas, mas não tem o braço da educação, da saúde e da agricultura familiar. Queria aqui dizer que esses segmentos estão sendo contemplados no PPAG e também agradecer, pois a emenda popular em relação à organização dos povos indígenas está sendo cumprida ao final deste ano, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social - Sedese - e com autorização da Secretaria de Governo do Estado. A organização deles é fundamental para a ampliação dessas políticas públicas.

Outra área fundamental na superação da pobreza e que diz respeito a todo o Estado e a vários segmentos da sociedade mineira é a segurança alimentar e nutricional. Queria parabenizar o Presidente da Assembleia, Deputado Dinis Pinheiro, que recebeu D. Mauro Morelli, que trouxe um documento com as prioridades do Consea. Neste PPAG, estamos ampliando os recursos para o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional e para o Programa Estadual de Alimentação e Nutrição. Esta é uma ação nova proposta por toda área de nutrição do Estado de Minas Gerais, sintonizada com a política nacional de alimentação e nutrição. Vamos cobrar do Estado essa implementação.

Houve ampliação de recursos para a manutenção do Conselho de Segurança Alimentar e seus vários braços regionais, as CRSANs, e para o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, em que cada Município mede e pesa as crianças pequenas para combater a desnutrição. Esse é o bloco da segurança alimentar. Não cheguei ainda à agricultura familiar, que foi atendida também no PPAG.

Uma área também muito sensível, particularmente para este Deputado, que coordena a Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, é a área da criança. O Deputado Carlin Moura não está aqui, mas, em outra reunião na Casa, ele propôs um debate público sobre os conselhos tutelares. Absorvemos as propostas daquele debate público, aprovando uma ação para a criação de uma escola de conselhos tutelares e disponibilizando recursos para a aquisição de veículos para os conselhos tutelares. Foi um evento institucional da Assembleia. Tivemos o cuidado de disponibilizar recursos para o Plano de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil, para o Protocolo de Humanização do Atendimento às Vítimas de Violência Sexual, para o acolhimento de mulheres vítimas de violência e desmembramos uma ação na Defesa Social para que existam medidas socioeducativas em meio aberto nos Municípios.

O ECA prevê sete medidas socioeducativas para o adolescente que comete ato infracional, e as mais eficazes são as em meio aberto, particularmente a prestação de serviço à comunidade e a liberdade assistida. Os Municípios não desenvolvem essas ações, porque, às vezes, nem sequer têm conhecimento delas. Estamos desmembrando e garantindo recursos para essas ações, em parceria com os Municípios, no âmbito da proteção especial do Suas.

Uma outra área contemplada nesse PPAG está relacionada à população de rua e aos catadores de material reciclável. Esta Assembleia, todos os Deputados e Deputadas da Casa aprovaram recentemente o projeto de lei do Deputado Dinis Pinheiro que cria o Bolsa Reciclagem e cujos relatores foram, na Comissão de Meio Ambiente, o Deputado Célio Moreira e, na Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Sebastião Costa. O referido projeto induz, auxilia, reconhece e paga as associações de catadores pelos serviços socioambientais prestados. Os catadores exercem o belíssimo papel de estimular a coleta seletiva e de reciclar, contribuindo para o meio ambiente e resgatando vidas humanas.

O exemplo da Asmare, em Belo Horizonte, é internacionalmente reconhecido. Aliás, rendo meus elogios à D. Geralda, mulher de luta, já premiada pela ONU como uma das três mulheres mais importantes do mundo em relação à sustentabilidade. Entretanto, em períodos de crise econômica, Deputado Luiz Henrique, o ciclo econômico faz despencar o preço desse material recolhido, desestruturando toda a organização produtiva.

O Bolsa Reciclagem não é um gesto de assistencialismo, mas, sim, uma espécie de blindagem para que, nos períodos de crise, as associações possam continuar o trabalho delas. Foi exatamente isso que inspirou o Presidente da Assembleia a apresentar esse projeto de lei, com o apoio do Movimento Nacional dos Catadores e do Fórum Estadual Lixo e Cidadania. Entretanto, de nada adiantava



contar com o benefício do Bolsa Reciclagem na lei se ele também não fosse inserido no PPAG e no Orçamento. Nesse aspecto, as audiências do PPAG garantiram essa nova ação, bem como os recursos necessários para que as associações tivessem esse apoio na Região Metropolitana.

Além disso, também garantimos, no PPAG, apoio para o Centro de Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, uma parceria do governo federal e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Tivemos ainda preocupação com a cultura, já que ela também é uma forma de emancipação. Sobre essa questão, gostaria de fazer um elogio, porque essa é uma proposta oriunda da sociedade civil, que contou com o trabalho técnico desta Casa. Primeiro, eles nos apresentaram um programa novo, que, por questões organizacionais da Secretaria de Estado, não vingou num primeiro momento, mas vingará no ano que vem, na revisão, tenho certeza. O referido programa foi transformado numa nova ação de organização do Sistema Estadual de Cultura.

O Sistema Estadual de Cultura induz os Municípios a terem planos, conselhos e fundos municipais, para a captação de recursos, inclusive. Incluímos isso como ação nova, mas, no próximo ano, vamos incluí-la como programa. Não queremos somente a cultura de elite, de grandes centros, mas que cada Município tenha condição de apoiar o congado, as festas tradicionais, as fanfarras, as bandas, as manifestações genuínas de cada recanto de Minas, e não, simplesmente importar coisas acabadas e de má qualidade, como muitas vezes vemos. Aprovamos essa ação. Aprovamos para o Jequitinhonha apoios específicos, como a realização do 30º Festival, Deputado Luiz Henrique e Deputado Neilando Pimenta, dignos representantes dessa região. Em Itaobim, acontecerá, no ano que vem, o 30º Festival. No PPAG do ano passado, conseguimos aprovar o Festival. Neste ano, faremos a mesma coisa, no nosso querido Jequitinhonha, Jequitinhonha do Bernardo e do Robertão. No ano que vem, vamos comemorar 30 anos do Festival. A possibilidade, nesse 30º Festival - já conversei com a Secretária de Cultura - é lançar um centro de tradição de cultura do Jequitinhonha. O Prefeito João Pereira já cedeu o terreno. Parece ser um importante passo para que o pessoal não fique no passado, colocando aquelas peças maravilhosas à beira da rodovia. As pessoas têm medo de parar e serem atropeladas. Queremos ter um centro de comercialização do artesanato do Jequitinhonha nessa região. Conseguimos incluir isso no PPAG.

Na área da educação, invoco a participação dos Deputados Bosco, Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; João Leite e Maria Tereza Lara e dos demais integrantes da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e da Comissão de Segurança Pública, que realizaram um dos mais concorridos fóruns técnicos da Assembleia neste período de nove anos em que estou aqui. Tivemos preocupação com a cultura da paz - começo pela cultura da paz, porque a violência é consequência. Em relação à promoção da segurança de trabalhadores e alunos, fizemos um esforço enorme. Parabenizo a Consultoria da Assembleia, particularmente aqueles que acompanharam a área da educação e apresentaram uma ação estruturada de segurança nas escolas. O PPAG tem agora, na área da educação, uma ação nova de promoção de segurança nas escolas, com recursos, concatenando tudo o que o Estado já estava fazendo. Só que agora isso vai ter um foco específico, uma coordenação própria, que será monitorada pela Assembleia. Haverá um comando único dentro do governo, com o aval da Secretaria de Educação. Essa proposta surgiu do fórum técnico. Fico à vontade, porque ele foi coordenado por outras comissões, não pela Comissão de Participação Popular. Aqui é um espaço coletivo, e tivemos o cuidado de incorporar a proposta de rede de acompanhamento social e segurança nas escolas. Demos apoio ao Conselho Estadual de Alimentação Escolar, ao projeto de xadrez nas escolas, que tanto é defendido pelo Deputado João Leite. São várias ações na área da educação.

Antes de passar a palavra ao Deputado Luiz Henrique, quero falar de uma área muito importante.

Cumprimento ao Deputado Bosco, que acabou de chegar. Há duas ações novas na área da educação a partir do seminário que V. Exa., a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado João Leite coordenaram: ação de segurança nas escolas e ação de acompanhamento social. Essa é uma proposta da Assembleia. Iremos agora, não cobrar, mas construir junto com a Secretaria, porque é uma preocupação também da Secretária Ana Lúcia Gazzola, da Sra. Ceres e da sua equipe. Construiremos juntos essa operacionalização. No entanto, está no Plano Plurianual. Digo isso porque muitas pessoas pensam que a Assembleia só diz "amém". Isso não é verdade. Sabemos da maioria e da minoria; sabemos que é uma casa na qual o governo tem a maioria. No entanto, algumas propostas são construídas de forma republicana pelo governo, pela Oposição e pela sociedade civil. Precisamos valorizar o órgão onde trabalhamos.

Deputada Maria Tereza Lara, queria dizer que, para a área da educação, nesse aspecto, temos uma avenida agora para trabalharmos juntos, em razão desse seminário que V. Exa. e os Deputados Bosco, Carlin Moura e João Leite coordenaram com outros parlamentares que integram essas comissões. Antes de conceder os apartes, gostaria de falar sobre o Sistema Único de Assistência Social - Suas.

Sr. Presidente, é uma imensa alegria chegar aqui hoje e dizer que a proposta que o governo enviou a esta Casa... Aliás, este ano se estava atendendo 214 Municípios com o Piso Mineiro de Assistência Social. Aquele valor, por família e por mês, de R\$1,80, do Cadastro Único do Bolsa Família. Agora o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia, poderá dizer para Minas Gerais que, no ano que vem, 820 Municípios obterão o cofinanciamento da política de assistência social. Estamos dando um pulo de 200 para 800. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, foi a proposta mais votada no seminário legislativo "Pobreza e desigualdade". É preciso reconhecer o esforço. Para chegarmos a essa proposta, foi preciso votar, naquele dia, o Fundo de Erradicação da Miséria. Depois que o aprovamos naquela noite, assim como aprovamos os recursos de quase R\$200.000.000,00 para o Fundo, o governo teve a segurança de criar um programa novo no âmbito desse Fundo. O Deputado Doutor Viana, nobre relator do PPAG, no seu parecer - aliás, temos de dizer isso, Deputado Doutor Viana -, possibilitou que haja, no próximo ano, uma ação específica no Fundo que permita quase a universalização do piso. Isso significa que estamos trabalhando juntos tanto no seminário quanto na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, com os Deputados que votaram o Fundo de Erradicação da Miséria, o relator do PPAG, o Deputado Zé Maia, relator do Orçamento, que vai até lá e aprova com os demais membros, e a nossa Comissão de Participação Popular, que coordenou esse processo. Então, todos estamos trabalhando juntos.

Conforme disse naquele dia, Deputados, se aprovarmos o PPAG aqui, como, aliás, iremos aprovar, o Governador o sancionará, e depois pegaremos a lista desses Municípios. Cada Deputado tem de pegá-la e pô-la no bolso, a fim de chegar ao Município onde é votado e dizer: "Olha, além da emenda parlamentar, esta que criamos para praça, quadra e ponte, nós, coletivamente, antecipamos a meta de 2014 para 2012. Como todos, eu estava lá e votei". Essa é uma apropriação coletiva da Assembleia. É isso que temos de fazer



aqui. As nossas conquistas têm de ser coletivas, e não, particulares ou partidárias. Essa é uma grande conquista. Sabe por que, Deputado Luiz Henrique? Porque esse dinheiro é para contratar um psicólogo para atender adequadamente um menino que está no mundo das drogas ou para pegar um carro e ir a um Distrito encontrar uma criança que está sendo abusada sexualmente.

Ou, então, para buscar um idoso, como presenciei em Rubelita, que há 10 anos poderia estar recebendo benefícios de prestação continuada e não o estava porque não existiu vivalma na Prefeitura que tivesse condições de encaminhá-lo a uma agência do INSS em Salinas. É a isso que esse recurso se destina. Não é para fazer propaganda ou dizer que vai ter piso. É para melhorar o atendimento ao mais pobre. A Assembleia de Minas está antecipando essa meta. Temos de dizer isso aos servidores, aos queridos motoristas da Assembleia que enfrentaram 8.720km no seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”. Eles precisam saber que valeu a pena aquele esforço, porque, no mínimo, estamos antecipando uma meta de 2014 para 2012 numa área fundamental.

Ontem, quando essas emendas foram aprovadas na Comissão de Fiscalização, talvez tenha sido o dia mais feliz que vivi nesta Casa. E sabem por quê? Porque agora podemos ir a qualquer lugar de Minas. Vamos poder dizer alto e bom som, nessa prestação de contas, que a Assembleia fez a sua parte. E não foi um, dois ou só o Presidente da Assembleia ou da Comissão de Participação, mas todos. Não adiantaria fazer toda essa mobilização e depois não aprovar a proposta nas comissões. O corpo técnico da Assembleia também foi fundamental. Cada um sabe o papel que teve. Houve diálogo com o governo. Sou um Deputado de Oposição – e o Deputado Rogério Correia vai discutir o Orçamento, ao qual também temos críticas estratégicas -, mas há que elogiar quando é necessário. Senão, fica muito fácil: só bater, bater, bater. E, quando acontece algo positivo, seria só da gente. Não. O governo foi sensível em algumas questões, sim, tenho de reconhecer. Teve gente que se reuniu conosco e foi convencida de que realmente havia os aspectos que todos estávamos levantando.

Queria dizer a Minas Gerais que a antecipação do Piso Mineiro de Assistência Social vai facilitar a Busca Ativa, vai impulsionar o Brasil sem Miséria em Minas e os R\$200.000.000,00 do Fundo de Erradicação da Miséria serão um diferencial. Eu disse ao Deputado Dinis Pinheiro que, às vezes, utilizamos pouco as oportunidades que temos. Participei de um evento sobre os objetivos do milênio representando o Presidente, Deputado Dalmo. Estava presente o mais alto representante do Banco Mundial para a área social no Brasil, e ele ficou sabendo da experiência da Assembleia. Publicamente, num auditório com quase mil pessoas, ele falou que era algo inédito, que ele nunca vira um Poder Legislativo coordenar uma discussão regionalizada sobre a erradicação da pobreza num Estado do tamanho da França. Um elogio da mais alta autoridade internacional! Hoje mostramos que estamos agindo. Bolsa Reciclagem não existe em lugar nenhum do País; existirá agora em Minas. Existe a lei federal do Sistema Único de Assistência Social. Sabem qual é o único Estado que a possui? Minas, porque aprovamos. As pessoas estão ligando para o meu gabinete pedindo para mandar a cartilha, porque querem copiar o modelo, e o Ministério a disponibilizou para os outros Estados fazerem a Lei do Suas.

Temos de agradecer a todos. E o resultado é coletivo. Concedo aparte ao Deputado Luiz Henrique e, em seguida, ao Doutor Viana e ao Dalmo.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)\* - Deputado André Quintão, primeiramente quero parabenizar V. Exa. pelo brilhante trabalho que vem fazendo na Assembleia. Neste balanço de fim de ano, queria estender os cumprimentos ao Presidente Dinis Pinheiro. A Assembleia, Dinis, nessa aproximação com o cidadão mineiro, está chegando ao final do ano. E hoje o Estado de Minas faz um elogio aberto a esta Casa: estamos vendo faixas nas galerias.

Deputado André, sobre as discussões por V. Exa. implementadas, lembro o seminário “Pobreza e desigualdade”, que gerou o Fundo de Erradicação da Pobreza. Há pouco V. Exa. falou do Festivale, cuja 30ª edição será em Itaobim. Hoje à tarde eu me reunirei com o pessoal do Vale Mais, numa soma de esforços que fazemos pela cultura do Vale do Jequitinhonha. Falou-se de cidadania ribeirinha aqui também na Assembleia, que recebeu apoio do Governador Antonio Anastasia por meio do Bolsa São Francisco, que se destina à formação de agentes sociais em quatro cidades localizadas à beira do Rio São Francisco, com menor IDH: Matias Cardoso, Itacarambi, Manga e Pedras de Maria da Cruz. Numa parceria com a Assembleia, o governo está tentando erradicar a miséria por meio do conhecimento. Esse é o destino do Bolsa São Francisco.

Registro ainda a alegria de chegar ao final do ano agradecendo aos pares a importante votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, do Deputado Paulo Guedes, que criou o Dia dos Gerais, valorizando o Norte de Minas como berço da cultura mineira. O povoamento de Minas começou por aquela região. É um final de ano muito significativo para esta Casa, para o Norte de Minas. Desejo aos colegas um feliz Natal e um próspero ano-novo, extensivo aos mineiros que nos assistem pela TV Assembleia. Parabéns, Deputado André Quintão, pela sua atuação durante este ano, quando promoveu muitos esforços. Por meio desse trabalho conjunto, conseguimos evoluir muito, principalmente em relação à BR-367 e ao combate à pobreza e à desigualdade em nosso Estado. Parabéns.

O Deputado André Quintão\* - Obrigado, Deputado Luiz Henrique, que também fez parte dessa conquista. O governo do Estado mandou um projeto estruturador que é resultado de um trabalho suprapartidário que esta Assembleia realizou. Visitamos as comunidades que estavam desassistidas pela Copanor, com menos de 200 habitantes. Agora, o governo mandou. Irá atender em parceria com o governo federal. Mais uma vez, a matéria jornalística que a Juliana, a Alessandra e o Luiz Ribeiro fizeram foi premiada como a mais bem feita no Estado pelo Sindicato dos Jornalistas. Até a imprensa nos ajudou.

Concedo aparte ao Deputado Doutor Viana.

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Nobre Deputado André Quintão, acabei de me inscrever para falar logo depois de V. Exa., dado o brilhantismo de sua apresentação, que faz com propriedade, domínio, conhecimento, tranquilidade e grande afetividade. Vejo a emoção que enche seu coração. Vou-me inscrever para não tomar seu tempo, pois, com muita alegria, quero continuar a ouvi-lo. V. Exa. ainda tem 15 minutos. Ia apartear-lo para resumir o trabalho que resultou no PPAG. Ouvirei atentamente suas ponderações e farei minha inscrição para não tomar seu tempo. Prefiro ouvi-lo mais.

O Deputado André Quintão\* - Deputado Doutor Viana, muito obrigado. Reconheço que V. Exa. teve um papel fundamental. Com essa mesma intensidade, iremos continuar esse trabalho de construção da efetivação dessas propostas, como fizemos desde a época da Presidência do Deputado Mauri Torres e depois com o Deputado Alberto Pinto Coelho, hoje Vice-Governador, uma pessoa que

sempre apoiou os processos de participação popular. Hoje, sob a condução do Deputado Dinis Pinheiro, como já disse, artífice desse grande esforço que fazemos em Minas Gerais para a superação da pobreza. Concedo aparte ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado André Quintão. Em primeiro lugar, gostaria de manifestar a nossa enorme satisfação em ouvir o seu contagiante pronunciamento. Isso faz muito bem aos nossos ouvidos e à nossa alma, como parlamentares. Tenho profunda admiração pelo trabalho de V. Exa., que faz com amor, com sentimento e com conhecimento de causa.

É difícil questionar o sucesso que tem obtido no Parlamento mineiro. Quando falamos em sucesso parlamentar, falamos em sucesso para Minas. Desde o primeiro momento, V. Exa. sempre esteve atento, dando prioridade absoluta às questões sociais e mais necessárias, em sua história de vida como assistente social e conhecedor de toda essa problemática que enfrentamos. É da sua lavra a lei mineira já conhecida no Brasil. Tive o prazer de ser o Presidente da Comissão. É também da sua lavra o seminário que realizamos. Sem dúvida, fechamos, este ano, um dos mais concorridos seminários que o Parlamento já realizou, sobre o combate à miséria, à desigualdade e pela dignidade humana.

Tive o prazer de estar com V. Exa. em Pouso Alegre e pude ver o carinho e atenção que sempre dispensou aos mais necessitados e àqueles que apresentavam sugestões.

Hoje V. Exa. diz que está feliz por ter tido, na tarde de ontem, todas as suas emendas aprovadas, mas estamos muito mais felizes. Queremos compartilhar da alegria com V. Exa., que acompanhou desde o primeiro momento toda a tramitação do PPAG em sua Comissão de Participação Popular. Sabemos da importância que tem tido a voz de todos no Parlamento mineiro, em razão da seriedade com que tem tratado essas questões.

Gostaria de olhar para V. Exa., que está no alto da tribuna, e dizer que somos muito gratos pela sua condução séria, correta, transparente e participativa. Além do mais, V. Exa. faz questão de compartilhar com seus colegas, mas sempre foi e sempre será o nosso comandante nessas ações tão importantes para Minas Gerais.

Estou muito feliz hoje com o seu pronunciamento. Arquivarei as notas taquigráficas em meu gabinete. Somente quem ouviu o que disse sentiu no coração esta enorme satisfação de estar no Parlamento mineiro, de ser Deputado, de participar das audiências públicas, de ver o resultado obtido e de ver, com certeza pelo seu esforço, o esforço também da Mesa, do Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, e de todos nós para realizar esse grande projeto social para Minas Gerais e para o Brasil.

Que Deus abençoe V. Exa. Estamos imensamente felizes, como V. Exa. se encontra, com a aprovação agora no Plenário. Parabéns.

O Deputado André Quintão\* - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Gostaria de dizer que, se hoje, em Minas Gerais, há leis inovadoras, isso se deve, já na primeira Comissão de Justiça, a pessoas como V. Exa. e como o Deputado Sebastião Costa, que souberam trabalhar. Ontem ouvi algumas críticas à Comissão de Justiça das quais não compartilho, pois, quando há diálogo e convencimento, os Deputados apresentam alternativas, como foi o caso de V. Exa. e do Deputado Sebastião Costa nessa Comissão, principalmente em relação às questões sociais.

Concedo aparte à Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputado André Quintão, quero parabenizá-lo pelo brilhante trabalho feito, nesta Casa, como Presidente da Comissão de Participação Popular. Concordo com V. Exa. que essa vitória do PPAG e desses avanços na área social é uma vitória coletiva. Deputado, quando o parlamento é fortalecido, a democracia é que se fortalece. É a democracia representativa que avança para a democracia participativa direta. É egoísmo pensar que cada um de nós, sozinho, pode avançar. Uma instituição só se fortalece quando cada um de seus membros dá sua contribuição.

Quero cumprimentar a Mesa diretora e a nossa Comissão. Quero, de público, dizer ao Deputado João Leite e aos Deputados Sargento Rodrigues e Cássio Soares que neste ano, na questão do fórum técnico de segurança nas escolas, nós pudemos contribuir muito. Com essas emendas, houve um maior investimento na educação como forma de prevenção à denúncia. Não há caminho para construir uma cultura da paz que não passe pela educação.

Ficamos felizes de ter participado deste Parlamento mineiro, com a nossa Presidente Dilma, que tem colocado como objetivo o combate à miséria e à fome neste país. Houve uma participação efetiva deste Parlamento, e, como representante da mulher mineira, não poderia deixar de dar a nossa contribuição. E, às vésperas do Natal, pedimos ao Menino Jesus que abençoe o nosso Estado, o nosso país e todos que têm contribuído para uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Quero encerrar dizendo que é muito bom quando sindicatos, como o Sindjus e Sinjus, estão aqui agradecendo. Não que eles sejam obrigados, mas o espírito de gratidão ajuda a construir esta sociedade mais justa que tanto queremos. Muito obrigada.

O Deputado André Quintão\* - Deputada Maria Tereza Lara, quero cumprimentá-la pelo belíssimo seminário de segurança nas escolas, conduzido pelas Comissões de Educação e de Segurança Pública.

Concedo um aparte ao Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Ilustre Deputado André Quintão, também quero ressaltar o trabalho de V. Exa. à frente da Comissão de Participação Popular, especialmente na condução dos trabalhos do Plano Plurianual de Ação Governamental, que considero uma das leis mais importantes que temos no Parlamento, porque é a lei de planejamento do Estado, especificamente, neste caso, o planejamento de 2012 a 2015. E V. Exa., à frente da Comissão de Participação Popular, sempre aprimorando os mecanismos de controle popular sobre o Orçamento. E esse aprimoramento se dá não só na ida aos Municípios, mas também fazendo um monitoramento das ações, das metas estabelecidas para garantir o seu cumprimento. Neste ano, houve uma inovação, com a Comissão de Participação Popular, cuja presidência V. Exa. tão bem exerceu, e trazendo as outras comissões permanentes para participar do debate, para participar desse monitoramento. V. Exa. sempre nos ensina, com muita clareza, que o Estado só tem razão de ser se estiver a serviço da sociedade. Se ele não estiver a serviço da sociedade, ele perde a sua razão primeira de existir. Obviamente, percebemos que os tecnocratas, os servidores técnicos do Estado ficam muito preocupados com a saúde financeira do Estado. V. Exa. pôde perceber que, nesta semana, todos os principais projetos aqui votados foram para reforçar o caixa do Estado, por meio de empréstimo no mercado externo ou de aumento de tributação.

Não somos contra. O Estado tem uma saúde financeira frágil. Não somos a favor de que o Estado tenha uma saúde financeira frágil; desejamos que ele seja robusto, bem aquinhado, tenha um orçamento forte. Esse orçamento - aí entra o papel da sociedade civil e do PPAG - tem de estar a serviço da sociedade, do povo. Neste ano, ficamos preocupados em garantir o melhor funcionamento da Copanor, que não está cumprindo a sua função social, ou seja, levando saneamento básico e água tratada às regiões mais carentes do Estado. Reforçamos isso no PPAG.

Também nos preocupamos em reforçar o Orçamento Criança e Adolescente – OCA. Precisamos garantir que os princípios estabelecidos no ECA sejam aplicados na prática, não apenas no papel. Assim, as nossas crianças e adolescentes poderão ter um futuro melhor.

V. Exa. reforçou muito a questão da saúde pública, da educação. Conseguimos emplacar, por exemplo, no PPAG, uma emenda para que seja construída uma escola estadual no Bairro Petrovale, em Betim, fruto de uma audiência pública e mobilização da sociedade de lá.

Então, diversas emendas populares vão dando um perfil mais social ao Orçamento. Enquanto os técnicos dão um perfil orçamentário, V. Exa., com a condução dos trabalhos na Comissão de Participação Popular, dá um perfil social. Esta é a verdadeira lição e o papel mais bonito: um Estado que está a serviço do povo, da sociedade mineira. V. Exa. está de parabéns. Esperamos, com a aprovação do PPAG 2012-2013, ter um Estado de Minas Gerais cada dia melhor para o povo viver, e não somente nos indicadores, nos índices e no papel.

O Deputado André Quintão\* - Obrigado, Deputado Carlin Moura, parceiro da Comissão de Participação Popular. Lembrei-me daquele debate público promovido por V. Exa. sobre os conselhos tutelares. Tivemos cuidado; então, vai haver uma ação nova da Escola de Conselhos e apoio à operacionalização da informática e dos veículos para os conselhos tutelares.

Concedo aparte ao Deputado Célio Moreira.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - Obrigado, Deputado André Quintão. É uma honra apartear V. Exa. Fico tranquilo com a sua atuação à frente da Comissão de Participação Popular. Fico tranquilo quando V. Exa. apresenta um relatório, um substitutivo, um fórum, um debate, porque está sempre atento a questões sociais. Gostaria, Deputado André Quintão, de testemunhar a seriedade com que V. Exa. desempenha o seu trabalho. Fomos Vereadores juntos, Deputados juntos, e, portanto, tenho ciência do seu compromisso de acabar com a miséria e a fome por meio das propostas que apresenta nesta Casa. Além disso, demonstra cuidado e preocupação com as comunidades terapêuticas, com as pessoas portadoras de necessidades especiais. Houve emendas e proposições da lavra de V. Exa. na questão social.

Minas Gerais, como V. Exa. relatou, sai mais uma vez na frente. Quero, na pessoa de V. Exa., cumprimentar os Deputados das Comissões de Educação e de Segurança. Cumprimento também o Presidente Dinis Pinheiro, que sempre foi parceiro e apoiou V. Exa. nessas questões. Foram realizados debates, com a presença de lideranças importantes desta Casa, liderados por V. Exa. Então, temos um PPAG voltado para as questões sociais, não apenas para as questões relacionadas com o Norte de Minas e com os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, porque V. Exa. está sempre preocupado em atender pessoas e comunidades que não tinham voz nem vez. Nesta Casa, agora, por meio de V. Exa., essas pessoas têm voz e vez.

Mais uma vez, parabênico V. Exa. pelo excelente trabalho que está realizando nesta Casa. Sinto-me orgulhoso e tranquilo por trabalhar com V. Exa.

V. Exa., com toda a certeza, é um dos nossos pares a quem sempre faço referência onde vou, dizendo que a Casa ganha muito com sua presença neste Parlamento. Portanto, registro o trabalho sério e comprometido de V. Exa., que tem feito política lutando por políticas públicas para atender principalmente as comunidades carentes do nosso Estado. Mais uma vez, parabéns pelo trabalho e pelo exemplo que V. Exa. tem dado a esta Casa.

O Deputado André Quintão\* - Agradeço ao Deputado Célio Moreira, companheiro de longa data, desde a Câmara Municipal. V. Exa. sempre foi um parlamentar muito digno. Temos compromissos e visão de vida em comum.

Sr. Presidente, peço 60 segundos apenas para concluir.

Felizmente, foram aprovadas 81 emendas populares.

Não falei sobre a agricultura familiar, Deputado Antônio Carlos Arantes, mas o Minas sem Fome, que estava na série B, foi para a série A. Isso aconteceu com a presença e a participação de V. Exa., com ações de criação de pequenos animais e apoio à implantação de lavouras. Subimos de qualidade graças ao empenho de V. Exa., além de ampliarmos a possibilidade de ação da Subsecretaria de Agricultura Familiar. O Fica Vivo tem mais recursos, assim como a economia familiar solidária. No próximo ano, retomaremos esse balanço.

Agradeço a todos que me apartearam. Discordo das críticas dirigidas à Comissão de Constituição e Justiça, particularmente a V. Exa., Deputado Sebastião Costa. Não o fiz ontem pela celeridade das votações.

Cumprimento, mais uma vez, os servidores da Casa e o faço nas pessoas do José Geraldo e da Regina, que muito apoiaram o processo de negociação e de formatação técnica do PPAG, e de toda a equipe que participou dos eventos e fóruns técnicos; a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, na pessoa do Deputado Zé Maia; toda a equipe do nosso gabinete, que participou efetivamente desse projeto, e o conjunto dos Deputados e das Deputadas.

O processo do PPAG é institucional da Assembleia, não é mais de uma comissão. No próximo ano, o monitoramento será feito pelas comissões. Cada emenda popular, cada requerimento, tudo isso que falei será tornado público. É uma apropriação coletiva. Essa é a aposta que temos que fazer. Vim aqui porque acompanhei isso de perto, mas cada Deputado, na sua área, fará esse acompanhamento.

Terminamos este ano, Deputado Inácio Franco, com a sensação de dever cumprido. Repito o que disse no início: hoje podemos voltar nas 10 macrorregiões e prestar contas para todas as pessoas que participaram dos fóruns técnicos e dos seminários. É lógico que agora temos que acompanhar e ajudar a cobrar, mas também construir a efetivação junto com o governo. Uma coisa é a lei, outra coisa é a prática. Somos Poder Legislativo, não somos Poder Executivo. Estou fazendo um balanço coletivo. No parlamento, sempre aprendi que uma andorinha só não faz verão. Quem vem para a Assembleia achando que fará carreira solo se estrepia porque esta é



uma Casa coletiva. Tudo aqui tem que ser conquistado com os demais Deputados, com o corpo técnico, negociado com o governo e com a sociedade. Agradeço muito porque não faço esse balanço em nome da Comissão, mas em nome da Assembleia Legislativa.

Então, queria agradecer muito porque não estou fazendo esse balanço em nome da comissão, mas em nome da Assembleia Legislativa. Queria agradecer a todos, à nossa Liderança maior na bancada, o Deputado Rogério Correia, que nos compreendeu e ajudou na nossa participação, e ao Deputado Luiz Humberto Carneiro, Líder do Governo, por intermédio de quem agradecemos também aos interlocutores do governo: à Seplag, ao André Reis, à Renata, ao Alberto, ao Danilo e ao Governador Anastasia, que tiveram nesse processo sensibilidade para acolher algumas propostas que originalmente estavam no planejamento do governo. Temos muita ação nova aqui, e o governo tem de concordar com elas, pois tem maioria aqui. Se ele concordou, repito, temos também que ver. Na hora de criticar, vamos criticar; na hora de elogiar, vamos elogiar. Muito obrigado. Valeu a pena. Vamos continuar com a votação e ouvir os demais Deputados.

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Doutor Viana.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, telespectadores da TV Assembleia, pessoal que nos assiste nas galerias, funcionários da Casa, nesta discussão do Plano Plurianual, com a manifestação do Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular, vemos que o plano não é apenas plurianual, mas também plural.

Início agradecendo a consultoria que nos deram os funcionários desta Casa na elaboração desse relatório. Com muita alegria, fui relator do Projeto de Lei nº 2.520/2011, o PPAG. Quero agradecer a toda a Casa, citando o nome dos componentes, dos Consultores e assessores que nos auxiliaram na concepção do relatório: Luciana, Érica, Regina, Suzane, Mário, Daniel, Paulo, Mônica, Renata e Valéria. Essa equipe de alto gabarito, experiência e competência nos auxiliou na execução desse relatório tão importante do PPAG para os próximos quatro anos.

Queria ainda dar uma explicação aos colegas e às pessoas que nos assistem para entenderem, em rápidas palavras, o que é o PPAG. O PPAG sistematiza, para um período de quatro anos e de modo regionalizado, todos os programas que o governo pretende desenvolver com suas ações, isto é, todos os projetos e atividades que devem ser feitos para garantir a entrega, à sociedade ou à própria administração pública, de um produto - bem, serviço ou transferências financeiras - com os respectivos quantitativos físicos e financeiros.

O projeto encaminhado a esta Casa traz o plano para o quadriênio 2012-2015, conforme determina o art. 154 da Constituição Estadual. O novo plano se coaduna com o Projeto de Lei nº 2.337/2011, que atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - para o período 2011-2030. A atualização trouxe inovações estruturais e metodológicas, e tais inovações se refletem na estrutura do PPAG 2012-2015, que passa a organizar os programas em redes de desenvolvimento integrado.

As redes constituem um novo arranjo institucional baseado em um modelo de governo aberto e articulado e buscam, concomitantemente, integrar as ações governamentais em áreas e possibilitar maior interlocução e cooperação entre o governo e outras instituições públicas e privadas, inclusive entre os níveis governamentais. As redes organizam os programas, classificados em programas estruturadores e associados. Os programas, por sua vez, se desdobram em ações, que são a unidade mínima do Plano e fazem a ligação com o Orçamento anual.

Uma inovação metodológica nesse aspecto foi o desdobramento dos programas estruturadores em projetos e processos estratégicos. Os processos estratégicos correspondem a atividades do Estado, isto é, ações perenes, com entregas de produtos que se mantêm e se repetem ao longo do planejamento. Os projetos estratégicos são ações que resultam em um produto novo, bem ou serviço, fazendo entregas específicas e únicas para a sociedade ou para a administração. Com essa nova forma de organização, espera-se poder diferenciar a forma de monitoramento de projetos e processos, levando-se a um melhor gerenciamento dessas ações.

A tramitação do Plano nesta Casa abre espaço para a vocalização de preferências do Legislativo e da população, conferindo a esse processo uma dimensão participativa na qual as escolhas de governo são discutidas e legitimadas. Nos meses de setembro e outubro foi realizado o seminário legislativo "Pobreza e desigualdade" em 12 cidades mineiras, em que foram colhidas propostas da população para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades regionais no Estado. As propostas foram analisadas pela Assembleia Legislativa e indicadas como proposta com potencial de incidência no PPAG 2012-2015. Além dessa iniciativa, nos dias 7, 8 e 9 de novembro de 2011 esta Casa promoveu audiências públicas em Belo Horizonte com vistas a discutir as ações e programas do PPAG e propor alterações.

Desse processo resultaram 399 propostas populares que, após análise da Comissão de Participação Popular, foram transformadas em 199 propostas de ação legislativa, que geraram 81 emendas ao projeto de lei do PPAG e 25 emendas ao projeto de lei orçamentária, além de requerimentos solicitando providências e informações a órgãos e entidades da administração pública. Dessas 81 emendas, 15 foram aprovadas na forma de subemendas que receberam o nº 1, e 66 na forma original.

As sugestões populares abrangeram várias áreas das políticas públicas do Estado e versaram sobre temas como o aprimoramento do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional-Sisvan - e do Sistema Único de Assistência Social - Suas -; ampliação e estruturação das Defensorias Públicas; implantação de um sistema estadual de cultura; atenção ao usuário de álcool e drogas; capacitação de jovens rurais; regularização fundiária de unidades de conservação e dos territórios de povos e comunidades tradicionais; preservação de nascentes; melhorias habitacionais em comunidades indígenas; abastecimento de água para pequenas comunidades rurais; apoio à implantação de lavouras, extrativismo, pecuária e agricultura familiar; alimentação escolar; rede de acompanhamento social nas escolas; fortalecimento da política de prevenção à criminalidade; capacitação para profissionais das áreas de segurança pública e das políticas de proteção para segmentos vulneráveis; implantação do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual Infante-Juvenil; apoio a empreendimentos da economia popular solidária com implantação de pontos de comercialização e feiras livres; ligação de trechos rodoviários e apoio a inventores independentes. Destacam-se ainda as propostas de universalização do piso mineiro de assistência social, a implantação da bolsa-reciclagem para os catadores de material reciclável e a criação de programa destinado à segurança nas escolas, por meio da capacitação em mediação de conflitos e convivência com a diversidade.

Foram recebidas ainda 150 emendas parlamentares. As emendas parlamentares abrangeram várias áreas das políticas públicas do Estado, priorizando diversas regiões. Quatro emendas foram acatadas na forma original, 7 na forma de subemenda, e 26 emendas foram prejudicadas pela aprovação de outras. Grande parte das alterações propostas já estavam incluídas no Plano, por isso não foram acatadas. Algumas emendas acatadas promovem maior transparência e asseguram o monitoramento do PPAG, também no que diz respeito a subprojetos e subprocessos que não são facilmente visualizados no Plano.

Apresentaram-se ainda 53 emendas para corrigir erros materiais, permitir maior adequação dos produtos às finalidades das ações, regionalizar ações e compatibilizar a terminologia do PPAG ao PMDI. Outras 49 emendas foram apresentadas para compatibilizar o PPAG e as alterações feitas no projeto da lei orçamentária, também em tramitação nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este relator faz essas considerações exatamente para esclarecer a metodologia aplicada na relatoria desse importante Projeto de Lei nº 2.520/2011, do Governador do Estado e da administração executiva do Estado. Quero parabenizar a todos os que participaram e dizer que, cada vez mais, o governo estadual, o Governador Anastasia promove a pluralidade de ações e a participação de toda a sociedade, em todos os níveis, com a valorização do trabalho do Parlamento mineiro, para que não fique estritamente técnico, tecnocrático, esse PPAG tão fundamental, tão importante para planejar as ações do governo nos próximos quatro anos.

Concedo aparte à nobre e digna Sra. Deputada Luzia Ferreira.

A Deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Obrigada, Deputado Doutor Viana. Primeiramente gostaria de fazer uma constatação. Venho do exercício parlamentar na Capital, numa Câmara também atuante, que vota projetos de extrema complexidade e relevância. Sr. Presidente, neste ano de experiência neste Parlamento, estou muito impressionada com a relevância, a capacidade de diálogo e de entendimento nesta Casa. Venho de um Parlamento em que praticamente não havia oposição conformada. V. Exa. disse que neste Parlamento há pluralidade.

Disse também o Deputado André Quintão, que faz parte da Oposição, que esta Casa é importante para discutir os assuntos do Estado, que há disposição de todos os parlamentares para o diálogo e, mais ainda, que há facilidade de comunicação com o governo do Estado. Quem disse isso foi um Deputado da Oposição.

Quero agradecer a todos os parlamentares. Fui muito bem-acolhida aqui. Quero dar este testemunho da organização da Casa para levar à frente os debates. Meus cumprimentos a todos os servidores, competentes e comprometidos, que bem exercem a sua função nesta Casa. Cumprimento ainda a Mesa da Assembleia pela condução dos trabalhos neste ano. Mesmo nos momentos de conflito, soube permanecer serena, não deixando esgarçar as relações entre os parlamentares.

Quero dizer que o Parlamento, apesar de ser o Poder mais criticado, deixa perceptíveis no PPAG, na Lei Orçamentária, os avanços reais que promovemos para a ampliação da cidadania, com as propostas originadas dos debates que aqui travamos. E isso durante todo o ano, quando surgiram boas ideias nas diversas comissões, nos diversos fóruns, oriundas das várias iniciativas e da participação dos Deputados que apresentaram emendas, que ficaram atentos e discutiram propostas. Isso é o mais relevante.

Travamos debates calorosos, tivemos espaço para defender nossas ideias e apresentar nossas propostas. O PPAG, de certa forma, é esse compromisso de todo o Estado de Minas Gerais, manifestado por seus representantes, nesta Casa e no Executivo, de construir as pontes para Minas Gerais cada vez mais desenvolvido, com qualidade de vida e desenvolvimento. Também é de nossa responsabilidade fazer um Estado mais harmonioso, sem tantas desigualdades.

Fico feliz por ter participado desta Casa durante o ano de 2011, como parlamentar; aprendi muito com cada um de V. Exas. e espero continuar contribuindo para a valorização do Parlamento e para sustentar o Governador Anastasia, que ficará como modelo na história da gestão pública deste país. Na semana passada, estive em uma reunião em São Paulo, e lá um Promotor de Justiça do Pará, estudioso da gestão pública, do controle social e da transparência, tendo escrito dois livros e partindo para um terceiro, discorreu sobre a experiência de Minas, que, segundo ele, é modelo no Brasil, do ponto de vista do controle independente, financeiro e orçamentário, e da transparência. É um depoimento insuspeito, porque esse Promotor não trabalha em Minas Gerais.

Parabenizo V. Exa. por ser tão comprometido com o povo de Minas Gerais, por ser sempre atento às causas coletivas. Agradeço-lhe também seu companheirismo, sua gentileza no trato com todos.

Meu abraço a todos. Que no próximo ano possamos continuar nesta mesma caminhada! Muito obrigada, Deputado Doutor Viana.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço as palavras da Deputada Luzia Ferreira, primeira mulher Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Concederei aparte primeiro ao Deputado Bosco, depois ao Deputado Rômulo Viegas e, em seguida, ao Deputado Mosconi.

O jovem Deputado Bosco resgatou a região do Alto Paranaíba, voltando Araxá a ter representante no Parlamento mineiro. Ei-lo que chega com muita expectativa e com grande conhecimento, surpreendendo-nos por sua capacidade de lutar, de forma sensata, pelas causas do povo, nosso objetivo maior, e pela defesa de sua região. Ele se encontra dentro de um verdadeiro triângulo: o próprio Triângulo em si, o Alto Paranaíba e a sua querida Araxá, que está completando 146 anos. Deputado Bosco, um abraço. A palavra é sua.

O Deputado Bosco (em aparte) - Meu caro amigo Deputado Doutor Viana, é com satisfação que solicito este aparte para agradecer-lhe as palavras ditas neste momento, e, de forma muito especial, cumprimentá-lo pelos trabalhos realizados durante este ano na Assembleia Legislativa, V. Exa. é uma liderança incontestável e referencial no Parlamento mineiro.

Quero cumprimentá-lo, Deputado, pelo trabalho exaustivo que V. Exa. realizou na análise e na avaliação do PPAG, sobretudo das emendas apresentadas, que, conforme V. Exa. relatou, foram numerosas, um recorde. Isso demonstra o comprometimento dos parlamentares desta Casa para o aprimoramento de matérias importantes, como é o caso do PPAG. Quero cumprimentar V. Exa. por seu trabalho na relatoria desse importante projeto, o qual realmente demandou muito tempo e dedicação de V. Exa. Não poderíamos ter um relatório mais positivo e transparente como o que foi apresentado neste momento.

Gostaria de dizer, Deputado Doutor Viana, já que V. Exa. citou o nosso querido Alto Paranaíba, a nossa querida cidade de Araxá, que concordo com V. Exa. Realmente o Alto Paranaíba, sobretudo Araxá e o Planalto de Araxá, ficou praticamente 20 anos sem um



representante no Parlamento mineiro. Labutaram aqui vários Deputados da região, o Dr. José Rodrigues Duarte, o Carlos Lemos, a saudosa Elisa Alves. Por último, em 1999, o Dr. César Mesquita, que aqui ficou tão somente 10 meses, na condição de suplente, não teve tempo suficiente para realmente buscar o destaque, a participação efetiva do Alto Paranaíba nas ações da Assembleia e do governo, conforme pretendia. Agora, temos a grande tarefa, a grande missão de fazer com que o Alto Paranaíba participe efetivamente da divisão do bolo do Estado, que ele seja, de forma efetiva, atendido nas ações do governo, quer na saúde, quer no desenvolvimento econômico, quer no esporte, quer na área social. É preciso que o Alto Paranaíba seja incluído em todas as ações do governo do Estado.

Caro Doutor Viana, tive a oportunidade de apresentar várias emendas ao PPAG, tendo como foco o Alto Paranaíba. A região situa-se entre o Triângulo e o Centro-Oeste. E hoje dependemos muito dessas duas regiões. Somos, sim, bem atendidos por elas, mas a distância continua sendo um paradigma, uma barreira a ser transposta pelos nossos conterrâneos de Araxá de toda a região. Por isso, propomos algumas ações e medidas para que o Alto Paranaíba seja, de fato, contemplado da melhor forma possível. Deputado Doutor Viana, colocamos e pontuamos a questão do setor econômico. Temos ali importantes mineradoras. Em Araxá, temos a CBMM, a Vale Fértil, que adquiriu a Bunge Fertilizantes; temos, ao lado, em Tapira, também a Vale Fértil; em Patrocínio e Patos de Minas, uma expansão grande de produção mineral. É o Triângulo Mineiro desenvolvendo-se, crescendo e colaborando com o desenvolvimento do Estado de Minas e do Brasil.

Com sua permissão, Deputado, gostaria de fazer uma breve leitura sobre as nossas justificativas em relação a essas proposições. “De acordo com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, o Alto Paranaíba, com 655.300 habitantes, é a segunda região mais populosa de Minas Gerais, respondendo por 4% do PIB do Estado; 3% dos empregos formais e 6,1% das exportações. No que se refere à composição setorial do PIB, a indústria responde por 24,2% do PIB da região, merecendo destaque a mineração e a metalurgia”. Em que pese a tais dados, que parecem demonstrar uma economia forte, na verdade, pelo comparativo do PIB “per capita”, a região era maior que a média do Estado, situação que infelizmente se inverteu em 2010.

A economia vem caindo ao longo do tempo, atestando o empobrecimento da população do Alto Paranaíba. Para reverter tal quadro, é imprescindível a oferta de outra matriz energética economicamente sustentável, capaz, pela sua natureza, de atrair novos investimentos. Daí a necessidade de um novo ramal do gasoduto que vai ser implantado de Uberaba até Araxá, indo até Patrocínio, Serra do Salitre e Patos de Minas. A nossa presente proposta objetiva ainda consolidar a implantação do gasoduto para o Triângulo Mineiro, vez que houve a assinatura do protocolo de intenções entre os governos federal e estadual. Ou seja, juntamente com vários Deputados desta Casa, com o Governador Antonio Anastasia, com a Presidenta Dilma Rousseff, tivemos oportunidade de participar do lançamento desse importante empreendimento: o gasoduto em Minas Gerais. Lá em Uberaba será instalada uma fábrica de amônio, matéria-prima importantíssima na produção de minerais e de fertilizantes. Queremos que seja estendido um ramal desse gasoduto até essas regiões produtoras, a exemplo de Araxá, Patrocínio e Patos de Minas. Queremos que a saúde do Alto Paranaíba também receba investimentos por parte do governo. Assim, poderemos oferecer à população do Alto Paranaíba atendimento na medicina de alta complexidade. Hoje, Deputado Doutor Viana, os nossos pacientes de Araxá e região, que poderiam ser tratados lá mesmo em Araxá e na Microrregião de Araxá, têm de ir para outras regiões. Entre tantas propostas, apresentamos essa solicitação do implemento à saúde na nossa região, a exemplo também desse importante projeto que é o Caminhos de Minas. O Caminhos de Minas está fazendo a diferença para o Estado todo, interligando cidades com asfaltamento, facilitando o escoamento de produção, potencializando a economia de todos os Municípios mineiros.

No nosso Alto Paranaíba não é diferente: temos várias demandas, a exemplo da interligação do Rio Paranaíba com Serra do Salitre, de Pratinha com Medeiros, de Perdizes com Uberaba e um trecho de Araxá até Sacramento. Como ali existem várias demandas, tenho certeza absoluta de que o nosso Governador Anastasia vai também incluir essa região nesse importante projeto, o Caminhos de Minas.

Mais uma vez, Deputado Doutor Viana, nossos parabéns. Cumprimento todos os colegas parlamentares que, de forma efetiva, têm contribuído para o desenvolvimento de Minas Gerais. Um abraço a todos. Que todos tenham um santo Natal e que 2012 seja ainda melhor que 2011. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Eu é que agradeço o aparte do nobre Deputado Bosco, essa liderança jovem, mas de grande experiência e de grande valor, que, com certeza, vai fazer a diferença em Minas Gerais, mas principalmente na região do Alto Paranaíba, do Triângulo e da querida Araxá, que o elegeu para representá-la aqui. Com certeza, ela será bem-representada nesta Casa neste mandato.

Com muita alegria, concedo aparte ao Deputado Carlos Mosconi, colega, médico e amigo.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)\* - Caro Deputado Doutor Viana, faço este aparte a V. Exa. com muita satisfação, principalmente neste momento em que chegamos ao final dos nossos trabalhos deste ano. Quero cumprimentá-lo não só pelo pronunciamento que faz agora, mas pelo trabalho que desempenha nesta Casa, um trabalho de muita constância, de muito zelo, um trabalho com uma enorme responsabilidade. Caro Deputado Doutor Viana, V. Exa. conseguiu ter de todos nós desta Casa o respeito, a consideração e a admiração por essa maneira com que desempenha o seu papel, com muita dignidade, e pela sua relação muito cortês e cordial com seus pares.

Quero também cumprimentar o Deputado André Quintão, que antecedeu V. Exa., cujo trabalho também é importante. Ele é uma espécie de tutor do PPAG aqui nesta Casa. Infelizmente, não pude estar no Plenário, mas queria levar meus cumprimentos ao Deputado André Quintão.

Caro Deputado Doutor Viana, neste momento em que estamos terminando nossos trabalhos, gostaria de dizer ao Presidente Dinis Pinheiro que conduziu a Casa com extrema serenidade nesse ano difícil, em que passamos por provações, por enormes dificuldades, que muitas vezes nos causou enorme constrangimento neste Plenário. V. Exa. manteve sua serenidade, enquanto alguns queriam perdê-la, em razão da contundência dos fatos que aqui ocorreram. Mas tivemos em V. Exa. um condutor extremamente competente, equilibrado, experiente ainda jovem, que soube conduzir a Casa com sabedoria durante este ano. Então, parabenezo-o e dou meu testemunho pelo trabalho de V. Exa., que realmente dignificou a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Caro Presidente, caro Deputado Doutor Viana, também V. Exa. é sempre diligente nas questões de saúde, e conseguimos alguns avanços em Minas Gerais. Não foi só a Emenda nº 29, regulamentada no Congresso, que nos trouxe essa alegria. Ainda que não seja



uma alegria total, foi pelo menos uma alegria parcial, uma vez que demos um passo adiante. Aqui em Minas Gerais tivemos um trabalho, junto com o Sindicato da Saúde, e várias das solicitações feitas pelo sindicato foram aceitas pelo governo do Estado, em uma demonstração de sensibilidade, de compreensão e principalmente de competência, principalmente por parte do Governador Antonio Anastasia. A redução da carga horária dos funcionários da Fhemig e da Hemominas, por exemplo, uma solicitação antiga, foi aceita agora pelo governo. Portanto, é uma grande vitória para os funcionários e seus familiares, que se beneficiarão com a justa redução da carga horária.

Deputado Doutor Viana, V. Exa. participou ativamente desse movimento e sabe muito bem que há muitos anos, aqui em Minas Gerais, os médicos da Secretaria Estadual de Saúde foram cedidos para vários Municípios do Estado, não na função de médicos, mas na função de agentes de laboratório, uma queda inexplicável que lhes tirou a função para cuja conquista trabalharam durante tantos anos. De repente são colocados em outra função, sem nenhum demérito para os agentes de laboratório, mas não é o caso desses profissionais, que têm diploma de médico, que entraram na secretaria.

O Deputado Doutor Viana - Assim como os analistas de saúde. É outro grupo.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)\* - Exatamente. É a mesma situação. Sem nenhum demérito para os profissionais dessas áreas, naturalmente os médicos deveriam ocupar a função para a qual se formaram. Estão habilitados para exercer a função como médicos. Então, felizmente, essa situação foi agora regularizada, inclusive com revisão dos salários, mesmo para aqueles que já estão aposentados. Então, foi uma nova vitória. Quero enaltecer o trabalho de V. Exa., que muito contribui para isso. V. Exa. marcou várias idas à Secretaria de Saúde de Minas Gerais, onde comparecemos com essa finalidade.

Deputado Doutor Viana, também quero valorizar muito o trabalho do Secretário Antônio Jorge relativamente a essa questão. O próprio Governador se envolveu para que essa proposta fosse aprovada e a justiça fosse feita a mais de mil médicos que há mais de 10 anos estão nessa situação.

Para encerrar minhas palavras, felizmente, meu caro Deputado Dalmo Ribeiro Silva, parece que estamos fazendo justiça a esta Casa com as faixas que estamos vendo dos dois lados do Plenário. Lógico que houve situações contundentes com entidades sindicais, passamos por momentos extremamente constrangedores e difíceis, mas o que vai ficar dessa situação toda é o que estamos vendo nas duas faixas que estão aqui ao lado do nosso Plenário.

Meu caro Deputado Dinis Pinheiro, fica aqui o reconhecimento do Sindjus e Sinjus ao trabalho que esta Casa fez, não apenas para atender a esses dois sindicatos, mas para atender a todos os sindicatos de Minas Gerais. O trabalho foi feito com consciência, com responsabilidade e sensibilidade procurando, na medida do possível, com apoio do governo do Estado, reconhecer as solicitações feitas por essas entidades sindicais.

Quero deixar meus cumprimentos, meus votos de bom Natal, de feliz ano-novo a todos os nossos colegas, que possamos voltar no ano que vem, em um ambiente pacífico, que norteie nossos trabalhos com absoluta tranquilidade e serenidade, como esperamos para representar o povo de Minas Gerais.

Infelizmente, tenho uma notícia triste para deixar com nossos Deputados. Quero fazer esse comunicado do Plenário, porque um amigo nosso, Prefeito de Munhoz, Dorival Amancio Froes, um bravo prefeito, trabalhador, aguerrido, grande prefeito, grande liderança do Sul de Minas, de sua cidade e da nossa região, lamentavelmente, perdeu dois filhos em um desastre de automóvel nas cercanias de Araxá. Ele tem uma plantação de batatas naquela região, e os filhos é que cuidavam dessa plantação. Neste final de ano, eles estavam se dirigindo a Munhoz, a fim de passar o Natal e fim de ano com sua família e, lamentavelmente, foram vítimas desse acidente. Estou aqui, de público, lamentando o ocorrido e manifestando total solidariedade ao Prefeito Dorival pela dor que está, sem dúvida alguma, sentindo. Para ele, sua família, nossos amigos, o meu abraço e minha solidariedade.

Agradeço ao caro Deputado Doutor Viana o aparte que V. Exa. me concedeu. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Na realidade, nós é que agradecemos o brilhante aparte de V. Exa., grande Deputado, ex-Deputado Federal por vários mandatos e, agora, conosco na Assembleia de Minas Gerais nos engrandecendo muito. Concedo, com muita alegria, um aparte ao Deputado Rômulo Viegas, grande Deputado, mestre, professor universitário, que presta serviços na área pública há muitos anos, trabalhando no Governo Aécio Neves e agora cooperando com Minas Gerais no nosso Parlamento, engrandecendo os nossos trabalhos.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado Doutor Viana. Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, nem sempre havendo quórum positivo suficiente na conformidade das ideias, destaca-se sempre a posição da ação do Parlamento, que é alicerçado pelos integrantes da Situação e da Oposição.

V. Exa., ex-Presidente desta Casa, Deputado Doutor Viana, traz para o Parlamento a sua experiência, a sua ética e a sua dedicação às questões públicas. Queria, deste Plenário, parabenizá-lo. Tenho admiração especial por V. Exa., porque conheço de perto seu trabalho e vejo como V. Exa. transita na Casa do povo mineiro.

Por outro lado, parabeno V. Exa. pelo pronunciamento que faz. Como sempre, destaco que acredito que nós, da base do governo, sabemos das dificuldades enfrentadas pelo Estado e pelo Brasil. Nós, que nos envolvemos nas questões políticas, temos a clara percepção de que não podemos jamais separar Municípios e Estados da União. Estamos todos interligados no processo incansável da busca pelo desenvolvimento e pelo progresso. Claro, vamos esbarrar sempre em problemas.

Todas as vezes em que há uma ponta de desenvolvimento, uma cidade cresce e surgem novos grupos sociais, que cruzam transversalmente as atuais entidades de classe, o que gera um enorme quantitativo de conflitos e, por consequência, a necessidade imediata da intervenção pública para solucionar tais questões. Esperamos sempre que essa interligação constitucional da União com os Estados e Municípios fique cada vez mais evidenciada por parte de quem no momento gerencia e administra os recursos do governo federal, com a sensibilidade necessária para ajudar Estados e Municípios. Aliás, esse é o papel do governo central, isto é, estar ao lado de Estados e Municípios que compõem o conjunto de entes federados, no caso específico, nosso país.

Este ano o nosso Parlamento teve um destaque enorme, por isso gostaria de parabenizar e cumprimentar todos os colegas, tanto da Situação quanto da Oposição. Cumprimento o Presidente da Casa, Deputado Dinis Pinheiro, porque tivemos percepção clara e objetiva de que a Assembleia de Minas é exemplo de parlamento para o Brasil.

De acordo com a disparidade do axioma das diferenças, existem na Casa várias representações políticas, que se identificam com o complexo mundo das desigualdades. Neste Parlamento as ideias são bastante debatidas e os resultados apresentados. Além disso, contamos com o aval e o apoio expressivo do governo de Minas, muito bem representado pelo Governador Anastasia, pelo Vice-Governador Alberto Pinto Coelho e por toda a sua equipe de governo, e, é claro, com a expressiva vinculação do ex-Governador e grande amigo Senador Aécio Neves.

Portanto, Deputado Doutor Viana, fico muito feliz por ouvir o relato de V. Exa. neste início de tarde desta sexta-feira do mês de dezembro, ocasião em que encerraremos os nossos trabalhos. Por fim, quero trazer uma palavra de agradecimento a todos os colegas, funcionários do meu gabinete e da Assembleia Legislativa, companheiros Prefeitos, ex-Prefeitos, Vereadores e lideranças das cidades onde atuamos. Pedimos a Deus que abençoe cada vez mais esta Casa, este Parlamento, para que juntos possamos sempre apresentar soluções para a gama enorme de problemas que temos sempre de enfrentar. Muito obrigado e que Deus o abençoe. O meu abraço para o senhor e para toda a sua família.

O Deputado Doutor Viana - O aparte concedido ao nobre Deputado Rômulo Viegas realmente engrandece a manifestação da explicação técnica da relatoria do PPAG deste ano. Um PPAG tão participativo, afetiva e efetivamente, nas questões sociais do nosso Estado. Tenha certeza, Deputado Rômulo Viegas, que a manifestação de carinho de V. Exa. é fruto da sua pessoa, uma pessoa que agrega, que une e que se soma ao nosso Legislativo.

Concedo também aparte ao nobre colega Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Ilustre Deputado Doutor Viana, é um momento bastante simbólico ver V. Exa. ocupando esta tribuna numa reunião presidida pelo igualmente ilustre Deputado Dinis Pinheiro, atual Presidente desta Casa. V. Exa. também foi um grande Presidente nesta Casa, e agora está aqui para discutir um projeto fundamental, o PPAG, que, sem dúvida nenhuma, traz grandes novidades e avanços para Minas Gerais e revela o importante papel que a Casa Legislativa cumpriu no ano de 2011. Aproveito a oportunidade, na presença de V. Exa. e do Deputado Dinis Pinheiro, para fazer esse registro.

Aprovamos, ontem, em 1º turno, a PEC nº 8, que quer impedir aquele período de posse, quando a Casa estiver de recesso. V. Exa. presidia a Casa, no início deste ano, e sabe muito o constrangimento que isso causa. A Casa, ontem, deu uma lição importante, mostrando que o Parlamento tem um papel fundamental para o bom funcionamento da democracia. O PPAG, Doutor Viana, tem refletido o trabalho intenso deste ano legislativo. Às vezes, as pessoas que estão nos ouvindo em casa podem pensar que no parlamento há muitas discussões e divergências. E há mesmo tudo isso, mas é importante que elas ocorram. Elas não impedem que trabalhem para fazer leis adequadas, para votar melhorias para o povo de Minas. O Deputado Dinis Pinheiro, que esteve à frente desta Casa, aprofundou muito a participação da sociedade civil no processo legislativo. O Poder Legislativo tem o maior diálogo com a sociedade.

Esta Casa foi aberta para dois importantes seminários, um da erradicação da pobreza e outro da segurança nas escolas. Fizemos inúmeras audiências e sempre o Deputado Dinis Pinheiro garantiu a presença e a estrutura para que a Assembleia chegasse com força no interior do Estado. Os resultados estão aí. Conseguimos aprovar leis importantes, como aquela que autoriza o Estado a contrair empréstimos para ampliar os programas Caminhos de Minas, para levar asfaltamento para muitas cidades, como o caso do nosso Vale do Rio Doce, de Malacacheta, Água Boa, Coroaci, São José de Safira, Peçanha, Conceição do Mato Dentro e São Joaquim. São programas importantes que a Assembleia ajudou a implementar. Já é lei no Estado a isenção da taxa de segurança pública para os esportes especializados, para o vôlei, para o basquete, para “handebol”. Aprovamos também uma política remuneratória para os servidores públicos, com regras mais claras de como deve ser a política remuneratória dos servidores públicos e a negociação com os sindicatos. Isso mostra que a Casa Legislativa tem trabalhado bastante e isso é muito bom. Nossas divergências de opinião e políticas não nos impedem de trabalhar a favor do Estado de Minas Gerais. Quero parabenizar V. Exa., Deputado Doutor Viana, democrata de grande coração. V. Exa. foi um grande Presidente desta Casa, é um Deputado do diálogo, do bom senso, por quem temos um profundo respeito. V. Exa. fez um grande relatório no Plano Plurianual de Ação Governamental. Parabenizo V. Exa. Desejo que todos os mineiros tenham um Natal de muita paz, de muita prosperidade e um ano-novo com muita segurança, para o povo trabalhar em paz. Precisamos de saúde e segurança para trabalharmos em paz. É isso que desejo ao povo de Minas em 2012. Parabenizo V. Exa. e, na oportunidade, também nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, fazendo-lhe um agradecimento de público, pelo esforço e pela postura de magistrado que teve em 2011. Agradeço a todos os servidores da Casa, a todos os nossos funcionários, nossos assessores, a cada colega Deputado a ajuda que todos nos deram em 2011. Ficamos muito felizes. Parabenizo ainda um instrumento fundamental de comunicação, nossa TV Assembleia, que foi criada e fundada pelo Deputado Alencar da Silveira Jr. A cada dia que passa, ela se moderniza cada vez mais. A TV Assembleia já tem a retransmissão da TV Câmara, em Contagem, bem como as sessões da Câmara de Vereadores. Agora, no segundo domingo de janeiro, a TV Assembleia vai dar mais um passo importante, vai fazer a primeira transmissão no canal digital aberto na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com a transmissão ao vivo do último jogo da Copa Itatiaia de Futebol Amador. A nossa TV Assembleia dá um grande exemplo. É um instrumento de comunicação com o povo, que ajuda a população a acompanhar o trabalho parlamentar na Casa.

Deputado Doutor Viana, obrigado e parabéns pelo brilhante trabalho e pela relatoria. Desejo-lhe muita paz e prosperidade. Que Deus abençoe todos os mineiros e as mineiras e todos nós, Deputados e Deputadas. Feliz Natal e próspero ano-novo!

O Deputado Doutor Viana - Obrigado, Deputado Carlin Moura. V. Exa. é um brilhante parlamentar desta Casa, experiente, competente e de uma inteligência rara, que sempre engrandeceu todos nós, assim como todo o Parlamento mineiro. Com muita alegria, concedo aparte ao nosso grande Deputado Bonifácio Mourão, esse ícone da nossa Assembleia Legislativa. Se estou feliz por relatar o PPAG, imagino o coração de Mourão, que foi o relator da Constituição mineira de 1989.



O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte) - Deputado Doutor Viana, é um prazer muito grande apartear-lo. Nesta oportunidade, quero homenageá-lo não só por ser relator do PPAG, mas também em razão de todo o seu trabalho, o seu conceito e a sua história na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, chegando ao posto máximo, que é a Presidência. V. Exa. é uma unanimidade na Assembleia. Todos temos por V. Exa. a maior admiração, tendo em vista seu conceito, seu trabalho, sua honradez e dedicação, bem como pelo tanto que é companheiro não só de todos nós, Deputados, mas também do povo de Minas Gerais. Isso é fundamental.

Queremos também agradecer a todos os companheiros na pessoa do Deputado Dinis Pinheiro, nosso Presidente, e na pessoa do Deputado Luiz Humberto Carneiro, Líder do Governo nesta Casa. Sr. Presidente, V. Exa. tem revelado uma sabedoria muito grande no exercício da Presidência. Digo isso em todos os momentos e não porque estou na sua presença. Digo como um parlamentar que o conheceu quando V. Exa. era o mais jovem Deputado, que veio a esta Casa como meu vizinho de gabinete. Ali fiquei conhecendo-o e enxergando em V. Exa. aquela vontade tão grande de servir ao povo mineiro. E foi servindo e crescendo na medida em que prestava um serviço desinteressado e comunitário, próprio daquelas pessoas que têm a vocação comunitária. Na medida em que veio demonstrando isso, foi subindo, crescendo e passando a ser o alvo da admiração do povo mineiro e dos seus colegas, até chegar hoje ao cargo máximo, que é a Presidência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Ao chegar, mostrou que estava preparado e amadurecido para exercer esse cargo com galhardia, paciência e sabedoria - e é um cargo que exige muito de uma pessoa. Não temos a menor dúvida de que exige e ensina. Tenho certeza absoluta de que tem aprendido muito com esse cargo a ponto de estar preparado para exercer outros importantes para V. Exa. e para Minas Gerais. Digo isso porque o acompanho muito de perto, conforme tenho revelado aqui.

Deputado Luiz Humberto Carneiro, V. Exa. exerceu e vinha exercendo com sabedoria esse espinhoso cargo de Líder do Governo. Acompanhamos V. Exa. de perto como Líder do Bloco Transparência e Resultado, maior bloco de apoio ao governo. Não fossem esses trabalhos do Presidente, de V. Exa., das lideranças, dos Deputados da base de governo e do diálogo que tivemos com a Oposição, não teríamos conseguido aprovar mais de 40 projetos importantes do interesse do Estado de Minas Gerais. Se não fossem essas lideranças e esses Deputados aguerridos que aqui estão, não teríamos conseguido alcançar êxito em projetos da envergadura do projeto de combate à fome e deste da comissão especial que busca uma solução para a dívida pública do Estado de Minas Gerais, dívida essa que está levando mais da metade do Orçamento.

Hoje o que se paga por essa dívida - três bilhões e meio por ano - é superior a todo o Orçamento do Estado.

A Assembleia está mostrando seu valor para Minas Gerais, Deputado Doutor Viana, por meio de Deputados trabalhadores. Hoje estamos constatando, por essas manifestações do Sindipúblicos, do Sindojus e do Sinjus, um reconhecimento que é fundamental para todos nós porque nos estimula a prosseguirmos nessa trilha. O que todos estamos buscando, Deputado Dalmo Ribeiro? Servir ao povo de Minas Gerais. Servir dignamente, com honradez, com trabalho permanente, embora tenhamos trilhado, muitas vezes, caminhos espinhosos e passado por estradas com pedregulhos e outros fortes obstáculos que encontramos nessa caminhada. Mas, embora tenhamos trilhado esses caminhos espinhosos, nós aprendemos, Deputado Doutor Viana, com a lição de La Fontaine: não há caminhos de flores que conduzem à glória. Trilhamos pesados caminhos este ano, mas estamos chegando ao final com essas faixas que reconhecem o nosso trabalho. Isso, para nós, é fundamental, para que em 2012 tenhamos ainda mais força, mais união e mais diálogo para servir ao nosso Estado, tão bem governado pelo Governador Antonio Anastasia, que honra as tradições de Governadores como Aécio Neves, Tancredo Neves, Juscelino Kubitschek, Milton Campos e tantos outros que Minas Gerais teve.

Agradeço a paciência de V. Exa. ao nos ouvir, mas quero agradecer também a todos os companheiros da base do governo, do nosso Bloco Transparência e Resultado e a todos os colegas desta Casa por tudo que desenvolvemos juntos, plantando a semente que um dia há de frutificar. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço o aparte extremamente afetivo e efetivo de V. Exa., Deputado Mourão. Com muita alegria, transfiro neste momento a palavra a essa enciclopédia de conhecimentos, de vivência pública e de trabalho por Minas Gerais e pelo Brasil, uma vez que por vários mandatos, assim como o Deputado Carlos Mosconi, ocupou cadeira no Congresso Nacional como Deputado Federal, agora engrandecendo a nós todos e ao Parlamento mineiro: Romel Anízio, carinhosamente chamado de "Romão" por todos nós, pela amizade que nos proporciona. A palavra é de V. Exa.

O Deputado Romel Anízio (em aparte)\* - Caríssimo colega Deputado Doutor Viana, tão logo adentrei esta Casa, tive um mestre na convivência, no aprendizado e, acima de tudo, no equilíbrio e na prudência. Esse mestre chama-se Doutor Viana.

Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, na alegria de ter estado em vários Parlamentos, quero dizer que o parlamento é a casa do contraditório. Convivi com vários Presidentes no Congresso Nacional: Luís Eduardo, Michel Temer e tantos outros, mas posso dizer que não tive o privilégio de conviver com um Presidente com tal equilíbrio, sensatez e disposição de servir os seus colegas Deputados como demonstra V. Exa. Quero deixar isso claro, caro Presidente Deputado Dinis Pinheiro. Quero falar também da alegria de ter convivido com companheiros insígnies, figuras que realmente são verdadeiras enciclopédias, o nosso grande Líder, Bonifácio Mourão, é um deles.

Cumprimento todos os companheiros com quem tive o prazer de conviver e, em tão pouco prazo, firmar amizade.

Cumprimento, em especial, Sr. Presidente, meu companheiro do Triângulo, Líder do Governo nesta Casa, Deputado Luiz Humberto Carneiro. Muitos até o criticam, dizendo que ele é muito calmo, muito equilibrado, mas não existe ninguém melhor que V. Exa., meu caro Deputado Luiz Humberto Carneiro, para comandar a Bancada, para ser o grande Líder do Governo. Agradeço a deferência de ter sido relator da LDO, quando pude acatar algumas emendas e realizar um trabalho que alcançou os objetivos desta Casa e do governo. Desejo a cada um dos companheiros, dos amigos, um feliz Natal, e um Ano-Novo repleto de alegrias. Que, juntos, possamos voltar na próxima legislatura revigorados e, mais do que nunca, dispostos a servir a Minas Gerais! Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, para terminar agradeço o aparte do querido Romel Anízio. Desejo feliz Ano-Novo a todos e um Natal com muita paz. Estou certo de que, na terça-feira, teremos a reunião festiva de encerramento do ano legislativo. Juntos estaremos aqui para nos abraçarmos e confraternizarmos na despedida. Foi um ano positivo e proveitoso. Cumprimos o nosso

dever. Em 2012, estaremos com mais ânimo e mais disposição para trabalhar em benefício do povo do Estado, que nos confiou a representação no Parlamento mineiro. Obrigado a todos.

### **Prorrogação da Reunião**

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - A Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até as 13h59min. Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Célio Moreira.

O Deputado Célio Moreira\* - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa., as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados e todos os que nos acompanham pela TV Assembleia. Parabenizei os relatores do PPAG e aproveitei para parabenizar o Deputado Doutor Viana, que relatou todos os avanços, da mesma forma como o fez o Deputado André Quintão, demonstrando tudo que conseguimos neste ano, atendendo às comunidades mais carentes, com um trabalho incansável, a fim de acabar com a fome e com a miséria em nosso Estado. Cada vez mais, estamos valorizando e dando grande esperança ao pessoal valoroso, trabalhador e honesto do nosso querido Vale do Jequitinhonha, o “Vale da Esperança”.

Sr. Presidente, gostaria de pedir a atenção dos nobres pares. Como prometi ontem aos Deputados e às Deputadas, farei hoje um pronunciamento a respeito da American Express.

Sr. Presidente, não quero usar esta tribuna para tratar de questão pessoal, mas, como representante do povo do Estado de Minas Gerais, sirvo-me dela para alertar os consumidores, a fim de que não passem por constrangimentos quando contratarem ou aderirem a algum serviço bancário e de cartões de crédito.

Fiz referência aqui ao cartão American Express. Deputado Rogério Correia, durante seis anos, fui cliente dessa empresa. Tive o dissabor de passar por um constrangimento muito grande. Cabe a mim alertar os consumidores do Estado, para que fiquem atentos, ao contratarem ou aderirem a algum serviço bancário.

Passei por um constrangimento muito grande quando, ao fazer uma compra, fui chamado pelo caixa, que me informou que o meu cartão não estava autorizado. Tive de devolver tudo. Ao investigar a razão do bloqueio do cartão, fui informado de que estava em débito.

Durante todo o período de quase seis anos, jamais deixei de cumprir os meus compromissos e nunca paguei uma fatura com atraso. Como aquilo me causou estranheza, passei a tomar as providências necessárias. Se isso não bastasse, até no restaurante próximo à Assembleia Legislativa, quando liguei para informar que estava quite com o cartão, disseram que tomariam providências. Quando fui pagar novamente, o meu cartão estava bloqueado. Os dois cartões foram bloqueados.

Devido a esse constrangimento, resolvi ingressar na Justiça para corrigir isso, pois recebi também uma carta, dizendo que meu nome iria para o Serasa e o SPC. O Juiz determinou que o meu nome não fosse incluído no cadastro de inadimplentes. Esperei a consumação dessa minha impetração na Justiça.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, provei que não devia nada e resolvi pedir na Justiça o pagamento por danos morais, pelo constrangimento que passei e por estar sendo apenado por algo que não fiz. Com base no Código de Defesa do Consumidor, resolvi ingressar na Justiça.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, não serei deselegante a ponto de declinar nomes, mas o Juiz, em seu despacho, disse que alguns aborrecimentos e transtornos decorrentes de contratos consumeristas são fatos normais da vida cotidiana de um país capitalista.

Eu provei que não devia nada e, inconformado com essa decisão, resolvi apresentar recurso à turma recursal dos juizados especiais do Estado, comprovando que estava em dia, que não devia nada. Eu fui constrangido, tive de deixar as mercadorias, tive de solicitar a um amigo que pagasse a conta para mim. Tenho todos os comprovantes de que nunca deixei de arcar com meus compromissos. Respeito a decisão da Justiça, mas não concordo com ela, porque não devia nem devo nada. Portanto, a empresa American Express ganhou o recurso porque a Justiça disse que, por ser um país capitalista, esses fatos são costumeiros. Então, resolvi alertar os consumidores do Estado para que fiquem atentos à bandeira American Express, que manda o nome do usuário para o SPC, para o Serasa, que bloqueia cartões, sem avisar. Se o cidadão ingressar na Justiça, certamente irá perder, porque “isso é um fato costumeiro e esses aborrecimentos são fatos normais da vida cotidiana de um país capitalista”.

Como disse, não vou dar nomes porque seria deselegante da minha parte, mas externo minha indignação. Vou cumprir a decisão da Justiça, mas a minha indignação é que ela não foi feita. Estive conversando com vários Deputados que possuem esse cartão, mas que não vão mais usá-lo. Durante todo o ano de 2012, estarei alertando a todos sobre esse problema, que tanto afeta os consumidores.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado Célio Moreira. Pude observar, desde a tarde de ontem, em seus reiterados pronunciamentos, sua preocupação e indignação contra uma decisão judicial. Desta vez, V. Exa. foi envolvido diretamente na questão. Apesar de ter sido brilhantemente defendido por advogados especializados nessa área, não lhe assistiu o direito reclamado na sua postulação. Devo dizer a V. Exa. que esses são os chamados contratos leoninos, aqueles contratos que a contratada apresenta ao contratante, com letras minúsculas, muitas vezes nas entrelinhas, causando essa problemática que V. Exa. está enfrentando na Justiça, precisando levar às barras do Tribunal, para garantir o seu direito líquido e certo.

Quando à vida, à lisura de V. Exa., ela é irretocável. Logicamente, mesmo sendo parlamentar, V. Exa. tem o seu histórico como via de petição inicial, é um cliente da contratada há longos anos, sempre participou ativamente com honestidade e, principalmente, com pontualidade, dessa transação comercial que V. Exa. celebrou com a contratada. Mas essa indignação, tenho certeza, é com a decisão judicial.

Conversamos sobre a possibilidade de interpor outro recurso, importante para que a decisão não permaneça. Somente quem sentenciou é conhecedor do processo, das testemunhas, mas V. Exa. também está preparado para, em outra decisão, que acontecerá, com certeza, reaver o seu direito líquido e certo. Sou solidário com a sua colocação. Conheci o conteúdo da sua petição inicial, que estava muito bem fundamentada e documentada. Lamenta-se muito, como V. Exa. manifesta, o fato de receber a injustiça, e não a tutela que V. Exa. havia pedido, até pelo contrário, houve um reconhecimento não do direito, mas da litigância a que V. Exa. ainda está



condenado. Quero associar-me e dizer que são decisões judiciais, que, muitas vezes, são discutíveis, precisam ser rebatidas. Então, quero aprofundar-me juridicamente nesse assunto e dizer que não se deve permanecer somente nessa instância. Vamos buscar, com certeza, uma nova definição no quadro jurídico, porque V. Exa. é merecedor.

Gostaria também Deputado Célio Moreira, nos últimos minutos desta tarde, em que vamos votar o Orçamento e o PPAG, de destacar a sua presença e a participação neste Parlamento. V. Exa., como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, tem prestado os mais relevantes serviços ao povo mineiro. Destaco também o nosso reconhecimento a V. Exa., quando estivemos no Município de Caldas. Na oportunidade, V. Exa. nos deu uma contribuição muito forte, vigorosa, discutindo as questões maiores, como a saúde pública da região. Tenho certeza absoluta de que não somente nessa audiência, mas também em todas as outras, V. Exa. tem tido muito reconhecimento. Deste parlamentar, V. Exa. tem a gratidão e admiração.

Nesses instantes, aproveito para homenagear todos os parlamentares, todos aqueles que estão conosco nesta tarde, e manifestar a nossa satisfação em estar mais uma vez com todos vocês. Dirijo-me ao nosso Presidente Dinis Pinheiro, ao nosso Líder, Deputado Luiz Humberto Carneiro, a todos os nossos parlamentares, aos nossos assessores de Plenário, desejando-lhes um feliz Natal, repleto de realizações e de felicidades. Parabéns, Deputado Célio Moreira.

O Deputado Célio Moreira\* - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Agradeço o aparte de V. Exa., que, como disse, é um jurista conceituado, conhecedor, homem honrado. Sabendo da experiência de V. Exa., procurei suas orientações.

Na verdade, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, eu não iria recorrer dessa decisão, mas tive a oportunidade de consultar um grande advogado e parlamentar desta Casa, conhecedor dos direitos do consumidor, o nosso competente Deputado Délio Malheiros, que, na época, recomendou que recorresse, porque seria tranquilo. Para surpresa do Deputado Délio Malheiros, vimos o desfecho e a causa sendo ganha, ou seja, estou errado, a American Express está certa, embora eu não estivesse devendo nada, sempre paguei, como disse, honradamente, todos os meus compromissos.

Tenho conhecimento de que a minha fatura vence no dia tal. Como não a recebi, tentei conseguir a segunda via por meio eletrônico, mas isso não foi possível. Liguei para a empresa. Recomendaram-me que fizesse uma TED. Depois que fiz o pagamento por meio da TED, disseram-me que eu não poderia ter feito isso. Ocorreu aquilo que V. Exa. disse, ou seja, contratos com letras miúdas, pequenas. Acreditei na boa-fé da empresa, acreditei que ela ia prezar pelos seus clientes.

Então, agradeço a V. Exa. o aparte e compreensão. Gostaria também de conceder aparte, com muita honra, ao meu amigo Deputado Gustavo Corrêa, advogado, homem do direito, conhecedor desta causa.

O Deputado Gustavo Corrêa (em aparte)\* - Deputado Célio Moreira, tenho acompanhado essa luta incansável de V. Exa. nesses últimos dias acerca do problema que ocorreu com seu cartão American Express. Não quero cometer nenhuma injustiça com essa empresa internacional que é o cartão American Express, que fincou o seu pé aqui, inclusive nas nossas Minas Gerais, haja vista que o “call center” dessa empresa é na cidade de Uberlândia, do nosso Líder, Deputado Luiz Humberto Carneiro. Ela tem gerado muitos empregos para o Estado. Lá, se não me engano, são mais ou menos 600 a 700 pessoas trabalhando diuturnamente.

Mas eu estava muito preocupado com o problema que ocorreu com V. Exa. Discuti com alguns colegas que também têm o cartão American Express. Não me leve a mal, mas chegamos à conclusão de que o problema ocorreu especificamente com V. Exa.

O Deputado Célio Moreira\* - V. Exa. fique à vontade, Deputado. Eu disse que não queria levar para a questão pessoal, mas gostaria de alertar os consumidores.

O Deputado Gustavo Corrêa (em aparte)\* - Sou cliente há mais de 10 anos, e esse caso me surpreendeu porque, por incrível que pareça, a minha fatura vence no dia 24 e ontem já chegou. O valor, com certeza, do meu consumo não é tão alto como o de V. Exa., até porque V. Exa. possui um bolso mais apurado do que o meu.

Mas quero solidarizar-me com V. Exa. Estaremos juntos. Iria sugerir a V. Exa. procurar o Procon desta Casa, que poderia ajudá-lo, mas V. Exa., aliás, já procurou um especialista, que é um grande colega nosso, o Deputado Délio Malheiros, especialista no direito e na defesa do consumidor. Tenho certeza de que ele fará, que é uma praxe no seu trabalho, uma bela defesa, será um belo recurso. E esperamos que ele seja vitorioso. Conheço bem V. Exa., sei da sua seriedade e honestidade.

Faço a sua defesa, pois imagino o constrangimento que foi para V. Exa., sentado num restaurante com seus amigos. Deve ter sido alvo de chacota. Poderiam dizer que o Deputado Célio Moreira não tem dinheiro, não pagou o cartão, que está devendo. Por esse lado, faço a defesa de V. Exa., conte com meu apoio. Tenho certeza de que terá o apoio de outros tantos Deputados. Esperamos que o Deputado Délio Malheiros consiga convencer, mais do que isso, mostrar aos magistrados, até porque ele tem a “expertise”, volto a dizer, sobretudo nessa área do consumidor, para que V. Exa. não seja prejudicado; mais do que isso: que a sua honra não seja colocada em dúvida, como pode ter ocorrido.

Faço aqui e digo sempre com a maior tranquilidade, talvez V. Exa. fosse acomodar-se e não fosse recorrer. Acho que todos nós, quando nos sentimos injustiçados com alguma coisa, devemos buscar os mecanismos legais para que nossos direitos prevaleçam. Então, tenho certeza de que V. Exa. nessa luta obterá êxito. Admiro-o. Prova disso é que V. Exa. está nessa luta incansável. É sinal de que realmente esse problema o incomodou sobremaneira.

Já encerrando o meu aparte, parabenizo o Deputado Dinis Pinheiro, que tão bem conduziu os trabalhos no ano de 2011; desejo a todos um feliz Natal, um ano novo com muitas alegrias. Que em 2012 todos estejamos aqui juntos, fazendo com que o Parlamento mineiro seja cada vez melhor. Parabéns, Deputado Dinis Pinheiro. Parabéns, Deputado Célio Moreira, por sua luta, por seu trabalho, mais do que isso, pelas aulas que V. Exa. me deu na Comissão de Meio Ambiente este ano. Muito obrigado. É um prazer estar ao seu lado.

Agradeço a V. Exa., Deputado Gustavo Corrêa. Logicamente, existem as exceções. V. Exa. sabe muito bem da minha vida. Digo que sou um Deputado “zé povinho”. As minhas faturas são simples. Não falo isso pelo valor, mas, sim, pela moral, pelo constrangimento e pelo direito. Como membro da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, sempre recebemos esse tipo de denúncia, e infelizmente tive esse dessabor e aborrecimento. As minhas faturas são simples.



Queria dizer também a V. Exa. que tive essa preocupação. Não quero, de forma alguma, ficar denegrindo a imagem da empresa, mas vários companheiros aqui me disseram que nunca tiveram problema algum com seus cartões. Estou querendo apenas tentar alertar todos os consumidores contra esse dissabor e constrangimento. A empresa tem que preservar seu nome e a qualidade do serviço prestado. Deputado Gustavo Corrêa, não cabe mais. Como V. Exa. disse, o Deputado Deputado Délio Malheiros já fez o recurso e perdeu. Estou errado, o Deputado está errado. Ele já perdeu, fez o recurso e perdeu também. Estou levando ao conhecimento de V. Exa. o absurdo que aconteceu. Quero, portanto, fazer esse alerta. O cartão American Express não foi correto com esse cliente. Concedo aparte à nobre Deputada Liza Prado.

A Deputada Liza Prado (em aparte)\* - Quero aqui agradecer e ser solidária com o Deputado. Deputado Célio Moreira, o senhor está passando agora por uma situação por que milhares de pessoas do País passam todos os dias. E o problema é o olhar dos operadores do Direito. Não posso generalizar, mas, apesar de o Código de Defesa do Consumidor ser uma lei que vingou, infelizmente muitos magistrados não o entendem como um microsistema e um direito fundamental determinado por nossa Constituição Federal. O consumidor, portanto, não pode abrir mão de seu direito. Deputado Célio Moreira, sua colocação, neste momento, tem que ser parabenizada e incentivada, pois, na verdade, todos os cartões, do Brasil inteiro, e não apenas o American Express, desrespeitam o consumidor.

O Deputado Célio Moreira\* - Alguns têm venda casada, o que é proibido.

A Deputada Liza Prado (em aparte)\* - Eles não respeitam, não dão o contrato como deveriam. Infelizmente, no Brasil, os tribunais têm entendido pela inaplicabilidade da lei da usura, pois deveria ser apenas 1% de juros.

O Deputado Célio Moreira\* - São juros de 12% a 15%.

A Deputada Liza Prado (em aparte)\* - São juros exorbitantes, que entendo como um assalto, um desrespeito. E o consumidor sempre cai em situação de chacota, pois, na verdade, não temos magistrados, seja em decisão singular, seja nos tribunais, preparados. Eles estão completamente despreparados para esse novo direito. No mundo globalizado, o consumidor é a parte mais fraca, vulnerável. Ele não tem contrato, que, muitas vezes, é enviado pelo correio. Outras vezes, ele é enviado até sem a pessoa solicitar, o que é uma cláusula abusiva de acordo com o Código de Defesa do Consumidor. Muitas vezes, a pessoa procura os Procons, que não fazem a defesa como deveriam, pois existem pouquíssimas unidades no Estado. Represento esta Casa no Conselho do Fundo Gestor do Consumidor, juntamente com o Deputado Délio Malheiros, e lá estamos discutindo que, a partir deste ano, os Promotores deverão intensificar sua cobrança, pois os Municípios devem ter Procons, o que é um direito fundamental, estabelecido pela Constituição. Agora, é preciso preparar as pessoas para atender, quando apresentarem uma demanda contra um determinado banco, pois eles têm advogados muito bem preparados e, como os Juizes não entendem a questão específica do Código de Defesa do Consumidor e não têm olhar para esse novo direito, acontecem injustiças como a que aconteceu com o senhor. O senhor tem realmente que fazer uma campanha e participar conosco para podermos combater constantemente os abusos. Os "call centers" têm gerado muito emprego e são importantes para o nosso povo, mas está passando da hora de tomarmos uma posição. Além dos cartões, os bancos em geral e os planos de saúde estão desrespeitando esse consumidor. Existe uma legislação, mas temos pessoas despreparadas para tomar as decisões. Existe uma lei, mas sua aplicabilidade não está em consonância com o Código de Defesa do Consumidor. Tenha em mim uma lutadora para que, ao seu lado, possamos denunciar os abusos. Percebemos que, até entre nós, o senhor sofre um preconceito. Essa chacota, esse desrespeito faz com que a pessoa se sinta discriminada e moralmente atingida. Esse constrangimento tem que ter uma punição para que esses fornecedores aprendam a respeitar. Se não aprenderem de uma forma, podem aprender com o boicote. Se o senhor falar todos os dias do cartão, com certeza haverá um resultado, eles terão que se retratar e conversar com o senhor.

O Deputado Célio Moreira\* - Muito obrigado, Deputada Liza Prado. Assim como foi dito pelo Deputado Gustavo e por V. Exa., os "call centers" têm gerado muitos empregos, mas nos Procons o índice de reclamações é altíssimo. Mas eu gostaria de dizer que, apesar de estar triste com essa decisão, meu coração, Presidente Dinis Pinheiro, Secretário Dilzon Melo, Deputados e Deputadas, está alegre. Confesso aos senhores que estou orgulhoso porque no dia 14 meu filho, o Felipe Lelis Moreira, colou grau. Formou em Direito e já fez a prova da OAB, obtendo grande sucesso. Quero deixar um beijo e um abraço para o meu querido filho Felipe, aguardando ansiosamente a conclusão dos cursos do Mateus e do Flávio. Deputado Antônio Júlio, mesmo com uma decisão que me frustrou, tenho a alegria e o orgulho da colação de grau do meu filho, bacharel em direito e pelo sucesso na prova da OAB. Muitos acham que já terminou, mas este é o início de uma grande jornada. Desejo sucesso ao Felipe. Pode contar com o meu apoio sempre. Desejo que ele seja um profissional digno e honesto, que cumpra realmente o direito e faça sempre justiça. Deixo aqui meu abraço.

Na oportunidade gostaria de deixar a todos um feliz Natal. Natal não é apenas dar presente, comer e beber. No Natal comemoramos o nascimento de Jesus Cristo, que veio trazer paz, harmonia e vida. Esperamos que o espírito de Natal realmente possa tomar conta do nosso coração. Desejo a todos, aos colaboradores, funcionários e servidores desta Casa, em especial do nosso gabinete, aos assessores, aos consultores das comissões, especialmente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e aos nossos telespectadores, um feliz Natal e que esta Casa seja sempre de justiça e de paz. Quero aqui registrar e parabenizar o Prefeito de Corinto, Niltinho Ferreira. Tivemos a boa notícia, Deputado Duarte Bechir, de que Corinto tem um hospital. Tivemos uma audiência pública na cidade para debater a respeito da recuperação e da revitalização da Santa Casa de Corinto, quando contamos com a presença do Governador e do nosso Vice-Governador. Anteontem foi assinado convênio para a liberação de recurso para a revitalização da Santa Casa. Hoje várias cidades serão contempladas com esse recurso. Desejo a todos um feliz Natal. Mais uma vez, muito obrigado pela paciência dos senhores e das senhoras.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas e subemendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as emendas e as subemendas com parecer pela aprovação. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação das Subemendas nº 1 às Emendas nºs 42, 110, 113, 120, 121, 140, 144, 153, 162, 178, 182, 187, 193, 194, 200, 201, 203, 204, 211, 223, 228 e 231, ficam prejudicadas as Emendas nºs 42, 110, 113, 120, 121, 140, 144, 153, 162, 178, 182, 187, 193, 194, 200, 201, 203, 204, 211, 223, 228 e 231. Com a aprovação da Emenda nº 166, fica prejudicada a Emenda nº 3.



Com a aprovação da Emenda nº 230, ficam prejudicadas as Emendas nºs 4 e 5. Com a aprovação da Emenda nº 170, fica prejudicada a Emenda nº 8. Com a aprovação da Emenda nº 184, ficam prejudicadas as Emendas nºs 20 e 116. Com a aprovação da Emenda nº 169, fica prejudicada a Emenda nº 22. Com a aprovação das Emendas nºs 198 e 215, fica prejudicada a Emenda nº 25. Com a aprovação das Emendas nºs 228 e 229, fica prejudicada a Emenda nº 34. Com a aprovação da Emenda nº 239, fica prejudicada a Emenda nº 39. Com a aprovação das Emendas nºs 207 e 208, fica prejudicada a Emenda nº 41. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 223, fica prejudicada a Emenda nº 44. Com a aprovação da Emenda nº 112, ficam prejudicadas as Emendas nºs 108, 109 e 111. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 113, fica prejudicada a Emenda nº 118. Com a aprovação da Emenda nº 164, ficam prejudicadas as Emendas nºs 123, 124 e 143. Com a aprovação da Emenda nº 213, ficam prejudicadas as Emendas nºs 129, 131, 133 e 139. Com a aprovação da Emenda nº 212, fica prejudicada a Emenda nº 134. Com a aprovação das Emendas nºs 209 e 210, ficam prejudicadas as Emendas nºs 135 e 136. Em votação, as Emendas nºs 6, 7, 9 a 19, 21, 23, 24, 26 a 33, 35 a 38, 40, 43, 45, 46, 48 a 107, 114, 115, 117, 119, 122, 125 a 128, 130, 132, 137, 138, 141, 142 e 145 a 150. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.520/2011 com as Emendas nºs 1, 2, 47, 112, 151, 152, 154 a 161, 163 a 177, 179 a 181, 183 a 186, 188 a 192, 195 a 199, 202, 205 a 210, 212 a 222, 224 a 227, 229, 230 e 232 a 335 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 42, 110, 113, 120, 121, 140, 144, 153, 162, 178, 182, 187, 193, 194, 200, 201, 203, 204, 211, 223, 228 e 231. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.521/2011, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2012. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação com as Emendas nºs 1 a 19, 21 a 23, 47 a 52, 57 a 65, 69, 70, 73 a 77, 83 a 96, 99 a 130, 137 a 177, 180 a 184, 203 a 211, 214 a 216, 218, 221, 225, 227 a 265, 269 a 290, 292 a 295, 297 a 309, 364 a 373, 377, 382, 383, 388 a 391, 393 a 396, 399 a 414, 417 a 420, 443 a 472, 474, 476, 478, 480 a 483, 485 a 489, 491 a 497, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 514 a 533, 535 a 537, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 415 e 416, apresentadas pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; com as Emendas nºs 538 a 613 e a Subemenda nº 1 às Emendas nºs 30, 132, 136, 185, 291 que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 24 a 29, 31 a 46, 53 a 56, 66 a 68, 71, 72, 78 a 82, 97, 98, 131, 133 a 135, 178, 179, 186 a 202, 212, 213, 217, 219, 220, 222 a 224, 226, 266 a 268, 296, 310 a 363, 374 a 376, 378 a 381, 384 a 387, 392, 397, 398, 421 a 442, 473, 475, 477, 479, 484, 490, 498 a 513 e 534. A Emenda nº 20 foi retirada pelo autor. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia. Faço esta discussão até porque o Projeto de Lei nº 2.521, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e o orçamento de investimento das empresas controladas pelo Estado é uma peça muito importante. É uma oportunidade que todos nós, Deputados, temos de fazer um balanço das nossas atividades. Agradeço aos meus liderados, nossos Deputados do PDT, aos Deputados Gustavo Perrella, Tenente Lúcio, Luiz Carlos Miranda e Alencar da Silveira Jr. Agradeço aos nossos companheiros de bancada pela condição de Líder do PDT nesta Casa. Quero dizer da nossa satisfação porque o PDT se manteve presente em todas as votações, dando uma grande contribuição a esta Assembleia. Obviamente não poderia deixar de destacar o conjunto de todos os Deputados, o trabalho sério e profícuo nas comissões. Em alguns momentos encontramos-nos em situações divergentes nas opiniões e ideias, defendendo a nossa tese, seja na Comissão de Constituição e Justiça, com o meu companheiro Sebastião Costa, até porque esse é nosso papel o contraditório. E o Deputado Sebastião Costa sabe exatamente o que é o contraditório porque é também um grande operador do direito e das lidas judiciais, entendendo ser necessário para lapidar as ideias e as propostas. Sei que o ilustre Deputado tem por mim muito respeito, assim como tenho por ele. Aos demais Deputados, em que, algum momento, nos colocamos em pontos divergentes, em determinada proposta, emenda ou projeto, meus cumprimentos. No cômputo geral, Sr. Presidente, orgulha-me muito esta Casa porque aqui houve um balanço extremamente positivo no ano de 2011. Aprovamos matérias importantíssimas, inclusive a emenda à Constituição referente à ficha limpa, que teve como primeiro signatário o Deputado Alencar da Silveira Jr. Foi um projeto copiado por diversas Câmaras Municipais e por várias Assembleias do Brasil. E é óbvio que nós votamos aqui matérias importantíssimas neste ano. Deputado Sebastião Costa, para nossa grande surpresa, V. Exa. foi relator da PEC nº 23 - eu já recebi o recado e estarei aguardando o momento adequado, tenho extrema confiança em V. Exa. e no Presidente da Comissão, Deputado Zé Maia -, tivemos hoje uma notícia muito importante publicada no "Diário do Legislativo", a Lei Complementar nº 120, que trata do Projeto de Lei Complementar nº 8, em que parte da PEC 23 foi contemplada com uma emenda de minha autoria, acatada pelo ilustre relator, Deputado Romel Anízio, com a chancela dos demais Deputados da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Quero, Deputado Sebastião Costa, dizer da minha alegria, porque o Governador sancionou a matéria. Ou seja, fizemos a primeira abertura do lado de lá, e hoje a Lei Complementar nº 120 foi publicada no "Diário Oficial" do Estado. Para a grata surpresa de toda a sociedade mineira, o art. 114-A diz o seguinte: "Art. 114-A - O Tribunal de Contas publicará em seu Diário Oficial Eletrônico: I - as decisões e deliberações das inspeções e auditorias realizadas; II - mensalmente, o resumo pormenorizado da folha de pagamento do pessoal e a contribuição do Estado para despesas com pessoal, especificando-se as parcelas correspondentes a servidores ativos, inativos e pensionistas, e os valores retidos a título de imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e de contribuições previdenciárias; III - anualmente, relatório pormenorizado das despesas mensais realizadas pelo Tribunal na área de comunicação, especialmente em propaganda e publicidade; IV - no primeiro dia útil dos meses de fevereiro e agosto, os quantitativos do quadro de pessoal relativo ao último dia do semestre civil anterior, distribuídos por padrão na carreira, com a indicação do número de nomeados e exonerados no mesmo período".

Portanto, Deputado Sebastião Costa, nós, que já fazemos isso no Legislativo, nós, que já publicamos o salário do Deputado - está na internet -, o auxílio-moradia e toda a verba indenizatória, queremos que façam o mesmo o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas. Queremos que os outros órgãos e Poderes tenham a mesma transparência que a Assembleia tem hoje para com a sociedade. Se a sociedade quer saber quanto ganha um Deputado Estadual, ela entra na página da internet; se ela quer saber como são gastos os R\$20.000,00 de verba indenizatória por cada Deputado, ela entra no "site", na internet, para saber. Mas não sabemos ainda,



ilustres Deputados, quanto gastam o Promotor e o Procurador com diárias; não sabemos qual é o salário do Procurador e do Promotor de Justiça. Também não sabemos qual é o salário de um Desembargador e de um Juiz e quanto eles gastam de verba indenizatória com diárias; não sabemos quanto ganha um Conselheiro do Tribunal de Contas nem quanto gastam com suas diárias. Já recebemos aqui a informação de que o mês de fevereiro será um mês preocupante para a nossa Casa, porque a PEC 23, assinada por 76 Deputados, por si só deixa de pertencer a um Deputado e torna-se a PEC do parlamento, a PEC da transparência. Então, ilustre Deputado Sebastião Costa, quero dizer da minha satisfação com o Governador Anastasia porque já sancionou para o Tribunal de Contas o que está contido na PEC 23, que é a PEC do Legislativo. Tenho certeza de que, no início do ano que vem, teremos uma tramitação e o relator terá condições de se sentar com nossa competente consultoria para produzir os ajustes, as emendas e talvez, quem sabe, um belo substitutivo, com tempo, com cautela. Teremos a efetividade do cumprimento de uma proposta de emenda à Constituição que abrangerá os Poderes e órgãos da administração direta e indireta, englobando as fundações e autarquias públicas. Portanto, quero dizer da minha alegria pela sanção. Esse é o primeiro motivo de orgulho ao encerrarmos o ano de 2011.

O segundo se refere à iniciativa da minha ilustre colega Deputada Ana Maria Resende. Logo pela manhã, tivemos a oportunidade de estar com o Desembargador Herbert Carneiro e com o Dr. Joaquim Herculano, 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, que, pelo que tudo indica, será o próximo Presidente do Tribunal de Justiça. Fomos entregar-lhes o Projeto de Lei nº 1.364/2011 - já há o compromisso do Governador Anastasia de sancionar -, que será a “Lei Antiálcool”, que amplia a proteção aos menores que hoje têm frequentado as casas noturnas, as danceterias, as boates e diversos outros estabelecimentos, sem a mínima responsabilidade do proprietário. Na pessoa de nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, temos um canal direto com o Governador, para que ele possa sancionar a proposição de lei em ato solene, na presença da Juíza Valéria Rodrigues, da Infância e da Juventude e de representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público da Infância e da Juventude, da Defensoria Pública e da Assembleia de Minas, para que haja no Estado de Minas Gerais uma lei antiálcool que aumente a proteção a menores. A Lei nº 8.069, de 1990, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê como crime a venda de bebida alcoólica para menor, mas, na prática, é muito difícil efetuar o flagrante. Além disso, ao projeto de lei, que é de iniciativa da Deputada Ana Maria Resende, foi apresentado substitutivo de autoria deste Deputado, o qual, com a devida aquiescência da Deputada e dos ilustres relatores nas comissões, tornou-se a proposição final. Ele prevê multa pecuniária, que dependendo do tamanho do estabelecimento e do seu enquadramento na questão fiscal, pode variar de R\$218,00 a R\$3.271,00. Além dessa multa, prevê a interdição do estabelecimento.

Quero dizer da minha alegria porque vamos ampliar a proteção ao adolescente, fazendo com que o proprietário do estabelecimento comercial, da boate, da danceteria, etc. passe a ter a preocupação de cuidar para que menores não adentrem o estabelecimento nem venham a consumir bebida alcoólica, porque o simples fato de um menor ser surpreendido com copo de bebida no interior do estabelecimento já será motivo para a aplicação da multa, que, aliás, é pesada. No caso de reincidência, a multa será aplicada de forma concomitante com a interdição do estabelecimento, que poderá ser de 2 a 30 dias. Isso é importante. Hoje, posso dizer isso com mais tranquilidade, porque estávamos monitorando uma tal Boate Major Loc, o Chalezinho, e as boates Na Sala e Swinguers, de Belo Horizonte, especialmente situadas na região Centro-Sul da Capital mineira, nas quais os proprietários vêm permitindo o ingresso de adolescentes de 14, 15, 16 e 17 anos, que estão bebendo livremente nesses locais. Esses proprietários podem colocar as barbas de molho, porque, além da multa pesada, haverá a interdição. E a Juíza da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, Dra. Valéria Rodrigues me disse: “Deputado, só estamos esperando a sanção dessa lei, porque teremos um instrumento muito mais eficaz”.

Nesta manhã, Deputada Ana Maria Resende, estive com o Desembargador Joaquim Herculano, 1º Vice-Presidente, acompanhado do Desembargador Herbert Carneiro, que se comprometeu a divulgar amplamente, entre os Juízes das Comarcas do Estado de Minas Gerais, a proposição de lei, de iniciativa de V. Exa., que recebeu a singela contribuição do substitutivo deste Deputado.

No início do próximo ano, por volta de março ou abril, a Escola Judicial reunirá os Juízes de todas as comarcas, e essa lei receberá atenção especial, com vistas a que os Juízes do interior possam fazê-la cumprir com a energia necessária para coibir o abuso na venda, na distribuição gratuita e no consumo de álcool por adolescentes.

Este é um compromisso do Tribunal de Justiça com este Deputado, com V. Exa., com esta Casa, a partir de março, quando reunirá todas as comarcas. Obviamente, ficou acertado um convite a V. Exa., que também será feito a este Deputado, para participarmos desse encontro na Escola Judicial. O Governador se comprometeu conosco a sancionar a proposição de lei, na presença do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Deputada Ana Maria Resende, podemos entrar em recesso muito tranquilamente, porque estamos dando uma contribuição valiosa para os pais e as mães de nosso Estado.

Hoje os adolescentes utilizam do subterfúgio de pegar a carteira de identidade da irmã mais velha, da prima ou da amiga – o mesmo ocorre com os rapazes – e entram nas boates. Isso é facilmente percebido pelo proprietário e pela segurança do estabelecimento, que não se incomodam, porque querem apenas lucrar. E a dor de cabeça ronda as casas e as famílias de Minas Gerais. Então, não é uma solução, não é algo milagroso, mas é mais um instrumento para tranquilizar nossas famílias.

Concedo um aparte à minha querida Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, membro superatante na Comissão de Segurança Pública, que nesta Casa tão bem representa a Polícia Militar, quero parabenizar a Deputada Ana Maria Resende, minha amiga, assim como a V. Exa., por essa iniciativa.

Estava lembrando aqui como os adolescentes tem sofrido e praticado violência, e uma das razões é exatamente o uso de álcool, que também é porta de entrada para as drogas ilícitas.

Transformando-se em lei, esse projeto é um instrumento muito importante, pelo menos para diminuir – e muito – a situação de violência que vivemos.

Sugiro que também a TV Assembleia faça uma ampla divulgação dessa nova legislação. Esse seria o primeiro passo. Temos de mudar a cultura da violência. Chega de mortes, de homicídios de jovens e de adolescentes, no Estado e no País. Para isso, temos de unir esforços. Quero parabenizá-lo. Conte conosco. Sua atuação continuada em nossa Comissão tem nos possibilitado a oportunidade



de contribuir muito para uma sociedade mais justa. A segurança pública precisa de repressão qualificada, mas, mais do que isso, é fundamental a prevenção. E esse projeto vai levar à prevenção, vai evitar que adolescentes façam uso de bebida alcoólica e sofram as consequências da bebida. Então, parabeno-o, assim como à Deputada Ana Maria Resende.

O Deputado Sargento Rodrigues\* - Para V. Exa. ter noção de como ficou o texto do projeto a ser sancionado pelo Governador, que é um homem de bem, uma pessoa séria: o “Art. 1º - O estabelecimento comercial que vender, fornecer, ainda que gratuitamente, entregar ou permitir o consumo de bebida alcoólica a menores de 18 anos de idade, ficará sujeito às penalidades previstas nesta lei, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas na legislação em vigor.” V. Exa. vai entender agora, porque cheguei a ele: “Art. 2º - É obrigatória a fixação, nos estabelecimentos onde há venda, fornecimento, ainda que gratuito, a entrega ou consumo de bebida alcoólica, de aviso com os seguintes dizeres: “São proibidos a venda, o fornecimento, ainda que gratuito, a entrega e a permissão do consumo de bebida alcoólica a menores de 18 anos de idade, Lei Federal nº 8.069, de 13/7/90, e lei estadual ...”, que será sancionada pelo Governador.

Nós mesmos teremos a oportunidade, como pessoas públicas e como cidadãos, de fiscalizar o cumprimento da existência desses cartazes, que são o primeiro alerta. Qualquer restaurante, barzinho, boate ou danceteria terão de afixar um cartaz desses. O comerciante não poderá dizer que ninguém o avisou. A Assembleia pode dar essa enorme contribuição.

A contribuição desta lei vai muito além disso. Hoje, a Dra. Valéria Rodrigues me disse que nas “blitze” realizadas pela Polícia Militar para fiscalizar o cumprimento da Lei Antiálcool, constata-se grande número de menores ao volante e embriagados. Imaginem como o pai fica em casa. Imaginem como a família fica em casa. A Assembleia está dando essa contribuição a todos.

Adentrando no campo da segurança pública, quem começa a ingerir bebida alcoólica na adolescência, se não for uma pessoa equilibrada, e o adolescente, pela própria idade, é mais vulnerável, tem tendência a ser mais receptivo a outras drogas, e dá o segundo passo. Essa lei tem também esse objetivo.

Para finalizar esse assunto, a cidade de Diadema é um grande exemplo em São Paulo. Quando adotaram a lei seca em Diadema, há anos, houve redução drástica do número de homicídios na cidade. Eles fecharam os estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas bem mais cedo, e o número de homicídios caiu. Estamos diante de uma lei que terá efeitos múltiplos, de forma positiva, para a nossa sociedade.

Passando mais adiante neste balanço, o ilustre Deputado Durval Ângelo estava presente, mas parece que retornou ao gabinete, aprovamos, ontem, com meu acompanhamento e do Deputado Durval Ângelo, o Projeto de Lei nº 1.353, que traz em seu bojo a política pública de auxílio, proteção e amparo aos policiais civis, bombeiros, policiais militares, agentes penitenciários e socioeducativos. Fui relator desse projeto na Comissão de Segurança Pública, e tive a oportunidade de também dar uma contribuição, que foi aprovada na forma do substitutivo de autoria deste Deputado em sintonia com o Deputado Durval Ângelo. Este substitutivo também foi aprovado na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, cuja relatoria coube ao Deputado Zé Maia, com apoio, naquela oportunidade, do Deputado João Leite. Esse projeto criará uma política pública de ampliação, proteção e auxílio aos policiais vítimas da violência no dia a dia.

É uma medida que vai avançar muito. O projeto foi acordado com o Líder de Governo, o Deputado Luiz Humberto Carneiro, para que ele fosse aprovado em 1º turno neste momento, e, após o retorno dos trabalhos em fevereiro, ele será aperfeiçoado e votado em 2º turno. Portanto, a origem, o nascedouro desse projeto está na sugestão dada pela Associação dos Praças, Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais, encampada pelo Deputado Durval Ângelo, e aperfeiçoada por este Deputado, como relator da matéria. Eu e o Deputado Durval Ângelo estamos acompanhando esse trabalho, “pari passu”, para que essa matéria seja transformada em lei. Essa é mais uma bela contribuição que a Assembleia está dando ao povo de Minas Gerais.

Por último, Deputado Rogério Correia, gostaria de falar sobre dois projetos de lei, de minha autoria, na área do consumidor. São projetos simples, que pesam no momento em que o consumidor for exercer o seu direito. Destaco que o relator de um desses projetos é o Deputado Délio Malheiros - referência na Casa na área de defesa do consumidor. Nada melhor do que poder contar com a contribuição de alguém que lida no dia a dia com a matéria. São dois projetos de lei simples, porém importantes.

O primeiro projeto a que acabei de me referir é o Projeto de Lei nº 1.834, nascido da nossa lida cotidiana. É importante que o nosso telespectador compreenda o que esse projeto representa para ele quando for a um restaurante ou a um barzinho e adquirir do fornecedor desse estabelecimento uma quantia de carne que será entregue na sua mesa. Hoje não há nenhuma divulgação expressa sobre isso, como deveria. Esse projeto vem estabelecer a obrigatoriedade de uma balança disponível para que essa carne venha a ser pesada. Quando as pessoas chegarem a um restaurante, elas poderão pedir a quantidade desejada de maminha ou de contrafilé e requerer que essa carne seja pesada. Atualmente, isso não funciona assim, o garçom apenas nos mostra a carne numa travessa e pergunta se a quantidade está boa. Comumente, o consumidor, para que não tenha constrangimento e para não criar nenhum problema, aceita tranquilamente a quantidade ofertada, porque não quer chamar atenção das outras pessoas que estão dentro do restaurante. Não existe uma balança para que as pessoas possam conferir o peso da carne ofertada, e é exatamente isso que esse projeto pretende. A balança deveria ficar disponível para que o consumidor possa conferir o peso da carne. Então essa lei veio para exigir a disponibilidade dessa balança.

A segunda questão diz respeito ao peso que será acusado por essa balança. A balança eletrônica deverá emitir uma etiqueta com o peso e o valor correspondente do produto, que serão afixados na comanda. É um projeto simples, de minha iniciativa, que ajuda os consumidores e que foi referendado pelos meus colegas Deputados.

O Projeto de Lei nº 1.912, Deputado Rogério Correia, é muito usado no nosso cotidiano, já que muitas pessoas são clientes do serviço do sinal da internet e da TV a cabo. Nada melhor que legislar passando pela experiência do problema, e foi exatamente isso que aconteceu comigo. Em dois finais de semanas consecutivos, com feriado nas sextas-feiras, em situações diferentes, o cabo da internet da minha residência arrebentou, porque um caminhão passou por lá. Esse projeto deseja que, no momento em que o sinal da internet ou da TV a cabo for interrompido, logo que o cliente telefonar para a empresa, a partir daquele momento, a empresa será obrigada a registrar a ligação e se responsabilizar pelos danos até o restabelecimento do sinal. Essa preocupação será da empresa.



Além disso, a empresa terá de fazer constar o dia e a hora da interrupção e do restabelecimento do sinal da internet e da TV a cabo. Vamos devolver a eles essa responsabilidade, porque eles têm instrumentos para averiguar a ausência de sinal nos determinados pontos.

O projeto vai garantir ao consumidor, em primeiro lugar, que o valor será registrado em sua fatura e que vai constar o período correto. Por último, a preocupação em restabelecer o sinal será da empresa prestadora do serviço, não mais do cliente. É de extrema importância dizer que o valor vai ser debitado. O período que ficou sem a transmissão do sinal será debitado na conta todo mês. Na prática, quando o sinal da internet e da TV a cabo acaba, passamos muita raiva. Depois nos esquecemos de falar com a operadora para fazer o débito na conta. Esse projeto determina a dedução e a discriminação do valor que será deduzido. Mais do que isso, quando um profissional utiliza, na sua vida diária, internet para trabalhar e esse sinal é interrompido, ele terá uma prova pré-constituída para que vá ao Judiciário e pleiteie aquilo que deixou de ganhar, ao não ter internet como ferramenta de trabalho. Será um documento importantíssimo para que vá ao Judiciário buscar seu direito, para dizer ao Juiz o prejuízo que teve por não ter podido trabalhar. Vejo que é de extrema importância esse projeto. Estava, Deputado Durval Ângelo, um pouco antes, fazendo alusão ao Projeto de Lei nº 1.353, refletindo sobre ele. Tivemos a brilhante sugestão da Aspra, que V. Exa., de imediato, encampou, e que este Deputado, como relator, aperfeiçoou na Comissão de Segurança Pública. Ontem, acompanhamos a votação do projeto na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. O projeto é importantíssimo, pois trata da ampliação, do auxílio e da proteção aos policiais e aos familiares. Isso vai se transformar numa política pública importantíssima.

Concedo aparte ao Deputado Durval Ângelo, que foi autor do projeto em que tivemos oportunidade de dar essa singela contribuição.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)\* - Acho que foi um avanço a aprovação do Projeto de Lei nº 1.353, em 1º turno. Ele é um projeto que foi muito discutido pela Aspra, Associação dos Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, trazido a nós pelo então Presidente desta associação, Subtenente Luiz Gonzaga. O projeto estabelece um programa estadual de proteção aos policiais militares, civis, bombeiros, agentes penitenciários e agentes socioeducativos que estiverem ameaçados de morte. Ele garante proteção a eles e a suas famílias. Ele garante prioridade, no caso de necessidade de deslocamento para outra cidade, a bem do serviço e, ao mesmo tempo, cria um conselho, que terá a função de acompanhar toda a situação do ameaçado de morte. Esse conselho terá a presença do Ministério Público e de outros organismos. Ele cria também, em forma de lei, uma política habitacional. Muitas vezes, para os policiais ameaçados de morte, o deslocamento é fundamental.

### Encerramento

O Sr. Presidente (O Deputado Dilzon Melo) - Esgotada a hora destinada a esta reunião, a Presidência a encerra, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de logo mais, às 14 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

\*- Sem revisão do orador.

## ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/12/2011

### Presidência do Deputado Dilzon Melo

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.521/2011; discursos dos Deputados Sargento Rodrigues e Rogério Correia; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Rogério Correia; deferimento; votação do projeto, salvo emendas, subemendas e destaques; aprovação; votação das emendas e subemendas com parecer pela aprovação; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 30, 132, 136, 185 e 291; votação das emendas com parecer pela rejeição, salvo destaques; rejeição; votação da Emenda nº 510; rejeição; discurso do Deputado Rogério Correia; votação da Emenda nº 511; rejeição; declarações de voto - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 2.695, 2.696, 2.697 e 2.726/2011, dos Projetos de Lei Complementar nºs 18 e 22/2011 e dos Projetos de Lei nºs 252, 558, 1.079, 1.283, 2.229, 2.391, 2.449, 2.450, 2.451, 2.550, 2.571, 2.616, 2.617, 2.656, 2.661, 2.709, 2.520 e 2.521/2011; aprovação; declarações de voto - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Celinho do Sintrocél - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.



## Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dilzon Melo) - Às 14 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Sávio Souza Cruz, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 327, 1.079, 1.353, 2.229, 2.391, 2.571 e 2.709/2011, apreciados na extraordinária realizada hoje, pela manhã.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.521/2011, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2012. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação com as Emendas nºs 1 a 19, 21 a 23, 47 a 52, 57 a 65, 69, 70, 73 a 77, 83 a 96, 99 a 130, 137 a 177, 180 a 184, 203 a 211, 214 a 216, 218, 221, 225, 227 a 265, 269 a 290, 292 a 295, 297 a 309, 364 a 373, 377, 382, 383, 388 a 391, 393 a 396, 399 a 414, 417 a 420, 443 a 472, 474, 476, 478, 480 a 483, 485 a 489, 491 a 497, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 514 a 533, 535 a 537, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 415 e 416, apresentadas pela Comissão de Educação; com as Emendas nºs 538 a 613 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 30, 132, 136, 185 e 291, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 24 a 29, 31 a 46, 53 a 56, 66 a 68, 71, 72, 78 a 82, 97, 98, 131, 133 a 135, 178, 179, 186 a 202, 212, 213, 217, 219, 220, 222 a 224, 226, 266 a 268, 296, 310 a 363, 374 a 376, 378 a 381, 384 a 387, 392, 397, 398, 421 a 442, 473, 475, 477, 479, 484, 490, 498 a 513 e 534. A Emenda nº 20 foi retirada pelo autor. Continua em discussão o projeto. Com a palavra, para continuar a discutir, o Deputado Sargento Rodrigues, que ainda dispõe de 27 minutos para o seu pronunciamento.

O Deputado Sargento Rodrigues\* - Concedo a palavra ao Deputado Durval Ângelo, para que ele conclua seu aparte.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)\* - Quero destacar no Plenário que, para proteção dos militares, dos agentes, dos policiais em geral, a aprovação desse programa estadual é fundamental. Nesta semana, tivemos a perda do Sd. Felipe. Recentemente Agentes Penitenciários perderam suas vidas assassinados por criminosos. O Estado não pode se omitir em relação a isso, até mesmo no que se refere aos apartamentos funcionais, hoje ocupados por mais de uma centena de policiais e agentes. Há uma situação de crise constante para a reintegração de posse desses imóveis. Eu e V. Exa. temos acompanhado isso e tivemos de nos deslocar. Fui várias vezes - uma vez com V. Exa. - à residência do Salgado Filho. Os policiais vivem uma tensão enorme. Muitas vezes não têm condição de ter um imóvel financiado, e não cessa a ameaça feita por traficantes ou outros criminosos, que querem ceifar a vida deles e de seus filhos. A aprovação desse projeto é fundamental. Pena que só vamos aprová-lo em 1º turno.

Sargento Rodrigues, fui informado de que o governo mudou de posição. No ano passado, houve uma nota técnica do governo, por meio das Secretarias de Planejamento e de Defesa Social, favorável ao projeto. Essa nota, dada no ano passado, está anexada ao projeto. Mas há demora na aprovação do projeto. Apesar de o governo ter dado continuidade - praticamente as mesmas pessoas estão nessas Secretarias -, vamos ter dificuldade para aprovar a matéria, o programa estadual de proteção a policiais e agentes ameaçados de morte, às pessoas da área de segurança ameaçadas de morte, porque hoje o governo mudou de posição. É necessária a mobilização da sociedade, a sensibilidade desta Casa e, especificamente, a mobilização dos policiais, de suas associações, senão, em fevereiro, esse projeto não será aprovado. Hoje tivemos a primeira vitória, mas temos de garantir a aprovação do projeto. Aproveito também para dizer - torno público que fizemos entendimento com todos os Deputados - que a proposta de emenda à Constituição do Detran será votada na primeira quinzena de fevereiro. Como autor da proposta, não quis trazer problema, dificuldade, nessa reta final, mas, em fevereiro, na primeira quinzena - isso está acertado com o governo -, vamos votar a desvinculação do Detran da Polícia Civil. Tenho de dar essa notícia. Muitos estão me perguntando a respeito dessa proposta, que será votada na primeira quinzena, em 1º e 2º turnos, conforme acordado.

O Deputado Sargento Rodrigues\* - Quero cumprimentar V. Exa. Essa proposta de emenda à Constituição também teve a minha assinatura para tramitar. V. Exa. pode ter tranquilidade de falar sobre o Detran. Aliás, a separação vai permitir que cerca de mil policiais em todo o Estado, hoje afetos à área de trânsito na Polícia Civil, retornem as suas funções precípuas. Certamente a Polícia Civil ganhará muito na condução dos inquéritos, nas investigações e no verdadeiro papel da Polícia Judiciária do nosso Estado. Portanto contará com o encaminhamento e o apoio deste Deputado. Deputado Durval Ângelo, digo mais: também recebi boas notícias da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, assinada por 76 Deputados desta Casa, inclusive por V. Exa. Essa proposta determina a publicidade do gasto dos agentes públicos, dos órgãos e dos Poderes do nosso Estado, para que a sociedade tenha absoluta transparência. Estamos recebendo sinalização positiva do Deputado Sebastião Costa, relator, e também do Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão, de que vamos votá-la em fevereiro. Estaremos, portanto, dando passo brilhante para que haja transparência nos salários e nas verbas indenizatórias de todos os agentes públicos do nosso Estado. Sr. Presidente, agradeço a paciência de V. Exa. com este Deputado. Estou muito satisfeito de encerrar o ano de 2011 com vários projetos aprovados e de ter contribuído em inúmeras outras matérias.

Estamos esperando por parte do Secretário Danilo de Castro uma boa notícia vinda do Governador do Estado relativamente às promoções dos policiais e bombeiros militares de Minas Gerais. A estagnação das promoções e a retirada do critério da antiguidade nas promoções de Sargentos e oficiais da Polícia Militar e dos bombeiros militares trouxeram enorme prejuízo, enorme angústia e enorme revolta por parte desses trabalhadores. Estamos esperando uma sinalização do Secretário Danilo de Castro, que fez o compromisso de dar retorno a este Deputado, pois levaria o pleito ao Governador. Espero que o espírito natalino contamine o nosso Governador Antonio Anastasia e que ele remaneje recursos para priorizar isso, porque essa é a área mais sensível que o Estado tem, e o Governador sabe disso. Portanto, permitir que os policiais e Bombeiros militares de Minas Gerais não obtenham suas promoções agora, no dia 25 de dezembro, observado o critério da antiguidade e da forma com que o Cel. Cantarino fez o estudo, disponível para o governo, reforçará essa angústia e essa revolta, e o reflexo disso será sentido no combate à criminalidade, à prevenção e ao crime em todo o Estado. Esse é um assunto de extrema seriedade. Espero que o Governador Anastasia sinalize de forma positiva ou aponte uma solução viável. Espero contar também com a posição do Cel. Santana. Que ele trabalhe nesse intuito, junto ao Cel. Cantarino e aos demais, para solucionar esse impasse e evitar que policiais e bombeiros militares de Minas Gerais tenham um Natal triste porque deixaram de ser promovidos - segundo consta, o Governador determinou até mesmo cortes nas promoções. Estou confiante em que o Governador Anastasia trará boa notícia aos nossos policiais e bombeiros militares de Minas Gerais. Muito obrigado, Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia\* - Deputado Dilzon Melo, nosso digníssimo 1º-Secretário desta Casa Legislativa, hoje temos a honra de vê-lo presidindo esta sessão. Deputado Paulo Guedes e Deputado Sávio Souza Cruz, que acompanham a Mesa; Deputados e Deputadas; telespectadores da TV Assembleia; companheiros e companheiras que nos visitam aqui e sindicalistas. Em nome do PT e do PCdoB, quero agora analisar a peça orçamentária enviada a esta Casa pelo Governador do Estado pela Mensagem nº 125/2011, Projeto de Lei nº 2.521/2011, que trata exatamente do Orçamento do Estado para o ano que vem. Vou-me ater à discussão desse Orçamento. Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, a análise que fazemos do Orçamento nos permite, com tranquilidade, dizer que tudo está como dantes no quartel de Abrantes. Não há novidade na forma como o governo Aécio Neves e agora o Governador Anastasia tratam a questão orçamentária e as prioridades postas para o Orçamento em Minas Gerais. Isso, infelizmente, não é uma boa constatação. No nosso entendimento, falta ao governo - e faltou em anos anteriores - um enfrentamento e uma visão do quadro político e econômico em nível mundial e nacional para se atrever a fazer mudanças orçamentárias importantes e iniciar a preparação de Minas Gerais para o período econômico mundial.

Infelizmente, o governo trata a peça orçamentária como se tudo estivesse como antes, sem novidades e com os mesmos problemas e defeitos que, ano a ano nesses governos do PSDB, temos denunciado e buscado reverter. Começamos por uma análise equivocada contida nesse Orçamento. O governo trata o Orçamento como se não tivéssemos em Minas Gerais graves problemas econômicos apontados. E vai manter a mesma visão do choque de gestão e do falso déficit zero, uma imagem que se criou e que não é real. Parafraçando o que o Deputado Sávio Souza Cruz, do PMDB, há muito vem dizendo, o governo trata o Orçamento referente a uma Minas irreal. O governo não enxerga a realidade de Minas. E por meio dessa ficção que aparece nos programas publicitários do governo, da mídia conservadora e da mídia autocensurada e censurada pelo governo, o governo vai tratar a peça orçamentária diante dessa Minas irreal.

Hoje, no momento em que aprovamos o Orçamento em Minas Gerais, o jornal "O Tempo", na página de economia, traz uma notícia da Minas real. Parabenizo o jornal "O Tempo", porque em Minas, quando algum jornal faz uma análise mais realista, chegamos a estranhar. Precisamos parabenizar até para incentivar que não se publiquem apenas as peças permitidas por Andrea Neves, mas que se possam fazer análises reais sobre Minas Gerais. Isso, em tese, ajuda o próprio governo, porque ajuda o Estado a fazer uma análise diferente daquelas que eles permitem que seja publicada. Dizia o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso que Aécio Neves não gosta de ler, mas acho que ele também não gosta que os outros leiam, a não ser o que ele permite. Talvez, esse seja o principal defeito do governo.

Então, o jornal "O Tempo" de hoje traz uma análise da Minas real: "Indústria mineira despencou para o 9º lugar no Brasil". Essa análise é feita por meio de dados da Fiemg, que anda preocupada com o quadro atual, que encontraremos ainda mais acirrado no ano que vem. Evidentemente, vai impactar no Orçamento e na peça orçamentária que estamos aprovando, ou deveria impactar. Certamente vai impactar no Orçamento do ano que vem, a ser arrecadado pelo governo e gasto nas questões que consideramos não tão essenciais como outras.

Mas a constatação é que a indústria mineira perdeu sete posições no "ranking" de crescimento da produção física industrial brasileira, e despencou do 2º lugar, em 2010, para a 9ª posição, até outubro deste ano. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, isso é grave. Despencou - a palavra é essa - do 2º lugar, em 2010, para a 9ª posição, até outubro deste ano. Durante o governo Aécio Neves, Minas cresceu menos que o Brasil. Menos - não é mais, não! Não é o que demonstram as propagandas e as peças publicitárias pagas, aliás, muito bem pagas. Um bilhão e meio de reais pagos a peças publicitárias, em oito anos de governo Aécio Neves. E sempre dizendo que Minas cresce mais que o Brasil. Mas não é assim, cresceu menos. Agora despencou. A própria Fiemg diz que despencou do 2º lugar para a 9ª posição no Brasil. A expectativa dessa entidade é que a produção física de Minas para a indústria termine o ano com um acréscimo de apenas 0,1%, ou seja, praticamente estagnada. A projeção para 2012 aponta avanços de apenas 1% na indústria mineira. Essa é uma projeção da Fiemg.

O governo deveria escutar pelo menos a Fiemg, já que não gosta de ouvir a Oposição. Geralmente a Oposição não pode falar. Então que escute pelo menos os empresários, que têm sempre uma tradição de proximidade maior com o PSDB, pelo menos os empresários mais conservadores de Minas. Essa é uma análise da Fiemg.

No que se refere a emprego, a indústria de transformação de Minas Gerais registrou elevação de apenas 0,9%. De acordo com os dados nacionais, o crescimento foi maior. O crescimento no Brasil, em que também já houve queda, foi de 2,6%. De acordo com a Fiemg, a perspectiva para 2012 não é nada boa. A análise da Fiemg diz que Minas Gerais tem cerca de 65% da economia, baseada em "commodities" minerais e agrícolas. Guilherme Leão, Gerente de Economia da Fiemg, diz aqui: "O PIB de Minas vai crescer menos

em 2011 e 2012, puxado pela indústria”. Ele demonstra também aqui um gráfico da queda de Minas Gerais em relação à indústria nacional. É um quadro, em que é evidente que, havendo menos exportação de minérios, pois 65% se deve mais às “commodities” agropecuárias - repetindo ... Mas o pagamento de minério fará com que Minas despenque na economia brasileira, aliás, já despencou, de 2º para 9º lugar. Portanto, o PIB, sobre o qual, durante este ano, escutamos que o de Minas era maior que o do Brasil, além de não ser verdade naquele instante, aponta para momentos perigosos para Minas Gerais. Vou mostrar que, no Orçamento, o governo não se preocupou com isso e não procura planejar Minas Gerais para os problemas internacionais, advindos da crise internacional do capitalismo e do neoliberalismo.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)\* - Deputado Rogério Correia, gostaria de cumprimentá-lo. Fico imaginando a surpresa dos mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia, depois de serem bombardeados com tantas campanhas de mídia, concebidas, elaboradas pela Dra. Andrea Neves, a Goebbels das Alterosas, que leva aos mineiros a falsa informação de que Minas Gerais se converteu, por um passe de mágica, em uma espécie de filial do paraíso.

A Minas real, e tenho insistido muito nisso, é completamente diversa. Vivemos o que chamo de uma esquizofrenia política, o convívio de duas Minas que não dialogam entre si. Na real, que é pequena, perde relevância econômica e política e cresce menos que a média do Brasil, a indústria tem uma retração grave e vive, do ponto de vista econômico, o que é chamado de uma “reprimarização” econômica. Vemos a economia de Minas se voltar e, cada vez mais, se limitar à exploração de “commodities”, tanto minerais quanto agrícolas. Os tucanos ainda não conseguiram retirar isso de Minas Gerais, porque, por obra divina, nosso subsolo foi muito bem aquinhado com um potencial mineral invejável em escala planetária. Mas no que depende de alguma ação de governo, o que observamos é, cada vez mais, Minas caindo em importância no cenário dos Estados. Chegar ao 9º lugar entre os Estados brasileiros em PIB industrial é dramático. Não me lembro de Minas ostentar nenhuma posição abaixo de 3º ou 4º lugar no Brasil, na história deste Estado.

Minha intenção aqui é de, em breve, propor que a Assembleia faça uma homenagem ao ex-Governador Rondon Pacheco, que foi responsável por um momento tão diverso, com aumento da pujança industrial e a conquista da Fiat para o Estado, quando Minas começou a se firmar como um Estado industrial. E agora vemos Minas caindo para o 9º lugar.

Durante o governo Aécio Neves, embora a imprensa registre as peças publicitárias concebidas e pagas pela Dra. Andrea Neves, a Goebbels das Alterosas, dizendo que Minas cresce muito bem, que vai muito bem, durante o governo Aécio Neves, os números são: o PIB de Minas cresceu em média 3,3%, enquanto o PIB brasileiro cresceu 3,5%. Portanto, durante todo o período Aécio Neves, Minas cresceu aquém do crescimento do País, lembrando que, na média nacional, entram Estados do Norte e Nordeste, que têm muito pouco potencial econômico. Mas nem andar no ritmo do Brasil o Governador Aécio conseguiu.

Foi diferente em relação ao investimento em publicidade. Nisso, Deputado Duarte Bechir, Minas Gerais cresceu muito mais, foi o Estado que teve o maior crescimento no investimento em publicidade. Em 1999, o Governador Itamar Franco investiu em publicidade 900 mil reais. O Governador Aécio chegou a algo em torno de 350 milhões de reais por ano. Isso significa que o que o Governador Itamar levaria para gastar em publicidade em cinco séculos o Governador Aécio gasta por ano. Vou repetir, o que o Governador Aécio gasta por ano em publicidade para construir o mito, para investir no culto à personalidade, para construir sua candidatura permanente e obcecada à Presidência da República, custeada pelo erário mineiro, é o que Itamar levaria cinco séculos para gastar. São cinco séculos em um ano na publicidade. Mas o desenvolvimento industrial e o crescimento econômicos estão sempre aquém da média nacional.

Portanto, queria sugerir ao Deputado Rogério Correia que se aprofundasse na Minas real, que pudéssemos, quem sabe por meio do movimento Minas sem Censura, ter um permanente diálogo com a sociedade mineira, tentando levar aos mineiros as informações da Minas real. Com a Minas midiática não precisamos nos preocupar, porque a Dra. Andrea cuida dela com muito zelo; a nossa Goebbels das Alterosas cuida para que a Minas paradisíaca seja conhecida dos mineiros, cuida para que todos saibam que aqui não há problemas etc.

Mas a Minas real precisa ser conhecida. Acho que temos espaço para tentar levar as verdadeiras informações e os números reais ao conhecimento dos mineiros, que têm a visão tão turvada por essa guerra de propagandas e pela censura que se impôs em Minas Gerais, com o uso dos recursos públicos estaduais. A Minas desindustrializada, com a economia “reprimarizada”, tem agora a possibilidade de se retrair ainda mais. Votamos no final do ano, sempre a toque de caixa, quase três dezenas de projetos do Executivo. Boa parte deles criam taxas, aumentam impostos, aumentam dificuldades e criam restrições aos investimentos em Minas Gerais, porque não têm preocupação com a solidificação da economia mineira. Eles querem apenas tapar os buracos do caixa e continuar construindo um mito, já que não têm um projeto administrativo, mas apenas um projeto eleitoral obcecado por construir a imagem de um governante divino, bafejado por uma espécie de infalibilidade. E querem apresentar ao resto do País, custeados com o erário mineiro, uma imagem absolutamente desfocada e distorcida da nossa realidade, que é essa trágica. Já somos o 9º Estado em expressão industrial e continuamos, mais uma vez, também no governo Anastasia, crescendo menos que a média do Brasil, como ocorreu durante o governo Aécio Neves.

Por isso, cumprimento V. Exa. E fica aí a sugestão. Quem sabe o movimento Minas sem Censura será capaz de obter um informativo sobre a Minas real, deixando a Minas paradisíaca sempre aos zelosos cuidados da nossa Andrea Neves, a Goebbels das Alterosas ... Obrigado.

O Deputado Rogério Correia\* - Obrigado, Deputado Sávio Souza Cruz. Estou ainda no início do que planejo fazer em relação à análise do Orçamento. Apenas fiz uma pequena introdução. Então, pediria ao Deputado Duarte Bechir e ao Deputado Paulo Lamac que fizessem um breve aparte, porque o meu tempo é muito curto e não conseguirei expor a peça orçamentária e a análise que o PT faz dela. Mas será um prazer escutar o Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Antes, gostaria de agradecer a V. Exa., pois sei do espírito democrático que sempre guiou suas ações, especialmente nesta Casa. Contudo, se não nos manifestarmos agora, principalmente sobre a fala do Deputado Sávio Souza Cruz, parecerá que a forma que o Deputado apresenta é a verdadeira, que é aquela que está realmente norteando os fatos, que



os porquês da colocação do Deputado Sávio Souza Cruz são indiscutíveis. Tenho a certeza de que ele, como bom mineiro e estudioso, lembrará esses fatos e, além disso, muito rapidamente, ali fora irá saudar-me e desculpar-se pelo equívoco e falta de raciocínio momentânea dele.

Sabemos que o Presidente Lula, no último ato de seu mandato, retirou da nossa Minas Gerais os investimentos da Fiat, que foram para o Pernambuco, meu Deputado Sávio Souza Cruz. Esse foi um desejo do governante, que V. Exa. não quis comentar. No último momento do governo Lula, o Presidente tirou os investimentos da Petrobras, que foram para a Bahia de Todos os Santos. O Senador Aécio Neves, em uma tentativa de salvar essas atitudes que foram maléficas à produção industrial de Minas Gerais, apresentou uma emenda que estendia a Minas Gerais os benefícios concedidos a Pernambuco. Gostaria que V. Exa., Deputado Sávio Souza Cruz, prestasse atenção.

O Deputado Rogério Correia\* - Deputado Bechir, realmente o meu tempo é curto, e gostaria de entrar na questão da peça orçamentária mineira.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Ainda não gastei nem 2 minutos. Para concluir a fala do Deputado, os benefícios da lei que foram estendidos para Pernambuco foram cortados pelo governo federal. Fale-me uma obra importante do governo federal, o metrô, a duplicação da BR-381? As emendas dos Deputados Federais é que formam um contingente de recursos em Minas Gerais. V. Exa. relata com tanto vigor os fatos relativos ao posicionamento de Minas Gerais, mas omite a falta de critério, a falta de responsabilidade do governo federal, que age dessa forma para ter aqui uma base política, mas não consegue, porque estamos bem plantados e bem representados. Obrigado, Deputado.

O Deputado Rogério Correia\* - Obrigado, Deputado Duarte Bechir. Apenas fiz questão de que o aparte fosse rápido, porque entrarei no assunto do Orçamento. A minha intenção não foi comparar o governo federal com o estadual, porque acho até mesmo que seria uma judiação fazer comparações daquilo que Lula fez e Fernando Henrique nunca fez.

Não é essa minha intenção no dia de hoje. V. Exa. citou dois exemplos. A Fiat não foi tirada daqui. O investimento da Fiat em Minas foi grande neste ano. Para Pernambuco, foi uma fábrica para exportação, para a qual era necessário um porto. A fábrica ia para o México, mas o Lula a trouxe para o Brasil, para Pernambuco, a fim de levar crescimento ao nosso Nordeste. É importante que cresçam as regiões mais pobres do País.

Muita coisa é balela. Não se pode jogar responsabilidade sobre o governo federal daquilo que o governo do Estado não faz. É sempre assim, não se tem justificativa para Minas. A Petrobras está investindo em Uberaba, um investimento que Fernando Henrique nunca fez. Não quero entrar nessas provocações, e sim fazer uma discussão real de como o governo está tratando o orçamento. Sabemos das dificuldades.

O Deputado Paulo Lamac (em aparte) - Muito obrigado, nosso Líder Deputado Rogério Correia. Gostaria de me ater ao que está sendo debatido aqui, a questão orçamentária do Estado. Entendo que o tema levantado pelo Deputado Sávio Souza Cruz seja de imensa relevância para todos nós. Entretanto, há mais um ponto, que considero crucial, para efetiva interpretação da situação econômica de nosso Estado. Além de termos a necessidade de buscar esse volume imenso de recursos, do qual cuidamos agora, já que votamos e aprovamos uma autorização para que o governo do Estado contraia recursos da ordem de R\$7.000.000.000,00 em empréstimos, outro aspecto precisa ficar muito claro. Esse ponto caracteriza muito a desindustrialização do nosso Estado e diz respeito à atividade que está intrinsecamente ligada a Minas, que faz parte do nome de nosso Estado. A mineração é uma atividade nobre e importante para o desenvolvimento, mas estamos extremamente dependentes dela. Isso precisa ficar claro para todos os mineiros. O Rio de Janeiro é um grande produtor de petróleo, como todos sabem. Se você tirar a economia petrolífera do Rio de Janeiro, se você tirar o recurso que é mobilizado pela economia ligada à exploração do petróleo do Rio, esse Estado continuará em 2º lugar, continuará como a 2ª economia dos Estados brasileiros. No caso de Minas, a situação é muito grave. Se desconsiderarmos a parcela referente à mineração, seremos a 14ª economia do País. Não temos indústrias de maneira consistente, não temos nenhum tipo de atividade que agregue valor ao nosso Estado.

Além disso, precisamos nos lembrar de que a mineração só dá uma safra. A mineração é importante, mas temos de aproveitá-la, enquanto ainda temos minério em nosso Estado. Podem dizer que o minério ainda vai durar mais de 100 anos. E depois? Isso aqui vai virar um grande deserto, sem investimentos com sustentabilidade econômica? Hoje, se o Estado não pudesse contar com a mineração, ele estaria muito mais quebrado que está. O Estado não teria qualquer viabilidade econômica, porque não possui indústrias e investimentos que sustentem qualquer tipo de crescimento. Em que pese a localização estratégica de Minas, em que pese as grandes extensões de terra que temos, seríamos apenas a 14ª economia no Brasil.

Então, Deputado Rogério Correia, gostaria de parabenizá-lo pela sua abordagem. Como já discutimos na bancada, sabemos seu posicionamento com relação ao orçamento. Temos grandes preocupações, e é importante que V. Exa., em nome de todos nós, da Bancada do PT, externar essa preocupação para todos os mineiros, pois o assunto é, sem dúvida, de grande importância para todos nós.

O Deputado Rogério Correia\* - Muito obrigado, Deputado Paulo Lamac. Concedo breve aparte ao Deputado Paulo Guedes, para que continuemos o raciocínio dessa peça orçamentária para o próximo ano.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)\* - Foi esclarecedora a fala do Deputado Duarte Bechir porque acaba de assumir que as coisas não andam muito bem por aqui. Deputado Rogério Correia, citarei alguns investimentos que o governo federal faz em Minas Gerais, ao contrário do que o Deputado Duarte Bechir disse aqui agora. Quero lembrar-lhes o que está acontecendo no Norte de Minas. Não falarei acerca dos R\$3.500.000.000,00 que a Dilma está mandando para o metrô nem dos grandes investimentos em outras regiões.

Vou falar do Norte de Minas, para onde foram liberados mais de R\$150.000.000,00, onde estamos fazendo a pavimentação da BR-135 de Manga até a Bahia. Será licitado agora outro trecho, de Manga a Itacarambi. Foram mais de R\$500.000.000,00 para fazer a adequação da estrada de Curvelo até Montes Claros, que está pronta e ficou uma beleza. É estrada para mais 10, 15 anos. Agora está um tapete aqui para Montes Claros. A Presidente Dilma acabou de anunciar um câmpus da Universidade Federal para Janaúba, um investimento de mais de R\$50.000.000,00. Há liberação agora para a Unimontes de R\$80.000.000,00 para a construção de 14 novas



escolas técnicas só no Norte de Minas e no Jequitinhonha. Quero lembrar que, só nos últimos 60 dias, Deputado Rogério Correia, o Ministro da Integração Nacional veio aqui três vezes. Na primeira vez, liberou um convênio com o governo do Estado, mais de R\$300.000.000,00 para a construção da Barragem de Jequitá no Norte de Minas; há 30 dias liberou mais R\$150.000.000,00 para a Copasa fazer rede de esgoto nas cidades ribeirinhas do Rio São Francisco; e vai liberar mais R\$300.000.000,00. O Ministro voltou semana passada, Deputado Rogério Correia, e só para a Secretaria da qual o nosso colega Deputado Gil Pereira é Secretário, Deputado Duarte Bechir, liberou R\$80.000.000,00 do programa Água para Todos, para colocar água nas comunidades do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e do Mucuri. Só para terem uma ideia do que são R\$80.000.000,00, um Deputado Estadual tem R\$1.500.000,00 de emendas, e só para a Secretaria do Gil Pereira foi liberado o que o Estado libera para 77 Deputados atenderem suas bases. E mais R\$300.000.000,00 para iniciar a construção da Barragem de Congonhas. Só do Ministério da Integração Nacional estão sendo investidos mais de R\$1.000.000.000,00 na minha região, Norte de Minas. Se formos lembrar os outros programas, os programas sociais, os repasses, as agências do INSS que estão sendo construídas em todas as cidades acima de 20 mil habitantes, perceberemos que Minas Gerais nunca recebeu tantos recursos federais como recebeu no governo Lula e como recebe agora, no governo da Presidente Dilma, que é mineira, gosta de Minas e não faz nenhuma retaliação ao governo do Estado. Pelo menos foi o que percebi, Deputado Rogério Correia, na fala do Governador segunda-feira. De público ele pediu ao Ministro da Integração Nacional que levasse seu agradecimento à Presidente, porque ela tem tratado Minas da forma que merece, e disse que está muito satisfeito com o tratamento que a Dilma está dando a Minas Gerais. Essas são palavras do Governador. O Deputado Duarte Bechir poderia combinar melhor, ouvir e participar dessas cerimônias, porque o Governador fala uma coisa lá e a base fala outra aqui.

O Deputado Rogério Correia\* - Obrigado, Deputado Paulo Guedes. Desculpe-me por apressá-lo, mas se ficarmos enumerando o que o governo federal faz em Minas, não conseguirei terminar meu pronunciamento nem em três ou quatro horas, e tenho apenas mais meia hora, portanto meu tempo é bastante curto. Poderíamos citar tantos e tantos recursos. Eu diria que Minas Gerais não andaria sem o apoio do governo federal, com toda certeza. Não há uma obra de mobilidade urbana de grande ou médio porte em Minas Gerais que não tenha a maioria dos recursos advindos do governo federal. Basta isso para dizer tudo. Linha Verde, metrô, Av. Antônio Carlos, tudo em Belo Horizonte advém de recursos do governo federal. Embora sempre o governo do Estado esconda isso, são obras que vêm do governo federal. Onde o povo mineiro andar e vir obras de médio e grande porte, pode saber que são recursos do governo federal, e assim esse assunto fica, no meu entender, pelo menos aqui, terminado.

Retomo. Falava dos problemas que Minas enfrenta. Não há contestação do governo em relação a isso.

O jornal "O Tempo", referia-me a ele nessa análise, faz, por meio da Fiemg, uma previsão de crescimento para o ano que vem. O Brasil, segundo esses dados, tem uma projeção de crescimento em torno de 3,4%. O governo fala ainda em crescimento de 4%, mas deverá ficar em torno de 3,5%, 4%. Em Minas Gerais, a previsão é de 2,8%. Portanto crescerá no ano que vem muito aquém do crescimento que nós teremos no Brasil, tendo a tendência de o crescimento em Minas ser inferior ao brasileiro.

Ora, Deputadas e Deputados, o Orçamento deveria estar tratando disso, dessa realidade, deveria incentivar os lugares onde Minas deve crescer, como planejar esse crescimento, onde gastar, onde investir. Deveria ser esse o retrato do Orçamento, dessa Minas real, existente, não da Minas fictícia de Andrea Neves, irmã de Aécio, como diz o Deputado Sávio Souza Cruz, Aécio Neves, vixe! Deve ser um quadro da realidade mineira. Assim deve ser tratado o nosso orçamento, que é nosso, não é o do Rio de Janeiro. É o orçamento mineiro.

Pois bem, o que fazemos de análise deste orçamento? É conservador, como sempre foi. Trata de duas questões, que relato a seguir. A primeira é o maior endividamento do Estado, portanto não é a farsa do déficit zero; segundo, os servidores públicos ainda estão aqui, a conservação do arrocho em torno dos servidores do serviço público, o chamado choque de gestão. Esses são os pilares do orçamento.

O financiamento, que aprovamos aqui com o voto contrário do Partido dos Trabalhadores, de grande parte do PMDB, e do PCdoB, endivida o Estado, só neste fim de ano, em mais 7 bilhões, juntando-se a uma dívida de mais de 70 bilhões, com um custo anual para pagamento de amortizações, de juros, de dívida de mais de 400 milhões. Portanto isso ampliará bastante. Diminuímos a capacidade de investimento para pagar juros de dívidas.

Senhores e senhoras jornalistas, isso nos lembra o quê? Não lembra a vocês vagamente o Fundo Monetário Internacional, ao qual pagávamos juros de dívida externa, motivo pelo qual continuávamos nos endividando e não resolvíamos o problema? Isso não cheira a neoliberalismo, a política Tucana? A mim, parece-me exatamente o mesmo receituário conservador que não deu certo no Brasil, que só começou a andar quando rompeu com esse tipo de política.

Mas o nosso Orçamento, Deputado Tadeu Martins Leite, é o mesmo. Temos R\$7.000.000.000,00 de empréstimo, aumentando a nossa dívida para R\$77.000.000.000,00 no mínimo. Portanto Minas Gerais é um Estado endividado. Acha que, endividando-se, o Estado de Minas Gerais cresce. Foi assim com o Brasil de Fernando Henrique Cardoso e na época do neoliberalismo. Então, esse é um grande problema do Orçamento. O pior, mascara-se o Orçamento.

Para fazer déficit zero, senhoras e senhores, esse R\$7.000.000.000,00 não estão na peça orçamentária, não constam do Orçamento. Isso para, depois, mascarar o déficit do Estado e dizer que é zero. Mas não é e nunca foi. Está de novo na peça orçamentária sem a realidade dos R\$7.000.000.000,00 do pedido de empréstimo que foi feito agora.

Portanto a falácia, a mentira do Déficit Zero continua por meio de um endividamento maior do Estado, que significa menor investimento tanto no setor social quanto de infraestrutura, de planejamento de crescimento do Estado. Portanto o governo não toma as medidas necessárias para isso.

O segundo ponto é o Choque de Gestão. É outro patamar em que o nosso Orçamento continua trabalhando como uma bíblia neoliberal. Aumenta-se o déficit e arrocha-se o Estado, a nação. Era assim que funcionava. Agora o Estado de Minas Gerais mantém esse tipo de funcionamento. Então, o Choque de Gestão, o arrocho é a parte seguinte de um Estado endividado e que procura fazer com que o déficit seja menor por meio dos cortes sociais, da ausência de investimento nas questões sociais e mesmo de infraestrutura.

Então, esse arrocho permanece na peça orçamentária. Anunciei isso hoje pela manhã aos servidores, por ocasião da aprovação da política remuneratória.

Saúdo os companheiros da Asthemg, do SindPúblicos, do Sindijus e do Sindojus, que nos acompanham no dia de hoje. O Choque de Gestão, infelizmente, continua. Sabem qual o aumento previsto para vocês, servidores, no Orçamento do ano que vem? Nada. Reajuste zero. Não há um centavo de previsão de aumento para o servidor público na peça orçamentária. O governo permanece, portanto, com a política de arrocho salarial. Diria mais: sequer o subsídio dos professores, que eles não queriam e o governo impôs, está presente aqui, Deputado Paulo Guedes. O que o governo terá de desembolsar para pagar o subsídio não consta no projeto. Se não há previsão de reajuste e sequer do que foi prometido para o ano que vem, a política remuneratória aprovada aqui será de reajuste zero. É esse o quadro que o Anastasia deixa aos servidores públicos.

Senhoras e senhores, telespectadores, lembro àqueles que precisam da saúde pública, dos hospitais públicos e das escolas públicas que este ano tivemos dias de greve na saúde; na educação, 112 dias sem aula; na Polícia Civil, 70 dias. Enfim, foi um ano repleto de movimentações dos servidores públicos discordando do arrocho e lutando por um serviço público de qualidade. Diante dessa peça orçamentária do ano que vem, teremos também muitas lutas. Infelizmente, o prejuízo se dá para os mais pobres, que necessitam do serviço público. Os servidores terão de lutar não apenas para aumentar o seu salário, mas por melhorias, por hospitais e centros de saúde mais dignos. Tudo precisa de recursos públicos. Para que os alunos aprendam não é preciso apenas professores bem pagos, mas recursos que permitam às escolas funcionar. Nada disso está previsto de forma eficiente na peça orçamentária do ano que vem.

Sr. Presidente, colegas Deputados, há duas premissas que atrasam o crescimento de Minas Gerais e estão postas no Orçamento. Uma delas é o endividamento ainda maior, desmascarando a farsa do Déficit Zero. Não canso de repetir que, depois de oito anos de governo, Aécio Neves assume o Senado - assume mais ou menos, porque é pouco visto lá, fica mais no Rio de Janeiro do que em Brasília "legislando" - dizendo que a dívida de Minas é impagável. Ora, mais o déficit não era zero? Por que na época em que era Governador não anunciou que Minas Gerais estava falida, endividada? Agora vem dizer que a dívida é impagável. Mas contrai outra dívida de mais R\$7.000.000.000,00, para se tornar ainda impagável. Infelizmente, esse é o quadro que está sendo apresentado.

Como o governo trata isso nos investimentos principais? Essa é a análise que passo a fazer nos breves minutos que me restam. Em relação à educação, a previsão, Deputado Adelmo, entendedor da área de saúde - se me permite, falarei também desse assunto -, as notícias não são boas, Deputada Maria Tereza Lara, que é educadora. O Orçamento prevê investimentos não de 25% novamente, como manda a Constituição, mas de apenas 22,18%. Serão, portanto, 3% a menos, o que é muito dinheiro.

O recurso orçamentário é da ordem de 54 bilhões. Teremos 3% a menos na educação, portanto um déficit de 882 milhões para o ano que vem, pois apenas 22,18% serão colocados na educação. Como o governo faz essa farsa, essa mentira, como ele mascara os dados da educação? Ele inclui o salário dos aposentados, esquecendo-se de que aposentado não é investimento na educação, mas uma obrigação da Previdência Social. Entretanto ele inclui os professores aposentados, educadores, no cálculo e diminui o investimento em 882 milhões. É muito recurso num ano que poderia ser investido nas escolas, nos salários dos professores, na melhoria do sistema educacional e na formação dos nossos professores, que estão precisando disso. Então, Deputado Adelmo Carneiro Leão, mais uma vez, esse é o quadro da educação para o ano que vem, pois já é assim, foi assim com Aécio, foi dessa forma com o Anastasia e continuará sendo assim no ano que vem.

Fizemos emendas e iremos apresentá-las, mas provavelmente a base do governo, que vota com o governo em qualquer circunstância, pois é submissa.... Espero que eu não seja cassado por dizer que a base é submissa, porque ameaçaram o Deputado Sávio Souza Cruz, que disse que a base é submissa. E ficaram revoltados. Mas é submissa mesmo, porque não faz o questionamento devido sobre essas questões. Devemos fazer isso, até mesmo por obrigação como oposição e como homem público.

O art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação diz, nitidamente, que os 25% não podem ser mascarados com o salário daqueles aposentados da Previdência. Também em 2009, o Tribunal de Contas chamou a atenção para isso. Disseram: "É errado, não pode ser feito". Em 2010, mandaram recado: "Lembrando que..." Não tiveram nem a coragem de dizer que isso não pode. O próprio Tribunal de Contas vai se amesquinando, se acovardando. Ele também é submisso, lambe-botas do governo. Essa é a expressão que deve ser usada também para o nosso Tribunal de Contas, que não faz a análise correta. Isso acontece no caso da educação. Queria dar essa informação aos nobres Deputados e Deputadas e ao nosso público, a fim de saberem o tratamento dado à educação.

Mas o mesmo é feito com a segurança pública, em que há também um investimento menor. E o meu tempo é curto, senão diria ainda dos investimentos na agricultura familiar. Fiquei abismado, e o Deputado André Quintão nos ajudou a tentar fazer com que o investimento na questão social ampliasse um pouco na disputa que fizemos no seminário realizado pela Assembleia, aliás, muito bem feito. Quero parabenizar o Deputado Dinis Pinheiro e o Deputado André Quintão, que nos ajudou na coordenação desse evento para tratar do Minas Sem Fome. O Deputado André Quintão, que acaba de entrar neste Plenário e do qual eu falava exatamente agora, pois fizemos um trabalho excepcional e procuramos colocar no Orçamento algum recurso, mesmo que ainda menor, para as questões sociais da agricultura familiar, porque era tão pouco! Conversei com o Subsecretário Gadelha em meu gabinete, pois ele tem um planejamento extraordinário para a agricultura familiar, a fim de melhorar as condições dos nossos pequenos produtores, a alimentação escolar, enfim, um planejamento para várias melhorias. Mas o recurso, Deputado André, era uma micharia. Não me lembro o valor, mas era tão pouco que o Gadelha, coitado, estava desanimado do ponto de vista da expectativa financeira, mas animado do ponto de vista de sua ideologia, porque é um dos nossos, um batalhador pelas questões sociais. Com muito esforço, o Deputado André Quintão conseguiu ainda alimentar o Orçamento com alguma coisinha a mais, para salvar alguma coisa para a agricultura familiar e a questão social durante o ano de 2012. Mas é muito pouco. O governo continuará cuidando das questões sociais basicamente por meio do governo federal. O Deputado Duarte Bechir também cobrou algumas questões para a infraestrutura, e relembro as questões sociais, cujo investimento é quase todo do governo da Presidenta Dilma, que vem para cá, e não há, por parte do governo, investimento no Orçamento deste ano para as questões sociais.

Falei da segurança pública, da educação, das questões sociais, da agricultura familiar, mas não poderia deixar de falar da saúde, talvez um dos grandes transtornos de Minas Gerais do ponto de vista do serviço público. Mas é claro, Deputado Adelmo. Veja a

análise do Ministério Público de Contas, para depois não dizerem que inventamos dados. Lerei a análise do Ministério Público de Contas:

“Concluimos, então, que, excluídas do cômputo das aplicações em ASPS as despesas com assistência à saúde cujo acesso é restrito à clientela fechada (PMMG, Ipsemg e IPSM), aquelas custeadas por fontes de recursos da Copasa, bem como os recursos inscritos em Restos a Pagar não processados, o percentual apurado no exercício financeiro de 2010 passa a ser de 7,81%.” Longe dos 12%, e - repito - essa é a análise do Ministério Público de Contas. “Dessa forma, constata-se o não cumprimento do índice constitucional no que se refere às despesas com a saúde pública no Estado de Minas Gerais.” Ou seja, não se respeitou a Constituição no que concerne aos recursos dos 12% da saúde. Para não ficar apenas no que disse a Procuradora do Ministério Público de Contas, a Dra. Sara Meinberg, que fez um excelente trabalho, depois o Conselheiro Sebastião Helvécio, nosso companheiro que foi Deputado do PDT, diz o seguinte: “Diante do exposto (...)” - que é esse quadro - “ (...) e considerando a necessidade premente de ajuste dos procedimentos (...)” - veja bem, Deputado Adelmo Carneiro Leão - “ (...) determino ao Governo Estadual, por meio das Unidades Executoras das Ações da Saúde, que apresente, no prazo de 90 dias, contados do recebimento deste parecer prévio, Plano de Ação contemplando as medidas corretivas a serem adotadas.” Ele segue dizendo que se deve chegar aos 12% para as medidas corretivas. Qual a principal medida corretiva? Apresentar uma peça do Orçamento do ano que vem que corrigisse isso, principalmente agora que foi aprovada nacionalmente e finalmente a Emenda Constitucional nº 29, regulamentada; mas o governo não está nem aí para regulamentação nem para a saúde. O que o governo faz agora com o Orçamento, Deputado Adelmo Carneiro Leão? Apenas a previsão de 9,82%. Ao final, ele chegará novamente aos 7% ou 8%, que é o costumeiro, o que os tucanos vêm fazendo, desde Aécio Neves, com esse atendimento à saúde, em torno de 7% a 8%. A previsão é de 9,82%, e faltam R\$683.000.000,00 para o orçamento do ano que vem. Então, na educação são R\$882.000.000,00 a menos e na saúde pública são R\$683.000.000,00 a menos. Somamos esse valor e serão mais de R\$1.500.000.000,00, ou seja, quase R\$1.600.000.000,00 a menos, uma previsão orçamentária aquém daquilo que a emenda constitucional tanto da educação quanto da saúde coloca. Esse é o quadro da previsão orçamentária do governo. Por isso, o Senador Aécio Neves é réu no processo aqui em Minas Gerais. No Ministério Público, ele é réu em uma dívida de R\$4.300.000.000,00, que agora aumenta, segundo o cálculo da nossa bancada, para um déficit, de 2003 a 2010, de R\$6.800.000.000,00 só com saúde pública, em Minas Gerais. Não há Prefeito que aguente, não há cidadão que aguente essa política que o governo recoloca para Minas Gerais, nesse Orçamento. Há o endividamento do Estado por meio de mais empréstimos e o arrocho por meio de choque de gestão. Infelizmente, é isso que está escrito aqui na peça orçamentária.

Vamos, Deputado Adelmo Carneiro Leão, tentar fazer correções e emendas. Acho difícil aprová-las pela submissão da base, mas é nosso dever fazer isso e mostrar ao povo mineiro o que, de fato, está acontecendo. Antes de terminar, passo um aparte ao nobre Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Deputado Rogério Correia, temos uma história, nesta Casa, de uma longa caminhada, de participação junto aos movimentos sociais, aos sindicatos e aos servidores públicos. Podemos celebrar e dizer hoje que, embora estejamos muito longe daquilo que queremos e é necessário para o nosso Estado e o nosso país, tudo que conquistamos do pouco que conquistamos foi fruto da luta, o que não nos desanima.

Porque, senão, seria para falarmos: “Até logo para vocês. Vou embora”. Mas, como sabemos que mesmo sendo dura e difícil é a luta que nos permite avançar, inicio o meu aparte parabenizando-o, parabenizando o movimento Minas sem Censura, o nosso bloco parlamentar, por essa consciência da necessidade de continuarmos lutando para avançarmos. Mesmo em relação aos professores, aos servidores públicos, as conquistas todas foram tiradas a força desse governo, sempre, mas foram fruto da luta. O nome Minas sem Censura é muito positivo, muito interessante, muito expressivo nesse momento da nossa história.

Esse governo conseguiu fazer blindagem de todas as formas possíveis para parecer um bom governo, escondendo tudo, todas as suas falhas, não divulgando, fazendo acusações de outros para poder esconder as suas fraquezas. Quantas vezes vimos, nesta Casa, parlamentares, não digo submissos, que são servis. A palavra é um pouquinho mais forte - e se precisar de cassar a gente por isso, eles podem me cassar mil vezes. Não há problema, não. Enfim, são muito servis. Até entendo. Não é só aqui, não, Deputado, como já ouvi V. Exa. dizer - e é isso mesmo - em muitos lugares os nossos parlamentos estão servis aos executivos. São absolutamente cativos, são departamentos de governo, infelizmente. Mas, se pudessem avançar mais, levar a crítica sincera, fraterna, no sentido de encontrarmos solução para os desafios, seria muito positivo, pois estaríamos ajudando a todos. Se calarmos diante das fraquezas e dos erros dos nossos governos, nós não vamos ajudar os governos.

Vejo que essa blindagem é muito grande. Até nos irritamos um pouco com a nossa assessoria, porque não houve uma emenda para falar que teria de aplicar mais R\$700.000.000,00 no setor de saúde, para garantir o cumprimento da emenda constitucional, votando ou não a sua regulamentação. Agora, ao votar, não haverá mais jeito de esse pessoal ficar dando desculpas - espero que não, vamos ver. Mas eu ainda temo, porque sempre deram um jeito.

Então, blindaram de tal forma que, na própria apresentação da peça orçamentária, não se consegue apresentar a emenda no computador. Eles criaram uma estrutura informatizada que também blinda a sua estrutura.

O Deputado Rogério Correia\* - Só o relator, que é deles.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Só o relator pode. Esse é o problema, nem emendas para alertar e mostrar nós podemos fazer. Eles blindaram também o Orçamento, engessaram o Orçamento de tal forma que fazem como estão fazendo no nosso Estado.

Em relação à saúde, vi tantos subirem a esta tribuna para dizer que o governo federal não está colocando mais recursos. Mas ninguém deste governo viu subirmos na tribuna para dizer que também defendemos que o governo federal coloque mais recursos. Mas, falar do governo federal sem cumprir a sua contraparte, sem cumprir o que manda a Constituição! Porque não pode falar do governo federal dizendo que ele não cumpre. E isso porque há um órgão neste país, chamado Conselho Nacional de Saúde, que faz avaliação da aplicação dos recursos. Nele é que deveríamos mirar para saber se aplicou ou não. E, se existe alguém que não aplica, o maior deles são os governos dos Estados e principalmente o governo de Minas, que está entre os campeões dos Estados que não



aplica, que manipula, que distorce, que justifica o que é injustificável. Agora não tem jeito mais, tem de colocar mais R\$700.000.000,00. E isso dá para fazer milhares, milhões de consultas, de tratamento de câncer de mama, de tratamento de diversos tipos de câncer, de quimioterapia, radioterapia, diagnóstico precoce, diagnósticos laboratoriais. O que não podemos admitir no nosso Estado, por omissão do governo, é ver as pessoas esperando por um tratamento que nunca chega, tendo de ficar nos corredores dos nossos hospitais, não recebendo medicação necessária; é ver os servidores da saúde não sendo tratados com dignidade, pois, como estamos acompanhando, sabemos da situação dramática em que eles se encontram.

Espero que, com a regulamentação da Emenda nº 29, a nossa luta continue maior ainda, mas que não vejamos as pessoas justificarem que não há recursos. Mais R\$700.000.000,00, no mínimo, podem e devem ser aplicados na saúde, pela ordem constitucional vigente, sem considerar o passado.

O Deputado Rogério Correia está abordando uma questão importante, que não é apenas fruto da nossa análise - do PT e do bloco -, mas do Ministério Público. Trata-se de uma análise séria, correta e detalhada. São bilhões de reais que este governo do Estado de Minas deve ao povo mineiro para que a saúde seja tratada como estabelece a Constituição, como direito fundamental da pessoa.

O Deputado Rogério Correia\* - Obrigado, Deputado Adelmo Carneiro Leão, pelas palavras que sempre engrandecem o nosso Parlamento.

Sr. Presidente, no pouco tempo que me resta, quero concluir e apontar um rumo. Não nos basta apontar os defeitos, temos de apontar os rumos. Isso é importante, principalmente para nós, do PT, do PCdoB, do PMDB, aliados nesta Casa, que também compõem o governo da Presidente Dilma. Temos responsabilidade de apresentar a Minas o futuro.

Nós, do movimento Minas sem Censura, que reúne esses partidos que citei, os movimentos sociais e os Deputados Federais que apoiam o governo da Presidente Dilma e que questionam esse modelo de Minas, o qual criticamos, decidimos, no início do próximo ano, começar as caravanas por Minas Gerais. As caravanas serão do movimento Minas sem Censura com o movimento Pró-Dilma. Vamos fazer um retrato da Minas real para mostrar aos mineiros e, ao mesmo tempo, mostrar, com mais evidência, aquilo que o governo federal já traz para o nosso Estado.

Serão caravanas importantes que percorrerão o Sul de Minas, o Norte, a Zona da Mata, o Jequitinhonha, o Mucuri, a nossa região metropolitana, o Noroeste mineiro, enfim, estaremos em toda Minas Gerais. Claro que iremos nos finais de semana, após o nosso trabalho aqui, mas chamando os movimentos sociais a participarem conosco. Vamos fazer uma ampla mobilização social e política apontando para Minas Gerais uma nova perspectiva, uma saída para esse quadro. Vamos fazer com que Minas se pareça mais com o projeto democrático popular com o qual o Brasil está avançando e crescendo e menos com o passado neoliberal do arrocho, do endividamento e do choque de gestão. Minas tem de assemelhar-se mais a esse Brasil que avança, que cresce, que se compara com a América Latina, que está em pujança e crescimento, e não com a crise do capitalismo europeu e norte-americano e, repito, com o passado neoliberal, que me parece falido neste instante.

O objetivo dessa caravana dos movimentos sociais com os partidos políticos de Oposição será aproximar Minas do Brasil. Ano que vem será um grande ano. Deputado Paulo Guedes, além daquilo que proclamamos neste ano, da Oposição que fizemos e construímos aqui, queremos no próximo ano construir tanto o caminho da Oposição quanto de um novo modelo para Minas. Queremos apontar esse caminho como uma grande perspectiva para o nosso Estado. Estou otimista com relação a isso. Acredito que o nosso partido e o movimento Minas sem Censura têm tudo para mostrar que Minas Gerais pode ser um Estado melhor para se viver, um Estado de todos, um Estado democrático popular.

Obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo e pela possibilidade de discutir a questão orçamentária deste ano.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia em que solicita a votação destacada das Emendas nºs 510 e 511. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emendas, subemendas e destaques. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as emendas e subemendas com parecer pela aprovação. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação das Subemendas nº 1 às Emendas nºs 30, 132, 136, 185 e 291, ficam prejudicadas as Emendas nºs 30, 132, 136, 185 e 291. Em votação, as Emendas nºs 24 a 29, 31 a 46, 53 a 56, 66 a 68, 71, 72, 78 a 82, 97, 98, 131, 133 a 135, 178, 179, 186 a 202, 212, 213, 217, 219, 220, 222 a 224, 226, 266 a 268, 296, 310 a 363, 374 a 376, 378 a 381, 384 a 387, 392, 397, 398, 421 a 442, 473, 475, 477, 479, 484, 490, 498 a 509, 512, 513 e 534. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Em votação, a Emenda nº 510. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Votação da Emenda nº 511. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia\* - É apenas para registrar a posição favorável do PT e do PCdoB às duas emendas destacadas, relativas à educação e à saúde, e peço aos aliados que também votem favoravelmente. Peço também ao Deputado Alencar que vote conosco. Não vou-me alongar, porque já expliquei a razão de termos apresentado as duas emendas, que destinam o valor de R\$1.500.000,00 à educação e à saúde, para que o preceito constitucional, que obriga a destinação de 20% e 12% para a educação e a saúde, respectivamente, seja respeitado, já que a peça orçamentária não está-se adequando a esse preceito. Portanto, peço que, na votação das duas, registre-se o voto favorável do PT e do PCdoB.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 511. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Registre-se o pedido do Deputado Rogério Correia, que, aliás, como toda a equipe do PT, já havia manifestado a sua posição na própria votação, a que foram contrários. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.521/2011 com as Emendas nºs 1 a 19, 21 a 23, 47 a 52, 57 a 65, 69, 70, 73 a 77, 83 a 96, 99 a 130, 137 a 177, 180 a 184, 203 a 211, 214 a 216, 218, 221, 225, 227 a 265, 269 a 290, 292 a 295, 297 a 309, 364 a 373, 377, 382, 383, 388 a 391, 393 a 396, 399 a 420, 443 a 472, 474, 476, 478, 480 a 483, 485 a 489, 491 a 497, 514 a 533 e 535 a 613 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 30, 132, 136, 185 e 291. À Comissão de Redação.



### Declarações de Voto

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, gostaria que se registrasse o meu voto nas mesmas condições do voto do Deputado Rogério Correia.

A Deputada Liza Prado - Não totalmente. Minha posição foi oposta apenas em relação às emendas que apresentei. Minha posição foi a mesma dos colegas, exceto em relação às Emendas nºs 30 a 46 e 179, a que eles foram contrários. Se são emendas que apresentei, como votaria contra elas e a favor do parecer pela rejeição? Portanto, quero que se registre em ata a minha posição.

### Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 2.695, 2.696, 2.697 e 2.726/2011 (À promulgação.); dos Projetos de Lei Complementar nºs 18 e 22/2011 e dos Projetos de Lei nºs 252, 558, 1.079, 1.283, 2.229, 2.391, 2.449, 2.450, 2.451, 2.550, 2.571, 2.616, 2.617, 2.656, 2.661, 2.709, 2.520 e 2.521/2011 (À sanção.).

### Declarações de Voto

A Deputada Maria Tereza Lara - Deputado Dilzon Melo, que preside agora esta sessão, Deputados e Deputadas desta Casa, quero inicialmente dizer que, no projeto de lei orçamentária, a nossa Comissão de Segurança Pública, da qual sou Vice-Presidente e que tem como componentes o Deputado João Leite, como Presidente, e também os Deputados Sargento Rodrigues e Cássio Soares, aprovamos uma emenda abrindo uma rubrica para R\$100.000,00 de recurso para o Proerd. É lógico que isso é pouco, mas já é uma janela para o governo alocar mais recursos. O Proerd é um projeto extremamente importante de prevenção às drogas. Nesta semana, tivemos em Betim uma formatura de mil adolescentes desse projeto, reivindicado pelas escolas e pelas cidades. Quero deixar registrada a importância de uma ação coletiva. Essa reivindicação foi fruto do fórum técnico "Segurança nas escolas - por uma cultura de paz". Como já foi falado pelo Deputado André Quintão, tanto o projeto do PPAG, cujo relator é o Deputado Doutor Viana, como o da lei orçamentária, cujo relator é o Deputado Zé Maia, foram construídos a várias mãos. E tivemos a participação efetiva da Comissão de Educação, por intermédio do Presidente Bosco, nesse fórum técnico. Então, quero registrar a importância da educação para construirmos essa cultura de paz, combater esse alto índice de violência de jovens e adolescentes, principalmente no nosso Estado, onde a situação é gravíssima, e no País inteiro. Deixo registrada a importância dessa emenda e da ação coletiva da Assembleia Legislativa. Para encerrar, a cada parlamentar, aos assessores e Consultores, à Mesa, aos sindicatos, à população de modo geral, aos movimentos sociais que participam e àqueles que nos acompanham pela TV Assembleia, a toda a equipe da TV Assembleia, à nossa amiga da bancada feminina Deputada Lisa, que está aqui até agora, enfim, a todos quero desejar um feliz Natal. E que o aniversariante Jesus, que nasceu em Belém, seja lembrado por nós. Às vezes pensamos em tantas coisas, em comprar e dar presentes, e nos esquecemos do verdadeiro aniversariante. Que Jesus abençoe a cada um e a cada uma de nós, e que 2012 seja um ano em que vivencemos a fraternidade e uma sociedade mais igual. Este ano foi tão difícil, mas felizmente conseguimos superar muitas dificuldades e encerrá-lo na Assembleia de Minas. Que construamos um 2012 em que haja mais fraternidade. Obrigada.

O Sr. Presidente - Parabéns pelo seu trabalho e pela aprovação da emenda. Com a palavra, para declaração de voto, a Deputada Liza Prado.

A Deputada Liza Prado - Com o esforço de todos os Deputados e Deputadas, encerramos os trabalhos. Tenho certeza de que todo trabalho feito nas comissões foi válido, e as emendas, mesmo que pensem que têm um valor pequeno, fazem uma diferença muito grande. Essa emenda nos permitirá ajudar as crianças a se fortalecerem, ajudar as famílias a terem informação adequada e afastar nossas crianças das drogas. Demorei muitos anos para conseguir ser Deputada, e sempre permaneço no Plenário até o encerramento dos trabalhos. Com toda dificuldade, por quatro vezes tentei ser Deputada, mas ficava na suplência, e sempre tive esse desejo. Hoje vejo a importância. Quanto mais temos espaço no Plenário, mais fazemos a diferença e vemos que realmente podemos ajudar. Quando se persiste, como no seminário de educação, trazemos conhecimento, melhoras para ajudar as pessoas e para que o Estado continue se desenvolvendo, mas com qualidade de vida e para que as pessoas tenham na Assembleia a sua parceira. O que via durante todo esse tempo em que tentava disputar as eleições para Deputada não me causou decepção quando cheguei aqui e conheci o corpo técnico desta Casa. Passei a admirar e a gostar dos funcionários da Assembleia, reconhecendo na maioria esmagadora muita competência, mas o que mais admiro neles é o bom humor, com raríssimas exceções. As pessoas trabalham muito, sempre que chego já estão aqui - sou a primeira a chegar e a última a sair -, o pessoal da assessoria técnica, da assessoria da Mesa, a comunicação, os garçons, a Polícia Legislativa, que trabalha em momentos difíceis e consegue, com muita tranquilidade, desvendar e melhorar as dificuldades do momento, encontrando saídas de forma carinhosa, educada e elegante. Acredito que a maioria dos Deputados e Deputadas também tem condição de fazer um trabalho assim. Deputado Dilzon, passei a admirar o trabalho da Mesa, porque vocês têm muita paciência. Eu não estava acostumada com um tratamento tão bom. Estava acostumada aos embates mais acalorados e apaixonados. O Presidente Dinis Pinheiro, V. Exa. e todos os membros da Mesa - falta uma mulher, mas creio que avançaremos - têm sempre muita paciência e capacidade de articulação. Tenho de cumprimentar tanto a Oposição quanto as lideranças; o Deputado Tiago Ulisses, parabéns pelo trabalho; o Líder da Minoria; o Líder da Maioria; o Deputado Mourão, uma pessoa que admiro muito, e o Deputado Alencar, uma pessoa sempre alegre e sincera. Passei a conhecer o corpo da Casa e os Deputados, que são sempre muito sinceros, e isso é muito importante. Quero dizer que temos muito a caminhar, Sr. Presidente, Deputado Dilzon, porque temos desafios. Já temos uma enorme facilidade para defender os nossos Municípios. Até nos momentos difíceis, quando são realizadas audiências públicas nos Municípios, percebemos que a Assembleia está preocupada. Uberlândia fica a quase 700km daqui, e realizamos várias audiências públicas lá para discutir a questão da 16ª delegacia. O problema não foi totalmente resolvido, mas já existe um local para o plantão da Polícia Civil poder se instalar. Haverá duas áreas. Serão construídos dois prédios novos. Sempre vamos nos empenhar. Essa é a diferença que um Deputado faz para a sua cidade e para o seu Estado. Tenho conhecido todo o Estado e percebo que a Assembleia está preocupada em ouvir mesmo nos rincões, nos lugares longínquos. O nosso Estado é muito grande, possui 853 Municípios, e a Assembleia fornece estrutura, leva um corpo técnico capacitado para as suas reuniões. Um Deputado só não é bom se não quiser. Há condições de



trabalho. Só não trabalha se não quiser. Então quero cumprimentar não apenas apenas o corpo da Casa, mas também vocês que estão em suas cidades e acompanham a TV Assembleia, que tenham um feliz Ano-Novo. Que tenhamos muita paz, saúde e segurança, para que as nossas famílias trabalhem em paz. Que Deus nos dê muita força, para ser a voz do nosso povo, um povo sofrido, que trabalha muito, mas alegre. Que vocês tenham sempre uma amiga para defender o que é correto e justo, para termos uma cidade e um país melhor. Boas festas e um feliz Ano-Novo a todos vocês.

O Sr. Presidente - Parabéns, Deputada, pelo trabalho. Lamentamos a não aprovação das emendas apresentadas pelo Deputado, mas no próximo ano haverá aqui diversos companheiros para ombrear com V. Exa. as conquistas em favor dos seus Municípios. O que esta Casa tem de bom, reconhecido pelos Deputados, é o valor dos seus funcionários, que são da melhor qualidade, é o que dá sustentação ao trabalho e a todos os Deputados.

O Deputado Sargento Rodrigues - Ilustre Deputado Dilzon Melo, 1º-Secretário desta Casa, ao declarar voto, gostaria de falar da importância da peça orçamentária que votamos. Tive oportunidade de aprovar também, no PPAG, uma emenda que contempla os agentes socioeducativos, estendendo também a eles o programa habitacional do governo. Isso é mais do que justo, porque não era justificável a ausência deles do programa habitacional do governo. Ao discutir a Lei Orçamentária, tive oportunidade de fazer um balanço e de aprovar três projetos de lei nesta Casa. Foi um ano muito produtivo. Tive oportunidade de apresentar a Proposta de Emenda Constitucional nº 23, referendada por toda a Casa, que, em fevereiro, terá uma tramitação tranquila, até porque ela está passando por um processo de maturação na Casa, vem ganhando corpo, e isso é muito importante no Parlamento. Quando cheguei, em 1º de fevereiro de 1999, tínhamos uma situação em que planejavamos e executávamos as operações. Não havia muita discussão. Era uma área completamente diferente. Penamos aqui no início até conseguir esse equilíbrio e a paciência em relação à discussão e à construção. Quando encontro com o meu grande público, o meu público-alvo, os servidores da segurança pública, tenho passado isso a eles. A Casa é um processo de convencimento. Muitas vezes, uma matéria tramita durante duas legislaturas para ser aprovada, como aconteceu com o projeto do ICMS Solidário, do nosso Presidente Dinis Pinheiro. Estava aqui quando ele apresentou e quando foi aprovado. Levou praticamente oito anos para maturar no processo legislativo e ser aprovado. É óbvio que sempre esperamos que o projeto de sua autoria seja aprovado num tempo mais curto. Mas fomos aprendendo com o tempo sobre esse processo de convencimento. Quero falar da minha alegria de exercer o mandato de Deputado. Aprovamos projetos de leis e leis e, a cada ano, ampliamos os direitos dos servidores da área de segurança pública. Cada vez mais ampliamos a proteção e os direitos, o que é muito importante para termos uma sociedade mais civilizada, uma sociedade que deseja realmente alcançar igualdade e melhor distribuição de renda, ou seja, que deseja melhorar a divisão desses direitos. O Estado de Minas de hoje, Deputado Dilzon Melo, traz em seu editorial uma matéria muito importante e positiva para esta Casa, até porque estamos aqui juntos - V. Exa. no sexto mandato e eu no quarto - há 13 anos assistindo e percebendo veiculações de matérias que, muitas vezes, não traduzem o trabalho que esta Casa propõe para os mineiros. Hoje o Estado de Minas, Deputado Délio Malheiros, diz o seguinte: "Assembleia orgulha Minas. Deputados decidem acabar com o vergonhoso e caro mandato-tampão". Portanto, é mais uma contribuição desta Casa. Por iniciativa do Deputado Alencar da Silveira Jr., aprovamos aqui a ficha limpa, e disse isso mais cedo durante a discussão da lei orçamentária. Esta Casa dá, sim, uma contribuição expressiva, significativa, do ponto de vista até da moralidade pública. Tenho certeza de que todos nós, Deputados, estamos orgulhosos por termos aprovado várias matérias importantes para o cidadão, para a população mineira. Portanto, orgulho-me de ser Deputado, orgulho-me de pertencer a este Parlamento. Obviamente não trabalhamos sozinhos, Deputado Dilzon Melo. V. Exa. acabou de referendar as palavras da Deputada Liza Prado. Neste momento quero apenas agradecer aos nossos servidores o apoio. Agradeço a todos eles: aos de função pública; aos efetivos; aos de recrutamento amplo; aos dos nossos gabinetes, que estão lado a lado conosco, ombreando conosco em todas as dificuldades e intempéries; ao corpo técnico da nossa Casa; à Consultoria; à Polícia Legislativa; à assessoria da Mesa, que é brilhante e sempre atenciosa. A Deputada Liza Prado, com apenas um ano de mandato, teve essa percepção; a mulher sempre tem sensibilidade mais aguçada do que a nossa, tem um "feeling" mais aguçado. A assessoria da Mesa, sempre impecável, sorridente, correta e transparente, sempre auxiliou o conjunto dos Deputados, os 77 Deputados. Então, quero render os parabéns à assessoria da Mesa, a todo o conjunto de servidores do Legislativo e aos servidores dos nossos gabinetes, que prestam um serviço de altíssimo nível. Portanto, Presidente, quero registrar minha alegria de encerrar o mandato, o primeiro ano desta 16ª Legislatura, de forma muito positiva, não só pelos três projetos de lei que aprovei, mas por emendas e substitutivos em vários projetos. Realmente avançamos muito em nossa Casa. A Assembleia tem tudo para ser pioneira em grandes matérias, e ela vem sendo cada vez mais. Eu diria que a interiorização e as audiências são muito valiosas para nossa atuação parlamentar. Quero aqui encerrar minhas palavras e agradecer a V. Exa. pela paciência e ao conjunto de Deputados desta Casa. Desejo a todos e a todos os familiares um feliz Natal e um Ano-Novo com muita saúde e paz espiritual. Acho que precisamos de duas coisas em nossa vida: muita saúde e paz de espírito para trabalharmos, para ajudarmos o próximo, para sermos úteis. É isso o que desejo a todo cidadão mineiro, a toda a população de Minas. Espero que Deus, cada vez mais, abençoe essa gente ordeira e hospitaleira e este Estado, que tanto nos comove e é berço de revoluções neste país e sempre se portou na dianteira nos grandes gritos de nossa história. Parabéns a todos os Deputados desta Casa e aos nossos servidores. Aos cidadãos mineiros desejamos muitas felicidades, um Natal cheio de luz e paz. Presidente, agradeço, mais uma vez, a V. Exa. pela atenção. Espero que Deus ilumine V. Exa. e sua família, que ela seja grandiosa em saúde e paz de espírito.

O Sr. Presidente - Parabéns, Deputado, pelo trabalho, pela obstinação, pela procura e pelos projetos aprovados. O reconhecimento é tanto que o Deputado Alencar da Silveira Jr. pediu que fizéssemos a sua promoção para Coronel. V. Exa. deixará de ser Sargento para ser Coronel. Parabéns pelo trabalho.

O Deputado Sargento Rodrigues - Aprovado.

O Deputado Rômulo Veneroso - Caro Deputado Dilzon, serei bastante breve, mas não poderei deixar, neste momento, de agradecer a Deus, a todos os colegas Deputados, aos servidores desta Casa e à Mesa. Aproveito para parabenizar toda a Mesa e os Deputados desta Casa pelo grande trabalho realizado este ano. Gostaria de dizer que estamos entrando no recesso, mas que os nossos gabinetes, na Assembleia e em Betim, permanecerão abertos, pois o trabalho continua. Aproveito para desejar a todos um feliz Natal e um Ano-



Novo cheio de sucesso e realizações. Que Deus esteja presente, a cada dia, na vida de cada mineiro. Obrigado pelo apoio recebido, principalmente da Mesa. Também parablenizo o governo do Estado pelo grande trabalho realizado e pelos grandes desafios que enfrentou, mostrando resultados. Tenho certeza de que 2012 será ainda melhor para o povo mineiro. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Parabéns, Deputado Rômulo Veneroso, pela presença, pela participação e pela contribuição que dá a esta Casa. Que Deus continue abençoando V. Exa.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, V. Exa. é muito espirituoso. Queria agradecer o apoio que recebi especialmente dos servidores efetivos e dos servidores do Plenário. Peço desculpas a alguns colegas Deputados, porque, às vezes, no momento das nossas críticas, alguns as tomam como algo pessoal. Não tenho nada de crítica pessoal, pelo contrário. Tenho defendido que nesta Casa parlamentar há um número infundável de Deputados comprometidos com a causa pública e com o exercício regular dos seus mandatos, ao contrário do que, às vezes, escuta-se lá fora: os Deputados não trabalham tanto em prol do povo mineiro. Alguns cometem desvios, o que é natural em todo e qualquer parlamento. Mas posso ser testemunha de que os Deputados mineiros têm trabalhado muito. Tivemos embates aqui, no final, especialmente em relação aos cartórios. Eu fui crítico, não de alguns Deputados, mas de algumas posições jurídicas acerca do assunto. Às vezes, alguns podem levar isso para o lado pessoal, mas não tem absolutamente nada a ver. Tanto que nos dispusemos a voltar a discutir o assunto no ano que vem, e aquilo que deverá ser votado e aprovado, aquilo que for justo terá a minha contribuição. Lamento que muitos projetos de extremo interesse do povo mineiro não tenham sido pautados, e este Deputado tem reclamado - e com razão - da Secretaria-Geral da Mesa, que tem cerceado o trabalho deste parlamentar. Mas isso é natural em uma Casa Legislativa, e continuarei lutando, batalhando para que esses projetos sejam pautados e para que isso não aconteça. Tive um grande aprendizado este ano com colegas Deputados que muito colaboraram com o exercício do meu mandato. Muitas emendas e projetos de interesse da sociedade foram aprovados. Ontem, vi o projeto de lei complementar do Deputado Ulysses Gomes ser aprovado. Era uma ideia que tínhamos e não foi colocada no papel no momento oportuno. Acreditamos que o ano que se avizinha será exitoso para esta Casa. Agradeço também aos meus colegas da Comissão de Defesa do Consumidor: Deputados Carlos, Duílio e Antônio Júlio, assim como a guerreira Deputada Liza Prado. Essa comissão, Presidente, cumpriu seu papel e discutiu com muita seriedade e abnegação grandes temas envolvendo Minas Gerais, como os planos de saúde, a telefonia, o transporte, as seguradoras, o DPVAT etc. Todos os Deputados que integram essa comissão foram de uma honestidade a qualquer prova. Exerceram seu mandato na comissão de forma isenta de censura e prestaram grande contribuição a este Parlamento. Ficam aqui minhas palavras de reconhecimento à importância do Poder Legislativo. Ficam aqui as palavras deste modesto Deputado de reconhecimento ao trabalho de V. Exa., que conheço muito bem e que tem se pautado pela absoluta seriedade no trato da coisa pública. Ficam aqui também minhas desculpas se extrapolei em algum momento e se alguém se sentiu ofendido em razão da nossa conduta no exercício da atividade parlamentar. No mais, gostaria de desejar a todos um feliz Natal, especialmente aos funcionários da Casa, meus colegas concursados e não concursados, de gabinete, de RA e deste Plenário, que prestaram grande serviço ao povo mineiro, quando honraram sua profissão em prestígio do Parlamento de Minas Gerais. Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Prezado Deputado Délio Malheiros, o contraditório é peça fundamental para o fortalecimento da democracia, e V. Exa. fez isso brilhantemente, durante todo o ano, não só mostrando sua posição marcante mas também querendo contribuir para o melhoramento dos projetos. Lógico que nem tudo é aprovado. Essa é a vida. Nem sempre temos sucesso naquilo que empreendemos. Todavia, sua obstinação, seu procedimento, sua lisura, sua honradez fazem com que sigamos esse exemplo de perseverança durante todo o ano. É assim que se contribui com o processo democrático, para fortalecimento até mesmo das justas causas aqui reivindicadas. Queremos parabenizá-lo. Não esmoreça nessa busca, nessa procura em que V. Exa. sempre se notabilizou, que é exatamente a apresentação do contraditório, mostrando o outro lado da moeda para que as pessoas possam refletir mais acerca de suas decisões, principalmente neste Parlamento, que rege a vida de tantos mineiros. Com mais preocupação, com mais afinco, com mais cuidado temos de trabalhar. Parabéns pelo trabalho e que Deus continue abençoando V. Exa.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, mais uma vez quero parabenizar toda esta Casa, os funcionários, os companheiros da Mesa, V. Exa., que foi um grande companheiro neste ano, a Deputada Liza Prado, que está presente, o Deputado Sávio, enfim, todos. Finalizamos 2011 e iniciaremos o novo ano com novas expectativas, que possamos continuar mudando. O "Estado de Minas" de hoje traz, no seu editorial, como dito pelo Deputado Sargento Rodrigues, uma grande menção a esta Casa. Na avaliação de todo o ano e de tudo que foi feito sob a direção do Deputado Dinis Pinheiro, tivemos condições de mostrar que somos a melhor Assembleia do Brasil. Falo isso com muito orgulho. Nas reuniões de nossa entidade maior, a Unale, tenho o orgulho de dizer que faço parte da melhor Assembleia do Brasil, a mais qualificada e que possui um corpo de funcionários exemplar, o que, acima de tudo, mostra a diferença de outros parlamentos. Há parlamentos, como o de Roraima, onde há Deputados presos e a Assembleia acabada; como a do Ceará, onde houve invasões da população, que fazia reclamações; como a do Paraná, que viveu escândalo nacional. São exemplos que a Assembleia de Minas não segue. Todos seguem o exemplo da nossa Assembleia, por estarmos na frente. Lembro que tivemos oportunidade de aprovar aqui, com o apoio desta Casa, a primeira emenda à Constituição que trata da ficha limpa para o Executivo, de minha autoria. Foi o primeiro Estado que aprovou um projeto dessa natureza. Demos exemplos do que queremos e do que fazemos aqui. Tivemos a oportunidade de apresentar e aprovar um projeto que acabou com o fumo em lugar fechado em Minas Gerais. E vejo hoje que o Congresso aprovou outro projeto proibindo os fumódromos. Se pensarmos bem, aqui em Minas o fumódromo, que estava na lei - por ter acompanhado a lei federal -, já era um exemplo, porque exigia tanta coisa e ficava tão caro que ninguém fez. Nenhum restaurante e nenhuma casa noturna construiu fumódromo. Podem ter feito um local de fumar, do lado de fora, em ambiente aberto. Então não adiantou nada para Minas Gerais esse projeto da lei antifumo. E há ainda outros projetos. Deputado Dilzon Melo, pensava que ontem poderíamos ter respondido um anseio da população transferindo o IPVA para março, como há um projeto que está tramitando nesta Casa, que tentaremos aprovar depois de acertar com as Prefeituras. O projeto que transfere a primeira parcela do IPVA para 15 de fevereiro não foi aprovado ontem não por causa do governo, mas das Prefeituras, porque são muitas as Prefeituras que esperam o dinheiro do IPVA em janeiro para acabar de pagar o 13º salário. Acho que temos que colocar uma data, mesmo que não seja para este ano, mas pode ser para 2013. A partir de 2013 queremos pagar o IPVA a partir de março. Está

chegando janeiro, vem Natal, vem férias, matrícula escolar, IPTU, todas as despesas do início do ano, e também o IPVA. Por isso hoje muita gente está ficando inadimplente com essa taxa. São projetos como esse que esperamos aprovar no ano que vem. Por exemplo, o projeto da sacolinha. O supermercado está mamando o que quer e ganhando o que quer, não dando a sacolinha plástica, e a população está tendo que comprá-la. Onde foi a economia dos supermercados? Lógico que não foi para as mercadorias, mas para o bolso dos donos de supermercado. Isso foi uma bondade que a Câmara Municipal fez para os donos de supermercados. Acabaram com a sacolinha. Pergunto quanto custa essa sacolinha ao telespectador da TV Assembleia, essa TV que criamos há 16 anos. Onde está esse dinheiro? Já parou para pensar nisso, Deputado Dilzon Melo? Podemos rever isso nesta Casa, estabelecendo a gratuidade em Minas Gerais. Pode ser sacolinha retornável ou não, mas será de graça. Para completar, Sr. Presidente, gostaria de relembrar que, no próximo ano, teremos a vontade de ver aprovado o fim da cobrança de estacionamento em “shoppings”, como em outros Estados. E venho mais uma vez solicitar a presença e o apoio de todos nessa caminhada, no próximo ano. Se Deus quiser, teremos um ano muito melhor que este, já que o governo estará em uma condição melhor. Para finalizar, quero solidarizar-me com a população que sofre com as chuvas, mais uma vez. Ontem estivemos quase a tarde toda em contato com a Defesa Civil solicitando atendimento às necessidades da população de Itabirito, Deputados Dilzon Melo e Sávio Souza Cruz. Solicitamos o apoio da Defesa Civil a Itabirito, que está debaixo d'água, também para Ouro Preto, e hoje o fizemos para Raposos, por meio do Vereador Serginho. Acreditamos que, no próximo ano, não precisaremos passar por essas dificuldades em Itabirito; para que isso não ocorra é só conseguirmos as licenças e o recurso para a limpeza de toda a margem do rio, principalmente a parte que atravessa essa cidade. Gostaria de ser solidário ao povo de Itabirito, aos meus companheiros, aos meus conterrâneos, aos meus amigos. Saírei agora e irei até lá para ver no que o Deputado Alencar da Silveira Jr. poderá ajudar. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Parabéns, Deputado Alencar da Silveira Jr., pelo trabalho, pela abnegação também. Posso dizer que V. Exa. é um dos Deputados mais importantes desta Casa, porque torna mais afável, menos pesado o trabalho do Deputado ao longo dos anos, até por sua maneira descontraída de se portar e de se agraciar com os demais companheiros. Então, parabéns. Que V. Exa. consiga, no ano que vem, tudo aquilo que quer para sua Itabirito.

O Deputado Carlos Henrique - Querido Presidente, funcionários, imprensa, todos que acompanham os trabalhos de Plenário, não poderia deixar de vir, neste último dia de trabalho de Plenário desta Casa, e fazer um rápido balanço da nossa atividade, neste primeiro ano legislativo como Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Vim da Câmara Municipal de Belo Horizonte, depois de servir à cidade por 10 anos, e agora gostaria de falar um pouquinho da nossa atividade, em que tivemos a oportunidade de fazer algumas audiências públicas. Destacamos uma que realizamos em Conceição do Mato Dentro para tratar da questão da mineração nessa cidade. Tivemos a participação de mais de 200 pessoas nesse dia, com a colaboração do nosso Presidente da Comissão, Deputado Sávio Souza Cruz. Estiveram presentes também nesse encontro os Deputados Tiago Ulisses e Antônio Carlos Arantes. Foi um importante debate que pudemos propiciar a essa comunidade, onde as pessoas não eram ouvidas há mais de três anos, sobre o tema de mineração. Tenho certeza de que a comunidade ficou extremamente satisfeita. Relato também a nossa atividade como coordenador da Cipe Rio Doce. Tivemos vários encontros realizados nas cidades de Itabira, Caratinga, Governador Valadares, Ipatinga e Coronel Fabriciano, debatendo sobre a revitalização da bacia do Rio Doce. Foram diversos encontros, com a participação da sociedade civil, ONGs, universidades, estudantes da área ambiental. Tivemos, certamente, a colaboração do governo do Estado, por meio dos seus técnicos. Estamos discutindo ainda e teremos novas ações a partir de 2012, a fim de tratarmos da revitalização da bacia do Rio Doce, uma coordenação que me foi confiada e, naturalmente, se essa responsabilidade nos foi confiada, temos de dar resultados profícuos para a população. Ontem tivemos, ainda, uma audiência pública para tratar sobre a educação no trânsito, a segurança do pedestre, uma campanha do jornal “Hoje em Dia”. Há quase 30 dias, o “Hoje em Dia” vem fazendo, diariamente, uma excelente campanha, conscientizando o cidadão belo-horizontino sobre uma convivência harmoniosa, respeitosa, entre os cidadãos, o motorista e o cidadão pedestre, no nosso Município. Um dado estatístico estarrecedor e que muito nos preocupa mostra que em 2010 foram, só em Belo Horizonte, 3 mil atropelamentos, com 105 vítimas fatais. Então, trata-se de um dado preocupante, demonstrando que estamos vivendo aqui, nesta cidade, um clima, um ambiente de guerra urbana em que não há respeito algum entre motoristas e pedestres. Assim, esperamos que, com essa campanha, a população, o belo-horizontino, possa se educar, se reeducar, fazendo com que o seu sentimento de respeito ao outro se valorize e se multiplique na cidade. Temos de difundir a cultura do respeito, a cultura da gentileza urbana em Belo Horizonte. Não temos dados, ainda, de todo o Estado de Minas Gerais. Nessa audiência pública, criamos uma frente parlamentar para a educação do trânsito e defesa do pedestre e faremos, em 2012, um grande seminário nesta Casa, neste Plenário, envolvendo os Detrans do Brasil inteiro e as autoridades de trânsito em outros países. É o que pactuamos na nossa reunião. Esse foi um pequeno balanço que fizemos em cinco minutos sobre a nossa atividade em Plenário no nosso primeiro mandato como Deputado. Estou muito feliz, agradeço a Deus esta oportunidade, o apoio da minha família, da minha esposa, dos companheiros, de V. Exa., do nosso querido Presidente Deputado Dinis Pinheiro, de todos os servidores, que, gentilmente, estão sempre prontos para nos atender, sempre com sorriso nos lábios, com simpatia peculiar. Certamente temos os melhores servidores de Assembleia Legislativa do Brasil. Agradeço ainda à nossa assessoria, na pessoa do Adão, nosso Chefe de Gabinete, e aos demais companheiros que nos apoiaram ao longo deste ano de 2011. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Parabéns, Deputado, pelo seu trabalho. Embora novo nesta Casa, V. Exa. já demonstrou preocupação com os assuntos mais importantes, principalmente aqueles relativos a Belo Horizonte, demonstrando que é um verdadeiro professor nessas causas essenciais para a qualidade de vida dos belo-horizontinos. A sua luta, sua abnegação, sua perseverança continuam para conseguir seus objetivos. As conquistas da vida são pautadas pelo dia a dia. Elas não acontecem de uma só vez. Que Deus esteja sempre presente. Com a palavra, para declarar o voto, o Deputado Tadeu Martins Leite.

O Deputado Tadeu Martins Leite - Caro Presidente, Deputado Dilzon Melo, antes de mais nada quero fazer um balanço deste primeiro ano. Sou o mais novo da Casa, fui eleito com 24 anos e assumi com 25. Fico muito honrado não somente por acabar o ano podendo mostrar como contribuí muito com Minas Gerais, mas também pelo muito que aprendi nesta Casa, com os amigos, colegas e assessorias. Fico feliz porque ano que vem teremos mais vontade ainda de contribuir com os mineiros. É claro que discutimos temas



extremamente importantes, como a aprovação da PEC nº 21, a questão de Matias Cardoso, do dia comemorativo para o Norte de Minas. Como Vice-Presidente da Comissão de Esporte, tive a honra e a oportunidade de discutir muito a situação da Copa do Mundo, tema que se expandirá ainda mais. O momento vai chegando, e o assunto esquenta cada vez mais. Estamos preparados para discuti-lo. No próximo ano, não somente eu, mas esta Casa deveria começar a debater um assunto extremamente importante: as drogas, especialmente o “crack”. Precisamos fazer um trabalho conjunto. Sabemos que esse é um problema de todo o Brasil, não apenas de Minas, mas devemos preocupar-nos com o nosso Estado. Como norte-mineiro votado no Jequitinhonha, fico mais preocupado ainda, porque recentemente vi matérias mostrando que o “crack” já está nas cidades mais pobres do Jequitinhonha. Às vezes as famílias não têm sequer arroz ou feijão, mas, infelizmente, seus filhos já encontram algum traficante de quem comprarem a droga e ficam viciados. Todos nós sabemos que o “crack” é uma droga devastadora, destrói famílias, e quando atinge uma das regiões mais pobres de Minas Gerais, onde os IDHs são os mais baixos, a situação nos assusta. Acredito que no ano que vem teremos de entrar nesta Casa com o discurso mais afinado em relação ao combate e principalmente à prevenção ao “crack” e a outras drogas com clínicas de reabilitação, programas sociais. Assim como vários Deputados, desenvolvo um trabalho na área dos esportes porque acredito que seja uma ação preventiva espetacular; mas isso ainda é muito pouco. Temos de trabalhar e muito. Se Deus quiser, a partir do ano que vem volto a esta Casa com esse discurso e com a vontade de retirar a juventude, as famílias de dentro desse mundo das drogas, que, infelizmente, viraram epidemia no nosso Estado e no nosso país. Obrigado. Boa tarde a todos. Parabéns pela condução dos trabalhos.

O Sr. Presidente - Parabéns pelo trabalho, Deputado. Embora novo, você teve um grande professor, o seu pai, Luiz Tadeu Leite. E os resultados estão aí: muito trabalho apresentado por você neste ano. Certamente, no ano que vem, terá mais oportunidade de defender, com galhardia, essa nova proposta de combate a esse mal que nos assola, a preocupação com o “crack” e com a saúde. Quero parabenizá-lo também pelo trabalho realizado frente ao nosso Pequi Atômico, que dá grande relevância a Montes Claros pelo que apresenta. Parabéns! Ficamos muito orgulhosos em ver um menino tão novo sendo um professor de tanta gente velha. Parabéns! Em meu nome e em nome dos integrantes da Mesa da Assembleia, aproveito para agradecer a todos os funcionários, a essa brilhante assessoria da Mesa, não apenas em Plenário, mas na direção desta Casa, parabenizando-os. Espero que, no ano que vem, todos estejam fortalecidos para concluirmos o trabalho iniciado, elevando o nome de Minas Gerais e colocando esta Assembleia como pioneira, como sempre foi, não apenas por sua televisão, mas pelo brilhantismo de seus funcionários. É isso que enriquece esta Casa. Todos, de forma indistinta, colaboraram para que a Assembleia fosse cada dia melhor. Que Deus abençoe a todos, e parabéns pelo trabalho.

### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a solene de terça-feira, dia 20, às 10 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

## ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 5/9/2011

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Proativa Serviços de Limpeza e Conservação Ltda., tendo como objeto o fornecimento de auxiliares de serviços gerais e telefonistas – parecer favorável à prorrogação, à inclusão de mais um posto de auxiliar de serviços gerais e à disciplina da questão de troca de uniformes na vigência do aditamento, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais, tendo como objeto a doação de bens móveis declarados inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Sempre Editora Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de publicação de avisos de licitação – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Sete Lagoas, tendo como objeto a cessão de tempo de programação da TV Assembleia à Câmara, mediante compartilhamento da grade de programação em certos horários – parecer favorável à prorrogação, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina o seguinte ato: exonerando, a partir de 1º/9/11, Paulo Cesar Nunes do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 12 de setembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de setembro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

**ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 12/9/2011**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.517/2011, regulamenta a Resolução nº 5.339, de 20 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa, e dá outras providências. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.518/2011, a Mesa acrescenta dispositivos à Deliberação da Mesa nº 2.396, de 28 de maio de 2007, que contém o Regimento Interno da Comissão Permanente de Licitação e dispõe sobre a realização de licitações, incluindo a modalidade pregão e o Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Virtual Cinema e Vídeo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de operações dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Rádio e Televisão da Casa – parecer favorável à alteração da redação do item 4 do ADT/180/2011, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, a serem executados nas dependências da contratante, com fornecimento de materiais e equipamentos – parecer favorável ao distrato do CTO/64/2010, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Siotech Ar Condicionado Ltda., tendo como objeto o serviço de instalação de sistemas condicionadores de ar nas salas de transmissão da TV Assembleia localizadas na Serra do Curral, com fornecimento de equipamentos, componentes e materiais – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 29/2011, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Vivo Participações S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de tráfego de dados para acesso à internet Móvel 3G – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 47/2011, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Cemig Distribuição S.A., tendo como objeto o fornecimento de energia elétrica na modalidade tarifária horossazonal verde, para o Edifício Carlos Drummond de Andrade – parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, I, da Lei nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto o estabelecimento de cooperação mútua entre os partícipes, a fim de maximizar as ações da polícia preventiva necessárias ao exercício do mandato eletivo, com a alocação de militar, nos termos do plano de trabalho que integra o termo de convênio – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/9/11, o servidor Aureli Caires Bonfim, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/9/11, a servidora Maria Ângela de Oliveira Araújo do cargo efetivo de Analista Legislativo – Redator-Revisor, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/9/11, o servidor Ricardo Patrus Ananias de Sousa, do cargo de Técnico de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 19 de setembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 19 de setembro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

**ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 19/9/2011**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma a seguinte decisão: autoriza, a título de antecipação, o repasse ao Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg – de valor para composição de reserva técnica para benefícios a conceder, com base no parecer técnico elaborado pela empresa TFG Consultoria e Assessoria Atuarial, e em conformidade com o disposto no § 1º do art. 5º da Lei nº 13.163, de 20 de janeiro de 1999. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo: ao Deputado Dilzon Melo, processo contendo termo de acordo de cooperação técnica a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel -, tendo como objeto o

desenvolvimento de ações conjuntas entre a Anatel e a Assembleia-Procon, com vistas a garantir a proteção e defesa dos direitos dos consumidores dos serviços de telecomunicações, bem como promover uma maior discussão com a sociedade, a capacitação dos participantes e ainda produzir informações que sirvam para melhorar o desempenho da atividade regulatória – parecer favorável, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Modern Design do Brasil Ltda., tendo como objeto o fornecimento e instalação de móveis – parecer favorável à retificação de erro material referente à vigência, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Souza, tendo como objeto a doação de bens móveis declarados inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Requerimento nº 767/2011, das Comissões de Educação e de Segurança Pública, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de cópia de relatório que contém as conclusões e as recomendações do grupo de trabalho instituído por essa Secretaria para realizar estudo sobre o enfrentamento da violência em ambiente escolar – parecer pela aprovação; Requerimento nº 856/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que pleiteia sejam solicitadas ao Cel. PM Jader Mendes Lourenço informações sobre a relação das famílias que habitam moradias funcionais, nos termos de Decreto nº 44.280/2006, tendo em vista o risco de despejo dessas famílias e a necessidade daquela Comissão obter mais esclarecimentos visando à defesa do direito de moradia – parecer pela aprovação; Requerimento nº 920/2011, do Deputado Célio Moreira, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de informações sobre os dados estatísticos relativos ao número de pessoas com autismo no Estado de Minas Gerais, bem como sobre as ações e os programas desenvolvidos pelo Estado nesta área – parecer pela aprovação; Requerimento nº 1.055/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam - pedido de informações sobre o grau de pureza da água, objeto de tratamento de esgoto, no Município de Vazante – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; ao Deputado José Henrique, Requerimento nº 706/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre as apreensões de armas feitas pelas Polícias Militar e Civil no Estado em 2009, 2010 e 2011, bem como sobre o destino dado às armas apreendidas – parecer pela aprovação; Requerimento nº 933/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana pedido de envio de cópia do estudo técnico sobre a Região Metropolitana do Vale do Aço elaborado pela empresa Unileste – parecer pela aprovação; Requerimento nº 1.039/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações sobre o funcionamento do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg- na Cidade Administrativa – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 1.054/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte pedido de informações sobre os procedimentos administrativos e legais pertinentes à aprovação de loteamentos fechados, caracterizados como condomínios – parecer pela aprovação; Requerimento nº 1.107/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig - pedido de cópia do relatório das condições atuais e de manutenção das pequenas centrais hidrelétricas existentes na área da unidade da empresa Novelis do Brasil Ltda., em Ouro Preto, dos contratos firmados entre a Cemig e a referida empresa, do relatório da quantidade de energia da Cemig consumida mensalmente pela unidade da empresa no Município de Ouro Preto nos últimos vinte anos e do relatório do valor cobrado pela Cemig pelo fornecimento de energia para essa unidade da empresa nos últimos vinte anos – parecer pela aprovação; Requerimento nº 1.108/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Feam pedido de cópia dos últimos relatórios e estudos acerca dos impactos ambientais causados pelo funcionamento da empresa Novelis do Brasil Ltda. em Ouro Preto, do passivo ambiental dessa empresa, do estado atual de conservação e manutenção das barragens de rejeitos, bem como do grau de risco de cada uma delas, da poluição e qualidade do ar, da água e do solo no entorno da unidade – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 1.233/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente pedido de informações sobre a exploração de areia no Rio Muzambo, no Município de Monte Belo – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 1.269/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público pedido de informações sobre o andamento das investigações sobre a presença de pó de metal em pacotes de açúcar comercializados em algumas cidades do Estado – parecer pela aprovação; ao Deputado Inácio Franco, Requerimento nº 513/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa-MG - pedido de informações sobre o abastecimento e a qualidade da água na região de Lagoa Santa, bem como sobre o planejamento e o calendário das obras a serem realizadas nessa região – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 514/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre as estatísticas de acidentes com a rede elétrica ocorridos no Estado nos últimos cinco anos e sobre outras questões que menciona – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 770/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Defesa Social as notas taquigráficas da 21ª Reunião Extraordinária da Comissão, cópia de ofício do Sindicatos dos Psicólogos de Minas Gerais e pedido de informações sobre o número de psicólogos existentes por unidade prisional no Estado, a situação funcional desses profissionais e os trabalhos e os projetos desenvolvidos por eles nas respectivas unidades – parecer pela aprovação; Requerimento nº 1.063/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de informações sobre o cronograma de implantação do Programa Caminhos de Minas no trecho de 40 Km da Rodovia MG-231, entre os Municípios de Cordisburgo e Santana de Pirapama – parecer pela aprovação; Requerimento nº 1.230/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre as explosões de bueiros causadas por problemas em rede elétrica subterrânea, com as especificações que menciona – parecer pela aprovação; ao Deputado Paulo Guedes, Requerimento nº 749/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de informações sobre a paralisação das obras na Rodovia MG-806, que liga Ribeirão das Neves a Justinópolis – parecer pela



aprovação com a Emenda nº 1; Requerimento nº 1.042/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais – Seplag - pedido de informações sobre o contrato que menciona, celebrado entre aquela Secretaria e a empresa Linhares Engenharia Ltda., para a prestação de serviços na área externa da Cidade Administrativa – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 1.065/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF - pedido de informações sobre as indenizações referentes à criação do Parque Estadual da Serra Negra, apresentando as que já foram efetuadas e o cronograma para o efetivo pagamento das indenizações restantes, informando sobre a existência de documentação pendente; Requerimento nº 1.187/2011, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao IEF pedido de informações sobre a estrutura de funcionamento do órgão, com o detalhamento que menciona – parecer pela aprovação; Requerimento nº 1.246/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado à Seplag pedido de informações sobre o fornecimento dos contratos corporativos firmados entre o Estado e a operadora de telefonia TIM – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 1.247/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado à Polícia Civil pedido de informações sobre o fornecimento dos contratos corporativos por ela firmados com a operadora de telefonia TIM – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; ao Deputado Alencar da Silveira Júnior, Requerimento nº 647/2011, do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre os projetos em execução de recuperação e monitoramento da Lagoa da Pampulha, sobre o montante dos investimentos previstos, bem como sobre a fase atual das obras – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 707/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à direção da Penitenciária Nelson Hungria pedido de informações sobre suposta autorização concedida a agentes penitenciários lotados na unidade prisional para que, a partir de 25/4/2011, pudessem portar armas durante seu período de folga, em suas residências – parecer pela aprovação; Requerimento nº 708/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de informações sobre os requisitos exigidos pela Secretaria para a concessão de porte de arma a agentes penitenciários, bem como procedimentos que o órgão adota para o controle do uso de armas por esses servidores; Requerimento nº 723/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações sobre os investimentos realizados por ela em preservação e proteção ambiental de bacias hidrográficas, nos últimos cinco anos, incluindo a relação entre o valor investido e o lucro da empresa – parecer pela aprovação; Requerimento nº 724/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre os investimentos por ela realizados em preservação e proteção ambiental de bacias hidrográficas, nos últimos cinco anos, incluindo a relação entre o valor investido e o lucro da empresa; Requerimento nº 846/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Defesa Social as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária da citada Comissão e pedido de informações sobre os índices de violência no Município de São Joaquim de Bicas – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 1.057/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente pedido de informações sobre a regularidade ambiental do empreendimento Porto de Areia Minas Ltda., de propriedade de Jefferson Benedito Rennó, de que trata o laudo pericial do IEF, datado de 17/9/2010, que recomenda, entre outras medidas, a interdição e o embargo imediato do empreendimento, tendo em vista que a atividade de extração de areia às margens do Rio Sapucaí-Mirim estava ocorrendo por força de liminar judicial, sem as devidas licenças ambientais dos órgãos competentes; solicita, ainda, que seja enviada cópia dos documentos que menciona – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 1.175/2011, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Turismo pedido de informações sobre o acesso de empreendedores privados a recursos do Fundo de Assistência ao Turismo – parecer pela aprovação; Requerimento nº 1.180/2011, da Deputada Ana Maria Resende, em que solicita seja encaminhado à Presidência do Tribunal de Justiça e ao Ministério Público pedido de informações sobre o cumprimento da Lei nº 18.685/2009, que torna obrigatória a comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade à Defensoria Pública – parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1; Requerimento nº 1.248/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros pedido de cópia dos laudos técnicos sobre as condições de segurança, prevenção contra incêndio e salubridade do prédio da 16ª Delegacia de Polícia de Uberlândia – parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1; Requerimento nº 1.313/2011, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo pedido de informações sobre os trâmites para a pré-seleção das subdeses da Copa no Estado, de forma a permitir articulação com os municípios interessados em pleitear candidatura a “base camps” - parecer pela aprovação; ao Deputado Jayro Lessa, Requerimento nº 797/2011, da Deputada Ana Maria Resende, em que solicita seja encaminhado ao Hospital João XXIII pedido de informações referentes a acidentados com motocicletas em Belo Horizonte – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 808/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre os afastamentos de servidores públicos causados por acidentes e doenças ocupacionais – parecer pela aprovação; Requerimento nº 1.045/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre o cronograma e a planilha de implementação do Programa de Eficiência Energética – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 1.061/2011, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado à Fundação Hemominas pedido de informações sobre a contratação da Clínica Cuidar Ltda., para vacinação dos servidores da Fundação contra a gripe, bem como sobre o valor do contrato e o valor unitário de cada vacina – parecer pela aprovação; Requerimento nº 1.112/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Secretaria da Fazenda notas taquigráficas da 30ª Reunião Extraordinária da Comissão e pedido de informações sobre as taxas cobradas desde 2005 para o licenciamento e o emplacamento de veículos novos e usados, bem como as eventuais diferenças no tratamento dispensado às pessoas jurídicas e físicas que buscam tais serviços – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1; Requerimento nº 1.152/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre o apagão ocorrido em 9/6/2011, que deixou os consumidores sem energia elétrica por períodos de mais de quatro dias – parecer pela aprovação; Requerimento nº 1.201/2011, da Comissão de Participação Popular, em



que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de envio de cronograma das obras de saneamento e drenagem do Córrego Marimbondo, no Bairro Santa Mônica, em Belo Horizonte – parecer pela aprovação; Requerimento nº 1.204/2011, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente pedido de informações sobre a relação de empreendimentos em processo de licenciamento ambiental, inclusive licenciamento corretivo, relativos às obras previstas no Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 2009 entre a Secretaria, o Município de Nova Lima e o Ministério Público Estadual, referente à expansão imobiliária na região limítrofe entre os Municípios de Nova Lima e Belo Horizonte, incluindo empreendimentos novos – parecer pela aprovação; Requerimento nº 1.312/2011, do Deputado Tadeu Martins Leite, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais pedido de informações sobre a localização da escada Finasa, adquirida através do convênio celebrado com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene -, para equipar o 7º Batalhão do Corpo de Bombeiros de Montes Claros, considerando que a escada foi retirada para manutenção em 2008 – parecer pela aprovação. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para a contratação de serviços de transporte aéreo, por meio de fretamento de aeronave, modalidade táxi aéreo, pelo período de doze meses, incluindo seguro aeronáutico para cobertura de sinistros por conta da contratada, demais especificações, conforme solicitação da Diretoria-Geral. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: tornando sem efeito o ato publicado no “Minas Gerais – Diário do Legislativo”, edição de 13/8/11, que nomeou Ana Alvarenga Moreira Magalhães para o cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, em virtude de sua classificação em 6º lugar em concurso público; nomeando Priscilla Guedes Castilho da Silva para o cargo efetivo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, em virtude de sua classificação em 9º lugar em concurso público e dos pedidos de desistência apresentados pelas candidatas classificadas em 7º e 8º lugar; nomeando os seguintes aprovados em concurso público para o cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia: Gustavo Bruno dos Santos, em virtude de sua classificação em 167º lugar; Cristiano Valadares Werneck, em virtude de sua classificação em 168º lugar; Manuel Jorge Maciel Tavares de Souza, em virtude de sua classificação em 169º lugar; Luiz Antônio Costa Carvalho, em virtude de sua classificação em 170º lugar; Hidson Ronaldo Monteiro Guimarães Filho, em virtude de sua classificação em 171º lugar; Alessandro Monteiro, em virtude de sua classificação em 172º lugar; Clarissa Piterman Gross, em virtude de sua classificação em 173º lugar. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 26 de setembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 26 de setembro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

### **ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 26/9/2011**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide revogar a Decisão de 25 de março de 2003, que dispõe sobre margem consignável. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.519, a Mesa dispõe sobre os recursos de interação e participação virtual por meio do Portal Assembleia e, através da Deliberação nº 2.520, altera o Anexo da Deliberação da Mesa nº 2.511/2011, que dispõe sobre diária de viagem no âmbito da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, tendo como objeto a colaboração mútua no campo de suas atividades audiovisuais, jornalísticas e educativas – parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Stoque Soluções Tecnológicas Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de cópia e impressão, incluindo os equipamentos, a instalação, treinamento de operadores, manutenção permanente e fornecimento de peças de reposição e insumos – parecer favorável à redução de 25% (vinte e cinco por cento) do valor anual estimado, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Secretaria de Estado da Casa Civil e Relações Institucionais, tendo como objeto o estabelecimento de condições para o intercâmbio de técnicas e a cessão de dados entre as partes – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Documentação e Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Armina Instalações Térmicas Ltda., tendo como objeto a compra e instalação de condicionadores de ar – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 54/2011, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Petrobras Distribuidora S.A., tendo como objeto o fornecimento de combustível de aviação para abastecimento da aeronave Xingu PP-EMN – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 63/2011, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Grupo de Apoio à Criança Carente – Grupac -, tendo como objeto a doação de bem móvel declarado inservível – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de



Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto o estabelecimento de cooperação mútua entre os partícipes, a fim de maximizar as ações de polícia preventiva necessárias ao exercício do mandato eletivo – parecer favorável à prorrogação, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. A seguir, a Mesa opina favoravelmente à adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 16/2011, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Ifam – Registro de Preços nº 16/2011 – Processo nº 23042.001736/2010-94, com base no Decreto Federal nº 3.931/2001 e com fulcro na Deliberação da Mesa nº 2.396/2007, tendo em vista a aquisição de quatrocentos microcomputadores, demais especificações, conforme solicitação da Gerência-Geral de Sistemas de Informação. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 29 de setembro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 29 de setembro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

### **ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 29/9/2011**

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Dinis Pinheiro, Presidente; José Henrique, 1º-Vice-Presidente; Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente; Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente; Dilzon Melo, 1º-Secretário, Alencar da Silveira Júnior, 2º-Secretário e Jayro Lessa, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de agosto de 2011, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab - referente ao mês de agosto de 2011, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 31/8/11, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dilzon Melo processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Petrobras Distribuidora S.A., tendo como objeto o fornecimento de combustível – parecer favorável à majoração quantitativa de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto contratual, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação dos Trabalhadores em Transporte Coletivo Urbano de Belo Horizonte e Região Metropolitana – Astracurb -, tendo como objeto a doação de bens móveis declarados inservíveis – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Virtual Cinema e Vídeo Ltda., tendo como objeto a cessão de mão-de-obra para prestação de serviços de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Rádio e Televisão – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no “Diário do Legislativo”, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 3 de outubro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 3 de outubro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

### **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/11/2011**

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marques Abreu, Elismar Prado e João Leite (substituindo a Deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Registra-se a presença dos Deputados Doutor Wilson Batista, Presidente da Comissão, Sargento Rodrigues e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo a Deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado). A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Em seguida, comunica o recebimento da seguinte correspondência: do Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia, encaminhando minuta do projeto de resolução que institui a política de acessibilidade para a pessoa com deficiência no âmbito da Assembleia Legislativa; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: do Sr.

Fabrizio de Oliveira Machado, Vereador do Município de Pouso Alegre; e do Deputado Bráulio Braz, Secretário de Estado de Esportes e da Juventude (10/11/2011). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.079/2011, no 2º turno (Deputado Marques Abreu); 348 e 256/2011, no 1º turno (Deputada Ana Maria Resende); e 2.533/2011, em turno único (Deputado Elismar Prado). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 583/2011 na forma do vencido em 1º turno (relator: Deputado Marques Abreu, em virtude de redistribuição). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Elismar Prado, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 737/2011, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.393/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.710/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.710, 2.062, 2.120, 2.136, 2.149 E 2.182/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Marques Abreu em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Administração de Estádios de Minas Gerais pedido de providências para garantir que os lugares destinados à pessoa com deficiência no estádio de futebol Arena do Jacaré sejam utilizados exclusivamente por elas; e Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado da Fazenda pedido de providências para que se verifique a possibilidade de conceder às pessoas com deficiência os benefícios da Lei nº 15.757, de 2005, que autoriza o Poder Executivo a isentar do Imposto sobre as Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - a aquisição de automóvel para a utilização por pessoa portadora de deficiência física, visual, mental severa ou profunda ou autista, revogada pela Lei nº 19.415, de 2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2011.

Sargento Rodrigues, Presidente – Marques Abreu – Neilando Pimenta.

### **ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/11/2011**

Às 14h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, Romel Anízio, Bonifácio Mourão (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação do Bloco Transparência e resultado) e Tenente Lúcio (substituindo o Deputado Gustavo Perrella, por indicação do PDT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Romel Anízio, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, de 26/11/2011: ofícios do Sr. Rômulo Martins de Freitas, Superintendente de Negócios da CEF (2) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (101). Suspende-se a reunião. Às 14h56min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier e Ulysses Gomes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 1.007, 2.391 e 2.572/2011 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão por haverem sido apreciados em reunião anterior e os Projetos de Lei nºs 1.916, 2.059, 2.442, 2.443, 2.2445 a 2.447, 2.449, 2.452 e 2.571/2011 por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.188/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Zé Maia); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nºs 161/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (relator: Deputado Zé Maia). O Deputado João Vítor Xavier retira-se da reunião. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 450/2011 (relator: Deputado Ulysses Gomes); 789/2011 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça, e com as Emendas nºs 3 e 4, da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (relator: Deputado Gustavo Perrella); 1.169/2011 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Ulysses Gomes); e pela rejeição do Projeto de Lei nº 269/2011 e dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e 2, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, registrando-se o voto contrário do Deputado Ulisses Gomes; e do Projeto de Lei nº 1.687/2011 (relator: Deputado Doutor Viana). São convertidos em diligência os Projetos de Lei nºs 255/2011 à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; 1.158/2011 à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; e 1.281/2011 ao Idene, atendendo-se a requerimentos dos respectivos relatores, Deputados Zé Maia, Gustavo Perrella e Doutor Viana, aprovados pela Comissão. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.178/2011, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Doutor Viana. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária e para a reunião extraordinária na mesma data, às 20 horas, para apreciação da matéria não apreciada nessa reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2011.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - João Leite - Sebastião Costa - Tiago Ulisses.



## **ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/11/2011**

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Luiz Carlos Miranda e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Carlos Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Prosseguindo, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Carlaile Pedrosa e Bonifácio de Andrada, Deputados Federais (10/11/11); da Sra. Cleide Izabel Pedrosa de Melo, Diretora-Geral do IGAM (10/11/11); dos Srs. Marcos Affonso Ortiz Gomes, Diretor-Geral do IEF (10/11/11); Jaime Luiz Rodrigues Júnior, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Governador Valadares (26/11/11); Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça (26/11/11); Cláudio Renato dos Santos Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado (26/11/11). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.364/2011, no 2º turno (Deputada Rosângela Reis), e 2.434/2011, em turno único (Deputado Tadeu Martins Leite). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 767/2011 na forma do Substitutivo nº1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 148, 288, 1.306, 1.444, 1.897 com a Emenda nº1, 2.185, 2.264 com a Emenda nº1, 2.364, 2.408, 2.410 com a Emenda nº1, 2.411, 2.412, 2.414, 2.422, 2.423, 2.429, 2.432, 2.456, 2.467, 2.474, 2.483 com a Emenda nº1, 2.486 com a Emenda nº1, 2.492, 2.502, 2.503, 2.512, 2.524 na forma do Substitutivo nº1, 2.530, 2.531, 2.557, 2.560, 2.567, 2.574, 2.575 e 2.577/2011 com a Emenda nº1, os quais receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.895 e 1.912/2011. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.140/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Doutor Viana em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater sobre o estágio no ensino médio e a inserção dos estudantes no mercado de trabalho, assim como a criação na rede pública de educação de grade curricular visando ao estágio desses estudantes. A Deputada Rosângela Reis recebe, para posterior apreciação, requerimento de autoria da Deputada Liza Prado e do Deputado Elismar Prado em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de discutir as condições de trabalho dos empregados da Companhia Brasileira de Trens Urbanos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados, dos parlamentares e demais pessoas, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2011.

Rosângela Reis, Presidente – Celinho do Sinttrocel.

## **ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/11/2011**

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Pompílio Canavez, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Pompílio Canavez, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da Comissão presente. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as condições estruturais da Rua Aderbal Rodrigues Vaz, cujos moradores discordam de notificações para construção de passeios em frente às suas residências, e a deliberar sobre proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Elaine Machado, Diretora da Escola Municipal Prof. Júlia Kubitschek de Oliveira; Ana Carolina Dias Pereira Nogueira, Gerente Regional de Regulação Urbana Barreiro, representando Sylvio Ferreira Malta Neto, Secretário Municipal da Administração Regional Municipal Barreiro; e os Srs. Beto Diniz, Vereador em Contagem; Gunda, Vereador em Belo Horizonte; Hugleiber Teixeira, Presidente da Casa dos Meninos e representante da Igreja Jesus Ressuscitado; e Renato Vieira, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Industrial, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlin Moura, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2011.

Almir Paraca, Presidente - Liza Prado - Pompílio Canavez.

## **ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/11/2011**

Às 20h42min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Ana Maria Resende e Luzia Ferreira e o Deputado Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Ana Maria Resende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou as relatoras citadas a seguir: Projetos de Lei nºs 2.188/2011 (Deputada Ana Maria Resende) e 2.694/2011 (Deputada Luzia Ferreira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.188 e 2.694/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2011.

Duarte Bechir, Presidente – Ana Maria Resende – Luzia Ferreira.

## **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA DÍVIDA PÚBLICA, EM 1º/12/2011**

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, Bonifácio Mourão e Zé Maia, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Duarte Bechir e Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Júlio, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência suspende a reunião. Às 10h12min, a reunião é reaberta com a presença dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Bonifácio Mourão e Zé Maia. Estão presentes, também os Deputados Carlin Moura, Neider Moreira e Duarte Bechir. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados: Bonifácio Mourão (2) em que solicita sejam realizados encontros regionais das Assembleias Legislativas para análise, discussão e implantação de plano estratégico para a renegociação ou refazimento de contratos da dívida pública realizados pelos entes federados com a União; e sejam solicitados ao Governo do Estado os documentos que relaciona, referentes aos contratos de financiamento com a União e a Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig; Adelmo Carneiro Leão (3) em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de cópia integral do processo TC 011.808/2006-0 (com dois anexos), do qual resultou o Acórdão nº 315/2007 TCU, com a finalidade de subsidiar os estudos desta Comissão; em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Contas pedido para que encaminhe a esta Casa a íntegra do estudo sobre a dívida pública de Minas Gerais realizado pela Diretoria de Controle Externo dessa Corte para subsidiar o relatório anual de 2010; e em que solicita sejam ouvidos os Srs. Virgílio Guimarães e Sérgio Miranda de Matos Brito. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Sérgio Miranda de Matos Brito, Coordenador Estadual da Auditoria Cidadã da Dívida, e Virgílio Guimarães, economista e ex-Deputado Federal, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A seguir, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2011.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente.

## **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21/2011, EM 5/12/2011**

Às 13h56min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tadeu Martins Leite, Luiz Henrique, Antônio Carlos Arantes e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tadeu Martins Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em 2º turno, o parecer pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 21/2011, com as Emendas nºs 1 e 2 ao vencido em 1º turno (relator: Deputado Luiz Henrique). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta Comissão.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2011.

Tadeu Martins Leite, Presidente – Rômulo Viegas – Antônio Carlos Arantes – Luiz Henrique.



## **ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/12/2011**

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Tiago Ulisses, Bonifácio Mourão (substituindo o Deputado Doutor Viana) e Célio Moreira (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, ambos por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica que termina em 6/12/2011 o prazo para o recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 2.520 e 2.521/2011. Suspende-se a reunião. Às 17h9min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Zé Maia, Ulysses Gomes, Tiago Ulisses, Adalclever Lopes (substituindo o Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do PMDB) e Célio Moreira (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado). Os Projetos de Lei nºs 2.445, 2.447 e 2.699/2011 são retirados da pauta atendendo-se a requerimentos do Deputado Adalclever Lopes aprovados pela Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.292/2011 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Doutor Viana). Na fase de discussão do parecer do Projeto de Lei nº 1.782/2011, o Deputado Zé Maia, na condição de relator, retira o parecer lido anteriormente, e solicita a distribuição em avulso de outro parecer que conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 1 a 7, e a determina na condição de Presidente. A seguir, Presidente determina a distribuição em avulso dos pareceres que concluem pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.700 e 2.702/2011 com a Emenda nº 1; e 2.703 e 2.701/2011 com as Emendas nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e a Emenda nº 2, dos quais é o relator. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária de 6/12/2011, às 11 horas, para apreciação da matéria não apreciada nesta reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2011.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - Ulysses Gomes - Tiago Ulisses - Célio Moreira.

## **ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/12/2011**

Às 14h02min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Célio Moreira, Duarte Bechir e Vanderlei Miranda (substituindo o Deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.637/2011, em turno único, para o qual designou relatora a Deputada Luzia Ferreira. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.061/2011 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Célio Moreira); e 2.229/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Gustavo Corrêa). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira (2) em que solicita seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado pedido de informações sobre o "status" jurídico da Lei nº 4.731, que cria o Parque Estadual da Serra da Canastra, informando se a norma está em vigor, foi revogada ou está com sua eficácia suspensa; e seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado pedido de informações sobre a possibilidade, na avaliação do Executivo, da convivência (sobreposição) entre monumento natural do Estado e parque nacional, submetidos à regência da Lei Federal nº 9.985, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, no âmbito de uma mesma área. Em seguida, são recebidos pela Presidência os seguintes requerimentos dos Deputados: Célio Moreira (6) em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável - Semad - pedido de providências para elaborar relatório técnico do passivo ambiental decorrente da instalação e operação do empreendimento de abastecimento de água de Rio Manso, sob responsabilidade da Copasa; seja encaminhado à Semad pedido de providências para elaborar, conforme exigido pelo art. 4º da Resolução do Conama nº 302/2002, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno, o Termo de Referência para os reservatórios artificiais destinados à geração de energia e abastecimento público, em especial os relativos ao abastecimento de Rio Manso; seja encaminhado à Superintendência Regional de Regularização Ambiental - Supram - Central Metropolitana pedido de providências para verificar o "status" do cumprimento das condicionantes estabelecidas na Licença de Operação em Caráter Corretivo nº 163, concedida em 26/7/2010; solicita, ainda, seja o relatório encaminhado, também, às Câmaras e Prefeituras Municipais de Brumadinho e Rio Manso e à Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba; seja encaminhado ao Presidente da Copasa pedido de providências para: a) regularizar o fornecimento de água para as comunidades que vivem no entorno do Sistema Rio Manso; b) implantar sistemas de coleta e tratamento de esgoto para as comunidades do entorno do referido Sistema; c) estudar a viabilidade da gratuidade do fornecimento de água para as comunidades



que vivem no entorno do Sistema, como forma de compensação social, econômica, e ambiental decorrentes da implantação desse empreendimento; seja encaminhado ao Núcleo de Compensação Ambiental e à Câmara de Proteção à Biodiversidade do IEF pedido de providências para que os recursos da compensação ambiental do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Snuc -, previsto no art. 36 da Lei nº 9.985/2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, e estabelecida na Condicionante nº 20 da Licença de Operação Corretiva nº 163, de 26/7/2010, sejam aplicados integralmente na área diretamente afetada pelo Sistema de Abastecimento Público de Água Rio Manso; seja encaminhado à Copasa, à Samarco Mineração S.A., à Semad e à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae - pedidos de informações sobre a potabilidade da água captada para abastecimento do mineroduto e abastecimento público no Município de Matipó, especialmente para analisar a presença de agentes cancerígenos na composição da água e verificar a possibilidade de se estabelecer relação entre o alto índice de diagnósticos de câncer e a água de abastecimento público; Délio Malheiros (2, em que solicita seja encaminhado à Ferrous Resources do Brasil pedido de informações, detalhadas, sobre o processo de construção do mineroduto que vem desenvolvendo no Estado, especialmente sobre o seu impacto ambiental, face denúncia recebida de que grandes extensões de terraplanagem, erosões e drenagens poderiam estar ocorrendo de forma irregular na região de Rio Casca e Ponte Nova; sejam encaminhados ao Ministério Público Federal as notas taquigráficas da 19ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/12/2011, e pedido de providências para analisar os possíveis danos ambientais causados pela construção de minerodutos no Estado, especialmente quanto ao uso da água como meio condutor do minério; e André Quintão em que solicita, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.556/2011, seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater estratégias de gestão e de financiamento do governo do Estado para garantir a universalização do acesso à água no semiárido mineiro. Registra-se a presença dos Deputados Sargento Rodrigues e Neider Moreira. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2011.

Célio Moreira, Presidente – Luzia Ferreira.

### **ATA DA 64ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/12/2011**

Às 14h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Paulo Lamac, Duarte Bechir e Fred Costa (substituindo o Deputado Delvito Alves, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Tadeu Martins Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir as possíveis consequências da decisão unânime da Diretoria e do Conselho Pleno da Seccional Mineira da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-MG -, de recomendar aos advogados a não aceitação de nomeações como defensor dativo, sob o argumento de absoluta falta de perspectiva de pagamento pelo Estado de Minas Gerais, e a apreciar a matéria constante da pauta. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Ana Cláudia da Silva Alexandre, Subdefensora Pública-Geral, representando Andréa Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais; Wrléia Viana Honório, Diretora de Atendimento Jurídico da Secretaria de Estado de Defesa Social; e os Srs. Luis Cláudio da Silva Chaves, Presidente da OAB-MG; Vereador Joel Gomes Moreira Filho, Câmara Municipal de Belo Horizonte; Marco Antônio Rebelo Romanelli, Advogado-Geral do Estado, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Paulo Lamac, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.914/2011 e 2.023/2011. Logo após é aprovado o relatório da visita realizada à Comunidade Zilah Spózito, nesta Capital, em 18/11/11, para averiguar denúncias sobre o uso de violência contra as famílias moradoras, durante tentativa de despejo, atingindo crianças e idosos, o qual vai publicado após as assinaturas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Pompílio Canavez, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a situação em que se encontram a Penitenciária e o Presídio de Três Corações, tendo em vista denúncias de superlotação, de demora em ativar as instalações e de transferência de presos para locais distantes de suas famílias, gerando violação de direitos humanos e comprometendo o processo de revitalização; Durval Ângelo (7) em que solicita sejam encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça as notas taquigráficas da 62ª Reunião Extraordinária desta Comissão e pedido de providências para a apuração de denúncias de abuso do poder por parte do Juiz da 1ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de Divinópolis, narradas durante a reunião; sejam encaminhados à Presidência e à Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho em Minas Gerais cópia da notas taquigráficas da 29ª Reunião Ordinária desta Comissão e pedido de providências com relação às denúncias apresentadas por Fabiana Rocha Marques; sejam encaminhados à Coordenadoria do CAO-PP e à Coordenadoria do Procon-MG as notas taquigráficas da 29ª Reunião Ordinária desta Comissão e pedidos de providências para que apurem as denúncias apresentadas por Antônio Lúcio da Silva sobre irregularidades no Detran-MG; sejam encaminhados as notas taquigráficas da 4ª Reunião Conjunta desta Comissão e da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, do trecho que transcreve a denúncia de Austregésilo Neves, e os seguintes pedidos de providências: I) ao Juízo da 34ª Vara Cível de Belo Horizonte para que agilize o pagamento, considerando-se a condição de idoso do reclamante; II) ao Prefeito de Belo Horizonte e à Administração Regional Venda Nova para que considere os direitos de Austregésilo Neves, possivelmente desrespeitados; III) à Coordenação do CAO das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das



Pessoas com Deficiência e Idosos para que promovam gestões com vistas a uma rápida solução do caso de Austregésilo Neves; seja realizada reunião de audiência pública para dar continuidade à discussão entre a Comunidade Dandara, o Governo do Estado, a Prefeitura de Belo Horizonte e as entidades e órgãos envolvidos no assunto a fim de que se alcance o consenso; sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 63ª Reunião Extraordinária desta Comissão aos órgãos e entidades presentes a referida reunião e ao Ouvidor Agrário Nacional Gercino José da Silva Filho; sejam encaminhados à Copasa e à Cemig pedidos de providências para a implantação de uma rede elétrica e de fornecimento de água na Comunidade Dandara, como forma de garantir direitos elementares dos moradores; Dalmo Ribeiro Silva e Paulo Lamac em que solicitam seja encaminhado à Defensoria Pública de Minas Gerais pedido de providências para que estude a possibilidade de firmar convênio que possibilite o pagamento dos honorários dos advogados dativos, até que haja defensores públicos suficientes para o atendimento da assistência jurídica no Estado; Durval Ângelo e Rosângela Reis em que solicitam sejam encaminhados aos órgãos e autoridades que menciona as notas taquigráficas da 4ª Reunião Conjunta desta Comissão e da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social e pedidos de providências para que promovam o fortalecimento das políticas públicas destinadas aos idosos; João Vítor Xavier em que solicita seja realizada reunião de audiência pública na cidade de Caeté para discutir o desrespeito à dignidade da pessoa humana no Transporte Intermunicipal Caeté/Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2011.

Durval Ângelo, Presidente – Sargento Rodrigues – Duarte Bechir.

### **ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/12/2011**

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara (substituindo o Deputado Adelmo Carneiro Leão, por indicação da Liderança do PT) e os Deputados Marques Abreu e Fabiano Tolentino, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.998 e 2.002/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.

Marques Abreu, Presidente - Fabiano Tolentino - Gustavo Perrella.

### **ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/12/2011**

Às 16h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Antônio Júlio, João Vítor Xavier, Ulysses Gomes e Sebastião Costa (substituindo o Deputado Doutor Viana, por indicação da Liderança do Bloco Resultado e Transparência), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do Parecer do Projeto de Lei nº 1.782/2011, no 1º turno, o relator, Deputado Zé Maia, retira o parecer lido anteriormente e apresenta outro que conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública, com as Emendas nºs 1 a 6. Após discussão e votação, é aprovado o parecer. O Deputado João Vítor Xavier retira-se da reunião. Suspende-se a reunião. Às 16h37min são reabertos os trabalhos. Na fase de discussão do parecer do Projeto de Lei nº 2.447/2011, no 1º turno, o relator, Deputado Antônio Júlio, retira o parecer lido anteriormente e apresenta outro que conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, e pela rejeição das Emendas nºs 2 a 10. Na fase de discussão do parecer, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1, do Deputado Célio Moreira. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo a proposta de emenda. Submetida a votação, é rejeitada a Proposta de Emenda nº 1. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária de hoje às 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2011.

Zé Maia, Presidente – Antônio Júlio - Romel Anízio – Ulysses Gomes.

### **ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/12/2011**

Às 10h05min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara (substituindo o Deputado Rogério Correia, por indicação da Liderança do PT) e os Deputados Bonifácio Mourão, Ivair Nogueira e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bonifácio



Mourão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, momento em que suspende os trabalhos por uma hora para acordo entre as lideranças. Reabrindo a reunião, o Presidente verifica a inexistência de quórum, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 2011.

Bonifácio Mourão, Presidente - Fred Costa - Ivair Nogueira - Neider Moreira.

### **ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/12/2011**

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura e Neilando Pimenta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Após, comunica o recebimento de ofícios do Sr. Eliezer Pacheco, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, e da Sra. Maria Céres Pimenta Spínola Castro, Secretária Adjunta de Educação, publicados no "Diário do Legislativo" em 3/12/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei n°s: 2.060/2011, em 1º turno (Deputado Dalmo Ribeiro Silva), e, em turno único, 2.299/2011 (Deputado Bosco) e 2.510/2011 (Deputado Neilando Pimenta). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 1.963, 2.034, 2.037 e 2.043/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Comissão de Participação Popular, em atendimento à Proposta de Ação Legislativa n° 1.508/2011, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a possibilidade de suplementação, pelo Estado, dos valores repassados à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - visando aprimorar o atendimento dos alunos indígenas, quilombolas e matriculados em escolas situadas em áreas de vulnerabilidade social; do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Participação Popular para debater o papel das universidades públicas no processo de desenvolvimento social brasileiro e avaliar o trabalho que promovem na área de extensão, objetivando sua integração com a sociedade de modo a favorecer a expansão e a interiorização das políticas públicas sociais; do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para conhecer os projetos premiados na edição 2011 do Prêmio Jovem Cientista do CNPq, apresentados pelos acadêmicos Kaiodê Leonardo Biague, do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, e Uende Aparecida Figueiredo Gomes, da Universidade Federal de Minas Gerais; do Deputado Bosco (2) em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Secretária de Estado de Educação e com a Superintendente Regional de Ensino de Uberaba pela realização do 17º Encontro de Gestores Escolares, realizado no Município de Araxá, e seja formulado voto de congratulações com a Secretária de Estado de Educação e Ensino Superior pela realização do Congresso Mineiro de Ensino Superior, que debateu as perspectivas e os desafios para a educação superior em Minas Gerais e lançou o selo "Universidade Cidadã"; do Deputado Neilando Pimenta em que solicita seja encaminhado à Presidente da República, ao Ministro da Educação e ao Reitor da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM - pedido de providências para que seja criado um câmpus da UFVJM nos Municípios de Capelinha e Itaobim; dos Deputados Carlin Moura, Bosco e Rogério Correia (2) em que solicitam seja encaminhado à Secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a formação de equipe responsável pela estruturação de alimentação escolar, a disponibilização de um nutricionista por superintendência regional de ensino e as alternativas legais que estão sendo adotadas para suprir as necessidades relacionadas; e sejam realizadas reuniões de audiência pública regionalizadas, em conjunto com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para debater, prestar esclarecimentos e acompanhar, no tocante ao atendimento da alimentação escolar, a aplicação da Lei n° Federal 11.947, de 2009. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Doutor Viana.

### **ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/12/2011**

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Luiz Carlos Miranda, Juninho Araújo, Pompílio Canavez, Tadeu Martins Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Carlos Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Prosseguindo, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Leonardo Maurício Colombini Lima, Secretário de Estado de Fazenda; Mauro Luciano Hauschild, Presidente do INSS (2/12/2011); Toninho Pinheiro, Marcos Montes e Lincoln Portela, Deputados Federais; da Sra. Dorothea Werneck, Secretária de Desenvolvimento Econômico; dos Srs. Leonardo Duque Bababela, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, e Marco Maia, Deputado Federal (3/12/2011). O Presidente acusa o

recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.618, 2.620 e 2.653/2011, em turno único (Deputado Luiz Carlos Miranda); 583/2011, em 2º turno, 2.628, 2.652/2011, em turno único (Deputado Juninho Araújo); 2.434, 2.625, 2.630, 2.632/2011, em turno único (Deputado Tadeu Martins Leite); 1.300, 2.322, 2.635/2011, em turno único (Deputado Pompílio Canavez) e 1.364/2011, em 2º turno (Deputada Rosângela Reis). Registra-se, neste momento, a presença do Deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.364/2011 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta, no 2º turno (relatora: Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 49, 607 com a Emenda nº1, 2.191, 2.434, 2.578, 2.581 com a Emenda nº1, 2.586, 2.589, 2.591, 2.602 com a Emenda nº1, 2.605, 2.608 com a Emenda nº1, e 2.611/2011, os quais receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.999, 2.012, 2.021, 2.026, 2.029, 2.038, 2.040, 2.041, 2.042 e 2.044. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.533, 1.553, 1.978, 2.200, 2.228, 2.239, 2.267, 2.295, 2.319, 2.328, 2.339, 2.346, 2.350 e 2.363/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos de autoria do Deputado Elismar Prado e da Deputada Liza Prado em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de discutir as condições de trabalho dos empregados da Companhia Brasileira de Trens Urbanos; do Deputado Celinho do Sintrocetel e da Deputada Rosângela Reis (2) em que solicitam seja incluída nos anais desta Casa a “Carta de Minas Gerais em Defesa da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)” e que ela seja encaminhada aos Deputados Federais e Senadores eleitos por Minas Gerais; e sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 24ª Reunião Ordinária desta Comissão para os Deputados Federais e Senadores eleitos por Minas Gerais; as Presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados e a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e Previdência Social do Senado Federal, para conhecimento e providências cabíveis. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

Rosângela Reis, Presidente – Luiz Carlos Miranda – Tadeu Martins Leite.

## **ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/12/2011**

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira, Luiz Henrique e Bosco, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.716, 2.717, 2.722 e 2.725/2011 (Deputado André Quintão); 2.718, 2.721 e 2.728/2011 (Deputado Bruno Siqueira); 2.715, 2.719 e 2.727/2011 (Deputado Luiz Henrique); 2.723/2011 (Deputada Rosângela Reis); 2.726/2011 (Deputado Sebastião Costa); e 2.720 e 2.724/2011 (Deputado Delvito Alves). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.726/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.727/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique); e 2.728/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Bruno Siqueira). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 2.666, 2.672, 2.679 e 2.685/2011; e à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais os Projetos de Lei nºs 2.665 e 2.687/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.

Sebastião Costa, Presidente – Bruno Siqueira – Cássio Soares – André Quintão – Delvito Alves – Luiz Henrique

## **ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/12/2011**

Às 15h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Bonifácio Mourão, Adalclever Lopes (substituindo o Deputado Ivair Nogueira, por indicação da Liderança do PMDB) e Tiago Ulisses (substituindo o Deputado Délio Malheiros, por indicação da Liderança do PV), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 1.583/2011, no 2º turno (Deputado Bonifácio Mourão). A Presidência suspende os trabalhos por uma hora para entendimentos entre as Lideranças. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença

dos Deputados Gustavo Corrêa, Bonifácio Mourão, Fred Costa e Neider Moreira. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 2.391 e 2.661/2011 são retirados de pauta atendendo a determinação do Presidente, por falta de pressupostos regimentais, e o Projeto de Lei nº 2.728/2011 por deliberação da Comissão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.583/2011 (relator: Deputado Bonifácio Mourão) na forma do vencido em 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente - Fred Costa - Ivair Nogueira - Sebastião Costa.

### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/12/2011**

Às 17h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Hely Tarquínio, Adalclever Lopes, Bonifácio Mourão, Paulo Lamac, Romel Anízio e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Hely Tarquínio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de comunicação, assinada pelos Deputados Hely Tarquínio, Bonifácio Mourão, Romel Anízio, Doutor Viana e Sebastião Costa, abrindo mão da relatoria da Representação nº 1/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr., e nº 2/2011, dos Deputados Rogério Correia e Sávio Souza Cruz, anexada à primeira. A comunicação foi assinada também pelo Deputado Paulo Lamac. Dessa forma, o Presidente designa como relator da matéria citada o Deputado Adalclever Lopes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2011.

Doutor Viana, Presidente - Bonifácio Mourão - Sebastião Costa - Adalclever Lopes.

### **ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/12/2011**

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Duarte Bechir e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sebastião Costa. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.709/2011, no 1º turno, para o qual designou relator o Deputado Duarte Bechir. Suspendem-se os trabalhos. Reaberta a reunião, às 15h20min, estão presentes a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Célio Moreira e Ivair Nogueira. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.229/2011, no 2º turno, é retirado de pauta por determinação do Presidente da Comissão, Deputado Célio Moreira, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.637/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.067, 2.095 e 2.096/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros (4) em que solicita seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT - pedido de providências quanto ao acúmulo de entulhos às margens da BR-040, nas localidades da Serra da Calçada e do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça; sejam encaminhados à Secretaria de Meio Ambiente cópia das notas taquigráficas da 25ª Reunião Ordinária e pedido de providências para se posicionar acerca dos problemas ambientais discutidos na reunião, em especial acerca das denúncias de degradação da Serra da Calçada e das unidades de conservação situadas na região; sejam encaminhados à Copasa-MG cópia das notas taquigráficas da 25ª Reunião Ordinária e pedido de providências para se posicionar acerca dos problemas ambientais discutidos na reunião, em especial acerca das denúncias de degradação dos mananciais da Serra da Calçada e das unidades de conservação da região; e seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para analisar a possibilidade de celebração de parceria com a diretoria do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça para que o órgão assumira a responsabilidade de conservação da estrada que passa por dentro do referido parque; e Célio Moreira em que solicita sejam realizadas visita e reunião de audiência pública no Município de Corinto para conhecer os trabalhos de prospecção e pesquisa de gás natural na região. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as próximas reuniões extraordinárias, hoje, às 15h30min e às 20h30min, sendo incluído na pauta desta última reunião o Projeto de Lei nº 2.709/2011, no 1º turno; e amanhã, às 10 horas, às 14h30min e às 20h30min, para apreciar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 2.709/2011; desconvoca para a reunião extraordinária de hoje, às 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.  
Célio Moreira, Presidente – Luzia Ferreira – Ivair Nogueira.

**ATA DA 11ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/12/2011**

Às 19h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, João Vítor Xavier, Romel Anízio, Ulysses Gomes, Adalclever Lopes (substituindo o Deputado Antônio Júlio, por indicação do PMDB) e Sebastião Costa (substituindo o Deputado Doutor Viana, por indicação do Bloco Transparência e Resultado), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende-se a reunião. Às 20h23min são reabertos os trabalhos com as presença dos Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, Romel Anízio e Ulysses Gomes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente determina, cada um por sua vez, a distribuição em avulso dos pareceres do relator, Doutor Viana, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.520/2011 com as Emendas nºs 1, 2, 47, 112 apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 202, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 225, 226, 227, 229 e 230, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 232 a 332 e as Subemendas nº 1 às Emendas 42, 110, 113, 120, 121, 140, 144, 153, 162, 178, 182, 187, 193, 194, 200, 201, 203, 204, 211, 223, 228 e 231 apresentadas ao final deste parecer, e pela rejeição das Emendas nºs 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 114, 115, 117, 119, 122, 125, 126, 127, 128, 130, 132, 137, 138, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 149 e 150 (relator: Deputado Doutor Viana), e 2.521/2011 com as Emendas nºs 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,21,22, 23,47,48,49,50,51,52,57,58,59,60,61,62,63,64,65,69,70,73,74,75,76,77, 83,84,85,86,87,88,89,90,91,92,93,94,95,96,99,100,101,102,103,104,105,106,107,108,109,110,111,112,113,114,115,116,117,118,119,120,121,122,123,124,125,126,127,128,129,130,137,138,139,140,141,142,143,144, 145,146,147,148,149,150,151,152,153,154,155,156,157,158,159,160,161,162,163,164,165,166,167,168,169,170,171,172,173,174,175,176,177, 180,181,182,183,184,203,204,205,206,207,208,209,210,211,214,215,216,218,221,225,227,228,229,230,231,232,233,234,235,236,237,238,239, 240,241,242,243,244,245,246,247,248,249,250,251,252,253,254,255, 256,257,258,259,260,261,262,263,264,265,269,270,271,272,273,274, 275, 276,277,278,279,280,281,282,283,284,285,286,287,288,289,290,292, 293, 294,295,297,298,299,300,301,302,303,304,305,306,307,308,309,364,365,366,367,368,369,370,371,372,373,377,382,383,388,389,390,391,393, 394,395,396,399,400,401,402,403,404,405,406,407,408,409,410,411, 412,413,414,417,418,419,420,443,444,445,446,447,448,449,450,451, 452,453,454,455,456,457,458,459,460,461,462,463,464,465,466,467, 468,469,470,471,472,474,476,478,480,481,482,483,485,486,487,488, 489,491,492,493,494,495,496,497, apresentadas por parlamentares; com as Emendas nºs 514, 515,516,517,518,519,520,521,522,523,524,525,526,527,528,529,530, 531,532,533,535,536 e 537, apresentadas pela Comissão de Participação Popular; com as Emendas nºs 415 e 416 apresentadas pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia; com as Emendas nºs 538 a 613 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 30,132,136,185,291, apresentadas ao final do parecer; e pela rejeição das Emendas nºs 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31,32,33,34,35,36,37,38,39,40,41,42,43,44,45,46,53,54,55,56,66,67,68, 71,72,78,79,80,81,82,97,98,131,133,134,135,178,179,186,187,188,189, 190,191,192,193,194,195,196,197,198,199,200,201,202,212,213,217,219,220,222,223,224,226,266,267,268,296,310,311,312,313,314,315,316,317, 318,319,320,321,322,323,324,325,326,327,328,329,330,331,332,333,334,335,336, 337,338,339,340,341,342,343,344,345,346,347,348,349,350,351,352,353,354,355, 356,357,358,359,360,361,362,363,374,375,376,378,379,380,381,384,385,386,387, 392,397,398,421,422,423,424,425,426,427,428,429,430,431,432,433,434,435,436, 437,438,439,440,441,442,473,475,477,479,484,490,498,499,500,501,502,503,504, 505,506,507,508,509,510,511, 512,513,534, do qual é o relator. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as reuniões conjuntas do dia 15/12/2011, às 2h30min, 14h30min e às 21 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2011.

Romel Anízio, Presidente - Gustavo Perrella - Ulysses Gomes - Antônio Júlio.



## **ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/12/2011**

Às 20 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Gustavo Perrella, Romel Anízio, Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende-se a reunião. Às 20h40min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Zé Maia, Sargento Rodrigues, João Leite (substituindo o Deputado Doutor Viana, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado) e Adalclever Lopes (substituindo o Deputado Antônio Júlio, por indicação da Liderança do PMDB). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Zé Maia, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.353/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Adalclever Lopes. Os Projetos de Lei nºs 1.782 e 2.391/2011 são retirados da pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as reuniões extraordinária, do dia 15/12/2011, às 10, 14 e 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2011.

Doutor Viana, Presidente - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Tiago Ulisses.

## **ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/12/2011**

Às 20h19min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Délio Malheiros, Bonifácio Mourão e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Délio Malheiros, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e suspende os trabalhos da Comissão para entendimentos entre as Lideranças. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença dos Deputados Délio Malheiros, Neider Moreira, Adalclever Lopes (substituindo o Deputado Ivair Nogueira, por indicação da Liderança do PMDB) e Zé Maia (substituindo o Deputado Bonifácio Mourão, por indicação da Liderança do BTR). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.571/2011 é retirado de pauta atendendo a determinação do Presidente, por falta de pressupostos regimentais, e os os Projetos de Lei nºs 2.661 e 2.601/2011, por terem sido apreciados em reunião anterior. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente - Bonifácio Mourão - Célio Moreira - Délio Malheiros.

## **ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/12/2011**

Às 14h02min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Viana, Sargento Rodrigues, Tiago Ulisses e Rômulo Viegas (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Suspende-se a reunião. Às 17h12min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes. Estão presentes, também, os Deputados Délio Malheiros, Rogério Correia, Fred Costa, Adalclever Lopes e Sargento Rodrigues. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Zé Maia, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.391/2011 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1, do Deputado Délio Malheiros. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo a proposta de emenda. Submetida a votação, é rejeitada a Proposta de Emenda nº 1, registrando-se o voto contrário do Deputado João Vítor Xavier. O Projeto de Lei nº 1.782/2011 é retirado de pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária na mesma data, às 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2011.

Zé Maia, Presidente - Romel Anízio - Ivair Nogueira - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes.

## **ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/12/2011**

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Duarte Bechir, Gilberto Abramo e Célio Moreira (substituindo a Deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Célio Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final. Suspende-se a reunião. Às 17h57min, são reabertos os trabalhos, com a presença dos Deputados Duarte Bechir, Ana Maria Resende e Gilberto Abramo. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Luiz Henrique - Ana Maria Resende.

## **ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/12/2011**

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Corrêa, Délio Malheiros, Bonifácio Mourão e Célio Moreira (substituindo o Deputado Fred Costa, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Corrêa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Délio Malheiros, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência suspende a reunião para acordo entre as Lideranças. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença dos Deputados Gustavo Corrêa, Délio Malheiros, Bonifácio Mourão, Fred Costa, Ivair Nogueira e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. A Presidência prorroga os trabalhos por mais duas horas e suspende a reunião para acordos entre as lideranças. Reabertos os trabalhos, registra-se a presença dos Deputados Gustavo Corrêa, Délio Malheiros, Bonifácio Mourão, Fred Costa, Neider Moreira e Ulysses Gomes (substituindo o Deputado Rogério Correia, por indicação da Liderança do PT) membros da supracitada Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer sobre emendas apresentada em Plenário ao Projeto de Lei nº 2.571/2011, em 1º turno, que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, com as Emendas nºs 7, apresentada em Plenário, e 11 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 6 e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5 e 8 a 10 (relator: Deputado Bonifácio Mourão), foi apresentada Proposta de Emenda nº 1, de autoria do Deputado Ulisses Gomes. Colocado em votação, é aprovado o parecer e rejeitada a Proposta de Emenda nº 1. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o parecer pela aprovação, do Projeto de Lei nº 2.571/2011 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, com as Emendas nºs 7, apresentada em Plenário, e 11 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 6 e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5 e 8 a 10. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente - Bonifácio Mourão - Délio Malheiros - Neider Moreira.

## **ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/12/2011**

Às 20h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Duarte Bechir, Gilberto Abramo e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 264 e 692/2011 (Deputado Luiz Henrique); 444/2011 (Deputada Ana Maria Resende) e 2.445/2011 (Deputado Gilberto Abramo). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 264, 444 e 692/2011. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.445/2011, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, Deputado Gilberto Abramo. Suspende-se a reunião. Às 22h4min, são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Duarte Bechir, Ana Maria Resende e Gilberto Abramo. Presente também o Deputado Adalclever Lopes. O Deputado Gilberto Abramo, relator do Projeto de Lei nº 2.445/2011, abre mão do prazo regimental solicitado e emite seu parecer que conclui pela aprovação do Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.445/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Luiz Henrique - Ana Maria Resende.



## ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/12/2011

Às 9h31min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Duarte Bechir e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.520 e 2.571/2011 e Projetos de Resolução nºs 2.695 e 2.696 (Deputado Gilberto Abramo); Projetos de Resolução nºs 2.697 e 2.726/2011 e Projetos de Lei nºs 1.079, 2.229, 2.391 e 2.709/2011 (Deputada Ana Maria Resende). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.520 e 2.571/2011, dos Projetos de Resolução nºs 2.695, 2.696, 2.697 e 2.726/2011 e dos Projetos de Lei nºs 1.079, 2.229, 2.391 e 2.709/2011. Suspende-se a reunião. Às 10h30min, são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Duarte Bechir, Luiz Henrique e Bonifácio Mourão (substituindo a Deputada Ana Maria Resende, por indicação do BTR). A Presidência acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei Complementar nºs 18 e 22/2011 e Projetos de Lei nºs 252, 558, 1.079, 1.283, 2.449, 2.450/2011 (Deputado Luiz Henrique); 2.451, 2.550, 2.616, 2.617, 2.656 e 2.661/2011 (Deputado Bonifácio Mourão). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei Complementar nºs 18 e 22/2011 e dos Projetos de Lei nºs 252, 558, 1.079, 1.283, 2.449, 2.450/2011, 2.451, 2.550, 2.616, 2.617, 2.656 e 2.661/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Gilberto Abramo - Ana Maria Resende.



### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

#### PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.473/2011

##### Comissão de Participação Popular Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.473/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade” e de Maria Beatriz de Oliveira, da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos, e outros, sugere a estruturação, na Secretaria de Estado de Saúde, de um setor que implemente e coordene as ações da Política de Alimentação e Nutrição.

A proposta foi apresentada no seminário legislativo “Pobreza e desigualdade” e em audiências públicas realizadas de 7 a 9/11/2011, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.520/2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2012-2015.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

A proposta em análise objetiva estruturar um setor na Secretaria de Estado de Saúde - SES -, que implemente e coordene as ações de uma Política Estadual de Alimentação e Nutrição - Pean - a ser criada em consonância com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNaN -, com recursos e equipe técnica suficientes para atuar de forma integrada e intersetorial, na promoção da alimentação saudável.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o art. 90, XIV, da Constituição Estadual estabelece que compete privativamente ao Governador do Estado dispor sobre a organização do Poder Executivo. Dessa forma, a criação de um setor na SES, conforme pretende a proposta em comento, não pode ser acolhida por violar o princípio da separação dos Poderes.

Convém informar ainda que a Proposta de Ação Legislativa nº 1.470/2011 sugeriu a criação de ação no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para implementação de Política Estadual de Alimentação e Nutrição. Essa proposta foi acolhida como ação nova no Programa 237 - Atenção à Saúde, cuja finalidade é elaborar plano de ação para prestar acompanhamento nutricional à população e implementar a PNaN no Estado. Assim, quando da elaboração desse plano, a própria SES poderá criar um órgão responsável por essa implementação.

A proposta em análise foi aglutinada uma outra que sugere a criação de uma ação no PPAG 2012-2015 para garantir atuação integrada e intersetorial entre Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - Sans - e Economia Popular Solidária através da atuação das Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CRSANS -, por meio da infraestrutura, recursos humanos e financeiros para seu funcionamento, suporte e assessoria aos municípios, visando exercer o controle social das políticas públicas de Sans.

Esclarecemos que a Proposta de Ação Legislativa nº 1.486/2011 também visa ao fortalecimento das CRSANS através da ampliação da meta financeira da Ação 2046 - Manutenção das Atividades do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais. Essa proposta foi acolhida com aumento para R\$575.000,00 na meta financeira dessa ação para os exercícios de 2012 a 2015, com especificação de objeto do gasto de R\$275.000,00 para o apoio aos CRSANS.



As CRSANS fazem parte da estrutura operacional do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - Consea - que tem entre suas atribuições propor e acompanhar ações governamentais relacionadas à segurança alimentar e nutricional na região de abrangência, promover e coordenar campanhas de conscientização para o cumprimento do direito a alimentação adequada.

As ações de segurança alimentar são de responsabilidade dos Centros de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - Cresans -, devendo ser acompanhadas pelo CRSANS, para garantir o controle social.

As ações de economia solidária, por sua vez, englobam um conjunto de ações de atividades econômicas que visam à geração de produtos ou serviços, por meio da organização, cooperação, gestão democrática, solidariedade, distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente e da autogestão.

Embora a proposta em análise não possa ser atendida conforme formulada, uma vez que resultaria na violação do princípio da separação dos Poderes, entendemos que seus objetivos já tenham sido atendidos com o acolhimento das Propostas de Ação Legislativa nºs 1.470/2011 e 1.486/2011 já mencionadas. Entretanto, por ser recomendável a articulação das ações de economia solidária com as ações do Cresans como forma de potencializar os resultados da segurança alimentar no Estado, julgamos pertinente enviar ofício à Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego e ao Consea solicitando que as estruturas regionalizadas da Secretaria destinadas à economia popular e solidária sejam utilizadas de forma articulada pelos Cresans. Dessa forma, acolhemos a proposta em análise na forma de requerimentos.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.473/2011 na forma dos requerimentos anexos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

### **REQUERIMENTO Nº ...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.473/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade” e de Maria Beatriz de Oliveira, da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego solicitando o fortalecimento das estruturas regionalizadas da Secretaria destinadas à economia popular e solidária para serem utilizadas de forma articulada pelos Centros de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Sala das Reuniões, de de .

André Quintão, Presidente.

### **REQUERIMENTO Nº ...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.473/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade” e de Maria Beatriz de Oliveira, da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos, e outros requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ofício ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - Consea-MG - solicitando o acompanhamento da articulação das ações dos Centros de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável com as ações de economia popular e solidária, envolvendo as Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Sala das Reuniões, de de .

André Quintão, Presidente.

## **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.479/2011**

### **Comissão de Participação Popular Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.479/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, sugere a ampliação, por meio de concurso público, das equipes técnicas de vigilância sanitária, com o fim de orientar consumidores e capacitar os agricultores familiares para que eles possam atender as normas vigentes.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

A proposta em análise solicita a ampliação das equipes de vigilância sanitária, para que essas equipes possam orientar os consumidores e treinar os agricultores familiares sobre as normas de vigilância sanitária vigentes.

No Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2012-2015 - há, na Rede de Desenvolvimento Social e Proteção, o Programa 025 - Cultivar, Nutrir e Educar, cujo objetivo é “garantir o direito humano à alimentação saudável, adequada e solidária, contemplando o binômio educação-alimentação para os alunos das escolas públicas estaduais de educação básica, potencializando a alimentação escolar, fortalecendo a agricultura familiar e promovendo a educação alimentar e nutricional”. Entre as ações desse programa, destacamos a 1218 - Fortalecimento da Agricultura Familiar para o Abastecimento Alimentar -, que tem o fim de fortalecer a agricultura familiar, qualificando e tornando aptos os agricultores familiares e os estabelecimentos agroindustriais rurais de pequeno porte para o fornecimento de alimentos aos mercados institucionais, prioritariamente para o abastecimento da rede pública de ensino



utilizando recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae. Essa ação, portanto atende parcialmente a proposta em análise quanto à qualificação do agricultor familiar.

Na área de alimentos, cabe à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa - coordenar, supervisionar e controlar as atividades de registro, informações, inspeção, controle de riscos e estabelecimento de normas e padrões, com o fim de garantir as ações de vigilância sanitária de alimentos, bebidas, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia, limites de contaminantes e resíduos de medicamentos veterinários. Essa atuação é compartilhada com outros Ministérios, como o da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e com os Estados e Municípios, que integram o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Assim, integram esse Sistema o Ministério da Saúde, a Anvisa, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde - Conass -, o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - Conasems -, os Centros de Vigilância Sanitária Estaduais, do Distrito Federal e Municipais, os Laboratórios Centrais de Saúde Pública, o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz -, e os Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Saúde.

Na estrutura da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais - SES -, há uma gerência de vigilância sanitária de alimentos, responsável pelo desenvolvimento de ações nessa área, bem como pela divulgação de normas.

Tendo em vista que existe ação no PPAG que atende parcialmente a proposta, apresentamos requerimento para que seja enviado ofício à SES solicitando o fortalecimento e a ampliação da área de vigilância sanitária de alimentos daquele órgão, bem como a orientação dos agricultores familiares sobre as normas de vigilância sanitária vigentes.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.479/2011 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

### **REQUERIMENTO Nº ...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.479/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Saúde solicitando o fortalecimento e a ampliação da área de vigilância sanitária de alimentos daquele órgão, bem como a orientação dos agricultores familiares sobre as normas de vigilância sanitária vigentes.

Sala das Reuniões, de de .

André Quintão, Presidente.

## **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.481/2011**

### **Comissão de Participação Popular Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.481/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, sugere a criação de protocolos de prescrição de fórmulas, suplementos alimentares e dietas especializadas para as pessoas com necessidades nutricionais específicas, de todas as faixas etárias, garantindo sua liberação e concessão à população em situação de vulnerabilidade social, pela Secretaria de Estado de Saúde.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

A proposta em análise tem por objetivo a criação de protocolos de prescrição de fórmulas, suplementos alimentares e dietas especializadas para serem fornecidos gratuitamente às pessoas com necessidades nutricionais específicas.

Suplementos alimentares são produtos manipulados em farmácias que contêm fontes concentradas de nutrientes, vitaminas e minerais, ou outras substâncias com efeitos nutricionais ou fisiológicos, para complementar a dieta normal. Já os alimentos para fins especiais são alimentos especialmente formulados ou processados, nos quais os nutrientes são modificados para utilização em dietas, diferenciadas e ou opcionais, atendendo às necessidades de pessoas em condições metabólicas e fisiológicas específicas. Nesse grupo incluem-se os alimentos para nutrição enteral, alimentos para idosos, fórmulas infantis, alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância, alimentos para dietas com restrição de nutrientes destinados a pessoas com alergias alimentares, entre outros.

Doenças relacionadas a carências nutricionais, como a deficiência de vitamina A (hipovitaminose A), de ferro (anemia ferropriva) e de iodo (bócio endêmico), são problemas comumente encontrados no Brasil. O Ministério da Saúde desenvolve programas para suplementação desses nutrientes, com o apoio dos Estados, como o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A - Vitamina A Mais, que busca reduzir e erradicar a deficiência nutricional dessa vitamina em crianças de 6 a 59 meses de idade e mulheres no pós-parto imediato residentes nas regiões Nordeste, Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e Vale do Ribeira, em São Paulo, consideradas de risco. Além do programa mencionado, citamos o Programa Nacional para Prevenção e Controle dos Distúrbios por Deficiência de Iodo - Pró-Iodo - e o Programa Nacional de Suplementação de Ferro.

No que se refere aos alimentos para fins especiais, normalmente são de alto custo, o que dificulta a sua aquisição pela população de baixa renda. Por esse motivo, consideramos importante o seu fornecimento pelo Sistema Único de Saúde.



Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de requerimento ao Ministério da Saúde solicitando a realização de estudo sobre a possibilidade de elaboração de protocolo para uso e liberação de suplementos alimentares e alimentos para fins especiais aos usuários do Sistema Único de Saúde com necessidades nutricionais específicas.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.481/2011 na forma do requerimento anexo. Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

### **REQUERIMENTO Nº ...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.481/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ofício ao Ministério da Saúde solicitando a realização de estudo sobre a possibilidade de elaboração de protocolo para uso e liberação de suplementos alimentares e dietas especializadas aos usuários do Sistema Único de Saúde com necessidades nutricionais específicas.

Sala das Reuniões, de de .

André Quintão, Presidente.

## **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.483/2011**

### **Comissão de Participação Popular**

#### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.483/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, sugere a criação de uma rede de casas de apoio para acompanhantes de crianças, idosos e pessoas com deficiência que necessitem de tratamento prolongado fora do domicílio.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

A proposta em análise tem como objetivo a criação de uma rede de casas de apoio para acompanhantes de crianças, idosos e pessoas com deficiência que necessitam de tratamento prolongado fora do domicílio e não dispõem de recursos para custear as despesas com hospedagem e alimentação.

O Sistema Único de Saúde - SUS - é organizado em rede hierarquizada, isto é, compõe-se de várias unidades interligadas, segundo os níveis de complexidade - baixa, média e alta. Nessa rede, a assistência à saúde é organizada por regiões. Dessa forma, a assistência de baixa complexidade, também chamada de atenção básica ou primária, deve ser prestada por todo Município, que é o principal responsável pela gestão da rede de serviços de saúde e, por conseguinte, pela prestação direta da maioria das ações e programas de saúde. Já as microrregiões sanitárias, compostas por vários Municípios contíguos, oferecem a assistência de média complexidade, e as macrorregiões, compostas por algumas microrregiões, prestam serviços de média e alta complexidade. Por meio do sistema de referência e contrarreferência é possível encaminhar o paciente aos serviços especializados, de apoio diagnóstico e terapêutico, ambulatorial e hospitalar fora do Município onde reside.

Em certas circunstâncias, o tratamento fora do domicílio pode durar semanas e até meses, como é o caso dos pacientes que se deslocam para tratar de doenças crônicas, como câncer. Assim, é importante ressaltar que tão importante quanto o tratamento médico é a atenção dada aos aspectos sociais da doença, a fim de proporcionar ao paciente e a seus familiares bem-estar e qualidade de vida durante o processo de recuperação.

Por essa razão, consideramos pertinente a proposta ora apresentada. Cumpre informar, entretanto, os programas governamentais em vigor que oferecem esse suporte ao paciente e a seus acompanhantes. A Portaria SAS/MS nº 55, de 24/2/1999, dispõe sobre a rotina de tratamento fora do domicílio - TFD - e visa garantir, por meio do SUS, tratamento médico a pacientes portadores de doenças não tratáveis no Município de origem por falta de condições técnicas. Assim, o TFD consiste em uma ajuda de custo ao paciente e, em alguns casos, também ao acompanhante, encaminhados por ordem médica a unidades de saúde de outro Município ou Estado da Federação, quando esgotados todos os meios de tratamento na localidade onde reside, desde que haja possibilidade de cura total ou parcial. O benefício é limitado ao período estritamente necessário a esse tratamento e aos recursos orçamentários existentes. Somente será admitido o custeio das despesas com acompanhante em cirurgia de médio e grande porte nos casos de paciente menor de idade, de idosos acima de 60 anos ou paciente impossibilitado, em razão da doença, de adotar por seus próprios meios as providências necessárias ao seu tratamento.

Em Minas Gerais, o Programa Mais Vida tem como finalidade melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa. Oferece atendimento especializado (consultas, exames e outros procedimentos) a idosos com saúde fragilizada, encaminhados aos centros de referência em atenção secundária pelas unidades básicas de saúde. Nos Centros Mais Vida, o idoso é submetido a uma avaliação multifuncional, a qual orienta os profissionais da equipe na elaboração de um plano de cuidados, em que constam os tratamentos mais adequados, a medicação prescrita e outras recomendações para acompanhamento do paciente pelo Programa Saúde da Família em seu Município de origem. Na Região Macronorte, o Centro Mais Vida de Montes Claros tem convênio com hotel para hospedagem de pacientes e familiares se o acompanhamento do paciente exigir sua estada fora de casa, além de oferecer lanche e almoço para os casos de procedimentos mais demorados, o que evita o deslocamento dos idosos.



Por sua vez, o Programa Viva Vida tem o propósito de reduzir os índices de mortalidade materno-infantil no Estado. Como uma das estratégias desse programa, os Centros Viva Vida são unidades de referência de tratamento especializado para onde são encaminhadas mulheres e crianças até um ano de idade pelas unidades básicas de saúde. A base territorial desse programa é a macrorregião sanitária, que possibilita ao paciente o atendimento em uma unidade o mais próximo possível de sua residência. No entanto, para os casos em que a permanência do paciente é exigida por maior tempo, o programa conta ainda com as Casas de Apoio à Gestante e à Puérpera, onde são oferecidas hospedagem e alimentação a essas pessoas.

Como se vê, nos âmbitos federal e estadual há ações que visam a dar suporte ao paciente nas situações em que ele necessita ser atendido fora da atenção primária e é encaminhado para os centros de atenção especializada em outros Municípios. No entanto, entendemos que essas ações ainda são incipientes para atender a toda a demanda de acolhimento dos pacientes na rede pública de saúde.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de requerimento para que seja enviado à Secretaria de Estado de Saúde ofício solicitando apoio aos Municípios para estruturação das casas de apoio, por meio da Ação 4388 - Fortalecimento da Rede Municipal de Saúde -, do Plano Plurianual de Ação Governamental 2012-2015.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.483/2011 na forma do requerimento anexo. Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

### **REQUERIMENTO Nº ...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.483/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado de Saúde solicitando apoio aos Municípios para estruturação de casas de apoio a crianças, idosos e pessoas com deficiência que necessitam realizar tratamento fora do domicílio por tempo prolongado e a seus acompanhantes, por meio da Ação 4388 - Fortalecimento da Rede Municipal de Saúde do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015.

Sala das Reuniões, de de .

André Quintão, Presidente.

## **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.484/2011**

### **Comissão de Participação Popular Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.484/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade” e do Sr. Sergio Hirle de Souza, da entidade Profissionais da Área de Segurança e Sociedade Organizados por um Brasil Melhor - Espaço Conseg, e outros, solicita ampliação e descentralização das redes de atenção de média e alta complexidade em todo Estado, com aumento do número de leitos hospitalares, principalmente de leitos em UTIs.

A proposta foi apresentada no seminário legislativo “Pobreza e desigualdade” e em audiências públicas realizadas de 7 a 9/11/2011, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.520/2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2012-2015.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

A proposta em análise pretende ampliar a rede de saúde de média e alta complexidade no Estado por meio da oferta de um maior número de leitos hospitalares, especialmente em UTIs. A essa proposta foi aglutinada outra, que solicita a construção de um hospital geral no Município de Teófilo Ottoni, a fim de atender à população das regiões dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus.

Para promover maior equidade na alocação de recursos e no acesso da população às ações e serviços de saúde em todos os níveis de atenção, cabe ao gestor estadual coordenar a discussão entre os gestores municipais de cada região até que sejam definidos, em comum acordo, os Municípios que desempenharão o papel de referência para os demais na prestação da assistência à saúde. A pactuação entre os Municípios para que o mais equipado e com maior oferta de serviços possa atender à demanda daqueles com menos recursos e serviços é coordenada pelo gestor estadual, por meio da Programação Pactuada e Integrada – PPI –, realizada com a participação dos secretários municipais de saúde de cada região sanitária. A Secretaria de Estado de Saúde - SES - também cabe acompanhar e controlar a efetivação das pactuações e dar o suporte técnico e financeiro em caso de defasagens ou demandas não previstas com as quais arquem os Municípios. Cabe lembrar ainda que a PPI é realizada apenas para os procedimentos de média e alta complexidade, pois a prestação dos procedimentos relativos à atenção básica é de responsabilidade do Município.

A decisão sobre a distribuição dos leitos em cada região é, portanto, feita por meio da PPI, que depois é formalizada em resolução da Comissão Intergestores Bipartite - CIB -, e não é matéria pertinente ao PPAG.

Informamos que no Projeto de Lei nº 2.520/2011, que dispõe sobre o PPAG - 2012-2015, há, no Programa 002 - Saúde Integrada, a Ação 4006 - Gestão da Política Hospitalar - Complexo de Hospitais Gerais, cuja finalidade é prestar assistência hospitalar e ambulatorial de clínica médica, cirurgia geral, ortopedia, pediatria, medicina intensiva, gestantes e recém-nascidos de alto risco, a pacientes do SUS em Belo Horizonte, Juiz de Fora, Patos de Minas e Barbacena, com o objetivo de garantir assistência aos pacientes



que necessitam de internações de média e alta complexidade. A referida ação tem previsão de recursos de quase 38 milhões de reais para o ano de 2012, distribuídos para as regiões Central, Mata e Alto Paranaíba.

Dessa forma, para essa proposta sugerimos o envio de ofício à Secretaria de Estado de Saúde - SES - solicitando estudos sobre a possibilidade de aumento do número de leitos hospitalares, especialmente de UTIs, em todo o Estado.

Quanto à proposta de construção de um hospital geral no Município de Teófilo Otôni a fim de atender à população das regiões dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus, informamos que no PPAG há a Ação 4638 - Atendimento as Urgências e Emergências no Estado, cujo fim é garantir o encaminhamento do paciente ao ponto de atenção mais adequado e seu efetivo atendimento com uma assistência de qualidade, no menor tempo possível, reduzindo o número de mortes e sequelas por causas evitáveis.

Segundo informações da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplog -, a rede de urgência e emergência será implantada na Macrorregião do Jequitinhonha em 2012, e a descentralização já está ocorrendo. Com isso, o hospital de Teófilo Otôni será reestruturado e fortalecido, por meio da Ação 1175 - Rede de Urgência e Emergência, contida no Programa 044 - Redes Integradas de Serviços de Saúde. Destaque-se que, apesar de não haver previsão nesta ação para o Jequitinhonha, a implantação da rede nessa região está prevista para 2011, com implementação até março de 2012. Já na Ação 4638 - Atendimento as Urgências e Emergências no Estado, que se refere à manutenção das redes de urgência e emergência, há previsão de recursos para o Jequitinhonha.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de requerimento para que seja enviado à SES ofício solicitando especial atenção na implementação da rede de urgência e emergência no Jequitinhonha, bem como na estruturação do hospital de Teófilo Otôni.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.484/2011 na forma dos requerimentos anexos. Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

### **REQUERIMENTO Nº ...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.484/2011, apresentada pelo seminário legislativo "Pobreza e desigualdade" e pelo Sr. Sergio Hirle de Souza, da entidade Profissionais da Área de Segurança e Sociedade Organizados por um Brasil Melhor - Espasso Conseg, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Saúde solicitando o estudo da possibilidade de aumento do número de leitos hospitalares, especialmente de UTIs, em todo o Estado.

Sala das Reuniões, de de .  
André Quintão, Presidente.

### **REQUERIMENTO Nº ...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.484/2011, apresentada pelo seminário legislativo "Pobreza e desigualdade" e pelo Sr. Sergio Hirle de Souza, da entidade Profissionais da Área de Segurança e Sociedade Organizados por um Brasil Melhor - Espasso Conseg, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Saúde solicitando especial atenção na implementação da rede de urgência e emergência no Jequitinhonha, bem como na estruturação do Hospital Municipal Raimundo Gobira, em Teófilo Otôni.

Sala das Reuniões, de de .  
André Quintão, Presidente.

## **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.487/2011**

### **Comissão de Participação Popular Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.487/2011, do seminário legislativo "Pobreza e desigualdade" e de Andrea Mismotto Carelli, do Ministério Público Estadual, e outros, sugere alteração da Ação 4208 - Viva Vida - Atenção a Gestantes e Crianças, do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015, para criação de centros de atendimento à saúde da mulher com acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, e para ampliação, estruturação física e de recursos humanos de hospitais, unidades de saúde e centros de referência no atendimento à mulher, criança e adolescente vítimas de violência sexual. Os autores propõem ainda alteração de finalidade da citada ação.

A proposta foi apresentada no seminário legislativo "Pobreza e desigualdade" e em audiências públicas realizadas de 7 a 9/11/2011, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.520/2011, que dispõe sobre o PPAG 2012-2015.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

A proposta em análise visa a alterar a Ação 4208 - Viva Vida - Atenção a Gestantes e Crianças, do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015, sugerindo as seguintes medidas: criação de centros de atendimento à saúde da mulher com



acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; ampliação, estruturação física e de recursos humanos de hospitais, unidades de saúde e centros de referência no atendimento à mulher, criança e adolescente vítima de violência sexual. Sugere ainda alteração da finalidade da citada ação para: “Promover a saúde reprodutiva, assegurando atendimento universal, integral, humanizado e especializado em diferentes condições e especificidades para mulheres negras, indígenas, com deficiência, adolescentes e homens, com a participação da sociedade civil no monitoramento e avaliação das ações”.

No Sistema Único de Saúde - SUS - a atenção à saúde da mulher abrange ações de promoção da saúde, prevenção e tratamento dos principais agravos que afetam esse grupo, como câncer de mama, câncer de colo de útero, gravidez de alto risco, violência contra a mulher, entre outros. A maior parte do atendimento é realizado na atenção primária, pelas unidades básicas de saúde e pelo Programa Saúde da Família - PSF. Em Minas Gerais, o atendimento especializado em saúde da mulher é realizado pelos Centros Viva Vida – CVVs - de referência secundária, onde são realizadas consultas, exames e outros procedimentos em saúde materno-infantil e saúde reprodutiva. Cumpre destacar que os programas e as ações de atendimento à saúde da mulher também visam a atender às peculiaridades de grupos como as populações negra e indígena, homossexuais, pessoas com deficiência e vítimas de violência sexual e doméstica.

Com relação às ações de saúde voltadas para mulheres e adolescentes vítimas de violência, desde 2003 o Ministério da Saúde tem ministrado cursos de qualificação dos profissionais de saúde para a atenção às mulheres e às adolescentes que procuram os serviços, a fim de que elas sejam acolhidas e assistidas de forma adequada, além de evitar a reincidência do problema. Além disso, a organização em rede da assistência a esse grupo amplia as ações da saúde em prol do enfrentamento à violência doméstica e sexual, com a participação de profissionais da Segurança Pública, da Justiça, dos Direitos Humanos, da Assistência Social, da Educação e das áreas de controle social.

Em 1999, o Ministério da Saúde editou a Norma Técnica sobre Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, cuja edição mais atual foi em 2010. O documento trata de aspectos como: organização da atenção (instalações e área física, recursos humanos, equipamentos, registro de dados), normas gerais de atendimento, apoio psicossocial, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez decorrente de violência sexual, entre outros.

Em que pese a iniciativa meritória das autoras, a atenção à saúde reprodutiva já está inserida nas ações da atenção básica/PSF. Além disso, a Ação 4182 - Políticas e Ações Especializadas em Saúde - do PPAG 2012-2015 já tem como finalidade promover políticas e ações especializadas em saúde que permitam prevenir e recuperar a saúde da população por meio de atividades desenvolvidas em todos os níveis de atenção à saúde, visando acessibilidade ao cidadão e integralidade da assistência à saúde.

Embora os objetivos da proposta em análise já estejam atendidos no PPAG 2012-2015, opinamos pelo seu acolhimento na forma requerimento para que seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Saúde solicitando que esse órgão informe os Municípios sobre a necessidade de adaptação das unidades de atendimento à saúde às normas de acessibilidade editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - e sobre a organização da rede de atendimento à saúde nos termos da Norma Técnica sobre a Prevenção e o Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, editada pelo Ministério da Saúde.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.487/2011 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

### **REQUERIMENTO Nº ...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.487/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, de Andrea Mismotto Carelli, do Ministério Público Estadual, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Saúde solicitando que esse órgão informe aos Municípios a necessidade de adaptação das unidades de atendimento à saúde às normas de acessibilidade editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - e sobre a organização da rede de atendimento à saúde nos termos da Norma Técnica sobre a Prevenção e o Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, editada pelo Ministério da Saúde.

Sala das Reuniões, de de .

André Quintão, Presidente.

## **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.489/2011**

### **Comissão de Participação Popular**

#### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.489/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, sugere a criação de bancos de leite humano em todo Estado.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

A Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, criada em 1998, pelo Ministério da Saúde e pela Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz -, tem o objetivo de promover a expansão quantitativa e qualitativa dos Bancos de Leite Humano - BLH - no Brasil, mediante integração e construção de parcerias entre órgãos federais, iniciativa privada e sociedade.

O banco de leite humano é um serviço especializado vinculado a um hospital de atenção materna ou infantil e é responsável por ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e execução de atividades de coleta da produção láctea da nutriz, seleção, classificação, processamento, controle de qualidade e distribuição do leite humano, sendo proibida a sua comercialização.

O Posto de Coleta de Leite Humano - PCLH - é uma unidade fixa ou móvel, intra-hospitalar ou extra-hospitalar, vinculada tecnicamente a um BLH e administrativamente a um serviço de saúde ou ao próprio banco. O PCLH realiza as mesmas atividades do BLH, no entanto não executa as atividades de processamento e distribuição do leite pasteurizado, que são exclusivas do BLH.

No Estado existem 10 BLHs e 21 PCLHs. Os BLH estão assim distribuídos: dois na Região da Mata, três na Região do Triângulo, três na Região Central, um na Região Norte e um na Região Sul. Já os PCLHs estão distribuídos em todas essas regiões e na Região Centro-Oeste. Não há nenhum BLH nem PCLH nas Regiões do Alto Paranaíba, Jequitinhonha-Mucuri, Noroeste e Rio Doce.

Consideramos necessário criar em todas as regiões do Estado bancos de leite humano e postos de coleta. Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de requerimento para que seja enviado ofício à Secretária de Estado de Saúde solicitando que sejam implantados BLH e PCLH nas regiões onde ainda não existem esses estabelecimentos.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.489/2011 na forma do requerimento anexo. Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

### **REQUERIMENTO Nº ...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.489/2011, do seminário legislativo "Pobreza e desigualdade", requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado de Saúde solicitando apoio na implantação de bancos de leite humano e de postos de coleta de leite humano nas regiões do Estado em que ainda não existem.

Sala das Reuniões, de de .

André Quintão, Presidente.

## **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.491/2011**

### **Comissão de Participação Popular**

#### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.491/2011, do seminário legislativo "Pobreza e desigualdade", encaminha proposta de alteração da ação 2121 - Alimentação Escolar do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2012-2015 para ampliação do quadro de nutricionistas, por meio de concurso público, em número suficiente para atuar nas Superintendências Regionais de Ensino do Estado, com atribuições nas escolas estaduais e municipais, visando o planejamento e a execução de ações de promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, previstas nos princípios e nas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

A proposta em análise pleiteia a contratação de nutricionistas pela Secretaria de Estado de Educação, por meio de concurso público, em número suficiente para atuar nas Superintendências Regionais de Ensino do Estado, com atribuições de planejamento e execução de ações de promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, previstas nos princípios e nas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae.

O Pnae, implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

A atuação do nutricionista nesse programa é determinada explicitamente nos art. 11 e 12 da Lei Federal nº 11.947, de 16/6/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, e no art. 14 da Resolução/CD/FNDE nº 38, 16/7/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Este último dispositivo estabelece que "a coordenação das ações de alimentação escolar, sob a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, será realizada por nutricionista habilitado, que deverá assumir a responsabilidade técnica do Programa, respeitando as diretrizes previstas na Lei nº 11.947/2009 e nas legislações pertinentes, no que couber".

No projeto do PPAG 2012-2015, encaminhado pelo Executivo, as ações com vistas à promoção da segurança alimentar são consideradas prioritárias para o desenvolvimento do Estado, pois fazem parte do programa estruturador 025 - Cultivar, nutrir e educar. Esse programa, de caráter transdisciplinar, integra ações das Secretarias de Estado de Saúde, de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Educação, com vistas a "garantir o direito humano à alimentação saudável, adequada e solidária, contemplando o binômio educação-alimentação para os alunos das escolas públicas estaduais de educação básica, potencializando a alimentação escolar, fortalecendo a agricultura familiar e promovendo a educação alimentar e nutricional".



Para atender à legislação federal e, sobretudo, para viabilizar o sucesso do programa 025, entendemos que é necessária a presença de nutricionistas habilitados, no quadro de pessoal da SEE, em número suficiente para atender a todas as escolas da rede estadual de ensino. Tal medida certamente contribuirá para a implantação do sistema de segurança alimentar e nutricional.

Contudo, sabe-se que atualmente há grande carência de nutricionistas para atuarem no âmbito da alimentação escolar, pois a SEE não conta com esses profissionais em seu quadro de pessoal.

Sendo assim, julgamos necessário seja solicitado à SEE a realização de concurso público para contratação desses profissionais. No entanto, temos conhecimento de que esse pleito já foi encaminhado para aquela Secretaria neste ano, por meio do requerimento nº 658/2011.

Em resposta ao referido requerimento, no ofício OF.GAB.SEC.nº 430/2011, datado de 30/8/2011, a Secretaria de Estado informou sobre a impossibilidade de atender à proposta de criação de cargos de nutricionista na estrutura da SEE e que outras alternativas legais vêm sendo adotadas para suprir as necessidades relacionadas à elaboração de cardápios da merenda escolar.

Com o intuito de esclarecer melhor quais medidas estão sendo adotadas pelo Estado para garantir que a merenda escolar esteja sob a responsabilidade de profissionais habilitados, opinamos pela acolhimento da proposta em epígrafe na forma de requerimento solicitando tal informação.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.491/2011, na forma do requerimento anexo. Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

### **REQUERIMENTO Nº ...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.491/2011, oriunda do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Educação, solicitando informações acerca das medidas adotadas para suprir a necessidade de profissionais habilitados para elaboração dos cardápios da merenda escolar.

Sala das Reuniões, de de .

André Quintão, Presidente.

## **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.493/2011**

### **Comissão de Participação Popular Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.493/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, solicita a criação de um sistema virtual de consulta sobre os medicamentos disponibilizados pelo SUS a partir do princípio ativo do medicamento, bem como sobre os procedimentos para sua obtenção.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

A proposta em análise sugere seja criado no site do Ministério de Saúde - MS - um sistema de consulta de medicamentos fornecidos pelo SUS que tenha como critério de busca o princípio ativo do medicamento. Solicita ainda que estejam disponíveis informações sobre os procedimentos para a obtenção dos medicamentos.

A assistência farmacêutica no SUS reúne um conjunto de ações que visam à promoção, proteção e recuperação da saúde por meio da garantia do acesso aos medicamentos e do seu uso racional.

É importante esclarecer que a assistência farmacêutica está estruturada em três componentes: componente básico; componente especializado; e medicamentos estratégicos.

A assistência farmacêutica básica financia os medicamentos constantes da Relação Nacional de Medicamentos - Rename -, lista que é revista e atualizada a cada dois anos e serve de parâmetro para a elaboração e pactuação das relações de medicamentos estaduais e municipais.

O componente especializado está regulamentado na Portaria GM do Ministério da Saúde nº 2.981, de 26/11/2009, e coloca à disposição medicamentos para o tratamento de doenças crônicas.

O terceiro componente da assistência farmacêutica refere-se aos medicamentos estratégicos, utilizados para o tratamento de um grupo de agravos específicos, atendidos em programas do MS.

Ainda nessa área, há o programa federal Farmácia Popular do Brasil, criado em 2004 para ampliar o acesso da população aos medicamentos essenciais/básicos, que fornece 107 itens para as doenças mais comuns na população. O programa funciona por meio de unidades próprias, e os medicamentos são fornecidos à população a preço de custo. Há ainda uma modalidade desse programa, criada em 2006 e conhecida como Aqui tem Farmácia Popular, na qual são feitas parcerias com farmácias da rede privada para ofertar medicamentos para diabetes, hipertensão e anticoncepcionais. Nesse caso, os medicamentos são subsidiados pelo Governo Federal em até 90%. Desde fevereiro de 2011, por meio do Programa Saúde não tem Preço, os medicamentos para hipertensão e diabetes passaram a ser fornecidos gratuitamente tanto nas unidades próprias quanto na rede do Aqui tem Farmácia Popular.



Informamos que de acordo com a Lei Federal nº 6.360, de 23/9/76, no Brasil os medicamentos devem exibir em seus rótulos, embalagens, bulas e prospectos, além do nome comercial ou marca, a Denominação Comum Brasileira (denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo aprovada pelo órgão federal responsável pela vigilância sanitária) ou a Denominação Comum Internacional (denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo recomendada pela Organização Mundial de Saúde), quando for o caso.

Importa destacar que no site do MS é possível ter acesso à lista das Denominações Comuns Brasileiras e das listas específicas, entre elas a lista por princípio ativo (disponível em <<http://www.anvisa.gov.br/medicamentos/dcb/2006/index.htm>>).

Apesar de a proposta já estar atendida, consideramos a matéria relevante e, por essa razão, sugerimos o envio de ofício ao MS solicitando maior divulgação das listas dos medicamentos fornecidos pelo SUS, bem como das informações necessárias à obtenção desses medicamentos, e inclusão de possibilidade de busca de medicamento por princípio ativo no site do MS.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de requerimento.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.493/2011 na forma do requerimento anexo. Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

## **REQUERIMENTO Nº ...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.493/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício ao Ministério da Saúde sugerindo que o referido órgão divulgue mais amplamente as listas dos medicamentos fornecidos pelo SUS, bem como as informações necessárias à obtenção desses medicamentos, e que inclua o princípio ativo dos medicamentos como critério de busca no “site” do MS.

Sala das Reuniões, de de .

André Quintão Presidente.

## **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.494/2011**

### **Comissão de Participação Popular**

#### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.494/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, sugere a implantação, no âmbito da Secretaria do Estado de Saúde, de programa de atividade física de abrangência universal com instalação e manutenção de equipamentos públicos e aparelhos ergonômicos para prática dessas atividades, em parceria com a Secretaria de Estado de Esporte e Juventude e com acompanhamento de profissionais concursados de educação física, fisioterapia e terapia ocupacional.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

A proposta em comento objetiva a criação de programas para a prática de atividade física com instalação e manutenção de equipamentos públicos pela Secretaria de Saúde em parceria com a Secretaria de Estado de Esporte e Juventude.

A Política Nacional de Promoção da Saúde - PNPS -, aprovada pela Portaria GM nº 687, de 30/3/2006, do Ministério da Saúde, afirma que, para a promoção da saúde, é imprescindível intervir sobre problemas como violência, desemprego, subemprego, falta de saneamento básico, habitação inadequada ou ausente, dificuldade de acesso à educação, fome, urbanização desordenada, qualidade do ar e da água.

A PNPS tem como principais objetivos específicos: incorporar e implementar ações de promoção da saúde, com ênfase na atenção básica; valorizar e otimizar o uso dos espaços públicos de convivência e de produção de saúde para o desenvolvimento das ações de promoção da saúde; contribuir para elaboração e implementação de políticas públicas integradas que visem à melhoria da qualidade de vida no planejamento de espaços urbanos e rurais; valorizar e ampliar a cooperação do setor da saúde com outras áreas de governo, setores e atores sociais para a gestão de políticas públicas e a criação ou o fortalecimento de iniciativas que signifiquem redução das situações de desigualdade.

Os eixos norteadores da PNPS são: alimentação saudável; prática corporal/atividade física; prevenção e controle do tabagismo; redução da morbimortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas; redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito; prevenção da violência e estímulo à cultura de paz; promoção do desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, o desenvolvimento de programas direcionados para a prática de atividades físicas e esportes estão em consonância com essa Política. No entanto, cumpre informar que no PPAG 2012-2015 já existem ações que atendem a proposta de ação legislativa em análise.

Uma delas é a Ação 1297 - Geração Saúde, do Programa 008 - Avança Minas Olímpica, cuja finalidade é promover a prática de atividade física e lazer orientados por profissionais de educação física inserido na equipe de saúde da família com o objetivo de melhorar as condições de saúde da população e reduzir a prevalência de obesidade, sobrepeso e a morbimortalidade por doenças cardiovasculares.



Há também a Ação 4171 - Ampliação e Reestruturação de Espaços Esportivos, do Programa 149 – Incentivo ao esporte, com a finalidade de apoiar financeiramente a reforma e construção de instalações esportivas de lazer e aquisição de toda a infraestrutura necessária para a modernização de espaços esportivos, com o objetivo de estimular a prática de atividade física e de esportes.

Assim, apesar da importância da proposta, ela já está atendida nas ações citadas. Por esse motivo, opinamos pelo seu não acolhimento.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.494/2011.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

## **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.510/2011**

### **Comissão de Participação Popular**

#### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.510/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, encaminha sugestão de alteração do programa 43 - Tecnologia e Inovação Rumo à Economia do Conhecimento - do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015, para expansão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM - por meio da implantação de câmpus em cidades do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

As universidades federais são mantidas pela União e, em razão disso, os recursos necessários para ampliação de suas unidades devem constar do planejamento e do orçamento quando da sua tramitação no Congresso Nacional.

Também é importante ressaltar que as universidades têm autonomia para definir sua gestão, o que implica que à própria Universidade do Vale do Jequitinhonha e Mucuri cabe estabelecer a oportunidade e a forma como eventualmente vai se expandir. Isso decorre do princípio estatuído no art. 207 da Constituição da República de que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (...)”.

Nesse sentido, em 30/8/2011, o Reitor da UFVJM fez publicar a seguinte manifestação: “o Conselho Universitário já definiu a UFVJM como uma Universidade multicampi para atender, sobretudo, as populações dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, vislumbrando, portanto, a implantação, quando possível e pertinente, de novas unidades universitárias, principalmente em cidades assentadas em territórios desses Vales. Portanto, esta Instituição entende a expansão do ensino superior público como uma política de Estado voltada para proporcionar oportunidades aos cidadãos de diferentes territórios do Brasil, mas, por outro lado, assumiu, anteriormente, que os Vales do Jequitinhonha e Mucuri são prioritários para sua atuação no ensino, pesquisa e extensão”.

No entanto, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em audiência pública realizada em 24/11/2011, em Diamantina, para tratar da situação da referida universidade, constatou que o Conselho Universitário da UFVJM acatou a vinculação dos novos câmpus em Unaí e Janaúba anunciados pela Presidente de República.

Sendo assim, somos pelo acolhimento da sugestão em tela materializada no requerimento anexo.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.510/2011 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura, relator - Luiz Henrique.

## **REQUERIMENTO Nº ...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.510/2011, oriunda do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício ao Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri solicitando a expansão dos câmpus da referida universidade para cidades do Baixo, Médio e Alto Jequitinhonha.

Sala das Reuniões, de de .

André Quintão, Presidente.

## **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.530/2011**

### **Comissão de Participação Popular**

#### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.530/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, sugere a criação e execução da lei de responsabilidade social no Estado, com previsão de fundo e conselho de controle próprios, estabelecendo compromissos de investimento e visando ao controle social das políticas públicas.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

A proposta em epígrafe sugere a criação e execução da lei de responsabilidade social no Estado, que estabeleça compromissos com os investimentos sociais e previsão de controle social.

O tema da criação de uma lei de responsabilidade social tem despertado a atenção de movimentos e redes sociais envolvidas com a construção de um sistema de controle social sobre a gestão estatal, em especial sobre a execução orçamentária, há mais de uma década.

Há no País um consenso em torno da responsabilidade fiscal do Estado, entendida como instrumento que garante austeridade no trato das finanças públicas. Entretanto, essa austeridade não basta por si só, deve estar acompanhada do estabelecimento de metas sociais prioritárias. A responsabilidade social surge, assim, como uma estratégia de um projeto geral de controle social sobre o Estado a partir das organizações da sociedade. Convertida em lei, a responsabilidade social ajudaria a redefinir o desenho da ação pública no País, possibilitando a criação de uma estratégia nacional de articulação de esforços para a superação da desigualdade social, definindo padrões mínimos de investimento, de resultado e, principalmente, estabelecendo um amplo sistema de monitoramento e avaliação dos gastos públicos.

Em 2003, foi apresentado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 94/2003, que estabelece normas e procedimentos de responsabilidade social para o Estado, com a finalidade de obrigar o Poder Executivo nas três esferas de governo a encaminhar ao respectivo Poder Legislativo prestações de contas e o mapa da exclusão social, e exige a vinculação das metas orçamentárias anuais à melhoria dos indicadores contidos no referido mapa. O projeto foi arquivado em 2007.

Cabe destacar ainda que tramitou também no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1.305/2003, que dispõe sobre a responsabilidade social das sociedades empresariais e sobre a criação do Conselho Nacional de Responsabilidade Social, como órgão regulador e fiscalizador. Após parecer pela rejeição na Comissão de Seguridade Social e Família, o projeto foi arquivado em 31/1/2007.

Embora os referidos projetos de lei não tenham sido aprovados, a temática da responsabilidade social foi sendo, ao longo dos anos, incorporada aos arranjos institucionais e normativos das diferentes políticas públicas implementadas pelo Estado. Os movimentos sociais organizados foram se apropriando dos espaços participativos e atuando de forma cada vez mais ativa nas decisões públicas. O próprio Estado foi se abrindo ao controle público. Um exemplo dessa abertura é o portal da transparência pública, no ar desde 2004, cujo objetivo é permitir que o cidadão acompanhe e fiscalize a utilização dos recursos públicos federais.

Como os movimentos sociais têm se tornado cada vez mais participativos nas decisões públicas e os projetos de lei que visavam regulamentar a responsabilidade social do Estado e o controle público de suas ações não foram aprovados, entendemos que a matéria não deveria ser regulamentada por lei específica. O desenho institucional de cada uma das políticas públicas tem incorporado instrumentos para assegurar esses compromissos do Estado, além de garantir mecanismos de participação cada vez mais consistentes.

Diante disso, opinamos pelo não acolhimento da proposta em análise.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.530/2011.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

## **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.531/2011**

### **Comissão de Participação Popular**

#### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.531/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, encaminha sugestão de implementação e vinculação do planejamento de políticas de emprego, trabalho e formação profissional às políticas regionais de desenvolvimento local.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

A proposição em análise objetiva Implementar e vincular o planejamento de políticas de emprego, trabalho e formação profissional às políticas regionais de desenvolvimento local, com foco em: geração de emprego e renda; cursos de capacitação profissional direcionados à economia local; inclusão produtiva e desenvolvimento de empreendimentos coletivos e individuais autogestionários; priorização de investimento em Municípios com alto índice de pobreza e destinação de recursos para ONGs que já desenvolvam projetos sociais de capacitação para o mercado de trabalho; criação de frentes de trabalho urbanas e rurais, ressaltados os cuidados ambientais e os direitos trabalhistas; incentivo a empreendimentos que aproveitem mão de obra local; e concessão ao microempreendedor de carência das obrigações contratuais, pelo prazo de 24 meses. A proposta, portanto, é uma diretriz a ser seguida pelo Estado na implementação da política de trabalho, emprego e renda.

Já constam no PPAG diversos programas relativos à temática do trabalho e da inclusão produtiva, em diferentes redes. Na Rede de Desenvolvimento Social e Proteção, por exemplo, há o Programa Travessia, classificado como programa estruturador, em que se insere a Ação 1160 - Travessia Renda e o Programa 050 - Desenvolvimento Social dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e Norte de Minas, também estruturador. Ainda nessa rede constam o Programa Associado 267 - Geração de Renda e Inclusão Produtiva e o Programa Associado 156 - Incentivo às Cadeias Produtivas Regionais. Na Rede de Educação e Desenvolvimento Humano, há o Programa Estruturador 003 - Melhor Emprego e o Programa Associado 272 - Política de Promoção de Emprego. Na Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável, há o Programa 137 - Cooperativismo Mineiro.



Como se pode constatar pelos programas citados, o PPAG já atende a proposta em análise. Entretanto, dada a relevância da matéria, opinamos pelo acolhimento da proposta na forma de requerimento, para que seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego - Sete -, solicitando aos gestores dos programas e das ações relativos ao tema que promovam o fortalecimento e a intersectorialidade dessas políticas públicas, levando em consideração as demandas e potencialidades locais e regionais de desenvolvimento.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.531/2011 na forma do requerimento anexo.  
Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.  
André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

### **REQUERIMENTO Nº ...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.531/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ofício à Secretaria Estadual de Trabalho e Emprego - Sete - solicitando aos gestores dos programas e das ações relativos à geração de trabalho, emprego e renda que promovam o fortalecimento e a intersectorialidade dessas políticas públicas, levando em consideração as demandas e potencialidades locais e regionais de desenvolvimento.

Sala das Reuniões, de de .  
André Quintão, Presidente.

### **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.571/2011**

#### **Comissão de Participação Popular Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.571/2011, de Maria Beatriz de Oliveira, da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos, e outros, sugere alteração da finalidade da Ação 1174 - Viva Vida - Mães de Minas, do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 7 a 9/11/2011, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.520/2011, que dispõe sobre o PPAG 2012-2015.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

A proposta em análise sugere acrescentar à finalidade da Ação 1174 - Viva Vida - Mães de Minas, expressão para que o Estado apoie e subsidie os Municípios na sua efetivação.

A autora justifica a alteração argumentando que não compete ao Estado prestar assistência direta às gestantes e crianças, já que isso é de responsabilidade dos Municípios. Além disso, argumenta que a oferta de serviços de média complexidade disponibilizados na Programação Pactuada Integrada - PPI - é insuficiente para atender o número de gestantes no Estado.

Cumprir informar que na Ação 1174 o papel do Estado é financiar a implantação dos pontos de atenção à gestante, como os Centros Viva Vida, as casas de apoio e as maternidades de alto risco. A execução das ações e serviços nesses locais continua sendo de responsabilidade dos Municípios onde são implantados. Por esse motivo não se justifica mudança de finalidade dessa Ação.

A essa proposta foi aglutinada uma outra que também sugere acrescentar ao final da finalidade da mesma ação, a seguinte expressão: “informação sobre os serviços de referência de aborto legal nos Municípios e no Estado.” A justificativa dessa proposta é que existe a necessidade de informar às mulheres sobre os serviços de referência que realizam o aborto legal, já que, devido ao preconceito e a forma como é tratada essa questão no País, as mulheres procuram atendimento em locais clandestinos levando a uma alta taxa de mortalidade.

Convém esclarecer que, de acordo com o art. 128 do Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7/12/1940, não é crime a prática de aborto realizado por médico quando não há outro meio de salvar a vida da gestante ou quando a gravidez for resultante de estupro. Nesses casos, o aborto será realizado em unidades de atendimento de média ou alta complexidade, como por exemplo em maternidades, de acordo com o encaminhamento feito pelas unidades de atenção primária à saúde ou unidades de urgência e emergência, como ocorre em todos os procedimentos que necessitam de atenção especializada no SUS.

Dessa forma, opinamos pelo não acolhimento da proposta.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.571/2011.  
Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.  
André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.574/2011****Comissão de Participação Popular  
Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.574/2011, de Clarise Fernandes da Silva, da Clarosofia Núcleo Mundial - CNM -, sugere alteração do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 para criação, implementação, efetivação e garantia de disponibilização de recursos para o Programa Cartão Capital Humano.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 7 a 9/11/2011, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.520/2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

**Fundamentação**

A proposta em análise visa a criar o Programa Cartão Capital Humano, com garantia de disponibilização de recursos para sua implementação e efetivação. Segundo a autora, esse programa seria destinado à inclusão de famílias que não têm acesso ao Programa Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada - BPC - e não estão qualificadas para o mercado de geração de renda, desenvolvendo ações como: criação de cursos para qualificação de jovens, adultos e idosos; aplicação de diagnóstico social; inclusão de nutricionistas e psicólogos nas equipes multiprofissionais de promoção social; transferência de renda até a inserção do beneficiário no mercado de geração de emprego e renda; melhoria da qualidade e da fiscalização das ações, entre outras. Com isso, o objeto do Programa Cartão Capital Humano seria prevenir e combater a mortalidade, a desnutrição, a criminalidade, a prostituição, as doenças sexualmente transmissíveis, a miséria e a fome, entre outros.

Em que pese a iniciativa meritória da proponente, cumpre lembrar que há programas governamentais em âmbito federal e estadual que visam a combater os problemas sociais citados pela autora, com instituição de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. No âmbito federal, podemos citar: Plano Brasil sem Miséria; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec; Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Estratégia Fome Zero; Banco de Alimentos; Estratégia Saúde da Família; Distribuição de Medicamentos; Programa Brasil Alfabetizado; Programa Mais Educação. No âmbito estadual, por sua vez, citamos: Programa Poupança Jovem; Programa Travessia; Campanha Proteja Nossas Crianças; Programa Fica Vivo; Programa Mediação de Conflitos; Programa Mocatu (integração social de pessoas com deficiência de baixa renda), etc.

Dessa forma, não vislumbramos motivos para que a proposta ora apresentada prospere nesta Casa, visto que os objetivos das medidas sugeridas já se encontram amparados nos programas e ações governamentais em andamento.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.574/2011.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.575/2011****Comissão de Participação Popular  
Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.575/2011, de Luiz Carlos Carvalho Oliveira, do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, e outros, encaminha sugestão de alteração do Programa 267 - Programa de Geração de Renda e Inclusão Produtiva - do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015, para incluir a seguinte estratégia: "Promover a Economia Popular Solidária no Estado como estratégia de inclusão produtiva e de incentivo às dinâmicas econômicas e sociais, através do fomento aos empreendimentos econômicos solidários".

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 7 a 9/11/2011, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.520/2011, que dispõe sobre o PPAG 2012-2015.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

**Fundamentação**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.575/2011 pretende incluir na Rede de Desenvolvimento Social e Proteção a estratégia "promover a Economia Popular Solidária no Estado como estratégia de inclusão produtiva e de incentivo às dinâmicas econômicas e sociais, através do fomento aos empreendimentos econômicos solidários".

Algumas estratégias prioritárias foram estabelecidas pelo Governo para que os objetivos da Rede de Desenvolvimento Social e Proteção sejam alcançados. Esses objetivos são: erradicar a miséria em Minas Gerais; romper o ciclo da pobreza e reduzir a desigualdade social; aumentar as expectativas dos jovens quanto ao futuro e o protagonismo destes na sociedade; promover os direitos humanos dos grupos historicamente discriminados; e ampliar e efetivar o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente.

A Economia Popular Solidária tem como pressuposto a gestão democrática da produção, da comercialização, do crédito e do consumo de bens, baseando-se nos princípios da autogestão, da solidariedade, da sustentabilidade ecológica e da democracia. Em decorrência, a Economia Popular Solidária concebe o desenvolvimento econômico a partir da inclusão social, projetando uma concepção também alternativa de organização da economia e da sociedade.



Como a alteração de estratégia solicitada refere-se ao Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - seria necessário apresentação de emenda a esse Plano e não ao PPAG. Embora o prazo de apresentação de emendas ao PMDI tenha se encerrado em 4/11/2011, a proposta em análise foi encaminhada ao seu relator, que, por julgá-la relevante, acatou a medida em seu parecer. Uma vez que o PMDI foi aprovado, a proposta já foi atendida e perdeu o seu objeto. Dessa forma, opinamos pelo não acolhimento da proposta em análise.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.575/2011.  
Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.  
André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

## **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.576/2011**

### **Comissão de Participação Popular Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.576/2011, do Sr. Marcos Vinicius Dias Nunes, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg, encaminha proposta de alteração da ação 1201 - Plug Minas - do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015, para ampliar a estrutura do Plug Minas em todo o Estado de Minas Gerais.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 7 a 9/11/2011, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.520/2011, que dispõe sobre o PPAG 2012-2015.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

A proposta sob comento objetiva a ampliação do programa Plug Minas para o interior do Estado. Segundo o autor, os programas estaduais voltados para a promoção do protagonismo juvenil não chega à maioria dos jovens mineiros, se concentrando nas áreas urbanas da região central do Estado, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Também no Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, realizado por esta Casa em fevereiro deste ano, foi recorrente a demanda por ampliação dos programas para a juventude, especialmente nas áreas rurais.

O Plug Minas - Centro de Formação e Experimentação Digital -, principal programa do Estado para atendimento da juventude mineira, consiste em um espaço onde estudantes e egressos de escolas públicas, de 14 a 24 anos, têm a oportunidade de desenvolver competências para lidar com os mais variados aspectos da cultura digital e das artes.

Inaugurado em junho de 2009, o Plug Minas está instalado em um terreno de 70.000m<sup>2</sup> no bairro Horto, em Belo Horizonte, onde até 2001 funcionava a antiga Febem. O projeto foi concebido pela Secretaria de Estado de Cultura, em parceria com a Secretaria de Estado de Esportes e Juventude e conta com gestão executiva do Instituto Cultural Sérgio Magnani, por meio de um termo de parceria.

Em dois anos de existência, o Plug Minas já atendeu mais de 15 mil jovens, e cerca de 1.550 frequentam os cursos de formação neste ano. Número bastante reduzido frente aos 3.452.769 jovens residentes em Minas, segundo o Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Por estar localizado em Belo Horizonte, os benefícios do programa não chegam às outras regiões do Estado, principalmente às áreas rurais, motivo pelo qual se justifica a necessidade de sua expansão para outras localidades ou a criação de alternativas de atuação governamental para atendimento dos jovens que possibilitem o atendimento a um número maior de cidadãos.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de requerimento à Secretaria de Estado de Cultura, solicitando a ampliação do programa Plug Minas, por meio da implantação de núcleos do programa em Municípios de todas as regiões do Estado, estendendo sua atuação entre os jovens das áreas rurais, com vistas a atender a maior número de jovens mineiros.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.576/2011 na forma do requerimento anexo.  
Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.  
André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

## **REQUERIMENTO Nº ...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.576/2011, apresentada por Marcos Vinicius Dias Nunes, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Cultura, solicitando a ampliação do programa Plug Minas, por meio da implantação de núcleos do programa em Municípios de todas as regiões do Estado, estendendo sua atuação entre os jovens das áreas rurais, com vistas a atender a maior número de jovens mineiros.

Sala das Reuniões, de de .  
André Quintão, Presidente.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.578/2011****Comissão de Participação Popular  
Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.578/2011, de autoria de Geraldo Alves do Amaral, do Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep - Barbacena, encaminha proposta de alteração da Ação 4239 - Elaboração Legislativa e Acompanhamento das Políticas Públicas - do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015, para viabilizar a realização de eventos institucionais da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG - em hotéis.

A proposta foi apresentada no seminário legislativo “Pobreza e desigualdade” e em audiências públicas realizadas de 7 a 9/11/2011, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.520/2011, que dispõe sobre o PPAG 2012-2015.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

A proposta de ação legislativa em análise incide sobre o Programa 729 - Processo Legislativo -, que tem como objetivo legislar sobre matéria legislativa de competência do Estado, examinar, acompanhar e fiscalizar a execução das políticas públicas e promover a divulgação dos trabalhos e a participação popular. A Ação 4239 - Elaboração Legislativa e Acompanhamento das Políticas Públicas -, pertinente ao programa, é executada pela ALMG e tem como finalidade proporcionar a produção de normas adequadas à realidade política, social e econômica da sociedade mineira; avaliar a execução das políticas públicas; definir as diretrizes do planejamento estratégico da Assembleia; divulgar os trabalhos realizados por essa instituição e incentivar a participação popular.

A participação popular na ALMG tem previsão regimental, podendo se dar por meio de propostas de ação legislativa, que tramitam no âmbito da Comissão de Participação Popular, por meio de eventos institucionais - ciclos de debates, fóruns técnicos e seminários legislativos - e também por meio de audiências e debates públicos que acontecem no âmbito das demais comissões permanentes. A proposta em tela sugere que a Assembleia realize eventos institucionais em hotéis fora da cidade, para melhorar a acomodação dos participantes. Todos os eventos institucionais são realizados no espaço da própria ALMG, exatamente por aproximar o cidadão da Casa Legislativa, em um processo de escuta da população e de interação com os parlamentares.

Observa-se ainda que o incentivo à participação popular previsto na finalidade da Ação 4239 é relacionado ao aprimoramento dos meios de participação e não caberia incorporar à finalidade o modo de operacionalizar a participação. Essa é uma ação que trata de todas as atividades da ALMG, não cabendo entrar na especificidade operacional de cada uma delas em sua finalidade.

No nosso entendimento, a proposta em análise não é pertinente ao PPAG 2012-2015 e toma contornos de uma moção, cujo modo de tramitação difere do de uma proposta de ação legislativa.

Dessa forma, opinamos pelo não acolhimento da proposta em análise.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.578/2011.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.590/2011****Comissão de Participação Popular  
Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.590/2011, de Ellen Vieira Santos, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -, sugere ampliar as metas físicas e financeiras da Ação 4633 - Ampliação e Aprimoramento do Poupança Jovem do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015, para atender a um maior número de jovens no Estado.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 7 a 9/11/2011, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.520/2011, que dispõe sobre o PPAG 2012-2015.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

A proposta em epígrafe sugere ampliação das metas físicas e financeiras do Poupança Jovem, de modo a atender um maior número de jovens no Estado.

Coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese -, o programa é destinado a estudantes do ensino médio público estadual que residem em Municípios com alto índice de evasão escolar, violência e baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Ao longo dos anos de formação do ensino médio, o Poupança Jovem acompanha o rendimento escolar e oferece várias atividades extracurriculares para os alunos, como cursos de capacitação profissional, inclusão digital, prática esportiva e formação de lideranças. O objetivo é estimular a capacidade de planejar o futuro, aspirações pessoais, profissionais e criar melhores condições de ingresso no mercado de trabalho.

O Poupança Jovem está presente em nove Municípios (Sabará, Esmeraldas, Ribeirão das Neves, Ibitité, Juiz de Fora, Montes Claros, Governador Valadares, Teófilo Otoni e Pouso Alegre).



Entendendo a necessidade de ampliar o programa para os Municípios mais pobres do Estado, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de requerimento para que seja enviado ofício à Sedese solicitando estudo de viabilidade de ampliação a cobertura do programa.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.590/2011 na forma do requerimento anexo. Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

### **REQUERIMENTO Nº ...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.590/2011, de Ellen Vieira Santos, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social solicitando que esse órgão realize estudos de viabilidade de ampliação da cobertura do Programa Poupança Jovem no Estado.

Sala das Reuniões, de de .

André Quintão, Presidente.

### **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.596/2011**

#### **Comissão de Participação Popular**

##### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.596/2011, de Gracilene Alves Lopes, da Associação Comunitária do Bairro Santa Mônica, sugere alteração do Programa 3 - Melhor Emprego – do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2012-2015 -, para criação de dois turnos de trabalho ou jornada reduzida com carga horária diária de 6 horas.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 7 a 9/11/2011, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.520/2011, que dispõe sobre o PPAG 2012-2015.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

##### **Fundamentação**

A proposta em epígrafe sugere alterar a Programa Melhor Emprego para reduzir a jornada de trabalho diária. O Programa Melhor Emprego tem a finalidade de gerar emprego de qualidade no Estado, garantindo eficiência no atendimento às necessidades do mercado de trabalho e promovendo a formação profissional dos trabalhadores de forma integrada à ampliação da oferta de empregos.

A redução da jornada de trabalho tem sido discutida pelo movimento sindical e estudiosos do tema como um dos instrumentos para criar novos empregos e também possibilitar a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. Mais que criar novos empregos, a redução da jornada de trabalho tem potencial para impulsionar a economia e dinamizar seu ciclo virtuoso, levando à melhoria do mercado de trabalho. Nesse ciclo, a redução da jornada possibilitaria a geração de novos postos de trabalho, a diminuição do desemprego, da informalidade e da precarização, o aumento da massa salarial e a produtividade do trabalho, o que, como consequência, levaria ao crescimento do consumo. Este, por sua vez, levaria ao aumento da produção, o que completaria o ciclo virtuoso.

Para viabilizar a redução da jornada de trabalho, é necessário alterar as normas do direito do trabalho que, conforme estabelecido no art. 22 da Constituição Federal, de 1988, são de competência legislativa da União.

Depreende-se daí que a proposta em comento não pode ser viabilizada por meio de emenda ao PPAG. Opinamos, portanto, pelo não acolhimento da proposta.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.596/2011.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

### **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.604/2011**

#### **Comissão de Participação Popular**

##### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.604/2011, de Maria Aparecida da Silva, do Movimento do Graal no Brasil, e outros, sugere a implantação de unidade móvel de assistência à saúde de mulheres para desenvolver ações de prevenção e diagnóstico de diversos tipos de câncer, bem como a ampliação do número de mamógrafos e de profissionais capacitados no Vale do Jequitinhonha.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 7 a 9/11/2011, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.520/2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2012-2015.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.



## Fundamentação

A proposta em estudo pretende implantar unidades móveis de assistência à mulher no Estado tanto para desenvolver ações de prevenção quanto para realizar exames de diagnóstico de câncer. A ela foi aglutinada outra proposta que solicita o aumento do número de mamógrafos e de profissionais treinados na realização do exame.

O Sistema Único de Saúde - SUS - realiza, por meio da rede de serviços básicos de saúde (Unidades Básicas de Saúde e Equipes da Saúde da Família), ações de caráter individual e coletivo voltadas à promoção da saúde e prevenção do câncer bem como ao diagnóstico precoce e apoio à terapêutica de tumores, aos cuidados paliativos e às ações clínicas para o seguimento de doentes tratados. Por meio da rede de serviços de média complexidade, o SUS presta assistência diagnóstica e terapêutica especializada, garantida a partir do processo de referência e contrarreferência dos pacientes. Com a rede de serviços de alta complexidade, o SUS presta assistência aos doentes com diagnóstico clínico ou com diagnóstico definitivo de câncer, cabendo a essa rede determinar a extensão da neoplasia, tratar e cuidar dos pacientes de acordo com rotinas e condutas estabelecidas. Essa assistência é realizada por meio de Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia e Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia – Cacons.

Convém ressaltar que, segundo a lógica de organização do SUS, a atenção básica deve ser prestada por todo Município, que é o principal responsável pela gestão da rede de serviços de saúde e, por conseguinte, pela prestação direta da maioria das ações e programas de saúde. Já as microrregiões sanitárias, compostas por vários Municípios contíguos, oferecem a assistência de média complexidade, e as macrorregiões, compostas por algumas microrregiões, prestam serviços de média e alta complexidade.

Para transferir pacientes de uma localidade a outra, foi criado o Sistema Estadual de Transporte em Saúde - Sets -, que integra os Municípios das microrregiões do Estado, visando garantir o acesso aos serviços de saúde por meio de um transporte eficiente e humanizado. Esse sistema é importante para garantia do atendimento de usuários do SUS de Municípios que não contam com modalidades de atenção secundária e terciária e necessitam de deslocamento para outras localidades que realizam esses tipos de procedimentos.

Com relação à prevenção do câncer, o Estado desenvolve o Programa de Prevenção Primária do Câncer - Prevpri -, que será levado às diversas regiões do Estado por meio de unidades móveis. No entanto, convém esclarecer que o Prevpri, segundo informações no “site” da SES, é um projeto desenvolvido em parceria com o Inca, cuja finalidade é a capacitação de recursos humanos. Assim, não há previsão de execução de ações, como a realização de exames preventivos de câncer.

Importa ainda acrescentar que em Minas Gerais a Secretaria de Estado de Saúde - SES - desenvolveu ações da Campanha Outubro Rosa em novembro deste ano, por meio da qual foram repassadas à população informações acerca da importância dos exames de mamografia em mulheres acima de 45 anos, bem como foram realizados exames de mamografias itinerantes. Informamos ainda que os Centros Viva Vida estão sendo equipados com decodificador de imagem, para facilitar a leitura das mamografias.

Pelo exposto, percebe-se que a proposta está, de certa forma, atendida. Como, entretanto, a matéria é relevante, apresentamos requerimento para que seja enviado ofício à SES sugerindo a ampliação da oferta de exames de mamografia, especialmente na Região do Jequitinhonha

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de requerimento.

## Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.604/2011 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

## REQUERIMENTO Nº ...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.604/2011, apresentada por Maria Aparecida da Silva, do Movimento do Graal no Brasil, e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício à Secretaria de Estado de Saúde solicitando a ampliação de oferta de exames de mamografia, especialmente na Região do Jequitinhonha.

Sala das Reuniões, de de .

André Quintão, Presidente.

## PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.608/2011

### Comissão de Participação Popular

#### Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.608/2011, da Sra. Clarise Fernandes da Silva, da Clarosofia Núcleo Mundial, encaminha proposta de alteração do PPAG 2012-2015 para criação do programa Direito Assegurado à Habitação para Todos e Proteção à Vida, tendo como critério de acesso renda até 5 salários mínimos.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 7 a 9/11/2011, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.520/2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2012-2015.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.



### Fundamentação

A proposta de ação legislativa em epígrafe visa criar um programa no PPAG 2012-2015 com vistas a assegurar o direito de habitação a todos.

O planejamento atual do Estado já conta com uma ação denominada Construção de Habitação de Interesse Social, que tem como finalidade construir casas para a população com renda mensal de um a três salários mínimos, visando reduzir o déficit habitacional verificado nessa faixa de renda, com prioridade de atendimento aos Municípios com população até 50 mil habitantes. No âmbito federal existe o programa Minha Casa, Minha Vida, que é realizado em parceria com os Estados e Municípios e também tem como finalidade a construção de moradia para população de baixa renda.

Assim, entendemos ser desnecessária a criação de outro programa com essa finalidade, uma vez que já existem programas no âmbito federal e estadual que têm como objetivo principal a construção de moradias para população de baixa renda.

Dessa forma, opinamos pela rejeição da proposta em análise.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 1.608/2011.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

## PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.615/2011

### Comissão de Participação Popular

#### Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.615/2011, de Viviane Café Marçal, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese -, e outros, sugere alteração da Ação 1172 - Implantação dos Centros Mais Vida - do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015, para implantar a rede de atenção ao idoso nos níveis de atenção primária, secundária e terciária, não só para os fragilizados e de risco mas também para os saudáveis.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 7 a 9/11/2011, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.520/2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2012-2015.

Publicada no "Diário do Legislativo" de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", do Regimento Interno.

### Fundamentação

A proposta em análise visa a alterar a Ação 1172 - Implantação dos Centros Mais Vida - do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015, a fim de implantar rede de atenção ao idoso hígido nos níveis primário, secundário e terciário de atenção à saúde, de forma a estender as ações de saúde já existentes ao atendimento do idoso frágil. Aglutinada a ela, outra proposta visa a criar centros-dia de atenção ao idoso saudável nos Municípios. Conforme argumentação da autora, esses centros poderiam desenvolver atividades com os idosos, como oficinas terapêuticas e atividades físicas, além de evitar seu encaminhamento de maneira incorreta a instituições de longa permanência de idosos - ILPIs -, permitindo, dessa forma, o seu convívio familiar.

O atendimento ao idoso na rede pública de saúde está organizado de forma descentralizada para promover o fortalecimento das ações relacionadas à atenção primária. Assim, o idoso é atendido primeiramente pela Equipe de Saúde da Família - ESF - ou pela Unidade Básica de Saúde - UBS -, onde se acredita sejam resolvidos 85% dos casos. A atenção primária dispõe de vários programas voltados para a saúde do idoso: grupos de diabéticos e hipertensos, grupos de atividade física para a terceira idade e ações de promoção do envelhecimento saudável.

Após o atendimento na rede primária, o paciente poderá ser encaminhado para os Núcleos Regionais de Atenção ao Idoso (de abrangência microrregional) ou para os Centros Mais Vida - CMVs - (de abrangência macrorregional) em casos predeterminados de falha terapêutica, dúvida diagnóstica ou perfil de fragilização, que pressupõem que o idoso se encontre em pelo menos uma das chamadas situações de risco definidas nas Linhas-Guia de Saúde do Idoso editadas pela Secretaria de Estado de Saúde.

Os pacientes são encaminhados aos CMVs pelas UBSs e passam por uma avaliação completa e multifuncional, com profissionais de diversas áreas da saúde. Feita essa avaliação, o CMV encaminha à UBS o Plano de Cuidados do Idoso, documento elaborado em conjunto pelos profissionais do centro que contém todo o diagnóstico do paciente. Caberá, portanto, às UBSs e às ESFs o tratamento e o acompanhamento do idoso, conforme as informações e orientações contidas no plano.

Considerando o atendimento já prestado ao idoso nos três níveis de atenção à saúde, acreditamos que a ação que se pretende instituir por meio da proposta em análise já se encontra inserida no âmbito da competência das UBSs e das ESFs. Entretanto, dada a relevância da matéria, opinamos pela sua aprovação na forma de requerimento para que se envie à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social ofício solicitando apoio para a implantação nos Municípios de centros de convivência social do idoso, onde sejam realizadas atividades voltadas para a sua autonomia funcional e psíquica. Assim, a rede de suporte social ao idoso poderia atuar como parceira do sistema de atenção à saúde, contribuindo para a melhoria do suporte familiar e comunitário e para a construção de uma atenção integral à saúde dos idosos.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.615/2011 na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.



## REQUERIMENTO Nº ...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.615/2011, apresentada por Viviane Café Marçal e outros, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Social solicitando apoio para implantação de centros de convivência social do idoso nos Municípios.

Sala das Reuniões, de de .

André Quintão, Presidente.

## PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.630/2011

### Comissão de Participação Popular Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.630/2011, de autoria do Sr. Paulolinto Pereira, do Conselho Estadual de Saúde, e outros, sugere alteração do Programa 53 - Saneamento para Todos - do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015, para excluir os recursos originados do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado e para alterar a unidade orçamentária, já que saneamento básico não deve ser computado como despesa em saúde.

A proposta foi apresentada em audiências públicas realizadas de 7 a 9/11/2011, em Belo Horizonte, com a finalidade de colher sugestões para o aprimoramento do Projeto de Lei nº 2.520/2011, que dispõe sobre o PPAG 2012-2015.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

A Emenda à Constituição Federal nº 29, de 2000, estabelece a vinculação dos gastos do poder público com saúde nas esferas federal, estadual e municipal. De acordo com o inciso XII da Sexta Diretriz da Resolução nº 322/2003, do Conselho Nacional de Saúde, incluem-se entre os investimentos de saúde os recursos empregados no “saneamento básico e do meio ambiente, desde que associado diretamente ao controle de vetores”.

As ações de saneamento básico apresentam efeitos cruciais nos índices de saúde pública. O fornecimento de água potável, conjugado com a canalização e tratamento do esgoto, é fundamental para proteger a população contra as doenças de veiculação hídrica. Sem as políticas públicas de saneamento básico, a população mais pobre é a mais prejudicada em relação à saúde.

Dessa forma, opinamos pela rejeição da proposta em análise.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pela rejeição da Proposta de Ação Legislativa nº 1.630/2011.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

## PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.640/2011

### Comissão de Participação Popular Relatório

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.640/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, sugere a criação e manutenção de laboratório, na Região Norte de Minas, para análise gratuita de DNA nos casos em que há processo de investigação de paternidade.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

### Fundamentação

A proposta em análise visa à construção de um laboratório na Região Norte do Estado que realize exame de DNA gratuitamente em caso de processos de investigação de paternidade.

Cumprir informar que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG - lançou, em 7/4/2009, o projeto Pai Presente. Esse projeto é desenvolvido em parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e com a Secretaria de Estado de Saúde e tem por objetivo realizar exames de DNA nas ações investigatórias e negatórias de paternidade e maternidade em que as partes sejam beneficiárias da assistência judiciária gratuita.

A coleta de material é realizada tanto na Capital quanto no interior, nas diversas comarcas do Estado, por meio de parcerias com laboratórios locais. Até junho de 2011, 283 comarcas (95,6% das comarcas do Estado) já contavam com laboratórios credenciados para realização da coleta na própria comarca ou em comarcas próximas. Nesse período foram realizados 7.656 exames, por meio do contrato celebrado entre o TJMG e o Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico - Nupad - da Faculdade de Medicina da UFMG.

No primeiro ano de projeto, houve agendamento de 500 exames/mês até o mês de outubro de 2010 e atendimento de todas as pessoas da fila de espera. Os magistrados relataram satisfação com a agilidade do atendimento, a precisão dos resultados e a facilidade de coletas no interior.

A coleta do material pode ser agendada nas varas de família, de acordo com a conveniência das partes, por telefone, por ofício, ou os investigados são encaminhados ao laboratório no próprio dia da audiência de conciliação.

Como a realização do exame de DNA para os beneficiários da assistência judiciária gratuita já está garantida pelo Projeto Pai Presente, em todo Estado, consideramos desnecessária a construção de laboratórios para essa finalidade. Por esse motivo opinamos pelo não acolhimento da proposta.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo não acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.640/2011.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

## **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.644/2011**

### **Comissão de Participação Popular**

#### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.644/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, sugere alteração do Programa 171 – Planejamento, Orçamento e Articulação das Ações Governamentais – do PPAG 2012-2015 para detalhamento, no âmbito de cada política pública, dos recursos destinados aos segmentos mais vulnerabilizados da população e para a implementação de políticas públicas descentralizadas.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

A proposta em tela agrega duas sugestões populares: uma, referente ao detalhamento das despesas do Estado voltadas para grupos vulnerabilizados e outra, à descentralização das políticas públicas. Quanto à primeira, cumpre ressaltar a existência de orçamento temático no caso do segmento criança e adolescente. Trata-se do Orçamento Criança e Adolescente – OCA –, que identifica todos os recursos direcionados para esse segmento e é um instrumento para o controle social e monitoramento das políticas por parte do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e das entidades e atores envolvidos nas políticas para criança e adolescente.

O OCA tem como objetivo organizar as informações contidas no orçamento público, de forma a esclarecer o que se destina à promoção e ao desenvolvimento da criança e do adolescente nas políticas de saúde, educação e assistência social.

A metodologia do OCA permite identificar, com clareza e objetividade, o montante de recursos destinados à proteção e ao desenvolvimento da criança e do adolescente, oferecendo elementos para exigir respostas públicas das autoridades, com maior transparência, por suas ações e políticas implementadas e, principalmente, pela forma como os recursos estão sendo utilizados. Assim, a comunidade, profissionais, conselheiros tutelares, conselheiros dos direitos da criança e do adolescente e os próprios usuários podem ir além da simples reivindicação, exigindo a implementação de políticas sistemáticas e consistentes. Além disso, o OCA mostra-se um importante instrumento para a formação de profissionais, conselheiros tutelares e conselheiros dos direitos da criança e do adolescente. O orçamento temático, portanto, justifica-se e pode contribuir para a geração de transparência, controle e responsabilização dos agentes e órgãos públicos.

Outro aspecto analisado é a pertinência da inclusão da proposta no PPAG 2012-2015. Devido à natureza do Plano Plurianual e de outras peças que compõem o sistema de planejamento orçamentário do Estado, entendemos que o mais adequado seria que a proposta em análise fosse incorporada como uma diretriz para a elaboração do orçamento, especificamente na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO –, que neste ano já foi promulgada na forma da Lei nº 19.573.

No caso da descentralização das políticas públicas, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI - 2011-2030 – e o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG - 2012-2015, importantes instrumentos de planejamento do Estado, preveem a regionalização das políticas do Estado, exatamente para fazer transparecer a alocação de recursos e metas físicas de forma descentralizada. A proposta de atualização do PMDI para o período 2011-2030 trouxe como uma das inovações a regionalização da estratégia, por meio de um modelo de gestão por redes de desenvolvimento integrado e que também estabelece, para cada região de planejamento de Minas Gerais, indicadores econômicos, demográficos e sociais que poderão balizar o modelo de governança para viabilizar a gestão regionalizada e participativa proposta no Plano. Já a proposta do novo PPAG 2012-2015 detalha a alocação de recursos e metas físicas nas redes de desenvolvimento integrado distribuídas em programas e ações. As ações são apresentadas de modo regionalizado.

Observa-se ainda que a descentralização tem sido uma diretriz para a organização da administração pública nas duas últimas décadas, sendo incorporada nas previsões normativas com o objetivo de adequar a oferta de bens e serviços às características locais das comunidades e populações beneficiárias e de proporcionar a participação do público-alvo na definição e na fiscalização das políticas. Para algumas políticas, como a de assistência social, existem, inclusive, previsões constitucionais que estabelecem a forma descentralizada de organização, como no art. 204 da Constituição da República:

“As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I – descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social”.

O detalhamento do orçamento por segmentos reforça o objetivo de proporcionar maior participação e maior controle social por parte dos atores envolvidos e da população afetada pelas políticas.

Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de requerimento à Secretaria de Planejamento e Gestão para que seja feito um estudo de viabilidade do detalhamento das despesas do Estado voltadas para grupos vulnerabilizados, com vistas à sua inclusão como diretriz na Lei de Diretrizes Orçamentárias do próximo exercício.



### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.644/2011 na forma do requerimento anexo.  
Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.  
André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

### **REQUERIMENTO Nº ...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.644/2011, proveniente do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhada à Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag – solicitação de estudo de viabilidade do detalhamento das despesas do Estado voltadas para grupos vulnerabilizados – crianças e adolescentes, idosos, mulheres e pessoas com deficiência, entre outros –, com vistas à sua inclusão como diretriz na Lei de Diretrizes Orçamentárias do próximo exercício.

Sala das Reuniões, de de .  
André Quintão, Presidente.

### **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.652/2011**

#### **Comissão de Participação Popular**

#### **Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.652/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, encaminha sugestão de alteração do programa 129 - Expansão do Ensino Universitário - do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015, para criação de câmpus em cidades estratégicas dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

Proposta de teor similar consta da PLE 1.510/2011, atendida por meio de requerimento à Universidade dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

No caso em tela, a sugestão incide sobre programa do PPAG que trata da expansão do ensino superior de instituição mantida pelo Estado, a Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

É importante ressaltar que as universidades têm autonomia para definir sua gestão, o que implica que à própria Unimontes cabe estabelecer a oportunidade e a forma como eventualmente vai se expandir. Isso decorre do princípio estatuído no art. 207 da Constituição da República de que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (...)”.

Por conseguinte, acolhemos a sugestão em análise na forma de requerimentos à Unimontes e também à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg.

### **Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.652/2011 na forma dos requerimentos anexos.  
Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.  
André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

### **REQUERIMENTO Nº...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.652/2011, oriunda do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício ao Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, solicitando a expansão de câmpus da referida universidade em cidades estratégicas dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Sala das Reuniões, de de .  
André Quintão, Presidente.

### **REQUERIMENTO Nº...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.652/2011, oriunda do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício ao Reitor da Universidade Estadual de Minas Gerais - Uemg - , solicitando a expansão de campi da referida universidade em cidades estratégicas dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Sala das Reuniões, de de .  
André Quintão, Presidente.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.664/2011****Comissão de Participação Popular  
Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.664/2011, oriunda do Seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, encaminha sugestão de alteração da ação 1098-Saneamento de Minas - do PPAG 2012/2015, para apoio ao projeto Oficina de Saneamento.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

A proposta em comento, que pleiteia apoio ao projeto Oficina de Saneamento, voltado para a disponibilização de material em uso na construção civil (cimento, ferro, areia, etc.), busca otimizar a meta de beneficiar as residências com serviços de esgotamento sanitário de boa qualidade, com o apoio da Secretaria de Estado de Ação Social. Para tanto propõe alteração da Ação 1098 - Saneamento de Minas - do PPAG 2010-2015. Essa ação tem a finalidade de promover a saúde por meio da implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial, universalizando o seu atendimento.

Voltada para a temática do saneamento básico, a ação integra o Programa Estruturador 053 - Saneamento para Todos - , da Rede Atenção em Saúde, que tem objetivo de promover a saúde por meio do acesso adequado ao saneamento, notadamente através da construção de fossas sépticas, módulos sanitários, estações de tratamento de esgoto e implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Tendo em vista que compete aos Municípios a elaboração dos planos municipais de saneamento, com base na Política Nacional de Saneamento Básico ditada pela Lei nº 11.445, de 2007, há que apoiar a entidade municipal na capacitação e orientação técnica no processo de formulação e implantação das ações municipais de saneamento básico. Ao Estado compete coadjuvar esse processo por meio da promoção do acesso adequado ao saneamento. Nesse sentido, o pleito da proposição em análise se coaduna com os objetivos do programa supracitado sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, a quem se deve requerer prioridade e apoio às oficinas de saneamento no âmbito da Ação 1098 concernente à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Dessa forma, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de requerimento àquela Secretaria.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.664/2011, na forma do requerimento anexo.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

**REQUERIMENTO Nº...**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.664/2011, oriunda do Seminário Legislativo Pobreza e Desigualdade, requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, solicitando que, no Programa Estruturador 053 - Saneamento para Todos - e no âmbito de execução da Ação 1098 - Saneamento de Minas -, do PPAG 2012-2015, seja priorizado apoio aos Municípios, por meio de Oficinas de Saneamento, para a capacitação e orientação técnica no processo de formulação e implantação das ações municipais de saneamento, bem como na disponibilização de material em uso na construção civil (cimento, ferro, areia, etc.), visando dotar as residências de estrutura sanitária de qualidade.

Sala das Reuniões, de de .

André Quintão, Presidente.

**PARECER SOBRE A PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA Nº 1.665/2011****Comissão de Participação Popular  
Relatório**

A Proposta de Ação Legislativa nº 1.665/2011, do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, sugere alteração da Ação 3003 - Saneamento Básico - Copasa - MG - do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015, para garantia do cumprimento do plano de metas de saneamento básico da Copasa - MG e da ampliação de recursos para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, com prioridade para áreas de maior vulnerabilidade social da região.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 25/11/2011, vem a proposta a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

A proposta sob análise pleiteia que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – MG leve os serviços de saneamento básico a toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, em especial às áreas de maior vulnerabilidade, em cumprimento às metas estabelecidas na Ação 3003, cuja finalidade é universalizar o acesso da população de todo o Estado aos serviços de saneamento básico. Para isso, solicita-se também a ampliação do montante de recursos destinados à Região Metropolitana de Belo Horizonte.



A Copasa - MG é uma empresa pública ligada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Sedru -, voltada para a busca de soluções em saneamento por meio da cooperação técnica e da prestação de serviços públicos de água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana. Tais soluções visam, em última instância, à melhoria da qualidade de vida, das condições ambientais e do desenvolvimento econômico-social.

O crescimento populacional da RMBH nos últimos anos evidencia a necessidade de expansão dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. A empresa atende, hoje, 31 dos 34 Municípios da RMBH. As exceções são os Municípios de Caeté, Rio Acima e Itaguara.

Diante do exposto, opinamos pelo acolhimento da proposta em análise na forma de requerimento à Copasa - MG, solicitando informações sobre o planejamento da atuação na oferta de serviços de saneamento básico na RMBH, especialmente no que diz respeito às metas, aos prazos, à expectativa de universalização e ao atendimento às regiões de vulnerabilidade e de assentamentos irregulares.

### Conclusão

Diante do exposto, somos pelo acolhimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.665/2011 na forma do requerimento anexo. Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.

André Quintão, Presidente e relator - Carlin Moura - Luiz Henrique.

### REQUERIMENTO Nº...

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O Deputado que este subscreve, atendendo à Proposta de Ação Legislativa nº 1.665/2011, apresentada pelo seminário legislativo "Pobreza e desigualdade", requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ofício à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa - MG-, solicitando informações sobre o planejamento da atuação na oferta de serviços de saneamento básico na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH -, especialmente no que diz respeito às metas, aos prazos, à expectativa de universalização e ao atendimento às regiões de vulnerabilidade e assentamentos irregulares.

Sala das Reuniões, de de .

André Quintão, Presidente.



## MANIFESTAÇÕES

### MANIFESTAÇÕES

- A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:
- de congratulações com o Sr. Robério Oliveira Silva por sua indicação para o cargo de Diretor-Geral da Organização Internacional do Café (Requerimento nº 1.718/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes);
  - de congratulações com o Sr. Saulo Fróes, fundador e Presidente da Lokamig Rent a Car, pelos 30 anos de fundação dessa empresa (Requerimento nº 1.791/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes);
  - de congratulações com o Sindicato da Indústria do Vestuário no Estado de Minas Gerais pela eleição de sua nova diretoria (Requerimento nº 1.848/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
  - de congratulações com o Circuito Turístico Serras Verdes do Sul de Minas pelos 10 anos de sua criação (Requerimento nº 1.849/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
  - de congratulações com a atleta de caratê Jéssica da Dalt Cândido e o treinador João Batista Rodrigues (João do Caratê) pela conquista da medalha de bronze nos Jogos Pan-Americanos de Guadalajara (Requerimento nº 1.850/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
  - de congratulações com o Valadares Country Club pelos 44 anos de sua fundação (Requerimento nº 1.851/2011, do Deputado Jayro Lessa);
  - de aplauso ao Srs. Paulo Sérgio Nonaka, ex-Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de Minas Gerais, e José Fernando de Almeida Júnior, Presidente dessa entidade, e a toda a sua diretoria pelos relevantes serviços prestados em prol do turismo no Estado (Requerimento nº 1.853/2011, do Deputado Tenente Lúcio);
  - de congratulações com a Igreja Quadrangular pelos 60 anos de sua presença no Brasil (Requerimento nº 1.892/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel);
  - de congratulações com o cantor, compositor e instrumentista Zebeto Corrêa pelas premiações recebidas no FEM, em São José do Rio Preto (SP), e no Festival Arte da Natureza (Requerimento nº 1.893/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel);
  - de congratulações com o Instituto Moreira Salles pela criação do Dia D para divulgação da obra de Carlos Drummond de Andrade, bem como para a valorização da cultura do Estado e do País (Requerimento nº 1.894/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel);
  - de congratulações com o Sr. Jobson Andrade por sua eleição para o cargo de Presidente do Crea-MG (Requerimento nº 1.895/2011, da Deputada Maria Tereza Lara);
  - de aplauso à AngloGold Ashanti pelo recebimento do prêmio Prêmio Aberje 2011 nas categorias Comunicação de Programas voltados à Sustentabilidade Empresarial e Comunicação e Relacionamento com a Sociedade (Requerimento nº 1.896/2011, do Deputado Jayro Lessa);
  - de congratulações com a comunidade de Japonvar pelo aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 1.899/2011, da Deputada Ana Maria Resende);



de congratulações com a comunidade de Pintópolis pelo aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 1.900/2011, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Verdelândia pelo aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 1.901/2011, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Glaucilândia pelo aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 1.902/2011, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com a comunidade de Taiobeiras pelo aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 1.903/2011, da Deputada Ana Maria Resende);

de congratulações com o Sr. Helvécio Ratton pela produção do documentário "O Mineiro e o Queijo" (Requerimento nº 1.904/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes);

de aplauso ao aluno Plínio Jhonata, da Escola Estadual Luiz Antônio Corrêa de Oliveira, Polivalente de Araxá, bem como à Profa. Daniela Santana, pela colocação obtida no concurso de redação "Eu, minha cidade e os 300 anos do Ciclo do Ouro em Minas", promovido pela Assembleia Legislativa e pela Secretaria de Educação (Requerimento nº 1.906/2011, do Deputado Bosco);

de aplauso ao Sr. Drauzio Varella, em razão de sua brilhante participação no programa "Fantástico" de 13/11/2011, em que se tratou de campanha pela erradicação do fumo (Requerimento nº 1.907/2011, do Deputado Carlos Mosconi);

de congratulações com a jornalista Ana d'Angelo pela matéria sobre saúde e segurança no trabalho que publicou no jornal "Estado de Minas" (Requerimento nº 1.912/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Câmara Municipal de Contagem pela inauguração da TV Câmara Contagem (Requerimento nº 1.913/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o jornal "Brasil de Fato" e os repórteres Eduardo Sales de Lima e Jorge Américo por terem recebido o Prêmio Nacional Jornalista Abdias Nascimento pela publicação de reportagem sobre racismo (Requerimento nº 1.914/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de aplauso aos alunos e professores vencedores do concurso de redação "Eu, minha cidade e os 300 anos do Ciclo do Ouro em Minas", promovido por esta Casa em parceria com a Secretaria de Educação (Requerimento nº 1.915/2011, da Deputada Luzia Ferreira);

de pesar pelo falecimento do Sr. Adélio Martins, ex-Prefeito Municipal de Unai e sogro do Deputado Delvito Alves, ocorrido em 23/11/2011, em Brasília (Requerimento nº 1.925/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Ribeirão Vermelho pelos 63 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.926/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao Gabinete Militar do Governador do Estado pelo seu 48º aniversário (Requerimento nº 1.946/2011, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Hospital de Olhos Dr. Ricardo Guimarães pelo recebimento do Certificado de Acreditação Internacional - Accreditation Canada (Requerimento nº 1.947/2011, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a comunidade de Minduri pelos 58 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.957/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Toledo pelos 58 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.958/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Serranos pelos 58 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.959/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Cruzília pelos 63 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.960/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de São José do Alegre pelos 58 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.961/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Munhoz pelos 58 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.962/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Fundação Itanhanduense de Educação e Cultura Dilza Pinho Nilo pelos 10 anos de efetivo trabalho e pelas parcerias firmadas com os programas AABB Comunidade e Minas Olímpica (Requerimento nº 1.963/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Leggett e Platt do Brasil, instalada no Município de Camanducaia, pela produção histórica de 7,5 milhões de molejos, garantindo empregos e gerando renda ao Sul de Minas (Requerimento nº 1.964/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de repúdio pelo ato do Juiz de Direito titular da Comarca de São João da Ponte de negar mandados de busca relativos aos conflitos agrários na região (Requerimento nº 1.976/2011, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso ao Sr. João Paulo Cunha pelo teor ético e social de seu artigo "Ocupar e invadir", publicado no jornal "Estado de Minas" (Requerimento nº 1.980/2011, da Comissão de Direitos Humanos);

de apoio às Polícias Civil e Federal e ao Ministério Público Estadual e Federal pelo trabalho que vêm empreendendo nos casos de conflitos agrários na região de Brejo dos Crioulos (Requerimento nº 1.982/2011, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com o Social Futebol Clube pelo acesso à Primeira Divisão - Módulo II do futebol mineiro (Requerimento nº 1.998/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Lions Club pelos 50 anos de atividades em Pouso Alegre (Requerimento nº 1.999/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com os seguintes atletas paraolímpicos mineiros, que conquistaram medalhas no Parapan de 2011: Carlo Di Franco Michell, Carlos Barto Silva, Clodoaldo Massardi, Deane Silva, Edimilson Pinheiro, Giovanni de Freitas, Joana Helena Silva,



José Carlos Chagas, Leticia Ferreira, Rodrigo Rosa, Samuel Arantes e Terezinha Guilhermina (Requerimento nº 2.002/2011, do Deputado Marques Abreu);

de aplauso à Faculdade de Educação da Uemg pelos 40 anos de criação do curso de Pedagogia (Requerimento nº 2.062/2011, da Comissão de Educação);

de aplauso ao Sgt. PM Adilsom Pereira, do 7º Pelotão da 15ª Companhia Independente da PMMG, pelo brilhante desempenho de suas funções no policiamento do Município de Caeté (Requerimento nº 2.110/2011, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais militares da 138ª e da 152ª Companhias do 14º Batalhão de Polícia Militar, de Ipatinga, que participaram de operação que resultou na apreensão de drogas e veículos e na detenção de suspeitos (Requerimento nº 2.171/2011, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso ao Sd. PM Lucas de Souza Favoretti, lotado na 15ª Companhia Independente, de Teófilo Otôni, por ato de bravura praticado em ocorrência policial (Requerimento nº 2.173/2011, da Comissão de Segurança Pública).



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 99ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 15/12/2011

O Deputado Gustavo Corrêa\* - Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro; Deputadas e Deputados; telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia, criada há alguns anos pelo Deputado Alencar da Silveira Jr.; senhoras e senhores, boa tarde.

Havia me inscrito para ocupar a tribuna a fim de fazer um resumo dos trabalhos legislativos de 2011. Inicialmente, ao contrário de muitos, penso que foi um ano extremamente produtivo nesta Casa. Ocorreram inúmeros debates, muitas vezes acalorados, mas sempre pautados pelo respeito e pela divergência de ideias. Em determinados momentos, as galerias da Casa ficaram repletas de mineiros que queriam ver seus pleitos atendidos. Muitas vezes, algumas palavras não foram bem colocadas ou foram mal interpretadas, mas volto a dizer que o ano foi extremamente produtivo. Projetos importantes foram votados para o governo do Estado, como o reajuste da carreira dos professores, alguns empréstimos votados nesta semana e outros tantos projetos. Com certeza, foi um ano extremamente produtivo.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - Obrigado. É uma honra apartear V. Exa. e parabenizá-lo pelo trabalho à frente da Comissão de Administração Pública, assim como pela participação da Comissão de Defesa do Consumidor.

Venho, mais uma vez, fazer um alerta, principalmente às pessoas que possuem o cartão American Express.

Essas pessoas devem ficar atentas porque estamos no fim de ano, quando há muita movimentação de compras. Tem-se de ficar alerta porque o American Express não envia fatura ao cliente, bloqueia o cartão, e, às vezes, a pessoa não sabe, vai fazer uma compra e acontece aquele vexame. Temos recebido várias denúncias. Além disso, não estou falando apenas do American Express, mas também de outros cartões, aliás solicitei ao Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor a realização de uma audiência pública para discutirmos a venda casada do cartão e outros produtos. Portanto, o alerta que faço a quem tem o American Express é que não use esse cartão, senão vai ter dor de cabeça. A empresa não envia fatura, bloqueia o cartão, depois você vai para a Justiça, paga sucumbência e honorários. Então, deve-se pensar. Salvo engano meu, V. Exa. tem o cartão American Express, por isso faço um alerta a V. Exa.: não use esse cartão por enquanto, até que as coisas sejam esclarecidas. Estamos em final do ano, quando fazemos muitas compras, e o alerta é para que não tenha depois dor de cabeça. Agradeço a V. Exa.

Deixo registrado, Deputado Gustavo Valadares, que a bandeira American Express tem causado um transtorno muito grande aos consumidores que usam esse cartão e não recebem a fatura. Além do mais, passa-se por vexame em loja ou restaurante. Para evitar dor de cabeça, faço esse alerta: não use o cartão American Express.

O Deputado Gustavo Corrêa\* - Muito obrigado, Deputado Célio Moreira. Como cliente do American Express há alguns anos, vou, a partir de agora, como V. Exa. me recomenda, ter um pouco mais de cuidado.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, gostaria de tratar de um assunto, objeto de grande discussão nesta Casa nos últimos meses. Na tarde de terça-feira, na manhã de ontem, quarta-feira, durante todos os dias, alguns dos senhores e das senhoras que se encontram aqui ouviram alguns debates, até um pouco mais acalorados, de alguns parlamentares acerca de um projeto que tramitava nesta Casa e continua tramitando, mas não se encontra mais na pauta da ordem do dia. É um projeto que visava alterar algumas taxas, emolumentos cartorários, fazer outras tantas correções.

Fui pego de surpresa, Sr. Presidente, no final da tarde de ontem - não vou fazer como o Deputado Antônio Júlio ontem, não vou acusar nenhum dos colegas que estão aqui -, quando ouvi em alguns cantos desta Casa que este Deputado que ora usa a tribuna estava trabalhando em prol de determinado lado A ou B. Quero deixar claras as minhas posições, que vêm de família, de alguns anos. Meus avós foram parlamentares, felizmente, com a vida pública, Deputado Adalclever, sempre pautada pela ética, transparência, seriedade no trato com a coisa pública. Quero apenas fazer uma lembrança, Presidente Deputado Dinis Pinheiro. O meu avô paterno, que já não se encontra no nosso meio, foi, na história da política brasileira, o único Deputado que renunciou ao mandato, Deputado Gilberto Abramo, porque não concordava, já naquela época, com o fim do bipartidarismo. Depois de sete mandatos, Deputado Dinis Pinheiro, renunciou ao mandato por não concordar com isso.

Será que alguns dos que estão aqui, eu mesmo, teria coragem de renunciar ao mandato que os mineiros nos concederam por discordar de algum projeto que venha a ser implementado no Estado de Minas Gerais? Então, quero deixar claro que tenho, sim, as minhas posições e as minhas convicções. Mas, mais do que isso, esta Casa tem de saber que o que é combinado, acordado deve ser cumprido, ainda que bom para um lado ou ruim para outro. Diz o ditado popular que o que é combinado não é caro.



Quero dizer que o que procurei fazer foi intermediar esse acordo que havia sido firmado. Eu não estava a favor de cartórios ou da construção civil. Tenho grandes amigos, sim.

Quero deixar clara a minha posição, até porque entreguei meu relatório na Comissão de Administração Pública. Deixei, sim, minha posição, concordei. Lanço um desafio, para não dizer que era “lobby” de cartório, porque senão direi que há “lobby” da Polícia Militar, da educação, do consumidor, do contribuinte. O “lobby” é instituído no mundo inteiro, ele só não existe no Brasil. E querem fazer demagogia dizendo que ocorre “lobby” aqui. O “lobby” faz parte de nossa vida.

Não admito que venham dizer que o Deputado Gustavo Corrêa estava acertado com A, B, C ou D. Acertados devem estar os que viram o projeto tramitar pela Casa e não discutiram nas condições devidas. Esses, sim, devem ter sofrido algum tipo de pressão para mudar.

Quero mostrar, mais uma vez, que político sério é o que pensa e trabalha pela coletividade. Quantas vezes, Deputado Dinis Pinheiro, este Deputado teve sua família criticada e xingada pelo Plenário - e não é crítica a Deputado nenhum - sem jamais ter obstruído os trabalhos da Casa ou atrapalhado qualquer tipo de projeto que por aqui tramitasse. Agora mesmo, Deputado Rômulo Viegas, o governo envia a esta Casa um projeto que me prejudica pessoalmente. Quando - e indago ao Deputado Luiz Humberto Carneiro, Líder do Governo, e ao Presidente desta Casa - pedi ou fiz qualquer tipo de ameaça de obstruir os trabalhos para não votar? Não tenho culpa de minha história, e o povo mineiro não pode ser sacrificado pelas minhas coisas. Se é bom para o Estado, vamos trabalhar e votar. É nisso que esta Casa deve-se pautar.

Venho aqui para dizer que o Deputado Gustavo Corrêa tem posição, é um homem sério, honrado, digno. Onde quer que eu esteja, honrarei meu nome, sobretudo, e cumprirei os acordos que felizmente quero fazer. Venho aqui fazer esse desabafo, Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado Gustavo Corrêa. V. Exa., de forma clara e objetiva, vem à tribuna do Parlamento mineiro fazer um esclarecimento extremamente importante e, mais ainda, com humildade e com poucas palavras, V. Exa. faz breve histórico sobre sua família, que conheço bem. Conheço muito bem a história de seus avós, sei da história e da importância deles nos cenários mineiro e brasileiro. Sei também de sua relação altamente positiva com o mais querido, Senador Aécio Neves, como a minha também é, e não temos vergonha disso. Conheço bem o Dr. Oswaldo Borges, atual Presidente da Codemig, ao qual hipoteco grande solidariedade e amizade.

V. Exa., de forma clara, segura e transparente, traz ao Plenário desta Casa sua força e idoneidade. Quero ser solidário com V. Exa. Compartilho, há alguns anos, de suas ações parlamentares como Deputado brilhante, como ex-Secretário do governo Aécio Neves, quando deu contribuição importante para aquela equipe. Estamos juntos. Leve um recado aos seus familiares: temos por eles grande carinho, respeito e sobretudo admiração, porque tudo o que eles conquistaram para chegar aonde estão foi por meio do trabalho, da presença marcante na sociedade mineira e brasileira.

Parabéns pelo pronunciamento. Conte conosco.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte) - Queria parabenizar o Deputado Gustavo Corrêa pela coragem, pela posição e pela verdade. Aqui, às vezes, a fofoca impera nos cantos.

Disse ao Deputado Gilberto Abramo que, no ano que vem, poderemos fazer uma apuração aprofundada. Fui Presidente de algumas comissões - de Educação, de Defesa do Consumidor - e hoje presido a Comissão de Transporte.

Até disse isso ao Presidente, porque precisamos aprofundar. No ano que vem deveríamos começar a fazer uma apuração, e já a fiz quando fui Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor. Tentei fazer a discussão para, no ano que vem - até coloquei isso como proposta de bancada -, analisarmos o Procon, até o Procon Assembleia.

Algumas pessoas dizem que o Procon - eu não acredito nisso - é a base para receber denúncias e encaminhá-las para escritórios de A ou B. Então, devemos verificar se isso procede; fui Presidente e acho que isso não tem fundamento. Disse à bancada e concordo com a ideia de que devemos começar a fazer algumas apurações para apresentarmos as verdades. Devemos verificar no fórum as ações, saber quem está advogando, quantas ações existem, quantas reclamações viraram ações e quem as está defendendo. Acho que isso precisa ser feito, sim. Até acredito que a Assembleia e o Procon Assembleia - apesar de haver uma dúvida quanto a se pode ou não ser - poderão fazer isso. Devemos averiguar, até para que o consumidor, que todos nós defendemos, seja realmente informado da finalidade daquela comissão.

Mudando de assunto, voltarei à pauta da reunião. Esta é a Casa do debate, e isso é importante. A ideia pode ser diferente, mas não pode haver mentira, farsa e interesses escusos. O bom é que não há nada melhor que o tempo para revelar os verdadeiros interesses. Iniciaremos o próximo ano ao lado de V. Exa., do Parlamento e do povo mineiro para revelarmos algumas verdades que o Parlamento precisa saber imediatamente. Muito obrigado.

O Deputado Gustavo Corrêa\* - Agradeço. Vou conceder-lhe um aparte, mas peço-lhe que seja extremamente breve, até porque o meu tempo já se aproxima do final e eu gostaria de concluir as minhas palavras.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)\* - Apenas gostaria de dizer-lhe, caríssimo Deputado Gustavo Corrêa, que V. Exa. e a sua família fazem parte da história de Minas Gerais e do Brasil, pela dignidade e, principalmente, pela trajetória ímpar, desde o seu avô, passando pelo seu pai e, agora, com V. Exa., que é um extraordinário Deputado, ex-Secretário de Estado, um parlamentar correto e ético. Hoje, V. Exa. é para nós uma segurança de que teremos bons projetos. À frente da Comissão de Administração Pública, age sempre com responsabilidade e zelo e conduz muito bem os destinos desta Assembleia Legislativa.

Quero felicitá-lo e oferecer-lhe a minha solidariedade. Não há motivo para que fique preocupado. A vida de V. Exa. e de sua família já é uma marca registrada em Minas Gerais e no Brasil.

O Deputado Gustavo Corrêa\* - Agradeço-lhe, Deputado Dalmo. Já vou concluir, Sr. Presidente. Ao encerrar, apenas queria reafirmar aos nobres colegas as minhas palavras e um pouco do que disse o Deputado Adalclever. O debate é fundamental e as divergências de ideias sempre devem existir, até porque penso que não seria correto que aqui não ocorresse o debate. Como eu disse anteriormente, o ano de 2011 foi muito produtivo. O Deputado Rogério Correia sempre se apresentou combativo e aguerrido nas suas



defesas e ideias. Respeito cada um dos que aqui estão. Volto a dizer: é natural ocorrerem divergências de ideias. Mas quero deixar claro que os interesses que o Deputado Gustavo Corrêa defende são os interesses dos mineiros e dos brasileiros, que aqui me colocaram. Muito obrigado e uma boa tarde.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva\* - Caríssimo Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, quero saudar também toda a Mesa e os nossos valorosos parlamentares, dedicados companheiros de tanto trabalho. Quero saudar também todos aqueles que nos acompanham aqui, no Plenário, e pela TV Assembleia.

Sr. Presidente, farei uma reflexão, que talvez seja a última, a derradeira. Estamos caminhando para o final dos nossos trabalhos, e entendo oportuno e necessário ocupar esta tribuna para fazer algumas reflexões. Quero, inicialmente, parabenizar V. Exa., que durante este ano esteve conosco, com dedicação, forte amizade, respeito e camaradagem. V. Exa. sempre agiu assim diante de todos os parlamentares desta Casa.

V. Exa. sempre colocou a Presidência de portas abertas, à disposição para recepcionar e ouvir os parlamentares. Parabenizo sua maneira ativa, respeitosa e amiga para com todos os parlamentares que depositaram em V. Exa. essa confiança, que, tenho certeza, será sempre dobrada pelo carinho e pelo respeito mútuo presente neste Parlamento.

Parabenizo-o ainda mais, Deputado Dinis Pinheiro, por sua visão, por seu sentimento maior de instalar no Parlamento mineiro a nossa Comissão das Pessoas com Deficiência, um grande marco entre tantos e tantos feitos de V. Exa. Reputo essa iniciativa como uma das mais importantes, com todo o respeito às demais, entre as realizações que fez no Legislativo em prol do povo mineiro. Tenho participado ativamente dos trabalhos dessa comissão, que tem à frente o Deputado Doutor Wilson Batista. Tem sido muito importante ouvir todas as pessoas que aqui vêm postulando direitos e fazendo reivindicações.

Todas as comissões são importantes, e quero saudar seus digníssimos Presidentes, como o Deputado Tenente Lúcio, da Comissão de Turismo, com o qual tenho o prazer de trabalhar, e o Deputado Bosco, Presidente da Comissão de Educação, com quem tenho o prazer de participar, com muita modéstia, com muita humildade, da apreciação dos grandes projetos na construção do nosso Estado de Minas Gerais.

O Parlamento é, com certeza, a caixa de ressonância do povo mineiro. Este ano foi de muito trabalho, recepção aos novos Deputados, que hoje praticamente já se engajaram no dia a dia do Parlamento, nas grandes ações em favor do povo mineiro. Eu, que cumpro o quarto mandato, sinto-me honrado sobremaneira, Deputado Rômulo Viegas, de dar testemunho de trabalho e de responsabilidade ao nosso povo, ao meu querido povo do Sul de Minas, particularmente aos que confiaram o voto, mais uma vez, à nossa pessoa.

Agradeço a Deus ter-nos dado um ano muito produtivo e promissor. Faço questão, em primeiro lugar, de homenagear os valorosos servidores de meu gabinete, sem os quais não teríamos chegado aonde chegamos, com o atendimento às pessoas tanto aqui como em nossa região. Participamos de forma efetiva do dia a dia do povo, neste mandato maior, sempre comprometidos com a nossa região. Inicialmente faço essas considerações destacando o Parlamento mineiro, nosso gabinete e nossos eleitores.

Faço agora uma saudação ao nosso Governador. O Prof. Anastasia, durante este ano, com certeza premiou nosso Sul de Minas com muitas ações importantes. Tivemos várias oportunidades de acompanhá-lo e recepcioná-lo em nosso Sul de Minas, para onde sempre levou boas-novas, como a instalação de indústrias e escolas, assim como ações na área da saúde. Sempre marcamos posição, em nome do governo, junto à nossa região Sul mineira.

Do alto desta tribuna, afirmo que o nosso Sul de Minas realmente tem para com o nosso Governador, com o nosso Vice-Governador e com os nossos Secretários enorme gratidão. Todos os pleitos que levamos ao nosso governo, por intermédio das várias Secretarias, foram atendidos. Na área da saúde, por exemplo, tivemos avanço extraordinário em Pouso Alegre com a construção do Hospital Samuel Libânio, que conta até com centro cirúrgico. Também foram liberados recursos para a área da construção e para muitas outras obras, como o programa Farmácia de Minas. Saúdo o nosso Secretário Antônio Jorge e toda a sua equipe.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Parabenizo V. Exa., que, todas as vezes que vai à tribuna do Parlamento, nos dá boas notícias e uma aula de pronunciamento, promovendo sempre o bem-estar na Casa. Compartilho isso com V. Exa. e sei da sua atuação parlamentar, como um parlamentar brilhante, que também traz ao povo mineiro esclarecimento da grande parceria do governo de Minas. Vai aqui também o reconhecimento ao nosso Governador Anastasia e a toda a sua equipe de governo, especialmente citado agora o Secretário de Saúde, Antônio Jorge, que tem sido um parceiro nosso para minimizar os graves problemas da saúde no Estado. Então quero compartilhar disso com V. Exa. e dizer que temos orgulho de fazer parte da base do Governador Anastasia nesta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva\* - Muito obrigado a V. Exa. pela intervenção, bom amigo, bom colega, também na sua atuação.

Quero destacar também a área da educação e saudar a nossa Secretária Ana Lúcia Gazzola. Tivemos com certeza grande e considerável movimentação dos nossos Municípios, nas nossas escolas, de reformas, aumento de salas, laboratórios, sempre atenta aos nossos interesses, e construções em muitas escolas de vários Municípios, por meio da parceria do Estado e do Município, dando uma visibilidade maior ao processo da educação. Quero saudar também todos os Superintendentes da nossa região, na pessoa da Superintendente Mônica Flores. Faço muita questão de destacar a recentemente já nomeada, nossa caríssima Superintendente de Pouso Alegre, como também faço questão de citar o Wagner, de Itajubá, a Dalva, de Caxambu, nossos Superintendentes recentemente nomeados, comprometidos com a dedicação para o desenvolvimento das nossas escolas, de todas as unidades físicas existentes em nossa região.

Destaco também que a nossa região teve um avanço considerável na área da habitação e do saneamento básico. Saúdo ainda o Deputado Bilac Pinto, filho da região de Santa Rita do Sapucaí, meu companheiro, meu amigo, que sempre atende a uma grande demanda, às reivindicações que estivemos postulando em vários Municípios, a exemplo agora da última sexta-feira, em Natércia, quando lá pudemos inaugurar mais moradias. Terça-feira estaremos com o Prefeito Paulinho, de Itapeva, com tantas e tantas obras,



conjuntos habitacionais, garantindo moradia a todos que ainda não tinham casa. Hoje, certamente, por uma ação de governo, do empenho do Secretário Bilac Pinto e do Otacílio, Presidente da Cohab, estamos tornando esse sonho realidade para a nossa região.

Deputado Célio Moreira, é um prazer ouvi-lo.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - Deputado Dalmo Ribeiro Silva, é um prazer apartear V. Exa. Quero anexar minha fala ao pronunciamento de V. Exa., parabenizando a Secretária de Educação pelo excelente trabalho que desenvolveram no Estado de Minas Gerais. V. Exa. também fez referência ao nosso Presidente Dinis Pinheiro, que realmente tem conduzido os trabalhos nesta Casa com muita calma, responsabilidade e sabedoria. V. Exa. também tem sido um Deputado atuante, atento a todas as reivindicações e ao trabalho, como acaba de demonstrar ao fazer referência à nossa Secretária de Educação. Estão de parabéns o governo do Estado de Minas Gerais e o nosso líder Anastasia pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo à frente da educação, com a Secretária Gazzola.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, antes de V. Exa. assumir a tribuna, falava o Deputado Gustavo Corrêa, e fez um alerta a respeito do cartão American Express, que tem realmente acabado com a nossa paciência e causado um transtorno muito grande. Principalmente agora, no final do ano, as pessoas devem ficar alertas em relação a esse cartão, que não manda fatura para os clientes, bloqueia os cartões e ainda leva à Justiça. As pessoas têm de tomar cuidado com o cartão American Express para que não venham a ter problemas e dificuldades no futuro.

Parabéns a V. Exa.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva\* - Muito obrigado a V. Exa. pela lembrança.

Além de fazer essas considerações, não posso deixar de dizer que o nosso Sul de Minas foi um grande marco do desenvolvimento na geração de empregos, iniciando por Extrema, passando pelos Municípios do final da nossa Rodovia Fernão Dias, como Itapeva, Camanducaia, Itajubá e Poços de Caldas. São muitas as cidades dessa região hoje com novas indústrias.

Saúdo, neste momento, a Secretária Dorothea Werneck, bem como toda a equipe técnica do Indi, que esteve sempre participando dos processos para receber propostas para a instalação de indústrias. Destaco como um dos maiores eixos de edificação de indústrias o Município de Extrema. Recentemente novas indústrias foram encaminhadas, já praticamente com o protocolo de intenção, para o Município de Itanhandu. Itajubá e tantas e tantas outras cidades têm recebido por parte da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, do nosso Indi, do BDMG, da Secretaria do Meio Ambiente, um grande apoio. Aliás, parabenizo o Secretário Adriano e toda a sua equipe, todo o seu pessoal, que nos tem ajudado a apresentar projetos concretos para a instalação de novas indústrias na região sul mineira.

O Sul, sem dúvida alguma - se analisarmos, apresentarmos a relação de indústrias -, é a maior região produtiva de instalação de indústria no Estado de Minas Gerais.

Então quero fazer essa saudação a todos os eixos de desenvolvimento, na área da educação, da saúde, da habitação, da indústria e comércio e, faço questão de destacar, na área da segurança. Saúdo o Secretário Lafayette de Andrada; o nosso Chefe de Defesa Civil, Jairo Lellis, e toda a equipe da Defesa Civil, que tem dispensado a este parlamentar atendimento às ações e aos pleitos que temos solicitado. Agradecemos também à Polícia Militar. É muito importante essas parcerias nos reivindicações que fizemos para a nossa região.

Quero, então, neste momento, desta tribuna, apresentar, mais uma vez, os nossos agradecimentos ao Governador, que sempre esteve na nossa região, recentemente em Santa Rita do Sapucaí para festejar os 25 anos do Vale da Eletrônica, como também a instalação da Cooperita, num dos momentos mais importantes que viveu a região.

Ainda muitas obras temos a inaugurar. São projetos importantes, consistentes. Com certeza o Sul de Minas tem participado ativamente das ações do governo.

Então quero, em nome da nossa região, destacar, agradecer, em primeiro lugar, por todo esse trabalho que o governo tem dispensado a nossa região. Agradeço a todos os parlamentares que aqui se encontram, nessa parceria, nessa camaradagem, nessa convivência fraterna, respeitosa, amistosa deste Parlamento. É um prazer muito grande estar Deputado. Fico muito feliz.

Queremos continuar trabalhando para a nossa região, com dignidade, com denodo, com muita vontade, atendendo aos anseios maiores da nossa região. Fico muito feliz e saúdo a todos os parlamentares e os nossos assessores.

Talvez essa seja a oportunidade para desejar a todos um feliz Natal, repleto de realizações, um ano novo muito feliz para todas as nossas famílias, para os nossos valorosos servidores, para aqueles que fazem parte desta Assembleia Legislativa, inclusive os nossos seguranças, enfim, a todos aqueles que aqui se encontram, que lutam e que dignificam o nome do Parlamento mineiro. Que Deus os abençoe. Feliz Natal a todos e boas festas.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bosco - Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos honra ao nos acompanhar pela TV Assembleia, boa tarde. É com muita satisfação, meu amigo e Deputado João Leite, que retorno a esta tribuna. Possivelmente, caros colegas, esta pode ser a última reunião ordinária, se cumprirmos todas as demandas desta Casa até amanhã.

Sr. Presidente, faço menção a uma fala nossa na reunião de ontem à noite. Na oportunidade, abordamos a grande necessidade de aprimorar o Regimento Interno desta Casa. Temos um excelente Regimento, que foi criado e recebeu algumas modificações em vários mandatos. Sabemos que a política é muito dinâmica, assim como ocorre em todo o mundo. Vivemos num mundo globalizado, onde os profissionais têm de estar cada dia mais preparados para enfrentar o mercado de trabalho, enfim, a nova realidade desse mundo. Na política não é diferente. Temos respeito pelos Deputados que estão aqui há vários mandatos, reconhecemos o valor de cada um, sobretudo as reeleições de cada um, mas entendemos também que aqueles que chegaram agora têm muito a contribuir com esta Casa. Entendo que todos os Deputados, incluindo os novatos, carregam consigo uma bagagem enorme, pois muitos foram Vereadores, Prefeitos, ou seja, não são iniciantes, não são amadores. No meu caso, fui Vereador por quatro mandatos consecutivos, fui Presidente de Câmara. Portanto, conheço um pouco de política. Sei que a situação aqui não é diferente.

Gostaria de deixar claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, que a nossa referência no dia de ontem quanto à necessidade de aprimorar o Regimento não foi em momento algum devido à indisposição de trabalho. Faço política por devoção, por crença, por querer servir a minha gente. Em momento algum temos preguiça e muito menos desânimo de entrar noite adentro e varar a madrugada, se necessário for. Tenho certeza absoluta de que essa é a posição de todos os parlamentares.

Faço ainda um breve relato sobre os trabalhos que realizamos na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia desta Casa, que é uma importante Comissão, a qual tenho a honra de presidir. Compartilho com os meus colegas Deputados membros da Comissão um final de ano extremamente positivo e propositivo, porque, por meio dos trabalhos desenvolvidos que surtiram efeito, tivemos conquistas importantes, sobretudo para os diversos Municípios de Minas Gerais e para a região metropolitana.

Companheiro Dalmo Ribeiro, realizamos nessa Comissão quase 30 reuniões ordinárias, mais de 10 reuniões extraordinárias, diversas audiências públicas, em que debatemos variados assuntos sobre a educação em todo o nosso Estado. Tivemos a oportunidade também, numa ação conjunta com a Comissão de Segurança Pública desta Casa, presidida pelo Deputado João Leite, de realizar o fórum técnico “Segurança nas escolas”, percorrendo praticamente todas as regiões do Estado de Minas Gerais para ouvir todos os segmentos ligados, direta ou indiretamente, à educação, ouvindo sugestões valiosas que resultaram em propostas, em emendas no nosso PPAG. Tenho absoluta certeza de que essas propostas serão aprovadas e transformadas em ações que valorizarão ainda mais o nosso sistema de educação, fazendo com que nossas escolas públicas sejam verdadeiras entidades formadoras de cidadãos conscientes e críticos para contribuir com o desenvolvimento do nosso Estado e do País.

Portanto quero aqui fazer uma saudação aos companheiros da Comissão de Educação, ao Vice-Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro, que, pela sua larga experiência, tem contribuído sobremaneira nos trabalhos desta Comissão. Meu muito obrigado, Deputado Dalmo. Da mesma forma, agradeço, cumprimentando-os, ao Deputado Paulo Lamac, ao Deputado Carlin Moura, ao Deputado Neilando Pimenta e a todos os membros efetivos desta Comissão, que sempre estiveram presentes nas diversas reuniões e ações que realizamos.

Sr. Presidente, caros colegas Deputados e Deputadas, com certeza, pelas andanças que fizemos por várias regiões deste Estado, percebemos e verificamos que realmente a educação de Minas Gerais tem feito a diferença. Por isso hoje os índices maiores, tanto no Proeb como no Proalfa, têm colocado Minas Gerais como referência em nível nacional.

Cumprimento também todos os educadores do Estado, professoras, diretores, superintendentes, secretarias de ensino de Minas Gerais, na pessoa da sua competente Secretária e professora Ana Lúcia Gazzola, que, mesmo diante das inúmeras dificuldades apresentadas neste ano, pôde realmente fazer a diferença para a educação de Minas Gerais.

Caro companheiro Dalmo Ribeiro, ontem recebemos uma notícia importantíssima dada por nosso Governador Anastasia e pela Secretária Ana Lúcia Gazzola: o resultado extremamente positivo do Proalfa em Minas Gerais. Em 2011, conseguimos avançar ainda mais na questão da avaliação, por meio do Proalfa, com a imensa participação, sobretudo, dos estudantes do ensino fundamental, o que resultou num acréscimo de 2% em relação ao ano passado. Com certeza, fechamos o ano com mais uma vitória, com mais um resultado importante na educação de Minas Gerais.

Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado Rômulo Viegas e, posteriormente, ao Deputado e Vice-Presidente da Comissão de Educação, Dalmo Ribeiro.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado Bosco. Sei que V. Exa., daqui a pouco, além de complementar seu pronunciamento, falará da sua querida Araxá, que comemora mais um aniversário.

Com a permissão de V. Exa., quero parabenizar os seus conterrâneos, desejar muito sucesso e felicidade para a sua cidade e estender esse cumprimento à minha querida São João del-Rei, que, no dia 8 deste mês, completou 298 anos de existência. A nossa São João del-Rei é a terra da arte, onde os sinos falam pela sua riqueza histórica, artesanal e cultural, nosso orgulho e berço da Inconfidência, por onde passaram grandes inconfidentes, como Tiradentes, Bárbara Heliodora, Alvarenga Peixoto e o saudoso Tancredo Neves, maior estadista que este país já teve, que conseguiu, em Minas Gerais, no Parlamento mineiro, toda a sua riqueza política e cultural. Além disso, passou isso de herança para o nosso querido Senador Aécio Neves, que, neste momento, compartilha conosco de mais um aniversário da nossa querida São João del-Rei. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Bosco - Obrigado, Deputado Rômulo Viegas. Queremos estender os nossos cumprimentos a todo o povo da querida cidade de São João del-Rei. Concedo um aparte, com muito prazer, ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)\* - Deputado Bosco, é um prazer muito grande ouvir V. Exa. Neste primeiro momento, quero parabenizá-lo pela sua extraordinária condução à frente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia desta Casa. Sem dúvida nenhuma, V. Exa. foi para nós e é uma das gratíssimas revelações no Parlamento Mineiro. Então tenho muito orgulho e muita alegria de compartilhar com V. Exa., juntamente com os nossos caríssimos pares, o nosso trabalho que desempenhamos à frente da importante Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. Além disso, como V. Exa. - Presidente - acaba de manifestar-se, festejar os resultados do Programa de Avaliação da Alfabetização - Proalfa -, que são dados importantes e que não mentem. Hoje verificamos isso pelos jornais e ontem mesmo comemoramos com a nossa Secretária Ana Gazzola, que esteve aqui participando de um importante evento dos 300 anos do Ciclo do Ouro, numa participação da Assembleia Legislativa. É uma enorme satisfação compartilhar com V. Exa. os projetos maiores que tão bem vem conduzindo nesta Casa. Parabéns, ilustre Deputado Bosco.

O Deputado Bosco - Agradeço ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva não só pelo aparte, mas também pelo carinho e trabalho dedicado, juntamente conosco, na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. Concedo, com prazer, um aparte ao Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Deputado Bosco, não poderia deixar de manifestar também a minha satisfação e o meu contentamento por ter podido compartilhar com V. Exa., durante este ano, o trabalho das nossas Comissões, orientado pelo Presidente Dinis Pinheiro. Realizamos esses trabalhos preocupados com a segurança nas escolas. Agradeço-lhe a presença constante na preparação, nas viagens que fizemos pelas regiões de Minas Gerais e no momento final do fórum técnico. Sem dúvida, V. Exa. é um Deputado atuante, presente e que honra esta Casa e a sua região na Assembleia Legislativa. Tive o privilégio de trabalhar juntamente com V. Exa. nesse fórum técnico, buscando contribuir para que as nossas escolas, as famílias e a população de Minas Gerais adquiram



esse sentimento de segurança com a presença das Comissões de Segurança Pública e de Educação, Ciência e Tecnologia, da Assembleia Legislativa, as quais V. Exa. preside com tanta competência. Parabéns!

O Deputado Bosco - Deputado João Leite, agradeço-lhe imensamente. Tenho certeza absoluta de que a parceria estabelecida durante este ano haverá de permanecer no ano que vem porque temos muito ainda o que fazer por Minas Gerais. Certamente, de forma conjunta, poderemos fazer mais. Sr. Presidente, encerrando a nossa participação e falando sobre educação, não poderia deixar de cumprimentá-lo pela finalização ontem do concurso de redação “Eu, minha cidade e os 300 anos do Ciclo do Ouro”. Por meio dessa ação importante da Assembleia Legislativa e de iniciativa do Presidente Dinis Pinheiro, foi realizado esse concurso que envolveu e contou com a participação de mais de 1.500 escolas públicas de Minas Gerais e mais de 200 mil alunos e que culminou ontem com a escolha dos 94, sendo 2 de cada superintendência. Então, Sr. Presidente, foi muito bom presenciar esse concurso de redação, que promoveu, sem dúvida alguma, uma integração de todas as regiões de Minas Gerais, que, por meio desse concurso, expressaram a capacidade dos nossos alunos dentro dessa grande oportunidade proporcionada por V. Exa. e por esta Casa dos mineiros.

Por fim, Sr. Presidente, quero mandar um abraço, de forma muito especial, a todos os meus conterrâneos da minha querida Araxá, que no próximo dia 19 completará 146 anos. São 146 anos de história, de progresso. Trata-se de uma cidade que é modelo e referência para Minas Gerais e para o Brasil, da qual tenho orgulho de ser não só filho, mas também seu representante aqui, de Araxá e de toda a região. Nossos cumprimentos a todos os araxaenses, a todos os colegas parlamentares, a todos os funcionários da Casa que, brilhantemente, de forma competente, têm-nos auxiliado diariamente nos nossos trabalhos para alcançarmos o êxito necessário. A todos os funcionários da Assembleia, a todos os nossos Líderes, aos integrantes do governo Anastasia, de cuja bancada de apoio temos o privilégio e o prazer de fazer parte, bancada que, realmente, fez um trabalho muito bom neste ano e fará ainda melhor no próximo. Eis o nosso reconhecimento e o nosso compromisso de continuarmos firmes, porque Minas não pode parar e, com certeza, temos muito a oferecer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, funcionários da Casa, pessoas que nos assistem das galerias, telespectadores da nossa querida TV Assembleia, três assuntos me trazem a esta tribuna na tarde de hoje: o primeiro, para falar sobre a Emenda nº 29; o segundo, sobre as reformas de que o País tanto precisa, e nenhuma está saindo do papel; e o terceiro, sobre a corrupção que ronda principalmente a área federal.

Ao falar da Emenda nº 29, como médico, tendo sido Vereador e Prefeito da minha cidade de Curvelo, e já há 13 anos aqui na Assembleia, ainda lamentamos a Emenda nº 29 ter ficado estagnada por 11 anos, sem ser reconhecida, homologada, autorizada, e sendo menos paga pelos governos em todos os níveis, porém mais nos níveis federal e estadual, porque em nível municipal a maioria já cumpria. Agora o Congresso votou a Emenda nº 29, mas o governo federal, a Presidente Dilma a homologa de forma incompleta, que autoriza e obriga Estados e Municípios a cumprir suas parcelas. Cada Estado tem de destinar 12% de sua arrecadação à saúde. Tudo bem, tem de fazer isso. Os Municípios têm de destinar 13% à saúde, o que muitos já o fazem. Aliás, muitos já destinam um percentual maior do que o estipulado. O governo federal homologou tal emenda, mas disse que ele não precisava cumprir os 10% constitucionais que a emenda exige. E lamentável isso. Fico extremamente triste porque o percentual maior está exatamente na mão do governo federal, e ele se exime de pagar o compromisso constitucional, que é dever para com a saúde do brasileiro. E a todo instante ele cria mais um programa de saúde, que se concretiza parcialmente ao longo dos anos. Então, dá-se uma notificação extremamente exagerada aos fatos e, na realidade, não se cumpre realmente nada do que se promete. Não bastasse não cumprir a Emenda nº 29, o governo ainda desvincula 20% do Orçamento para fazer o que quiser sem precisar de autorização do Congresso e, além disso, nem cumpre o que está no Orçamento votado pelo Congresso Nacional. Vemos que realmente há uma liberalidade total para o governo federal executar as suas obrigações. Lamento porque, se houvesse mais dinheiro para a saúde, se o governo federal destinasse 10% da sua receita a essa área, melhoraria muito a prestação do serviço de saúde brasileiro. Muitos dizem que a área da saúde está boa, mas nós que somos médicos percebemos que ela ainda está longe dessa bondade que não vemos acontecer.

Quanto às reformas, também lamento muito. O Brasil precisa de reformas em todos os sentidos. Há uma abertura para se iniciarem os entendimentos para a reforma política, mas, de imediato, o Congresso Nacional, que é a Casa e o local para as negociações da reforma política global e irrestrita, já se divide. E essa reforma é extraordinariamente necessária para que as outras reformas no Brasil aconteçam. O Senado começa a discussão e dá o prazo de 45 dias para terminar o seu relatório, e a Câmara Federal dá o prazo de seis meses. Hoje, com quase 11 meses da abertura desse programa para estabelecer a reforma política, nem um nem outro disse nada até agora. Concedo, com muita alegria, aparte ao nobre colega Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Doutor Viana, V. Exa. trata de duas questões importantes, portanto quero parabenizá-lo por abordá-las. Mas permita-me, com todo respeito, discordar em dois aspectos. O primeiro diz respeito à Emenda nº 29. Se é verdade que, em âmbito nacional, os recursos para a saúde são inferiores ao que se necessita - e é verdade, concordo com V. Exa. -, isso se deve muito à participação, no meu entender, equivocada dos partidos do PSDB e, principalmente, do DEM, que se posicionaram a favor do corte da CPMF, cujo destino era exatamente a saúde. Com certeza esse recurso resolveria o problema nacional da saúde pública no Brasil. Tudo bem. Concordo que há na visão de vocês uma ideologia neoliberal de que impostos não são necessários; não é o que penso. Entretanto, essa crítica que V. Exa. faz se encaixa em Minas Gerais. E não vejo nenhuma crítica em relação aos oito anos do governo Aécio Neves e mais agora, do governo Anastasia, em que se aplicam 7% a 8% na área da saúde. Quero saber a opinião de V. Exa., se me permite fazer essa cobrança, acerca do Orçamento deste ano. Teríamos de colocar a mais R\$800.000.000,00. Estamos preparando uma emenda para isso. Portanto, gostaria de chamar V. Exa. ao terreno de Minas Gerais para a aplicação da Emenda nº 29. Por fim, a questão da reforma política não é problema do governo, e sim um problema geral dos partidos políticos. Fiz parte da comissão que discutiu a reforma política, e cada partido, cada pessoa, cada Deputado tem uma ideia. O Presidente Lula chegou a remeter por duas vezes a proposta de reforma política ao Congresso Nacional, que não foi aprovada. Não se deve a uma falta de iniciativa do governo, mas de um desentendimento entre os partidos políticos. Permita-me, “data venia”, com todo respeito, fazer esse aparte pela amizade que temos. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Obrigado, Deputado Rogério Correia, mas, para esclarecer as colocações que fiz, não estou deixando de cobrar do governo do Estado. A emenda que foi autorizada agora continua obrigando os governos estaduais e municipais a cumprirem sua parte, como todos terão de fazer. O que estou cobrando é que seja imposta também ao governo federal a obrigatoriedade de cumprir os 10%, como está na Constituição. Antigamente o governo estadual se eximia com a desculpa de que a emenda ainda não estava autorizada, o que não se pode dizer a partir de agora. Mas a crítica que faço, na autorização da emenda, é que o governo federal, que fica com o maior volume de dinheiro arrecadado, abstém-se de cumprir os 10%. Ele pode até cumprir mais do que isso – e tomara que o faça -, mas o que estou criticando é que tenha retirado a sua responsabilidade de cumprimento. Quanto ao governo do Estado, também participo da Comissão de Fiscalização Financeira, e sabemos que ele passa a ter a responsabilidade de cumprir, e vamos buscar essa diferença, para melhorar a situação. Mas o nosso desejo é que os três entes tivessem mantido suas obrigatoriedades postas na Emenda Constitucional nº 29. Essa é a questão. Não estou tirando a responsabilidade do governo estadual. Não falei isso.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Compreendo e concordo com V. Exa.

O Deputado Doutor Viana - Em relação à reforma política, também não estou acusando o governo federal; estou criticando a reforma em si, que não sai. Essa reforma foi pedida, acertada e iniciada no Congresso, mas percebemos que a má vontade começou no início, quando, ao invés de se conseguir uma uniformidade no Congresso, vimos o Senado, presidido por José Sarney, e a Câmara Federal pedirem, respectivamente, prazo de 45 dias e de seis meses para apresentar o seu relatório, em um descompasso que justifica o descrédito de que algo de concreto vá acontecer na reforma política. De fato, passado quase um ano, nem um nem outro disseram nada de concreto.

Em relação à queda da CPMF, ela foi criada no governo Fernando Henrique, com voto contrário do PT, que mudou o seu voto quando se iniciou um governo petista - aliás, fez bem; eu também a manteria, porque ela significa mais recursos. Mas o que aconteceu é que ela foi mantida da mesma forma, ou seja, sem que todo o dinheiro fosse destinado à saúde. Quando Adib Jatene, meu colega médico, cardiologista em São Paulo, à época Ministro, sensibilizou a sociedade brasileira para a criação de mais um imposto neste país, que já tem os maiores impostos do mundo – o que não é de agora, mas que vem desde então -, o PT foi contra. O PT não votou a favor dessa emenda. Votou?

O Deputado Rogério Correia (em aparte) – Votou. O Jatene era o Ministro. Nessa ocasião, o PT votou a favor. O PT cometeu muitos erros, mas esse, com certeza, não; fomos favoráveis.

O Deputado Doutor Viana - Ótimo. Mas o dinheiro não foi destinado à saúde. O Ministro Jatene havia dito que em três anos encerraria a questão e que esse tributo seria cobrado por esse tempo. Tanto é que em seu nome se dizia “transitório”; mas depois, o “t” mudou de sentido.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)\* - Deputado Doutor Viana, quero apenas fazer um esclarecimento a V. Exa. e ao Deputado Rogério Correia. Eu me encontrava no Congresso Nacional quando a CPMF foi aprovada, o que aconteceu a duríssimas penas, contra a oposição ferrenha do PT, que não queria aprová-la de maneira alguma.

Posteriormente, em 2007, quando a CPMF foi extinta e foi proposta a sua recriação, o PSDB, coerentemente, votou contra porque havia um aumento muito grande de arrecadação no País, o que simplesmente tornava desnecessária para a saúde a existência da CPMF. Foi por isso que o PSDB, coerentemente, votou contra. Mas lá atrás, quando ela foi criada, isso foi feito com a oposição ferrenha do PT. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Tenho conhecimento disso, mas respeito a posição do Deputado Rogério Correia. Aqui é a Casa das discussões, por isso aceitamos as colocações democraticamente.

Para encerrar essa questão, gostaria de dizer que os Democratas votaram contra exatamente porque não estava indo dinheiro para a saúde. Na verdade, pagavam-se até funcionários de outros departamentos e de outros setores dos dois governos. No governo anterior, fez-se errado. Também, no período Malan, nunca se mandou dinheiro para a área da saúde, para os hospitais que precisavam de ajuda. Tanto é que, com pouco tempo, o Adib Jatene deixou o governo decepcionado por não cumprimento dos compromissos. O governo, seguindo o Presidente Lula, deu sequência, ou seja, não alterou as questões tributárias e manteve até a mesma sistemática que o PSDB tinha na época do Fernando Henrique nas questões financeiras.

Concedo um aparte ao Deputado Celinho do Sinttrocel.

O Deputado Celinho do Sinttrocel (em aparte)\* - Obrigado Deputado Doutor Viana. Também gostaria de parabenizá-lo por abordar um tema tão importante, a Emenda nº 29, que trata da questão da saúde e do Sistema Único de Saúde do nosso povo brasileiro. Aproveito a oportunidade para trazer aqui uma boa notícia a toda população do Vale do Aço, especialmente de Coronel Fabriciano.

Ontem, no Grande Expediente, fiz uso da tribuna e abordei aqui uma situação pela qual passa o povo de Coronel Fabriciano. Há mais de 150 dias, o Hospital Siderúrgica está fechado e, há mais de cinco meses, as pessoas de lá sofrem sem atendimento médico, o que traz um sério transtorno para todo o povo do Vale do Aço. No entanto, trago esta importante informação ao povo de Coronel Fabriciano de que o Governador do Estado de Minas Gerais, atendendo a todo apelo dos parlamentares do Vale do Aço, dos Deputados Federais - em especial, do Dr. Alexandre Silveira - e também do nobre colega e amigo do PSDB, que lutou tanto para que pudéssemos ter uma solução para esse problema, publicou hoje um decreto de utilidade pública, permitindo que o governo do Estado desaproprie o imóvel e as benfeitorias existentes no hospital. Dessa forma, a Advocacia-Geral do Estado comunicará aos proprietários o valor da desapropriação e colocará em processo, agora com mais rapidez, a abertura desse hospital.

Portanto, gostaria de dizer aqui que o diálogo prevaleceu; que a unidade venceu. Tivemos uma luta muito grande para solucionar esse problema, mas agora teremos a oportunidade de termos um hospital aberto. O sofrimento do povo de Coronel Fabriciano diminuirá com essa atitude brilhante do Governador do Estado de fazer esse processo de desapropriação. Quero reafirmar que esse governo foi o único que realmente trabalhou pela reabertura do hospital e que tem lutado para que o compromisso firmado comigo, com o Deputado Juninho Araújo, com o Deputado Luiz Carlos Miranda e com a Deputada Rosângela Reis acontecesse.

Quero, de público, em nome do povo de Coronel Fabriciano, agradecer essa luta, esse compromisso que o Governador do Estado fez com todos nós, e dizer que há alguns políticos, algumas pessoas que querem aproveitar a situação. Eles colaboraram para o



fechamento, mas hoje vão à imprensa falar que já estão conseguindo a reabertura do hospital. No entanto, essa luta aconteceu pela participação desta Casa, com a realização de audiência pública, com a participação e uma cobrança intensa do Deputado Carlos Mosconi, que ajudou muito discutindo junto ao governo do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde para que isso acontecesse o mais rápido possível.

Parabéns a todos nós e muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Doutor Viana - Tenho conhecimento pleno desse trabalho.

Houve essas informações do Deputado Alexandre Silveira, e, para encerrar, reforço que ele, que é defensor e Secretário do Vale do Aço e majoritário daquela região, liderou essa campanha de reabertura em mais um ato de grandeza do nosso Governador, que foi sensível. Muitos dos que ajudaram a fechar e o governo da administração municipal estão cantando vitória de forma obscura, mas é de todo conhecimento. O povo de Coronel Fabriciano não é bobo, sabe das coisas.

Parabéns ao governo Anastasia, que mais uma vez, sensível, atende ao chamamento do povo do Vale do Aço, por meio da aquisição do prédio do hospital. Ele tirou todos aqueles que estavam corrompendo aquele recinto, que chegou a fechar, e agora dá nova administração e novo rumo para melhorar a saúde do povo do Vale do Aço, principalmente da cidade de Coronel Fabriciano. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da nossa querida TV Assembleia nos quatro cantos da nossa Minas Gerais. Meu caro Presidente, nesta semana, em um momento de muita rapidez, tive oportunidade de cumprimentar o Deputado Carlos Mosconi em um aparte pela aprovação da Emenda nº 29. Se o Brasil inteiro refletisse sobre qual assunto é hoje mais urgente, sem dúvida alguma seria a saúde. Por um lado, comemoramos a aprovação da PEC, mas, por outro, há um sentimento de tristeza. Digo isso porque os Municípios hoje gastam, de forma obrigatória, 15%, no mínimo, de tudo o que arrecadam com a saúde. Eu disse “de forma obrigatória”. O Estado arrecada e passa para a saúde 12% da sua receita. Ao aprovar a PEC, já tínhamos ideia de que a União estaria colocando no caixa da saúde pelo menos 10%, que era a expectativa plantada, quando o nosso Deputado Carlos Mosconi estava na Câmara Federal e foi um dos autores, talvez o mais importante deles, da criação da PEC da Emenda nº 29. Não é difícil hoje imaginar o que acontece no País. Assistindo ontem à TV, vi na Capital Federal uma cena que, mais uma vez, nos chamou a atenção: as pessoas em determinada unidade de pronto atendimento, em uma fila quilométrica. A imprensa chegou e começou a entrevistar pessoas chorando. Lembro-me muito bem de um senhor que está com a mesma doença do Presidente Lula e não consegue uma consulta com um oncologista. Ele chorava copiosamente porque já eram quase 12 horas e ele estava na fila desde as 6 horas da manhã e não conseguia atendimento para se tratar com um oncologista. Ele é hoje um doente e precisa de tratamento para o câncer. Isso aconteceu em Brasília, ontem. Um aposentado, já de cabeça branca, que entregou sua vida inteira ao trabalho e, no momento em que precisa de um médico para tratar seu câncer, chora na fila, quase ao meio-dia, sem atendimento.

Faço essa colocação porque o governo federal, quando editou a lei, obrigou os Municípios gastarem 15%, ao Estado gastar 12%, mas ele próprio, pasmem, disse na lei que foi aprovado com a modificação. A Presidenta gastará o que ela gastou no ano anterior mais a variação do PIB. O que ela gastou no ano anterior? Praticamente nada. Mas por que nada? A quantidade de pessoas morrendo nas filas dos hospitais mais a variação do PIB significa certamente que as mortes continuarão. E com isso, os desvios de recursos continuarão também. Se, de um lado, cai um, caem dois, caem três, caem quatro, caem cinco, caem seis Ministros por corrupção, do outro lado tombam-se brasileiros morrendo na fila dos hospitais, médico, uma cama, um leito para cirurgia, um medicamento. Tombam, enquanto de cá tomba um, tombam dois, tombam três, tombam quatro, tombam cinco, tombam seis por corrupção. Esse é o Brasil que estamos vendo. Aprovar uma lei que retira dinheiro para garantir a saúde? Variação do PIB mais do que gastou no ano anterior? Isso é uma covardia, é um desrespeito à dignidade e à vida humana. Essa reportagem a respeito de Brasília está nos quatro cantos do Brasil; está no Sul, no Norte, no Leste, no Oeste, no Centro; está na nossa Minas Gerais. Prefeitos gastando 25%, 30%, 35% da sua receita para cuidar da saúde, enquanto o Estado vira as costas para a população. E agora, na lei, a Presidente faz mudar para no mínimo o que gastou nos anos anteriores mais a variação do PIB. Sei que meu tempo se esgotou, mas, com muito prazer, concedo aparte ao Deputado Carlos Mosconi, um dos responsáveis pela PEC nº 29.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte)\* - Caro Deputado Duarte Bechir, quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento, como sempre, muito bem embasado e com muita consistência, falando as coisas com absoluto realismo, dentro do que acontece em Minas e no Brasil. V. Exa. faz um relato exato do que é a Emenda nº 29 hoje. O governo federal lavou as mãos, saiu fora, e agora vão apertar os Estados e Municípios. Ele não precisa, o governo federal fica à vontade para dizer que o Estado vai gastar 12% e o Município vai gastar 15%, e que para eles não precisa dinheiro novo, que vão fazer com percentual do seu orçamento. Eles, do governo federal, não precisam fazer isso. Ora, que país é esse? Não é possível. Esse foi um passo dado, e hoje o Brasil inteiro sabe que quem não quer gastar dinheiro com a saúde é o governo federal. Para encerrar, quero relatar uma ação efetiva do governo de Minas Gerais na saúde. Estive em Coronel Fabriciano com o Deputado Celinho do Sinttrocel, e o hospital estava fechado. Na mesma hora, o governo tomou uma atitude, desapropriou o hospital, e o hospital está sendo aberto agora pelo governo do Estado. Ele teve a sensibilidade de reconhecer a importância disso e atendeu uma solicitação feita com muita seriedade e correção pelo Deputado Celinho do Sinttrocel, que merece os nossos elogios por essa ação extremamente positiva, que envolve a Comissão de Saúde e a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Duarte Bechir - Os Deputados Adelmo Carneiro Leão e João Leite querem fazer um aparte, mas prefiro não ultrapassar o meu tempo, pois o Presidente pediu que fosse até 15h30min. Desculpem-me, mas vou concluir.

O Sr. Presidente - Deputado Duarte Bechir, V. Exa. poderá conceder 1 minuto para o Deputado Adelmo Carneiro Leão e 1 minuto para o Deputado João Leite.

O Deputado Duarte Bechir - Obrigado. Concedo aparte ao Deputado Adelmo Carneiro Leão.



O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Obrigado. Gostaria até de discordar do Deputado Duarte Bechir e do Deputado Carlos Mosconi. O que sempre clamamos - e não se pode condenar o governo em função da regulamentação da Emenda nº 29 - é que regulamentar o que está na Constituição é dizer como aquilo deve ser feito. E foi feito assim. Vamos colocar as palavras adequadas para não haver injustiça. Com isso, não estou afirmando que estou de acordo com o fato de o governo não aplicar mais. Quem conhece a minha luta sabe que ela é feita não só aqui, mas é feita pela saúde em todos os lugares. O que apareceu na manchete do jornal "Estado de Minas" quando fui Secretário se deveu ao fato de haver convencido o Governador Itamar Franco da necessidade de se aprovar a emenda constitucional que não era aprovada. A luta continua, mas a regulamentação da Emenda nº 29 foi muito importante, porque, lamentavelmente, os Estados brasileiros não cumpriam a Constituição, e hoje vão cumprir. E ao cumprir a Constituição, o governo federal não vai reduzir R\$1,00 sequer. Ele nem precisava aumentar, porque cumpria. Os Municípios até podem reduzir, porque eles aplicavam mais que o necessário. Mas, para tornar verdadeira a sua luta pela saúde, vamos fazer com que, neste momento em que votamos o Orçamento do Estado de Minas Gerais, seja explicitado no Orçamento o que os governos passados sonegaram sistematicamente em relação à emenda constitucional. O governo de Minas está deixando de aplicar, a cada ano, quase R\$1.000.000.000,00. Em virtude da regulamentação da Emenda nº 29, tendo agora de aplicar, certamente a saúde ficará melhor pela obrigatoriedade. Agora, sim, por estar regulamentada, aliás, nem precisaria, o governo de Minas terá de cumprir o que manda a Constituição brasileira.

O Deputado Duarte Bechir - Concedo aparte, ao Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Deputado Duarte Bechir, acompanhei atentamente o pronunciamento de V. Exa. e também o aparte do Deputado Mosconi. V. Exa. já foi Prefeito, portanto sabe do sofrimento dos Municípios e dos Estados. Voltamos ao tempo do Império, quando as províncias não recebiam nada. O Brasil se tornou república para que houvesse uma federação, um pacto federativo.

Que pacto é esse hoje? Em Minas Gerais, o custeio de 100% da segurança pública é do Tesouro do Estado, pagamento dos militares e dos policiais civis. Quanto ao investimento na segurança pública, no sistema penitenciário, 99% são do Tesouro do Estado. Agora, com a regulamentação da Emenda nº 29, cabia ao governo federal contribuir com 10%, mas ele não contribui e quer obrigar os Estados ou províncias ou Municípios a colocar dinheiro. Que dinheiro, se praticamente 20% são divididos com 17 Estados e com cinco mil quinhentos e tantos Municípios? O restante fica na mão do governo federal.

Querem falar novamente em contribuição. A contribuição, como a CPMF, não é dividida com Estados e Municípios. Quando é imposto, é dividido. E o que faz o governo federal com o imposto? Estipula alíquota zero. Alíquota zero para carro, alíquota zero para eletrodomésticos; faz graça com o chapéu alheio. Faz financiamento por meio do Imposto de Renda, e não divide com os Estados e os Municípios. V. Exa. está correto. O Brasil precisa ter um novo pacto federativo, senão Estados e Municípios não aguentarão. Dê uma olhada, Deputado Bechir, na avaliação dos seus colegas Prefeitos por aí. Alguns têm 80% de rejeição, outros 70% e outros 65%. E qual é o problema dos Prefeitos? Saúde. Este é o problema: saúde.

Muito obrigado, Presidente, pelo tempo que me concedeu.

O Deputado Duarte Bechir - Para encerrar, meu caro Presidente, 1 minuto para as considerações finais, uma vez que fui interpelado pelos dois Deputados.

Primeiramente, o Deputado Adelmo relata que o Estado teria de abrir mais as contas. Quero dizer aqui que, se há hoje no País um Estado transparente, com resultado, a nossa Minas Gerais, com muito orgulho, está em 1º lugar em diversos índices, mesmo com todo o aglomerado da receita nas mãos de Brasília. Gostaria de torcer para que a Presidente Dilma, durante seu repouso, sua reflexão, ajude os inúmeros brasileiros que morrem sem uma assistência mínima de saúde e que reveja essa questão e contribua, minha Presidente, pelo menos com 10%. Assim serão 15% do Município, 12% do Estado e 10% de V. Exa. Vamos evitar muita morte no País com a contribuição de 10%. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ulysses Gomes\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, com muita satisfação discuto esse projeto, essa proposta de emenda à Constituição, sobre a qual tive oportunidade de conversar com vários Deputados desta Casa, com os Líderes, com a comissão especial nomeada, com o Presidente da comissão, Deputado Hely Tarquínio, com o relator da proposta, Deputado Gustavo Valadares.

Agora, neste momento, temos oportunidade de trazer ao Plenário, em 1º turno, algo que em todo início de mandato, de legislatura é pauta na mídia nacional e estadual. Os Legislativos estaduais e o Congresso são questionados pela sociedade brasileira, obviamente tudo muito bem-explorado pela mídia. Refiro-me aos intitulados mandatos-tampões. Telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, esses mandatos ocorrem porque o início de um novo mandato do Executivo, seja de Governador, seja de Presidente da República, dá-se em 1º de janeiro do ano após a eleição, data que não coincide com a posse da legislatura dos novos Deputados, que só são empossados no dia 1º de fevereiro, quer Deputados Estaduais, quer Deputados Federais. Há então um mês de recesso dos parlamentos estadual e federal. Tratarei apenas do Estado de Minas Gerais.

Quando o Governador toma posse, chama para alguns de seus cargos executivos, para ocupar alguma de suas Secretarias um Deputado. Em Minas Gerais isso aconteceu muitas vezes, com legítima representação e condição. Ao chamar esse Deputado, consequentemente a Assembleia Legislativa é obrigada a convocar o seu suplente. O fato é que o mandato da legislatura se encerra em 31 de janeiro. Como eu disse, no dia 1º de fevereiro inicia-se uma nova legislatura. Nesse prazo, de apenas 30 dias, convoca-se um parlamentar suplente, que toma posse. Isso é legítimo, não quero criticar nenhum dos que tomaram posse, porque, ao assim agirem, o fizeram de acordo com a Constituição.

Todavia, temos oportunidade de mudar isso. Seria, acredito, uma ação moralizadora, que faria com que a Assembleia Legislativa desse exemplo a toda a Federação. Existe uma PEC, com a mesma referência, em tramitação no Congresso desde 2001. Ela está parada, o Congresso não conseguiu avançar. Então o Deputado toma posse e exerce o seu mandato durante 30 dias, sem fazer, entre aspas, absolutamente nada daquilo a que se refere a ação institucional de um parlamentar. Por que não o faz? Porque a Assembleia



está de recesso. A Assembleia Legislativa, nesse período, conforme prevê o Regimento, nomeia uma comissão de representação, que fala pelos Deputados. Durante esse período, o parlamentar suplente toma posse e, além de seu salário, beneficia-se de toda a estrutura de um mandato parlamentar, estrutura fundamental para o nosso trabalho parlamentar ao longo das nossas atividades.

Os Deputados que, ao longo do seu mandato, viajam, visitam os Municípios, atendem a várias cidades e várias demandas, atuam nas comissões e no parlamento, precisam dessa assessoria técnica de representação durante sua atividade parlamentar. Mas não justifica, Deputado Rômulo Viegas, que essa estrutura seja colocada à disposição num período em que a Assembleia Legislativa não tenha atuação nenhuma.

A proposta que ora apresentamos prevê exatamente isso. Que possamos mudar a nossa Constituição, dando essa possibilidade, para que não seja convocado esse parlamentar. Há uma cobrança muito grande da sociedade para que isso aconteça. Obviamente que, com o passar do tempo, essa cobrança para, mas, em todo início de legislatura, esse tema é pauta na mídia nacional, de cobrança da moralidade dos gastos públicos, para que isso seja corrigido. Nesse sentido, essa proposta cria apenas uma exceção na nossa própria emenda. Caso nesse período de recesso seja convocada reunião extraordinária para debates no parlamento, aí, sim, se justifica a convocação desse parlamentar. A nossa emenda trata desse assunto, com essa possibilidade, para que a Assembleia sinalize isso para a sociedade, diante de todas as cobranças legítimas e até do entendimento de vários parlamentares aqui. Tive oportunidade de conversar com os Líderes, com os Deputados, e alguns Deputados manifestaram espontaneamente o interesse em apoiar essa proposta, porque não é uma proposta que interessa ao meu mandato particularmente ou a qualquer outro Deputado, mas à instituição Assembleia Legislativa de Minas Gerais, porque não só dará uma resposta à sociedade mineira como terá oportunidade de ser um exemplo nacional. A primeira Assembleia Legislativa do Brasil a apresentar a proposta de fazer com que essa ação que acontece em todo início de legislatura possa ser mudada na Constituição Federal e com que o Congresso Nacional possa avançar com essa PEC que hoje está parada. Fica aqui a nossa proposta, pedindo o apoio de V. Exa.

Concedo aparte ao Deputado André Quintão para que, depois, eu possa dar continuidade à apresentação dessa proposta.

O Deputado André Quintão (em aparte)\* - Queria cumprimentar o Deputado Ulysses Gomes e dizer que temos total concordância com os argumentos apresentados por V. Exa. Tenho a leitura de que o parlamento em geral, no Brasil, tem algumas práticas que infelizmente contribuem para uma visão negativa por parte da sociedade. Até tenho dito que, infelizmente, muita coisa positiva que o parlamento faz não tem a compreensão ou a devida divulgação na sociedade. Muitas vezes o parlamento paga um preço exagerado em comparação com outras instituições que também têm suas mazelas e suas contradições. Nesse caso, cabe a nós, que estamos no parlamento e acreditamos nele e que lutamos muito pela redemocratização do País, buscar formas de eliminar esses aspectos que deturpam a imagem do parlamento. Muitas vezes o parlamento tem um funcionamento em alguns casos muito positivo, como no exemplo da Assembleia, no papel das suas comissões, na estruturação técnica, nas audiências públicas, nos seminários legislativos. Deputado Ulysses Gomes, é a única Assembleia do País que tem um mecanismo de emenda popular ao Orçamento e ao Plano Plurianual. Há a nossa TV legislativa, que surgiu por iniciativa do Deputado Alencar da Silveira Jr., há alguns anos. Temos vários mecanismos nesta Casa que são elogiáveis.

Às vezes - nesse caso, até por uma legislação superior -, há brechas para que determinadas práticas ocorram, e essa de que V. Exa. trata é uma delas. Assim, muitas vezes, pela troca pelo suplente, pela convocação de um Secretário, pela não coincidência de datas entre a posse do Legislativo e a do Executivo, há aquele parlamentar que até está no seu direito constitucional e eleitoral, porque ganhou a eleição e tem de ser diplomado e empossado, às vezes, por um mês, exatamente quando o parlamento está em recesso. De fato, é difícil para o trabalhador compreender isso.

Imagine, Deputado Ulysses Gomes, uma professora que tenha se mobilizado e feito greve para melhorar o salário, para ter o piso nacional ou um trabalhador que ganha o salário mínimo, que pega o ônibus lá todos os dias. Aquela pessoa que tem o reajuste de 3%, 4%, 5% ouve, pela grande mídia, que haverá um Deputado que tomará posse e terá um salário de R\$20.000,00, uma estrutura de gabinete com não sei quantos assessores, com uma verba indenizatória num mês que não tem trabalho. Vai assumir, inclusive com despesa, num mês em que se está de férias, ficando às vezes um mês. É o tema de que V. Exa. trata.

Quero parabenizá-lo. Tenho certeza de que essa proposta será aprovada.

Concluindo, aproveito, Deputado Ulysses Gomes, para deixar uma sugestão. Senti, ao conversar aqui com os Deputados, uma grande concordância com a proposta de V. Exa. Agora, de fato, a questão da diplomação, da posse, como há aspectos nacionais de legislação, alguns Deputados disseram que, da forma como está, pode enfrentar algum óbice constitucional, mas o que V. Exa. quer é exatamente uma austeridade na utilização dos recursos públicos. Alguns Deputados já estão sugerindo modificações e aperfeiçoamento. Ele pode tomar posse, mas a Assembleia Legislativa não é obrigada a disponibilizar para ele uma estrutura no período em que está em recesso. Inclusive, poderia ser uma alternativa a ser trabalhada, a não ser, como disse V. Exa., que haja uma convocação extraordinária, que haja uma emergência, que o Parlamento funcione. Se o Parlamento funcionar, aí, sim, o parlamentar deverá ter o direito de ter toda a sua infraestrutura, pelo menos, proporcional ao tempo em que estiver lá.

Então, parabeno V. Exa. Aproveito para dizer que foi uma grande conquista para a Assembleia Legislativa a sua posse. Nós o conhecemos da militância do Partido dos Trabalhadores, da militância no Sul de Minas. É um grande militante da área da criança e do adolescente. V. Exa. chegou e já ocupou um lugar de destaque na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Essa medida de V. Exa. pode colocar, mais uma vez, a Assembleia de Minas no protagonismo de mudanças que, quem sabe, o próprio Congresso e a Câmara dos Deputados poderá também fazer.

Cumprimento-o e peço que, de fato, hoje aprovemos em 1º turno, com essa abertura para que, seja do ponto de vista jurídico ou operacional, possamos aperfeiçoá-la para o 2º turno. Muito obrigado.

O Deputado Ulysses Gomes\* - Agradeço o Deputado André Quintão, grande companheiro. Manifesto também a minha admiração por seu trabalho.

Quero dizer-lhe que é exatamente este o nosso intuito: sinalizar o compromisso desta Casa, desta instituição com a sociedade mineira e ser um exemplo, para a sociedade brasileira, de austeridade com o gasto público, de moralidade nas ações, sobretudo no que



diz respeito ao erário. Essa é a proposta. Tudo que, obviamente, vier a aperfeiçoá-la nesse sentido, como tive a oportunidade de conversar com vários Deputados, as propostas que serão encaminhadas no 2º turno virão e, da nossa parte, receberemos com a maior abertura para que exatamente possamos corrigir, como V. Exa. aqui falou, essa lacuna, esse intervalo que a Constituição coloca de não coincidirem as posses do mandato parlamentar do Deputado e a do Executivo. Por exemplo, nesta Casa, este ano, 6 Deputados tomaram posse; na Câmara dos Deputados, 41 Deputados tomaram posse desde janeiro deste ano. O estudo que foi feito diz que custa, em média, R\$100.000,00 a estrutura toda de cada parlamentar. Isso é desnecessário. Não mudou nada na vida de ninguém.

Os dados são: em Minas Gerais, 6 Deputados; em Brasília, 41 parlamentares; em São Paulo, 11 Deputados. Se expandirmos isso para outros Estados, serão várias outras lideranças legítimas que foram convidadas por seus Governadores a ocupar cargos no Executivo, mas, por obrigação da Constituição, oportunidade que temos de alterar, foram convocados suplentes e usufruíram dessa estrutura, como V. Exa. muito bem aqui registrou, desnecessária.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Ilustre Deputado Ulysses Gomes, também queremos cumprimentar V. Exa. pela iniciativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 8. V. Exa. foi o primeiro signatário da matéria e contou com a subscrição de outros parlamentares desta Casa. Destaco que, como Deputado de primeiro mandato, V. Exa. já tem demonstrado grande capacidade e compreensão política. A PEC reforça princípios fundamentais, como o fortalecimento do Parlamento. Um parlamento é forte quando cuida da moralidade, da ética e da transparência. Lembro-me do início desta legislatura, em fevereiro, quando V. Exa. chegou. V. Exa. já tinha compreensão quando se posicionou contrariamente à utilização de leis delegadas, que enfraquecem o parlamento, substituem o Poder Legislativo pelo Poder Executivo. Precisamos de um parlamento realmente forte, que respeite os princípios da moralidade, da transparência e da representatividade. Isso é fundamental.

Outro aspecto a destacar é que, se não há trabalho, não pode haver contraprestação a ele. Todo trabalho deve ser remunerado. Se não há trabalho, não há sentido em remunerar. Esse período de transição e de recesso indica vacância, pois não há prestação de serviço. Sendo assim, não faz sentido onerar os cofres públicos remunerando os suplentes. Isso depõe contra o parlamento. Seria diferente se a Casa fosse convocada extraordinariamente para apreciar uma medida de urgência do Governador. Por exemplo, quando discutimos as leis delegadas, explicitamos que, a princípio, elas não deveriam ser utilizadas de forma alguma, porque eram prerrogativa do parlamento. Mas, na pior das hipóteses, se a lei delegada fosse utilizada pelo menos como mecanismo de medida provisória... Na medida provisória, o Executivo faz a proposição, que tem de passar pelo crivo do Congresso e do Senado. Isso não ocorre com a lei delegada. Então, em tese, no caso de emergência, de início de governo, havendo necessidade e interesse público, se a Casa for convocada em regime extraordinário, será justo, como dispõe a PEC. Mas convocar suplentes com o parlamento em recesso, e eles ainda terem acesso ao processo remuneratório, realmente, não faz sentido.

O espírito, a compreensão da sua proposta é muito correta e tem o nosso apoio, assim como o de diversos Deputados que a subscreveram. Sem dúvida alguma, a Assembleia dará um bom exemplo. Esta Casa tem feito um trabalho muito positivo, que muitas vezes não é visto.

A Presidência do Deputado Dinis Pinheiro tem priorizado muito, por exemplo, a participação popular, os seminários, as audiências públicas e o diálogo permanente com a sociedade civil. Muitas vezes, as pessoas ainda não conseguem vislumbrar isso. Às vezes, quando o Poder Legislativo aparece na mídia, ele aparece por seus erros, e não, por seus acertos. A participação popular é um exemplo de acerto da Assembleia Legislativa. Trazer o povo para dentro desta Casa, levar a Assembleia ao interior, aos bairros e às comunidades é importante. Somente neste ano, a Assembleia foi a comunidades quilombolas... Realizamos audiências públicas em comunidades quilombolas em Conceição do Mato Dentro, tivemos oportunidade de ir a comunidades indígenas em São João das Missões e, pela primeira vez na história, fizemos audiências públicas dentro de um acampamento cigano, respeitando a etnia cigana, que, muitas vezes, era desrespeitada. Enfim, a Assembleia esteve muito presente. Essa é a participação popular.

Ao mesmo tempo, a Casa dará um grande exemplo no princípio da transparência, ou seja, o princípio de não abusar do gasto público, com a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, que V. Exa. muito bem apresentou. Sem dúvida, não faz sentido o suplente tomar posse no período de recesso, porque há um desencontro de mandatos. Enquanto o Executivo toma posse em 1º de janeiro... As pessoas que nos acompanham podem não compreender isso. Todos acham que a nossa posse acontece no dia 1º de janeiro. Neste ano, não vim à posse do nosso Governador, pois estava em Virgolândia, e me perguntaram: “Você não vai tomar posse?”. Então, disse: “Não, a nossa posse ocorre em fevereiro”. O Governador, o Executivo toma posse em janeiro, e o Legislativo, em fevereiro, ou seja, um mês após. Nesse intervalo, quem é Deputado e vai assumir uma vaga como Secretário, aquela vacância é ocupada pelo suplente. Agora, se não há trabalho aqui na Casa, pois está em recesso parlamentar, não há funcionamento efetivo. Como disse, diferentemente, pelo princípio retributivo do trabalho, se houvesse funcionamento da Casa, era mais que justo haver a contrapartida do salário pela prestação do serviço. Mas, se a Casa está num período de recesso, é mais que justo que a proposta de emenda à Constituição que V. Exa. muito bem apresenta, já com a assinatura de diversos Deputados, seja aprovada no Plenário desta Casa, e a Assembleia dará um grande exemplo.

Quero parabenizar V. Exa. pelo brilhantismo, pois tem feito um trabalho muito bom na Comissão de Fiscalização Financeira, tem sido parceiro de todos os Deputados pela sua vivência, experiência e compreensão. V. Exa. está de parabéns e é uma grande revelação do Parlamento mineiro em 2011.

O Deputado Ulysses Gomes\* - Muito obrigado, Deputado Carlin Moura, um grande amigo que tive a oportunidade de fazer, de construir essa amizade nesta Assembleia. Além de acompanhar a sua trajetória política, a partir de suas palavras, relembro que, de fato, é uma proposta que recebeu apoio de vários Deputados desta Casa para que pudesse tramitar. Não tenho dúvida de que há, por parte dos Deputados, a compreensão de sua importância, como também o apoio para que a Assembleia, mais uma vez, seja pioneira, seja exemplo de moralidade e de trabalho deste Parlamento para todo o Brasil.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado Ulysses Gomes. Também quero ir na mesma linha de raciocínio dos dois Deputados que me antecederam e parabenizá-lo pela iniciativa. A PEC nº 8/2011, apresentada por V. Exa., não é partidária, mas uma PEC do Parlamento. É uma proposta de emenda à constituição que atenderá um clamor da sociedade no quesito



moralização. Não fazemos aqui nenhuma crítica pessoal e direta a ninguém, mesmo porque esses que exerceram o mandato nesse curto espaço de tempo na Assembleia o fizeram amparados pela Legislação. Seu objetivo ao apresentar essa PEC no Plenário desta Casa - e tenho certeza que contará com o nosso apoio e com o dos demais colegas - é realmente evitar um gasto, no nosso entendimento, pela experiência e vivência que passamos neste ano na Casa, perverso, em que se evidencia a não necessidade desse posicionamento administrativo.

Mesmo porque, estando a Assembleia em recesso no período de janeiro, poderia até dizer que o parlamentar estaria visitando as suas bases. No entanto, ele pode fazer isso evitando desgaste para o erário e o governo do Estado.

De forma que, além de ter atuação expressiva nas comissões da Casa e realizar um trabalho bom no Plenário, exercendo a sua atividade parlamentar e visitando as cidades da sua base, V. Exa. também propõe um projeto de emenda à Constituição, que, conforme disse, trará atendimento claro e objetivo ao clamor da sociedade. Muitas vezes, Deputado Ulysses Gomes, as informações chegam um tanto distorcidas à população. V. Exa. mostra o gasto de R\$100.000,00 nessas atividades, e esclarecemos que não é o recurso que recebemos. O nosso salário bruto é de R\$20.000,00, com uma ajuda de custo de aluguel de R\$2.250,00. Isso é publicado no “site” da Assembleia. Então, para as nossas despesas líquidas, recebemos R\$13.000,00. Quanto a esse montante de R\$100.000,00, V. Exa. se refere à despesa com funcionários, gabinete e toda aquela logística. Na verdade, esse é o custo global para o atendimento, pelo gabinete, das atividades do parlamentar. É bom deixar isso claro porque, muitas vezes, as pessoas entendem que recebemos esse valor. Estamos fazendo uso agora da TV Assembleia, que foi criada pelo Deputado Alencar da Silveira Jr. Ficamos muito felizes com essa iniciativa porque, por meio da TV Assembleia, conseguimos esclarecer e retirar dúvidas das pessoas.

Deputado Ulysses Gomes, parabéns pela iniciativa. Continue assim, pois tenho certeza de que seus eleitores e conterrâneos sentirão orgulho das suas ações na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Ulysses Gomes\* - Muito obrigado, Deputado Rômulo Viegas. Concedo aparte ao Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Deputado Ulysses Gomes, parabênizo V. Exa. por essa iniciativa. Acredito que não teremos dificuldade alguma para aprovar essa PEC no Plenário, pois todos os companheiros têm o anseio de mostrar que este Poder faz as coisas. Se formos pegar só pela imprensa... Quando V. Exa. diz que um Deputado chega em janeiro e gasta R\$100.000,00, no dia seguinte sairá publicado na imprensa: “Deputado em Minas ganha R\$100.000,00”. Certamente, se não repararmos isso, acontecerá como na Câmara Municipal. Como o Deputado, o Vereador na Câmara Municipal não pode votar... Não sou quem vota o meu salário, mas, sim, ele é aproximadamente 75% do fixado para o Congresso Nacional. O Vereador Leo Burguês, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, colocou o projeto para a próxima legislatura. Numa legislatura se vota o percentual da outra legislatura. Então ele fixou em 75% o salário da próxima legislatura. Qual foi a matéria de todos os jornais? Outra dia ouvi este comentário de dois companheiros de rádio: “É um absurdo o Vereador estar votando o seu próprio salário”. Não é por aí. Sou jornalista e radialista. Precisamos tratar as coisas com seriedade. Ele não está votando o salário dele, mas o dos Vereadores da próxima legislatura. Além disso, não sabe se será eleito ou reeleito nem quem será. Entenderam? No entanto, a imprensa publicou: “Câmara de Vereadores aprova aumento de salário”.

Quando promovemos esse tipo de discussão aqui, certamente dirão amanhã, na televisão e em todas as redações de todos os jornais e rádios que acompanham a TV Assembleia: “Deputado garantiu que ganha R\$100.000,00”. Na verdade, R\$100.000,00 são o gasto com luz, água, elevador, funcionários, telefone, ou seja, toda a infraestrutura. Não é que se gastam R\$100.000,00, mas que ele pode chegar até R\$100.000,00. Se forem feitas as contas, fica pesado 77 vezes 100.

Portanto temos de levar em conta essas discussões. Creio que falta muita transparência por parte desta Casa. O salário de um Deputado tem de ser bem apresentado. No Facebook, mostro meu contracheque e o número de funcionários do meu gabinete. Está tudo ali apresentado abertamente.

Hoje o salário do Deputado Estadual tem de ser apresentado. No meu Facebook, por exemplo, eu coloquei o meu contracheque, o número de funcionários que há em meu gabinete; encontra-se tudo ali. Creio que falta transparência, porque, a partir do momento em que você trabalha, tem de ser bem remunerado. E esse Deputado que chega aqui no dia 13, para sair no dia 30, com certeza não vai trabalhar. Então, ele não tem como ter essa remuneração, o seu salário e toda a estrutura de gabinete.

Parabênizo V. Exa. Tenho certeza absoluta de que nós vamos aprovar essa PEC. E é uma vitória de V. Exa., que chega a esta Casa, e com quem me orgulho de ter convivido nesta 1ª Sessão Legislativa, neste primeiro ano. V. Exa. é um Deputado do PT que fez e faz diferença neste Plenário e nas Comissões, por sua conduta. Parabéns.

O Deputado Ulysses Gomes\* - Muito obrigado, Deputado Alencar da Silveira Jr. Creio que vale muito registrar essa proposta como uma proposta de todos os Deputados, uma proposta que está em consonância com aquilo que a sociedade mineira e brasileira cobram. Mas é também uma proposta de moralização, de austeridade com o gasto público, para os parlamentares apresentarem à sociedade. Essa medida coloca a instituição Assembleia Legislativa num patamar diferenciado, num patamar de referência também nesse aspecto, pois hoje a Assembleia já é referência, devido ao trabalho incansável de cada parlamentar, do trabalho das nossas comissões, em reuniões e audiências públicas realizadas.

Há pouco, o Deputado Dilzon Melo, 1º-Secretário, fazia aqui um relato do ano, em que apresentou aquilo que mais se destacou entre os trabalhos dos Parlamentares e os desta Casa, que foram propostas, projetos, ações, debates. Ou seja, um resultado daquilo que a nossa comunidade e aqueles que acreditaram em nosso trabalho, que nos confiaram seu voto querem ver. Com todo merecimento e com toda justiça, eles querem ver o resultado do trabalho de um Parlamentar que representa Minas Gerais, que representa uma região, uma cidade, mas, sobretudo, que representa o Parlamento mineiro, e, dessa forma, a sociedade mineira. Não tenho dúvida de que essa proposta tem esse objetivo, de fazer com que a nossa Assembleia seja esse exemplo para as sociedades mineira e brasileira.

Farei aqui, de forma rápida, a leitura do parecer, cujo relator foi o Deputado Gustavo Valadares. Creio que de alguma forma isso esclarecerá aos que nos acompanham e considero importante registrar a sua fundamentação. (-Lê:) “Fundamentação. A proposta em tela objetiva alterar o § 1º do art. 59 da Constituição Estadual de modo a instituir a vedação da posse de suplentes de Deputados durante o recesso parlamentar, excetuando-se a hipótese de convocação extraordinária.

O instituto da suplência acha-se previsto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 59 da Constituição do Estado.



§ 1º- O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em cargo mencionado neste artigo, ou de licença superior a cento e vinte dias”. Já é previsto.

“§ 2º- Se ocorrer vaga e não houver suplente, far-se-á eleição” - neste caso específico - “se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 3º- Na hipótese do inciso I, o Deputado poderá optar pela remuneração do mandato.

A proposta em exame objetiva flexibilizar tais disposições, de modo a vedar a posse do suplente no período de recesso legislativo” - período esse de que estamos aqui falando - “abrindo-se a exceção para o caso de convocação extraordinária, situação em que a posse dar-se-ia a partir do primeiro dia da sessão ordinária.

O que motiva a proposição é o fato de que, com frequência, Deputados nomeados para cargos no Poder Executivo se afastam das atividades parlamentares, com a consequente vacância do cargo e a convocação dos suplentes. Contudo, a posse dos suplentes costuma coincidir com o período de recesso parlamentar. Trata-se de período em que praticamente não há atividade legislativa. Porém, a posse dos suplentes acarreta elevados gastos decorrentes da percepção dos subsídios e demais direitos legalmente instituídos em favor dos parlamentares. Essa situação se mostra totalmente indesejável, pois, em um contexto de escassez de recursos públicos, elevam-se os gastos com os suplentes sem que haja qualquer atividade parlamentar que justifique tais custos.

Contudo, a posse dos suplentes costuma coincidir com o período de recesso parlamentar. Trata-se de período em que praticamente não há atividade legislativa. Porém, a posse dos suplentes acarreta elevados gastos decorrentes da percepção dos subsídios e demais direitos legalmente instituídos em favor dos parlamentares. Essa situação se mostra totalmente indesejável, pois, em um contexto de escassez de recursos públicos, elevam-se os gastos com os suplentes sem que haja qualquer atividade parlamentar que justifique tais custos.

Vale ressaltar que a proposta em tela excepciona a vedação da posse dos suplentes durante o recesso para a hipótese de convocação de reunião extraordinária. Nesse caso, a posse seria de rigor, até porque restaria afastada a situação de paralisação das atividades parlamentares, que seriam retomadas, deixando de comparecer, pois, as razões determinantes da vedação se encerram. Desse modo, haveria uma solução conciliatória entre a necessidade da atuação do Poder Legislativo na plenitude de sua representação, com os 77 membros que o compõem, e a postura de austeridade e zelo no trato dos recursos públicos, até em respeito aos postulados constitucionais da moralidade e da eficiência no âmbito das funções públicas.

Segundo a justificação que acompanha a proposição, em janeiro deste ano, só a Câmara Federal empossou 39 Deputados suplentes, gerando todo um noticiário desfavorável na mídia nacional, com ampla cobertura dos gastos realizados e críticas da opinião pública denunciando a falta de efetividade desses gastos. O mesmo se repetiu aqui, em Minas Gerais, com a posse de seis Deputados suplentes, e em vários outros Estados da Federação.

Ressalte-se, por fim, que a proposta ora em análise encontra respaldo jurídico no art. 25 da Constituição da República, segundo o qual os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Lei Maior.”

Este foi o parecer favorável a nossa proposta, o que mostra a questão da legalidade - logicamente ela não chegaria a este Plenário se não fosse assim. Porém, para aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia, considero importante registrar esse parecer, tão bem fundamentado, da comissão especial presidida pelo Deputado Hely Tarquínio e relatada pelo Deputado Gustavo Valadares, aos quais agradeço a agilidade e a presteza com que se dedicaram a essa proposta, que foi apresentada em 17 de fevereiro, no início da nossa legislatura. Ao iniciá-la, começamos com o peso da cobrança da sociedade, por meio da mídia e das manifestações daquele momento.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)\* - Deputado Ulysses Gomes, agradeço-lhe o aparte. Quero apenas parabenizá-lo e a todos que subscreveram essa Proposta de Emenda à Constituição nº 8, que veda a posse de suplentes de Deputados durante o recesso parlamentar. Na verdade, essa ação é muito justa. E essa proposição vem para fortalecer o Poder Legislativo e dar mais credibilidade ao processo, pois, afinal de contas, no mês de recesso, a Casa não se encontra em funcionamento, muito menos as comissões.

Há as comissões, os consultores e todo o apoio que necessitamos para o processo legislativo. As comissões têm um trabalho fundamental. As decisões desta Casa realmente fazem parte do dia a dia do povo mineiro. Percorremos, por meio da realização de audiências públicas, todo o Estado de Minas Gerais, discutindo os mais diversos temas. No caso da Comissão de Cultura, da qual sou membro, discutimos outros temas que não estão ligados apenas à cultura, como as dificuldades enfrentadas pela população com as contas de água da Copasa, com relação à Cemig e ao tratamento de esgoto; enfim, discutimos tudo aquilo que diz respeito à vida do cidadão e às questões que envolvem saúde pública.

Ressalto que obtivemos muitos bons resultados por meio das comissões e com o apoio recebido desta Casa. Janeiro é um mês de recesso, a Casa não funciona. Portanto, não considero justo que um Deputado suplente assumira nesse período e tenha todo o apoio e aparato que a Casa oferece. Isso não é justo.

Realmente, essa proposição, pela qual o parabenizo, traz moralidade à Casa, e com ela saímos na frente, dando exemplo. Certamente essa proposta de emenda à Constituição contará com o meu apoio e, espero, com o de todos os Deputados. Com exemplos como esse, vamos alcançar mais credibilidade e diminuir a grande diferença que ainda existe entre nós, representantes, e os representados. O trabalho que fazemos no Parlamento deve ser ligado, sempre e acima de tudo, ao interesse público; temos de trabalhar representando a nossa população, o bem comum, o interesse público. E é com projetos como esse que damos o exemplo.

Parabenizo a todos e a V. Exa., que com certeza contará com o nosso apoio a essa proposta de emenda à Constituição. Parabéns.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, serei breve. Quero apenas fazer a defesa de Emenda nº 2, que estamos apresentando, assinada pelo Colégio de Líderes, que isenta a Área Mineira da Sudene da cobrança da taxa. Por dois motivos: porque lá ainda não existe exploração e porque o minério é de baixo teor. Se houver cobrança de taxa, ninguém se interessará em fazer exploração do minério na Área Mineira da Sudene. Por esse motivo, houve um acordo assinado por todos os Líderes, e pedimos a todos que, assim que votarmos o projeto, aprovemos a Emenda nº 2, assinada por todos os Líderes desta Casa. Obrigada.

\* - Sem revisão do orador.



O Deputado Sávio Souza Cruz\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tive oportunidade de encaminhar a votação desse projeto, em 1º turno, mas não pude discuti-lo porque já veio ao Plenário com discussão encerrada, em processo de votação. Então dispusemos de tão somente 5 minutos para encaminhá-lo. Agora, em 2º turno, embora em regime de urgência, vamos dispor de meia hora para tentar mostrar aos Deputados, às Deputadas, à Casa de maneira geral e, em especial, aos mineiros que nos assistem pela TV Assembleia a mais absoluta inconveniência de esta Casa aprovar a criação dessa taxa. Primeiro é preciso que salientemos que todos nós, mineiros, temos sensação de que foi, de alguma forma, incorporada até na nossa alma a tese de que a atividade minerária deixa pouco no Estado, nas comunidades onde ela se exerce. Isso tudo é verdade.

O Prefeito Ângelo Oswaldo costuma dizer que o ciclo do ouro nos deixou o barroco mineiro e ainda é duvidosa a herança do ciclo do ferro. Mas é preciso levar em consideração que, se há uma absoluta concordância em que hoje, por regramentos legais que vieram ocorrendo e que tentarei elucidar aqui, hoje, de fato, a contribuição da mineração para o poder público ficou diminuída perto da sua pujança. Isso em razão de o regulamento da CFEM estabelecer critérios aquém daquela capacidade contributiva que o setor poderia ter. Mas, muito mais especialmente, em razão da chamada Lei Kandir, que isenta de ICMS a atividade minerária para efeito de exportação. Isso é curioso, porque temos uma inversão: o minério que é exportado é isento de ICMS, diferentemente do consumido em território nacional. Se tudo isso é verdade, e se é verdade que hoje a mineração contribui menos do que poderia, a solução passa longe, longe da instituição dessa taxa. Isso por várias razões. Primeiro, quando a taxa foi criada, ela não se enquadrava no conceito, na natureza de taxa. Ela tem muito mais natureza de imposto. Vou tentar demonstrar isso.

O governo resolveu cobrar essa taxa na faixa de uma Unidade Fiscal, dois reais e pouco, por tonelada de produto. Se for 1t de ouro, que custa R\$60.000.000,00, R\$80.000.000,00, R\$2,00; se for 1t de minério de ferro pobre, que custa R\$9,00, CR\$2,00. Se for o minério de ferro, o minério rico, poderá chegar a R\$150,00, R\$2,00 são pouco mais de 1%. Mas o minério que custa R\$9,00, é mais de 20%. Com isso, a taxa vai viabilizar uma série de atividades, uma série de minas em prejuízo do nosso potencial minerário.

É fundamental que entendamos que minério é um conceito econômico. Bem mineral pode ser um conceito físico ou químico, mas minério é o bem mineral cujo aproveitamento é economicamente viável. Portanto, todo minério é um bem mineral, mas nem todo bem mineral é um minério. A taxa, nos termos em que ela se concebe, é uma remuneração indenizatória do Estado para exercer uma fiscalização.

Nós, da Comissão de Minas e Energia, solicitamos, em diligência ao Estado, que informasse à Memória de Cálculo como pretendia fiscalizar, para sabermos se ela está ou não bem-dimensionada. Mas o Estado não foi capaz de responder. Ele poderia responder que teremos tantos homens, tantos helicópteros, mas nada disso, não foi informado como será. E isso justamente porque ela não tem esse caráter de taxa. Como se pode entender, Deputado Adelmo Carneiro Leão, que uma taxa de fiscalização do Estado varie com a produção? Para eu fiscalizar sua mina, por exemplo, se o mercado estiver bom e V. Exa. estiver produzindo mais, aumenta o meu custo para eu ir lá? Se o mercado se retrai e a produção cai, ficará mais barato para o Estado fiscalizar? Justamente porque ela não tem caráter de taxa.

Além desse aspecto, outro da natureza inconstitucional dessa taxa é que ela é exercida na fiscalização de um direito. Qual direito está o Estado fiscalizando? O ambiental não é, porque já existe a Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental; e o minerário também não é, porque esse é de competência exclusiva do governo federal, já que o subsolo é da União. O Estado não foi capaz de, na diligência, esclarecer qual direito ele estará fiscalizando em sua ação fiscalizatória para que se justifique essa taxa.

A terceira inconstitucionalidade, Deputado Adelmo Carneiro Leão, é que ele contraria dispositivo expresso da Constituição que veda que os produtos sejam diferenciados pelo seu destino, justamente para impedir a guerra fiscal. O nosso projeto hoje em análise isenta o minério que for usado em Minas e taxa o que for para fora do Estado, ainda que ele saia da mesma mina. Portanto, há flagrantes inconstitucionalidades, além de se gerar uma possibilidade dramática. Acredito que esse projeto cairá em juízo, mas, se isso não acontecer, ele abrirá margem para que os outros entes federados, tanto Municípios quanto a União, também criem taxas semelhantes.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Agradeço-lhe, Deputado Sávio Souza Cruz. Expresso minha inquietude ao tratar de questões tão sérias do ponto de vista da organização do Estado, de sua sistematização, dos fundamentos das boas práticas da administração pública prescritos na Constituição, muito claramente da razoabilidade, da legalidade e da juridicidade. Em nosso Estado a questão mineral é extremamente importante para nosso desenvolvimento, que precisa ser organizado, precisa de uma política adequada não só do ponto de vista da exploração do minério, mas de sua apropriação, da agregação de valor. É lamentável que um governo que se diz de choque de gestão, de eficiência, de resultados encaminhe isso dessa forma.

Também não me sinto em condições de votar favoravelmente, porque isso nada mais é do que uma medida arrecadatória insensata. Se fosse arrecadatória justa e bem-distribuída, seria até adequado. Poderíamos pensar, setores com fontes importantes poderiam dar sua contribuição. Mas, dessa forma, só desagra, não nos ajuda.

Estou me manifestando publicamente diante dessa realidade que está posta, e com desejo de ver esse setor servir aos interesses do Estado, dar sua contribuição. Estou muito triste por ver isso chegar dessa forma. Mesmo que isso seja eventualmente aprovado aqui, e espero que não seja, na realidade dará argumento jurídico para que se conteste uma ação que, pela sua irregularidade, mais atrapalha do que ajuda a regularizar um setor tão fundamental e importante do nosso Estado. Com uma boa discussão, poderíamos ter ótimos resultados nesse processo.

Quero manifestar também, Deputado Sávio Souza Cruz, que não me sinto em condições de votar favoravelmente ao projeto, que eventualmente poderia conduzir a um resultado muito positivo e salutar do ponto de vista da organização e da contribuição desse setor com o desenvolvimento do Estado.

O Deputado Sávio Souza Cruz\* - Obrigado, Deputado Adelmo. Agradeço a manifestação sempre ponderada de V. Exa. e concedo aparte ao Deputado Alencar da Silveira.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Deputado Sávio, estou aprendendo a cada dia. De manhã, quando me levanto, já procuro fazer isso. No início desta legislatura, peguei aquele projeto do Deputado Chico Uejo que criava a taxa de combustível. No



final da legislatura passada, ocorreu aquele problema todo, e o projeto não foi votado. Peguei aquele projeto e o apliquei às mineradoras. Por causa do meio ambiente, ele taxava quem comprasse um litro de gasolina. Peguei aquilo e taxei também quem comprava 1kg de minério. A matéria está tramitando nesta Casa.

Eu, assim como o telespectador da TV Assembleia e o meu eleitor, estou tentando entender porque o Deputado Sávio Souza Cruz e outros Deputados não estão de acordo com a ideia de taxar as mineradoras. Em Itabirito, que está debaixo d'água agora, há uma mineradora que tem, na cabeceira do Rio de Itabirito, uma represa para ajudar no minério. Além de fazer um buraco na região de Itabirito - hoje só há ali o pico de Itabirito -, ela abriu as comportas de água para preservar a represa e inundou a cidade, que, neste exato momento, está debaixo de água. A mineradora suga o que tem de sugar da cidade de Itabirito, Minas Gerais. Ganha dinheiro com isso e não ajuda em nada. Então, enfrentamos esse problema agora, em Itabirito. Porém esse problema poderia ter sido evitado quando pedi autorização ao IEF para limpar as margens do rio, para a água passar direto, quando enviei ao DEOP pedido de providências para evitar que isso acontecesse. Fizemos isso há três meses, está tudo documentado. Então, Itabirito agora está debaixo d'água por causa da quantidade de chuvas que caiu e porque abriram a comporta da mineradora. Para preservar a represa, deixaram a água descer, e Itabirito, minha cidade, foi inundada, está debaixo d'água.

Logo, não estou entendendo. Acho que é necessário aplicar imposto e taxa, sim, a essas mineradoras; é preciso pegar os recursos dessas taxas e aplicá-los na educação, no meio ambiente, etc., porque as mineradoras estão deixando buracos e mais buracos. Ou então farão como estão fazendo hoje. Fizeram buracos e agora estão aparecendo os grandes arranha-céus nos bairros da região de Nova Lima. Portanto não estou entendendo.

Gostaria de ser convencido agora, de saber por que não posso votar nesse projeto que vai taxar as mineradoras, que mamam muito nos nossos solos, nos solos de Minas Gerais. Buscam aqui as nossas riquezas e as levam lá para fora, onde todos estão ficando ricos, enquanto Minas Gerais continua nisso. A matéria-prima é nossa. É esse aspecto que V. Exa. poderá esclarecer-me, a fim de me ajudar a acertar o meu voto. Que motivo há para eu não taxar o minerador? É bom que explique isso ao telespectador da TV Assembleia, porque as mineradoras estão todas ricas, Deputado. Enquanto isso, Minas Gerais, com todo esse potencial que tem, não possui esse recurso. Primeiro temos de julgar isso em Brasília. Essa é a pergunta que deixo, sabendo que V. Exa. é um professor. Apenas gostaria de entender o porquê.

Aproveito a oportunidade para parabenizar V. Exa. pela eleição do novo Presidente do seu time. Tenho certeza de que o Atlético vai continuar em boas mãos, com o Kalil na Presidência. Muito obrigado.

O Deputado Sávio Souza Cruz\* - Agradeço-lhe o aparte, Deputado Alencar. V. Exa. começou muito bem sua fala, pois disse que aprendemos a cada dia. Comecei a minha manifestação justamente dizendo que as minerações estão contribuindo com um valor aquém de suas possibilidades. Existe uma diferença de natureza entre taxa e imposto. A taxa existe para remunerar o Estado por uma prestação de serviço, e é esse o problema. Qual serviço estará prestando o Estado? Qual direito o Estado estará controlando? O minerário é competência da União.

Para controlar o meio ambiente, já existe uma outra taxa do Estado, a Taxa de Fiscalização Ambiental - TFA. Hoje as mineradoras estão desoneradas de uma contribuição por uma lei federal, a Lei Kandir, que desonera do pagamento do ICMS todo produto para exportação. Como a maior parte do minério é para exportação, esse fica desonerado. A CFEM, que também é uma contribuição - essa sim federal -, está dimensionada aquém do potencial contributivo. A solução para que os mineiros se apropriem do sentimento e da certeza de que as mineradoras estão contribuindo dentro de suas capacidades seria a revogação da Lei Kandir ou uma administração junto ao governo federal para que se regulamente a compensação. Além disso, outra solução seria a regulamentação eficaz da CFEM. Esse é o caminho. Não podemos inventar uma taxa de fiscalização ambiental sem que saibamos qual o direito que está sendo fiscalizado e sem que o Estado mostre como calculou o valor a ser indenizado pela sua prestação de serviço.

Além disso, algumas das mais lucrativas minerações ficaram isentas. Por exemplo, não se cobrará taxa da mineração do fosfato, do nióbio, do grafite, do ouro. Não se vai cobrar, Deputado, a taxa da mineração do ouro, que fatura R\$2.100.000.000,00 por ano, em Minas Gerais, porque a sistemática que inventaram era a cobrança sobre tonelagem, e a tonelada do ouro é muito cara. Agora, colocar R\$2,00 por tonelada significa que o Estado receberia, para fiscalizar, não se sabe o que, de toda mineração de ouro em Minas Gerais, R\$32,00 por ano. Por outro lado, uma mineradora, que trabalha com minério pobre, com itabirito pobre, de cerca de 20% de teor de ferro, que produz dois milhões de toneladas por ano e fatura, com isso, R\$18.000.000,00 por ano, pagará R\$4.000.000,00, em razão da taxa.

Isso é razoável? É por aí que resolveremos a questão? Se não cair em juízo, vai-se abrir a porta para que nós, no futuro, quando deixar de existir a Lei Kandir, tenhamos a cobrança do ICMS. Quando o Congresso Nacional regulamentar a CFEM, nós o teremos. Já há a taxa de fiscalização ambiental. Teremos a taxa estadual e abriremos a porta para mais uma taxa da União e uma dos Municípios. Isso é razoável? Deputado Alencar da Silveira Jr., temos de ter a concordância de que as minerações poderiam contribuir mais, mas quero lembrar que, quando analisamos o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios mineiros, os melhores situados são os mineradores. A mineração deixa riqueza, proporciona qualidade para o meio social.

Quero ouvir, com prazer, o aparte da Deputada Liza Prado.

A Deputada Liza Prado (em aparte)\* - Primeiramente quero agradecer ao Deputado por me conceder este aparte. Concordo em parte com suas colocações porque, no caso de taxa, o serviço tem de ser específico e divisível. Portanto, entendo que não há como calcular contraprestação específica daquilo que cada pessoa vai utilizar. Dificilmente poderia ser chamado de taxa, teria de ser imposto. Isso juridicamente falando, em tese, poderia favorecer condições para as empresas questionarem o Estado.

No entanto, voto favoravelmente ao projeto por entender que essas mineradoras têm destruído nosso meio ambiente. Não deviam arrancar nada do nosso solo. Elas prejudicam muito mais que beneficiam. Sou uma admiradora do trabalho do Deputado Sávio, que é estudioso e apaixonado, mas, nesse caso, sei que está, em parte, um tanto quanto equivocado. Claro, em parte, acho que ele tem razão. O Estado precisa fazer cobranças a esse setor, deve haver exigências para que retorne à sociedade benefícios que façam frente ao mal que essas mineradoras têm produzido. É lógico que há as riquezas, nem tudo é ruim, mas é preciso que haja exigências para que deem



retorno à população. Eles colocam buracos para tudo quanto é lado, furam nosso subsolo. Usam por anos mecanismos que deterioram nosso solo, que depois não serve para mais nada.

Muitos utilizam até produtos químicos, que contaminam nosso solo. Particularmente acho que eles têm que pagar impostos, e altíssimos, pelo prejuízo que trazem ao meio ambiente. Mas entendo que a carga tributária no nosso país é muito alta, Deputado Sávio Souza Cruz, é preciso desonerar. Como eles nunca pagaram pelos buracos e pelos estragos que fazem, creio que é preciso haver uma regulamentação do setor. Portanto, acho que, em parte, realmente V. Exa. tem razão, e as suas emendas procedem.

Quanto à questão jurídica, também acho que procede a sua colocação. Creio que o Estado pode ter um problema depois dessa votação, inclusive ser arguido na Justiça, e provavelmente a empresa ganharia. Mas voto para que realmente eles possam ter sua parcela de responsabilidade, que haja regulação do setor, porque estão muito soltos, e o Estado precisa realmente arrecadar. Prefiro que as mineradoras, que nunca contribuíram, paguem uma taxa a que se cobre taxa de incêndio de comerciante, taxas do povo mais pobre, mais simples e mais humilde, que já não aguenta mais a carga tributária, que não tem seus resultados como deveria. Prefiro que as empresas mineradoras paguem ao povo ter que pagar.

O Deputado Sávio Souza Cruz\* - Se V. Exa. prefere que paguem, deveríamos encontrar uma cobrança constitucional, do contrário não pagarão. Devemos lembrar que o setor mineral responde por 30% do PIB neste Estado. Se tirássemos de Minas Gerais a atividade minerária, o PIB mineral, no "ranking" dos Estados brasileiros, Minas Gerais cairia do 3º para o 14º lugar. Isso mostra a importância da atividade minerária. Já tive oportunidade de responder ao Deputado Alencar da Silveira Jr. e mostrar que os Municípios de maior Índice de Desenvolvimento Humano são os mineradores. Tenho absoluta concordância com isso, e comecei minha fala dizendo que hoje a contribuição das minerações está aquém da sua pujança, da sua capacidade de contribuir. Mas acho que deveríamos regulamentar esse potencial de contribuição nos termos estritos da Constituição, até porque fora desses limites não há como prosperar.

Quero ouvir, com muita alegria, o aparte do Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Ilustre Deputado Sávio Souza Cruz, os argumentos de V. Exa. são irretocáveis. Tem toda razão naquilo que menciona. A solução no marco legal do nosso país é estabelecermos um novo marco regulatório do minério, estabelecendo critérios claros para a CFEM. Sem dúvida alguma, essa é a solução juridicamente correta. Na verdade V. Exa. dá uma aula de direito constitucional, de prerrogativas, que não há como sequer sermos contrários. O que posso compreender é que a forma que o Estado de Minas Gerais encontrou é um paliativo. Como paliativo, vou até votar favoravelmente, mas compreendendo que é um paliativo, cheio de imperfeições. Como, por exemplo, o Estado vai cobrar uma taxa, e o principal ente, o Município, onde é extraída a mineração, não terá participação nessa taxa?

Até porque a emenda que apresentamos em 1º turno, para distribuir o resultado dessa taxa com os Municípios, infelizmente caiu em Plenário. Outra emenda que seria importante, referente ao fundo social do minério nessa taxa, também caiu. Espero que agora, em 2º turno, possamos pelo menos aprovar a emenda assinada pelo Colégio de Líderes, que isenta a região da Sudene, o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha, que ainda não têm a mineração em atividade, mas que vão iniciá-la. É um processo importante para a industrialização dessa importante parte do nosso Estado. Que possamos aprovar essa emenda, isentando essa região do pagamento, como uma forma de fomento.

Quero parabenizar V. Exa. Confesso que juridicamente eu votaria contra a taxa, mas votarei favoravelmente porque a considero um paliativo e, como tal, acho que Minas Gerais deve aproveitar. Mas faço a defesa aqui também da emenda assinada pelo Colégio de Líderes, para que isente pelo menos o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha e a região da Sudene da imposição dessa taxa. Como sempre, V. Exa. dá uma aula de direito constitucional e direito minerário.

O Deputado Sávio Souza Cruz\* - Agradeço ao Deputado Carlin Moura. Temo que, paliativo ou não, definitivo ou não, fora da Constituição não há solução possível a ser encontrada por esta Casa. Queria lembrar que realizamos uma audiência pública para discutir esse assunto, quando o representante da OAB e o professor de Direito Constitucional da UFMG, Luiz Carlos, presentes, foram unânimes em atestar a inconstitucionalidade da taxa da forma como foi buscada. Quero concordar com o Deputado Adelmo, e já falei isso algumas vezes, porque parece que, com o choque de gestão, o déficit zero, o PIB da China, Minas quebrou. Agora o governo, a Secretaria de Fazenda, olha para o cidadão mineiro e só vê um cifrão na testa. É necessário buscar esse recurso de qualquer forma, de forma constitucional ou não, legal ou não, jurídica ou não, mas é preciso tapar os buracos. O Deputado Carlin Moura menciona uma emenda que torna o projeto um pouco menos ruim no mérito, não sana a inconstitucionalidade, quando exclui da cobrança da taxa a Área Mineira da Sudene, num trabalho brilhante do Deputado Paulo Guedes. Temos, no Norte de Minas, uma fronteira mineral potencial, mas uma fronteira mineral com minério de baixo teor, de 20% a 29%, minério, portanto, de baixo valor agregável, ainda com uma logística absolutamente deficiente, sendo a economicidade do aproveitamento desse jazimento muito difícil. Então, se ainda vier a ser onerada com mais essa taxa, a expectativa que existe em boa parte no Norte de Minas, de que lá se abre uma nova fronteira mineral em benefício dos mineiros das gerais, seria sepultada, adiando esse sonho talvez por décadas.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)\* - Deputado Sávio, inicialmente eu o parabeneizo por discorrer sobre tão importante tema. Faço coro com o Deputado Carlin Moura, dizendo que precisamos aprovar o marco regulatório da mineração no Brasil urgentemente, criar a Agência Nacional de Mineração, a exemplo da Agência Nacional de Petróleo, criar o Conselho Nacional de Mineração, lutarmos por uma CFEM. Quero dizer-lhe que votarei favoravelmente à taxa e também à emenda do nosso colega Paulo Guedes, do Norte de Minas, que está isentando a nova fronteira mineral. Estima-se que hoje mais de 70% das reservas de Minas, dos 30.000.000.000t, 20.000.000.000t, estão no Norte de Minas e no Jequitinhonha. Então essas discussões de constitucionalidade ou não, assim como ocorreu no Pará, que até aprovou ontem uma taxa de 6,2%... E será questionada a constitucionalidade? V. Exa. está dando um alerta, mas, enquanto o governo federal não regula a mineração, enquanto a Lei Kandir não é revista, é preciso que seja assim. Minas exporta o quê? Mineiros e minério. Então temos realmente de ver isso com carinho. Parabeneizo V. Exa. Pela explanação aqui hoje. Parabéns, Deputado.

O Deputado Sávio Souza Cruz\* - Obrigado, Deputado. Só queria lembrar, Deputado Carlin Moura, que um dos poucos questionamentos a que o governo respondeu, na diligência que lhe foi encaminhada, foi quando consultei se, no entendimento do



governo, poderiam também a União e os Municípios criar taxas semelhantes. Eles responderam que achavam que sim. Então, se isso prosperar, os Municípios vão certamente criar sua taxa. Não sei se o setor vai sobreviver, sobretudo quando houver a revogação da Lei Kandir e a regulamentação da CFEM. Ouço, com muita alegria, o Deputado Rogério Correia, que pretende fazer um aparte.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Sávio Souza Cruz, o aparte é rápido, porque me resta apenas 1 minuto. A pergunta que faço a V. Exa., que estudou o projeto a fundo, é se o governo orienta, diz ou pelo menos insinua onde gastará os recursos dessa nova taxa. Isso está contido no projeto? Porque aprovamos - eu não e V. Exa. também não, mas a maioria da Casa - um empréstimo de R\$7.000.000.000,00 para o governo. Comprovamos que uma parte vai para a Andrade Gutierrez, a fim de pagar os dividendos que estão no acordo de acionistas, mas, quanto ao restante, não conseguimos saber onde esse empréstimo será efetivamente gasto. Também não sei para onde irá o recurso da taxa. Como posso aprovar uma taxa que aumenta agora na questão minerária, embora as mineradoras mereçam muito mais do que está sendo cobrado, e não tenho dúvida em relação a isso, mas aqui tem também aumento de taxas de segurança pública. Há várias outras taxas e outros aumentos. Para que isso? Para pagar o choque de gestão? Para fazer o quê? Não temos convicção para dar ao governo mais recursos sem que, de fato, haja planejamento real de gastos com a sociedade. É isso o que me torna desconfiado para votar um projeto como esse. Não vejo e não tenho segurança de que o governo gastará na área social. Não fez isso em oito anos, e acho que não o fará agora.

O Deputado Sávio Souza Cruz\* - Solicito mais 1 minuto, Sr. Presidente, para que possa responder ao Deputado Rogério Correia. Deputado, decepcionarei V. Exa. Como se trata de uma taxa, o governo tem de sustentar que ela está apenas indenizando o seu custo de fiscalização. O governo disse genericamente que gastará tantos milhões com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico sem dizer como. Ele não pode dizer que usará essa verba para pagar a servidor, para melhorar a saúde, porque ele tem de sustentar a tese, já que insiste que se trata de uma taxa e que está apenas indenizando seus custos ao exercê-la. Por isso ela não tem capacidade alguma de fazer qualquer melhoramento, sobretudo na área social, porque não pode gerar excedente. O governo não pode afirmar e não afirma. Só não foi capaz de mandar a memória de cálculo, o motivo da necessidade. Como uma mina que produz R\$20.000.000,00 pode custar R\$40.000.000,00 para ser fiscalizada em um ano? Se a produção aumentar e passar para R\$30.000.000,00, o governo precisará de R\$60.000.000,00 para fiscalizá-la. Essa é a triste resposta a V. Exa. O governo não pode usar os recursos em nenhum setor social.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Se me permite, gostaria de dizer que, com a sua explicação, parece a situação da taxa de incêndio. Realizamos audiência pública a meu pedido e descobrimos que a taxa não está sendo utilizada como deveria, ela que foi criada pelo Governador Aécio Neves. Felizmente, com muito embate, não permitimos que fosse uma taxa cobrada em residências. Hoje ela é cobrada apenas do comércio e da indústria. Mas descobrimos que os recursos que deveriam ser utilizados para equipar o Corpo de Bombeiros não foram aplicados. De fato, foi para o caixa único do Estado, e não se prestaram contas. Votar uma taxa sem ter a segurança de que o governo usará os recursos para a finalidade estabelecida é uma temeridade.

O Deputado Sávio Souza Cruz\* - Agradeço ao Presidente e aos Deputados que me ouviram. Concluo mais uma vez apelando para que não ultrapassemos os limites da Constituição criando um instrumento que seguramente dará desgosto ao setor mineral, aos mineiros e sobretudo ao governo, especialmente quando a matéria for declarada inconstitucional, como resultado de uma Adin que certamente virá. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, na verdade, minha discussão poderia ser feita no momento do encaminhamento de votação. No entanto, eu queria falar um pouco antes do processo de votação, apenas para alertar os Deputados, pois estamos votando um artigo, que, mais uma vez, é um artigo de espantar e de afugentar as pessoas que querem investir no Estado de Minas Gerais. A Secretaria de Fazenda insiste em cobrar IPVA de proprietários de aviões, aeronaves, barcos, canoas e jericó também. Em 2003, aprovamos essa taxa, e eu cansei de alertar que o governo estava criando mais uma taxa para não receber nada, porque ele não teria como aplicar e receber esse IPVA de aeronaves e de barcos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, agora volta a mesma coisa, de forma diferenciada. Geralmente todas as pessoas que têm um barco maior e uma aeronave têm seguro. O governo está exigindo das seguradoras que comuniquem à Secretaria de Fazenda o bem segurado. Em cima do valor do bem segurado, você tem de pagar o IPVA de 4%. O que acontecerá em Minas Gerais? Nosso Estado tem a maior quantidade de aeroportos em funcionamento. Em quase todos os cantos, o governo investiu; implantou um aeroporto aqui e outro ali. Temos todos esses aeroportos, mas não teremos aeronaves, porque ninguém vai registrar aeronaves no Estado de Minas Gerais, já que terá de pagar 4% de imposto.

O governo está investindo em Confins. Qual empresa instalará e registrará em Confins suas aeronaves para pagar 4% sobre o valor segurado dessa aeronave? Estou fazendo esse alerta, porque essas coisas passam despercebidas por nós. Nos governos, às vezes há algumas cabeças pensantes que querem e acham que vão receber, que vão criar mecanismos de arrecadação, numa ilusão total. Entre criar a tributação e a arrecadação, às vezes a distância é grande. Estou alertando para isso, porque talvez pudéssemos fazer uma votação destacada ou alguma outra coisa. Estou apenas alertando o Estado de que esse projeto é um equívoco. Cobrança de IPVA de aeronaves e barcos é um equívoco, é uma forma de afugentar as pessoas que querem investir em Minas Gerais.

Fica meu alerta principalmente para a base de governo. O governo tem feito campanhas, buscado fórmulas para melhorar o Aeroporto de Confins, a fim de trazer empresas para esse aeroporto, como a Gol. A Azul está chegando. Amanhã todas terão ido embora. Irão para o Espírito Santo, para o Rio de Janeiro, para São Paulo, para Goiás, para Mato Grosso. Apenas mudarão de endereço. O que acontecerá? Quando forem levantados os dados estatísticos de Minas, perceberão que este Estado tem a maior quantidade de aeroportos, mas não possui aviões, que estarão todos fora de Minas Gerais.

Deixo aqui esse meu alerta. Isso não ocorre apenas com os aviões, mas também com os barcos. Nossos companheiros, como os Deputados Ivair Nogueira e Alencar da Silveira Jr., que têm aqueles barcos na Várzea das Flores, terão de pagar IPVA para o Anastasia. Acho que é um equívoco o que o governo está querendo. Na hora em que o governo começar a ter dificuldades, que as



empresas comecem a tirar as aeronaves do Aeroporto de Confins, do Goianá e de outros lugares, como de Montes Claros – não é, Arlen Santiago? -, o qual tem recebido grandes investimentos, não vai haver aeronaves, porque ninguém vai pagar 4% de IPVA.

Alerto, mais uma vez, sobre o que vai acontecer em Minas Gerais. Se Deus quiser, em três ou quatro meses, vamos recuar e resolver essa situação, porque infelizmente esse é mais um mecanismo de esvaziamento dos investimentos em Minas Gerais.

A Deputada Liza Prado\* - votarei favoravelmente porque é preciso pagar mesmo, porque creio ser necessário cuidar de nossos rios. Essas embarcações têm de ser taxadas. Deputado Antônio Júlio, que respeito tanto, com o qual concordo em grande parte de suas colocações, acho que a proposta deveria ser acompanhada também da exigência de uma fiscalização dos nossos rios. É impressionante como as pessoas estão explorando barcas e os nossos rios, e ninguém fiscaliza. A União não se responsabiliza, o Estado não se responsabiliza, o Município não se responsabiliza.

Estive em Manga, juntamente com o Deputado Paulo Guedes, quando percebemos o absurdo como o consumidor é desrespeitado. O Prefeito é dono de uma barca, o Presidente da Câmara é dono de outra. A União se eximiu da responsabilidade de fiscalizar, assim como o Estado. Já falei de Manga, aqui não tem ninguém com medo de falar a verdade. Se tiver de falar a verdade, falaremos. É um absurdo, porque o povo fica à mercê desse tipo de coisa. A União, o Estado e o Município, todos se eximiram - e há declaração num procedimento do Ministério Público - da responsabilidade de fiscalizar. A Capitania dos Portos diz também que não é ela que fiscaliza. Creio que deveria não só cobrar, mas também haver a preocupação quanto à responsabilidade do Estado de fiscalizar.

Porque há pessoas morrendo nas embarcações, e o consumidor está sofrendo, porque decidem a tarifa do jeito que bem entendem, ao preço público – na verdade nem é tarifa. E qual foi a planilha? Como se chegou a esse preço? De que forma se calcula essa cobrança da consumidora e do consumidor? O que é pior, vocês acreditam que se você é do partido oposto ao Prefeito que estiver naquela localidade ou de quem estiver exercendo aquele trabalho na embarcação, dão ao luxo de dizer que vão levar quem quiserem na embarcação.

Foi engraçado que chegou uma pessoa ligada ao Deputado Paulo Guedes, e o dono da barca viu que ele estava chegando para pegar a embarcação. Se ele não usasse a embarcação, teria que dar uma volta de 600km. E o dono da barca disse para ele ir a pé. E fica rindo e zombando das pessoas. Nunca vi um consumidor ser tão desrespeitado como no Norte de Minas, na terra do Deputado Paulo Guedes.

Então votarei favoravelmente, acho que é bom e importante pagar a taxa sim. Quem tem um barcão grande pode pagar, o duro é ficar cobrando dos pobres coitados que não têm condições de pagar energia elétrica. Cobram um absurdo para uma energia de péssima qualidade. O duro são os pobres que estão pagando tarifa de energia e não conseguem nem tomar banho direito. Muitas mães deixam de tomar banho para que seus filhos possam tomar banho. Elas deixam de tomar um banho na água quente, de ligar uma energia. Esses pobres estão sofredos. Mas quem tem um barco grande tem mais é que pagar mesmo. Pode pagar, deve pagar. E o Estado deveria fiscalizar, para que esse dinheiro fosse investido em fiscalização, para que não venham a ser decepadas pernas de crianças e adolescentes, por gente de “jet ski”, que nem a Marinha fiscaliza, ninguém fiscaliza. O pessoal enche a cara e vai para os nossos lagos, para os nossos rios, atropelar, matar, causar acidentes. A Marinha não fiscaliza, o governo estadual não fiscaliza, o governo federal também não. Que não pensem só em cobrar.

Vou dar meu voto de confiança e votar favoravelmente, mas vamos fiscalizar para que esse recurso não seja igual à taxa de incêndio, um absurdo. O comerciante já tem uma carga tributária altíssima. Tem que se pagar uma taxa e, na verdade, depois vemos que Araguari não tem o efetivo de Corpo de Bombeiros que precisa, Uberlândia não tem Samu, e por aí fora. Paga-se muito, mas tem que haver retorno. Paga-se como se estivéssemos no Primeiro Mundo, e tem-se o serviço de terceiro, quinto, seja lá qual colocação.

\* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.- Sr. Presidente, vou contar a V. Exa. o que acontecerá. Quando a Deputada Liza Prado fala, vejo que encarnou o irmão dela. Ele foi para Brasília, mas ela está falando agora a mesma coisa que ele falava da conta de luz, com as mesmas palavras. Estudou bem, Deputada, V. Exa. está bem.

Acho que tem que se pagar mesmo. Sabe quem vai pagar esse imposto ou IPVA de barco? Só os grandes barcos de Furnas. O Deputado Ivair Nogueira, que foi citado e tem barco, fulano e beltrano, o Deputado Perrella, o Deputado Alencar da Silveira Jr., que tem uma canoa, um pedalinho em que ando. Quero só lembrar a V. Exa. que aqui não se faz seguro, Sr. Presidente, o governo do Estado está enganado com isso. Está achando que se faz seguro, e não se faz, Deputado João Leite. Ninguém faz seguro de barco pequeno. Acho que foram ao Rio de Janeiro e buscaram isso, porque lá há barcos caros, que têm que ser assegurados. Aqui não há. O barco do Deputado Gustavo Valadares no Rio com certeza tem seguro, aqui os barcos não têm. Estão colocando coisas, e não haverá como fiscalizar. Isso primeiro; segundo, o avião. E não temos nenhum barco na capitania aqui, só lá em Pirapora. É fácil olhar quem é registrado lá, mas a grande maioria é no Espírito Santo.

Vamos perder. A Líder Taxi Aéreo, do Zé Afonso, vai para São Paulo porque lá não precisa pagar taxa. As operadoras não estarão aqui pagando ICMS. Se o governo está achando que vai arrecadar com isso, ele perderá. Não teremos a sede da Líder aqui. Tenho certeza de que não teremos uma aeronave dessa empresa aqui. O seguro também será feito em São Paulo, e acabou. Não há como cobrar de aeronaves que não têm seguro. A equipe do governo que está tentando arrecadar deixará isso para lá. Não há como fazer algo.

Na oportunidade, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma solicitação a este Plenário, que tem compromisso com o povo mineiro. O Célio Moreira garantiu que votará a minha emenda que estabelece o pagamento do IPVA a partir do dia 15 de fevereiro, porque, lá no Barreiro, ele sabe que quem anda de carro e não aguenta pagar o IPTU, a matrícula de escola e os uniformes em janeiro só começará a pagar o imposto a partir de fevereiro. Ele diz: “Vamos votar, vamos votar”. Por que ele está falando isso aqui? Porque o povo do Barreiro está nos assistindo agora, e teremos o voto do Deputado Célio Moreira para pagarem o IPVA a partir de 15 de fevereiro. Tenho certeza de que este Plenário votará a matéria, tenho certeza de que o Deputado Célio Moreira votará. O Elcio, da TV Alterosa, do João Vítor, ligou-me perguntando sobre essa questão do IPVA. Disse-lhe para aguentar, porque votaremos a proposta daqui a pouco.

Temos outra emenda propondo o parcelamento do IPVA em oito vezes, principalmente para o transporte público. O óleo diesel já aumentará a passagem em 1%. Quero lembrar aos senhores que, com esse parcelamento, não teremos o referencial do aumento em janeiro. Parcelando o IPVA em oito meses, o aumento gerará a próxima tarifa no ano que vem. Então está na hora de votarmos em benefício do trabalhador que pega ônibus todos os dias.

Deputado Célio Moreira, faço um apelo a V. Exa., que andou muito de ônibus - muito lá atrás - e lembrará que pagou passagem. Hoje V. Exa. está andando de caminhonete bonita. Com certeza, Deputado Célio Moreira, votaremos agora, e com o voto de V. Exa., que vai se declarar favoravelmente a minha emenda para que a tarifa de ônibus não suba.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - Gostaria apenas de alertar os Deputados Adalclever Lopes e Alencar da Silveira Jr. Hoje, na parte da manhã, fiz um alerta sobre o cartão American Express, e o repito novamente - a TV Assembleia está transmitindo a reunião, ao vivo, para aproximadamente 300 cidades mineiras -, dizendo que é preciso tomar cuidado com essa operadora, porque ela não manda a fatura para a nossa residência e cancela o cartão. Ao fazer uma compra no “shopping” ou no restaurante, você fica surpreso ao saber que o cartão foi bloqueado e passa por um constrangimento. Além disso, os juros são exorbitantes. O Deputado Jayro Lessa disse até que quebraria o seu cartão da American Express, para não passar por um constrangimento.

Então, não pague e não compre com esse cartão, terá muita dor de cabeça, pois é uma armadilha.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Já estou encerrando a minha fala, porque, para constar na ata a fala do Deputado Célio Moreira, fica mais fácil como aparte deste Deputado. Gostaria de agradecer e lembrar que é do cartão American - onde está o Délio? - que se tem mais reclamações no Procon. Esta Casa deve começar a tomar providências. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, embora os colegas me garantam que não chegará até eles, tenho certeza de que esta reunião está sendo assistida nas nossas regiões de pesca pelos ribeirinhos, por aqueles que vivem da pesca profissional. Sr. Presidente, talvez a pergunta desse público que, com certeza, nos acompanha pela TV Assembleia agora, lá nas margens do São Francisco, do Rio das Velhas e às margens dos rios que cortam o nosso Estado, onde a pesca é a fonte de renda de muitos deles, seja a seguinte: será que essa lei chegará até nós? Será que nos punirá com a cobrança de alguma taxa? Os colegas estão me tranquilizando. O Deputado Gustavo Valadares acabou de me dizer que, na verdade, essa taxa será cobrada das embarcações e veículos da aviação que têm seguro. Entretanto, se não me falha a memória, e me corrijam se estiver errado, gostaria de lembrar que, quando esses pescadores compram os seus motores, eles os financiam. Então faço uma interrogação que, para mim, não está respondida em primeiro momento: será que ao financiar a compra desse motor os pescadores não são obrigados a fazer o seguro? E, feito o seguro, não serão eles penalizados com essa taxa?

Sr. Presidente, é preciso que isso fique claro, porque essa população ribeirinha, esses que vivem da pesca não podem, definitivamente, ser penalizados com nenhuma taxa. Faço aqui a defesa dos pescadores, pois conheço boa parte dessa população, já fiz, até mesmo, intervenções a favor deles nesta Casa, com a realização de audiências para tratar de seus interesses e conheço a luta desse povo às margens principalmente do Rio São Francisco. É preciso que isso fique muito claro. Se for o caso, pedirei a V. Exa. e apresentarei uma emenda isentando os pescadores profissionais do pagamento dessa taxa. Já estamos na discussão do projeto, em 2º turno, mas peço ao meu Líder de bancada, o Deputado Antônio Júlio, que, por meio do Colégio de Líderes, por favor, consolide essa proposta, apresentando uma emenda que isente os pescadores profissionais do pagamento dessa taxa.

Concedo aparte ao Deputado Paulo Guedes, Sr. Presidente, e, terminado o aparte do Deputado Paulo Guedes, minha palavra está encerrada, pois era isso que gostaria de registrar neste momento.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, a fala do Deputado Vanderlei Miranda é extremamente relevante. Devemos ter esse cuidado. Uma coisa é cobrar IPVA de quem tem “jet ski” e lancha de luxo, mas devemos ter essa preocupação com o povo ribeirinho, principalmente com os pescadores profissionais que vivem disso, que têm pequenas embarcações, pequenas lanchas ou pequenos barcos feitos, em sua maioria, artesanalmente.

Essas pessoas vivem disso, têm renda baixa, convivem no dia a dia com o Rio São Francisco e levantam hoje a bandeira dos projetos de revitalização. De fato, são fiscais do rio, e não só do Rio São Francisco mas também do Rio das Velhas e dos rios mais importantes.

Portanto, registro isso e solicito ao Deputado Rogério Correia, nosso Líder do PT, e ao Deputado Luiz Humberto Carneiro, Líder do Governo, que suspendamos a reunião por 5 minutos para apresentarmos essa emenda assinada pelo Colégio de Líderes, a fim de isentar o povo ribeirinho, os pescadores, as pessoas que vivem do rio, dessa taxa.

O Deputado Gustavo Valadares\* - Não gastarei 1 minuto. Estou aqui com o nosso assessor Carlos Navarro que nos está trazendo uma explicação. Deputado Alencar da Silveira Jr., a cobrança de barco e de aeronaves sempre existiu. Se não é cobrado, isso se dá por falta de fiscalização do Estado. Não estamos inovando na cobrança de imposto sobre barquinho, barco grande, lancha, avião a jato nem nave espacial. Não há inovação de cobrança de IPVA. Quando o dono de uma lancha, de um barquinho de popa ou de uma aeronave a jato fizer um seguro, o que estão pedindo é que as seguradoras informem à Secretaria de Fazenda o valor segurado. Repito: não há inovação de cobrança. É só isso, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, só quero fazer um registro. Deputado Gustavo Valadares, temos de separar as situações. Realmente os barcos pequenos... Temos de apoiar os pescadores para que nos ajudem a preservar os rios, aqueles pequenos que vivem disso. Agora, se há IPVA de grandes barcos e de aeronaves, é diferente. É preciso haver uma emenda que preserve os pequenos quanto a esse pagamento. Se já existe a lei para cobrar, estamos criando agora mecanismos para fiscalizar, porque não há fiscalização. Aliás, mesmo esse mecanismo é muito difícil. A maioria não faz seguro. É importante que façam seguros até para preservarem as próprias vidas e o seu equipamento. Logo, temos de separar, Deputado Rogério Correia, nosso Líder. Deputado Gustavo Valadares, esta Casa... Citarei uma questão pessoal. O meu marido é pescador, gosta de pescar. Por isso conheço inúmeros



pescadores. Então não podemos generalizar. Como disse, eles têm de ser apoiados por lei que beneficie a família de pescadores que vivem da pesca e que nos ajudam a preservar os rios. Eles precisam até de informação para isso.

Portanto, faço essa ressalva de que sou totalmente contrária à cobrança de todos os barcos de qualquer valor. Agora, quanto a grandes barcos e aeronaves, concordo que precisam contribuir para haver maior distribuição de renda.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2011

#### NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 130/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 5/1/2012, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de materiais elétricos.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, 14º andar, Ed. Tiradentes, nesta Capital, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 22 de dezembro de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

#### TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Grupo da Terceira Idade de Além Paraíba. Objeto: doação de um microcomputador declarado inservível. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Lar dos Idosos São Judas Tadeu. Objeto: doação de um microcomputador declarado inservível. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Município de Delfim Moreira. Objeto: doação de cinco microcomputadores e uma impressora declarados inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Município de Poté. Objeto: doação de quatro microcomputadores declarados inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Proteção contra Incêndio Rival do Fogo Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência técnica permanente no sistema convencional de prevenção e combate a incêndio da ALMG. Objeto do aditamento: primeira prorrogação com reajuste de preço. Vigência: 5/1/2012 a 4/1/2013. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



## ERRATA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA \*

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 26/11/2011, na pág. 64, col. 4, onde se lê:

“Edvania Raimunda Nascimento”, leia-se:



“Edvania Raimundo Nascimento Alonso”.

\* - Fica sem efeito errata relativa ao mesmo documento, publicada na edição de 1º/12/2011.